

CONTEXTOS  
FORMATIVOS E  
OPERACIONAIS  
DAS  
**BIBLIOTECAS  
ESCOLARES  
E PÚBLICAS  
BRASILEIRAS**



Sistema CFB / CRB  
Conselho Federal de Biblioteconomia  
Conselhos Regionais de Biblioteconomia



50 *anos*  
Sistema CFB / CRB  
1965 - 2015



**CONTEXTOS FORMATIVOS E OPERACIONAIS DAS  
BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS BRASILEIRAS**

# Conselho Federal de Biblioteconomia

## 16ª GESTÃO CFB (2013/2015)

Adelaide Ramos e Côrte - CRB-1/423  
Eliane Lourdes da Silva Moro - CRB-10/881  
Francisca Rosaline Leite Mota - CRB-4/1714  
Helen Beatriz Frota Rozados - CRB-10/668  
Isaura Lima Maciel Soares - CRB-7/1489  
Kátia Lúcia Pacheco – CRB-6/1709  
Lucimar Oliveira Silva – CRB-5/1239  
Maria de Fátima Almeida Braga - CRB-13/014  
Maria Raimunda de Sousa Sampaio - CRB-2/865  
Raimundo Martins de Lima - CRB-11/039  
Regina Céli de Sousa – CRB-8/2385  
Rosana Chaves Abatti - CRB-14/458  
Sandra Maria Dantas Cabral – CRB-3/243  
Williams Jorge Corrêa Pinheiro - CRB-2/802

## Diretoria

Presidente: Regina Céli de Sousa - CRB-8/2385  
Vice-presidente: Adelaide Ramos e Côrte - CRB-1/423  
1ª secretária: Isaura Lima Maciel Soares - CRB-7/1489  
2ª secretária: Lucimar Oliveira Silva – CRB-5/1239  
Tesoureira: Sandra Maria Dantas Cabral - CRB-3/243

## Funcionários

Ailton Moreira da Rocha - Auxiliar Administrativo  
Maria da Silva Moreira Alves – Auxiliar de Serviços Gerais  
Neracy Fernandes da Silva - Auxiliar de Serviços Gerais  
Roberto Barros Cardoso - Gerente Executivo  
Tatiana Paula Martins - Auxiliar Administrativo

## Assessores

Assessor contábil: *Valci Rodrigues Soares*  
Assessor jurídico: *Leonardo Pimentel Bueno*  
Assessor parlamentar: Jenner Jalne de Moraes e Lucas de Sá



Sistema CFB / CRB  
Conselho Federal de Biblioteconomia  
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

# **CONTEXTOS FORMATIVOS E OPERACIONAIS DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS BRASILEIRAS**

## **Organizadores**

Eliane Lourdes da Silva Moro  
Francisca Rosaline Leite Mota  
Raimundo Martins de Lima  
Rosana Chaves Abatti

Brasília, DF  
Agosto de 2015

**Copyright © 2015 – Conselho Federal de Biblioteconomia**

**Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, desde que citada a fonte.**

**Disponível também no endereço eletrônico:**

www.cfb.org.br

**ISBN: 978-85-62568-04-6**

**Tiragem:**

1000 exemplares

**Impresso no Brasil**

**Revisão:**

Dora Ramos

Eliane Lourdes da Silva Moro

Francisca Rosaline Leite Mota

Raimundo Martins de Lima

**Projeto gráfico e Diagramação:**

Ideorama Comunicação - EIRELI

#### **Dados internacionais de catalogação na publicação (CIB)**

CONTEXTOS formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas brasileiras/ Eliane Lourdes da Silva Moro *et al.* – Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

260 p.

ISBN: 978-85-62568-04-6

1. Biblioteca Escolar. 2. Biblioteca Pública. 3. Conselho Federal de Biblioteconomia. I. Moro, Eliane Lourdes da Silva (Org.). II. Mota, Francisca Rosaline Leite (Org.). III. Lima, Raimundo Martins de (Org.). IV. Abatti, Rosana Chaves (Org.).

CDU: 027.4/82

CDD: 024.82

**Distribuição:**

**Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)**

SRTVN - Ed. Brasília Rádio Center Sala 1079

CEP: 70719-900 - Brasília - DF

Fone: (61) 3328-2896 / 3328-2080

e-mail: cfb@cfb.org.br

# Lista de Figuras

Figura 1: Ações no Ensino: Curso de Extensão	24
Figura 2: Grupo Biblioencanta	25
Figura 3: Contação de histórias para Idosos	25
Figura 4: Participação na Bienal do livro em São Paulo	26
Figura 5: Bibliotecas Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino	50
Figura 6: Lembrando Montessori	53
Figura 7: Biblioteca volante “Estação Saber”	58
Figura 8: Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Alagoas	59
Figura 9: Experiências Exitosas do SEBP/AL	60
Figura 10: Ação “Biblioteca Móvel”	63
Figura 11: Sistema CFB/CRB	63
Figura 12: Representação Bibliotecária no Brasil	64
Figura 13: Projeto “Crianças e Jovens do Rio Grande Escrevendo Histórias” na Feira do Livro	70
Figura 14: Projeto “Pontos de Leitura na Praia”	74
Figura 15: Início da apresentação com os créditos do SEBPP	79
Figura 16: Cartaz sobre a Biblioteca Pública do Paraná	80
Figura 17: Plano Nacional do Livro e Leitura	93
Figura 18: Redes das Bibliotecas Públicas no SNBP	93
Figura 19: Organograma Institucional da CPLL	95
Figura 20: Bibliotecas Públicas Municipais de Mato Grosso no SEBP	96
Figura 21: Atendimento nas Bibliotecas Comunitárias “Saber com Sabor”	101
Figura 22: Modelo de Outdoor distribuídos em cidades do Estado	109
Figura 23: Modelo da apresentação da Pesquisa de Mercado Bibliotecário/PR	110
Figuras 24 a 27: Realização dos Fóruns	114
Figura 28: Capa do livro impresso Biblioteca Escolar: presente!	116
Figura 29: Site e blog Biblioteca escolar: presente!	117
Figura 30: Blog do Fórum Gaúcho de Bibliotecas Escolares e Públicas	117

# Lista de fotografias

Fotografias 1 a 4: Cenas do Projeto de Extensão com participação de acadêmicos de Biblioteconomia	29
Fotografia 5: Laboratório de Preservação e Recuperação de Acervo: aluna com deficiência visual (2009)	35
Fotografia 6: Organização do acervo da Sala de Leitura Tabajara Ruas do HCPA-RS	35
Fotografia 7: Participação em Eventos: Feira do Livro de Porto Alegre (2009): Patrono Carlos Urbim ( <i>in memoriam</i> )	35
Fotografia 8: Evento Comemorativo dos 10 anos do Curso Técnico em Biblioteconomia (2014)	35
Fotografia 9: Reunião no MEC sobre a alteração do nome para Técnico em Biblioteconomia	38
Fotografia 10: Evento dos 10 anos de Curso Técnico em Biblioteconomia	38
Fotografia 11: Implantação de Novas Bibliotecas e Recursos Informacionais	46
Fotografia 12: Implantação de Novas Bibliotecas e Renovação de Acervos	46
Fotografia 13: Implantação de Biblioteca-polo da SEMED	48
Fotografia 14: Implantação de Biblioteca-polo da SEMED	49
Fotografia 15: Campanha da Dinamização e Valorização da Biblioteca Escolar	49
Fotografia 16: Cordel	61
Fotografia 17: "Sorria Você está com a Biblioteca"	61
Fotografia 18: "Conversa com Escritores"	61
Fotografia 19: "Era uma Vez"	61
Fotografia 20: Alunos do Projeto participando da atividade em Porto Alegre	70
Fotografia 21: Projeto "Autor Presente"	71
Fotografia 22: Distribuição de livros às bibliotecas públicas municipais do SBPSC	77
Fotografia 23: Cena de uma Oficina de Capacitação	77
Fotografia 24: Participação das bibliotecas públicas do SEBPSC em Eventos	78
Fotografia 25: Imagem da Biblioteca Pública do Paraná	79
Fotografia 26: Imagens do Projeto Bibliopraia	81
Fotografia 27: Área de consulta da Seção Infanto-Juvenil da Biblioteca Luiz de Bessa	87
Fotografia 28: Espaço lúdico de uma das BEM	89
Fotografia 29: Espaço do Acervo de uma das BEM	90

Fotografia 30: Palestra: Bibliotecas mudam vidas, realizada na UNIRIO_____	90
Fotografia 31: Estação de internet de uma das BEM_____	91
Fotografia 32: Entrega do Prêmio Amigo do Livro 2013 ao CRB-10_____	118
Fotografia 33: Dia do Bibliotecário: Outdoor Hípica, em frente à sede do Governo do Estado (2012)_____	120
Fotografia 34: Palestra no Curso de Biblioteconomia da UFSC (2013)_____	121
Fotografia 35: Dia do Bibliotecário: Busdoor Região de Florianópolis (2014)_____	121
Fotografia 36: Dia do Bibliotecário - Casa da Memória (2014)_____	122

# LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro de distribuição de bibliotecas por Divisão Distrital_____	47
Quadro 2: Status das bibliotecas escolares públicas municipais de Manaus_____	48
Quadro 3: Panorama das Bibliotecas das Escolas da SEDUC_____	51
Quadro 4: Distribuição de Escolas para Assessoramento das Bibliotecas Escolares____	52
Quadro 5: Quadro de Servidores de Bibliotecas Escolares da SEDUC_____	52
Quadro 6: Distribuição de Pessoal no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas_____	54
Quadro 7: Panorama de Escolas de formação e bibliotecários no Brasil_____	65
Quadro 8: Estrutura Organizacional do SBPSC_____	74
Quadro 9: Instituições participantes em 2014_____	83
Quadro 10: Bibliotecas Públicas_____	92
Quadro 11: Projeto de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas no Brasil_____	94
Quadro 12: Espaços de Leitura_____	95
Quadro 13: Panorama das Bibliotecas Escolares em Mato Grosso_____	97
Quadro 14: Participantes do “Programa de Gestão de Biblioteca”_____	97
Quadro 15: Planejamento Estratégico da ABG_____	98
Quadro 16: Dados do CRB-4_____	106
Quadro 17: Dados profissionais pertencentes ao CRB-9 na atual Gestão_____	109
Quadro 18: Princípios norteadores e temáticas dos Fóruns_____	113
Quadro 19: Dados Gerais sobre o contexto dos FGMBPE no Rio Grande do Sul_____	115
Quadro 20: Profissionais cadastrados no CRB-1_____	125

# LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Dados referentes às Questões Gerais_____	139
Gráfico 2: Dados referentes à Avaliação dos Palestrantes_____	139
Gráfico 3: Dados referentes à Infraestrutura Física e de Pessoal_____	140
Gráfico 4: Dados referentes à Avalia Geral_____	141
Gráfico 5: Dados referentes às Questões Gerais_____	144
Gráfico 6: Dados referentes às Avaliações dos Palestrantes_____	144
Gráfico 7: Dados referentes à Infraestrutura Física e de Pessoal_____	145
Gráfico 8: Dados referentes à Avaliação Geral_____	146
Gráfico 9: Dados referentes à Avaliação Geral_____	148
Gráfico 10: Dados referentes às Questões Gerais_____	151
Gráfico 11: Dados referentes à Infraestrutura Física e de Pessoal_____	152
Gráfico 12: Dados referentes à Avaliação Geral_____	152
Gráfico 13: Dados referentes às Questões Gerais_____	154
Gráfico 14: Dados referentes à Avaliação dos Palestrantes_____	154
Gráfico 15: Dados referentes à Infraestrutura Física e de Pessoal_____	155
Gráfico 16: Dados referentes à Avaliação Geral_____	156

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>15</b>
---------------------	-----------

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
-------------------	-----------

<b>CONTEXTOS FORMATIVOS E OPERACIONAIS DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS BRASILEIRAS</b>	<b>20</b>
---	-----------

1.1 Disciplinas dos Cursos de Biblioteconomia da Região Norte	21
---	----

1.2 Disciplinas dos Cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste	22
--	----

1.3 Disciplinas dos Cursos de Biblioteconomia da Região Sul	26
---	----

1.4 Disciplinas dos Cursos de Biblioteconomia da Região Sudeste	39
---	----

1.5 Disciplinas dos cursos de Biblioteconomia da Região Centro-Oeste	43
--	----

<b>2 Painel Bibliotecas Escolares e Públicas</b>	<b>44</b>
--	-----------

2.1 Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Norte	44
--	----

2.2 Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Nordeste	56
---	----

2.3 Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Sul	67
--	----

2.4 Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Sudeste	84
--	----

2.5 Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Centro-Oeste	91
---	----

<b>3 Painel Sistema CFB/CRB</b>	<b>102</b>
---------------------------------	------------

3.1 Conselhos Regionais de Biblioteconomia da Região Norte	102
--	-----

3.2 Conselhos Regionais de Biblioteconomia da Região Nordeste	104
---	-----

3.3 Conselhos Regionais de Biblioteconomia da Região Sul	108
--	-----

3.4 Conselhos Regionais de Biblioteconomia da Região Sudeste	122
--	-----

3.5 Conselho Regional de Biblioteconomia da Região Centro-Oeste	124
---	-----

<b>TEXTOS E CONTEXTOS DE ÉTICA PAUTADOS PELA PRÁTICA DOS BIBLIOTECÁRIOS BRASILEIROS</b>	<b>127</b>
---	------------

2.1 Seminário Regional de Ética Profissional da Região Norte:	128
---	-----

2.2 Seminário Regional de Ética Profissional da Região Nordeste	129
---	-----

2.3 Seminário Regional de Ética Profissional da Região Sul	131
--	-----

2.4 Seminário Regional de Ética Profissional da Região Sudeste:	133
---	-----

2.5 Seminário Regional de Ética Profissional da Região Centro-Oeste	134
---	-----

**OS SEMINÁRIOS REGIONAIS DE BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS E DE ÉTICA PROFISSIONAL, SEGUNDO A AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES** \_\_\_\_\_ **137**

3.1 Seminários Regionais da Região Norte – Manaus: \_\_\_\_\_ 138

3.2 Seminários Regionais da Região Nordeste – Maceió: \_\_\_\_\_ 143

3.3 Seminários Regionais da Região Sul - Florianópolis \_\_\_\_\_ 148

3.4 Seminários Regionais da Região Sudeste - Belo Horizonte: \_\_\_\_\_ 151

3.5 Seminários Regionais da Região Centro-Oeste – Goiânia: \_\_\_\_\_ 153

3.6 Resultados dos Grupos de Trabalho \_\_\_\_\_ 157

3.6.1 Seminários de Bibliotecas Escolares e Públicas – Região Norte: \_\_\_\_\_ 157

3.6.2 Seminários de Bibliotecas Escolares e Públicas – Região Nordeste: \_\_\_\_\_ 161

3.6.3 Seminários de Bibliotecas Escolares e Públicas – Região Sul: \_\_\_\_\_ 165

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** \_\_\_\_\_ **169**

**REFERÊNCIAS** \_\_\_\_\_ **174**

**APÊNDICE A - Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)  
Quadro das Redes de Bibliotecas Escolares nos Estados e Municípios** \_\_\_\_\_ **175**

**ANEXOS** \_\_\_\_\_ **178**

**ANEXO A** - Texto de Abertura do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Norte. \_\_\_\_\_ 179

**ANEXO B** - Biblioteca Pública de São Francisco: elemento de ligação ao conhecimento e à educação \_\_\_\_\_ 181

**ANEXO C** - Código de Ética do Bibliotecário: breves comentários \_\_\_\_\_ 189

**ANEXO D** - Seminário Estadual de Bibliotecas Públicas e Escolares e Ética Profissional: espaço de discursos e práticas no Maranhão \_\_\_\_\_ 197

**ANEXO F** - Tolerância ou Solidariedade? Uma possibilidade ética para as Bibliotecas Brasileiras \_\_\_\_\_ 222

**ANEXO G** - Aspectos éticos da profissão de Bibliotecário \_\_\_\_\_ 230

**ANEXO H** - O Bibliotecário Lobista \_\_\_\_\_ 234

**ANEXO I** - Código de Ética do Bibliotecário: caminhos para uma construção democrática \_\_\_\_\_ 239

**ANEXO J** - O Bibliotecário Parresiasta: ética e poder na gestão de bibliotecas \_\_\_\_\_ 245

<b>ANEXO K</b> - A Biblioteca Moralizada_____	257
<b>ANEXO L</b> - Síntese dos Resultados dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional, realizados pelo Sistema CFB/CRB_____	266
<b>ANEXO M</b> - Fotos dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional – Região Norte_____	273
<b>ANEXO N</b> - Fotos dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional – Região Nordeste_____	277
<b>ANEXO O</b> - Fotos dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional – Região Sul_____	279
<b>ANEXO P</b> - Fotos dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional – Região Sudeste_____	281
<b>ANEXO Q</b> - Fotos dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional – Região Centro-Oeste_____	283

# APRESENTAÇÃO

Este livro contém o registro sistematizado das atividades desenvolvidas pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) com o fim de refletir sobre a realidade social e política das bibliotecas públicas e escolares no Brasil. Afinal, a educação e a cultura são pilares fundamentais para a transformação do sujeito em cidadão, capaz de configurar, continuamente, seu contexto cultural e social.

Mas também registra as reflexões sobre ética profissional acontecidas nos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional que o CFB realizou em todas as regiões do País, quando a temática foi apresentada e discutida como conceito normativo e prática essencial ao exercício de qualquer profissão. Assim, por meio da análise das informações coletadas regionalmente no País, baseada em princípios filosóficos, discorre-se sobre a sua pertinência e reflete-se sobre como a ética, atualmente, orienta e disciplina a conduta do bibliotecário brasileiro em suas realidades regionais e ambientes profissionais.

Pensar as ações de valorização das bibliotecas públicas e escolares não se distancia de uma compreensão da função ética de bibliotecário em atuar e defender o reconhecimento e promoção dos espaços de informação. Por isso, em um cenário de projeção sobre a importância das bibliotecas, e influenciados pelas inovações tecnológicas, reformular e ajustar aos novos tempos o Código de Ética Profissional do bibliotecário é essencial para orientar a profissão em um contexto social de profundas transformações.

Ademais, em relação ao tema, recupera-se seguramente o que ocorreu nos últimos anos, em que a preocupação se restringia ao resultado, não valorando o processo. Demonstra-se que um bom profissional é a soma de seus conhecimentos e atitudes. E as atitudes profissionais são aquelas que se definiram a partir do sistema de valores de sua profissão.

Neste documento estão registrados os resultados dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional, realizados nas cinco regiões brasileiras, a saber: Amazonas/Norte, Alagoas/Nordeste, Santa Catarina/Sul, Minas Gerais/Sudeste e Goiás/Centro-Oeste. Seminários e resultados que foram objetivados graças à dedicação e ao empenho dos membros das Comissões de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional do CFB, que não mediram esforços para as suas concretizações.

O conteúdo reunido contempla as manifestações livremente expressadas pelos presidentes das entidades da categoria profissional dos bibliotecários e pelos representantes dos cursos de Biblioteconomia, existentes no Brasil, e das instituições públicas diretamente envolvidas com o tema da biblioteca escolar e pública.

O documento é a materialização editorial de um dos projetos que o Sistema CFB/CRB, na atual gestão, elegeu como uma de suas prioridades, em virtude da repercussão e do potencial multiplicador dos seus resultados nas áreas da cultura e da educação da sociedade brasileira.

**Regina Céli de Sousa**

**Presidente do CFB**

CRB/8-2385

# INTRODUÇÃO

Esta obra cumpre a função de apresentar à sociedade brasileira em geral, e em especial às autoridades responsáveis pelo funcionamento das instituições que atuam nas áreas da cultura e da educação em níveis federal, estadual e municipal, os resultados finais dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional, realizados sob a coordenação das Comissões de Bibliotecas Públicas e Escolares e de Ética Profissional do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), no período de maio de 2014 a abril de 2015, em todas as regiões do País.

Não se trata, pois, da apresentação dos resultados de uma pesquisa científica, mas sim, dos conteúdos que os membros dessas duas Comissões extraíram dos relatos feitos pelos profissionais que operam a Biblioteconomia brasileira cotidianamente em seus campos de atuação e contextos sociais, sejam bibliotecários, docentes ou não, e até profissionais habilitados em outras áreas do conhecimento, especialmente a Pedagogia.

A operacionalização dos Seminários compreendeu duas etapas. A primeira foi o levantamento sobre a quantidade de bibliotecas públicas e de bibliotecas escolares existentes no Brasil e os bibliotecários nelas atuantes, realizado em 2013 junto às Secretarias Municipais, das capitais dos Estados, e Estaduais de Educação e de Cultura do País, com o fim de coletar dados objetivos que pudessem dimensionar o desafio que a Biblioteconomia brasileira precisa enfrentar para que sejam cumpridos os dispositivos da Lei nº. 12.244/2010, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Esse levantamento revelou um cenário desolador acerca das condições de funcionamento dessas bibliotecas, sobretudo no aspecto que alude à presença dos bibliotecários (Apêndice A), realidade que as exposições ocorridas nos Seminários ratificaram.

E a segunda foi a execução propriamente dita dos referidos Seminários para os quais todas as representações da categoria profissional dos bibliotecários e das instituições de ensino municipal, estadual e federal fundamental, médio e superior, sobretudo as públicas, foram convidadas, embora nem todas tenham participado.

As programações consistiram de exposições e palestras realizadas com o fim de promover reflexões sobre a atuação das bibliotecas escolares e públicas e seu relacionamento com a emancipação dos indivíduos e da sociedade e a barbárie, tomando os princípios da ética como referencial para as práticas civilizadas, o esclarecimento e as boas condutas profissionais, cujo propósito foi identificar a natureza da contribuição dada por essas bibliotecas aos indivíduos e à sociedade.<sup>1</sup>

No Brasil, a profissão de Bibliotecário foi criada em 1962, pela Lei Federal nº. 4.084/62 e, quatro anos depois, foi regulamentada pelo Decreto Federal nº. 56.725/65. Tais atos lhe asseguraram o status de curso superior e deram aos seus egressos a prerrogativa do exercício profissional nas bibliotecas de todas as tipologias e centros de documentação e, ao mesmo tempo, definiram a base legal para que a sociedade se protegesse dos maus serviços bibliotecários e tivesse a quem recorrer para ver cumpridos os seus direitos, conforme prescreve o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

---

<sup>1</sup> A emancipação conceituada com autonomia, mesmo que relativa, para pensar, elaborar e executar projetos próprios de desenvolvimento e a barbárie como toda ação humana que nega ou viola direitos à informação, à cultura e à educação (ADORNO, 2003; MATTÉI, 2002).

Respeitam-se as posições em contrário, mas foi a regulamentação profissional que fez surgir no Brasil uma série de entidades com naturezas e responsabilidades técnicas, políticas e sociais distintas, mas interdependentes. Grupo do qual fazem parte os cursos de Biblioteconomia (instituições de ensino superior, responsáveis pela formação dos bibliotecários); o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Biblioteconomia (autarquias de direito público, responsáveis pela orientação e a fiscalização do exercício profissional); as bibliotecas de todas as tipologias (serviços de informação, cultura e educação, tradicionais ou não, responsáveis pela mediação da informação à sociedade em geral); as associações e a federação de Bibliotecários (entidades civis de direito privado, responsáveis pela socialização dos conteúdos profissionais, por meio de eventos); e os sindicatos de Bibliotecários (entidades civis de direito privado, responsáveis pela mediação das relações de trabalho).

Para conceber os Seminários, partiu-se do entendimento de que as bibliotecas não existem por si nem para si, uma vez que carregam consigo as intencionalidades e concepções ideológicas daqueles que as pensam, as criam e as fazem funcionar, por meio de ações que levam às suas estruturas. Ações essas comprometidas com visões de mundo e de sociedade que tanto podem permitir que os seus serviços contribuam para a emancipação dos seus usuários e da sociedade, quanto para o fortalecimento de atos de regressão à barbárie, mesmo porque são elas que fazem a mediação entre os conteúdos dos bens culturais contidos nos seus acervos e as necessidades de formação e desenvolvimento cultural dos seus usuários.

Dois aspectos balizaram as suas realizações: a necessidade de fomentar o debate sobre as questões estruturais, funcionais e éticas das bibliotecas públicas e escolares brasileiras e a urgência do debate e da reflexão sobre os princípios que no momento orientam e disciplinam a conduta dos profissionais que atuam nessas bibliotecas, sejam eles bibliotecários ou não, considerando as realidades técnicas, políticas e sociais dos seus contextos, tendo em vista a elaboração de propostas de políticas públicas para essas bibliotecas e a reformulação do atual Código de Ética do Bibliotecário brasileiro.

No que tange à sua estruturação, a obra está dividida em três capítulos, os quais são apresentados a seguir:

**Capítulo I** – Contextos formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas brasileiras – apresenta, discute e reflete sobre os resultados dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas que o Sistema CFB/CRB realizou no período de maio de 2014 a abril de 2015, nas regiões do País, para coletar informações sobre os contextos formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas brasileiras, analisá-las e inferir sobre as influências das realidades identificadas sobre os processos de estruturação e de funcionamento dessas bibliotecas.

**Capítulo II** – Textos e contextos de ética pautados pela prática dos bibliotecários brasileiros – apresenta, discute e reflete sobre os resultados dos Seminários Regionais de Ética Profissional que o Sistema CFB/CRB realizou no período de maio de 2014 a abril de 2015, em todas as regiões do País, objetivando apresentar aos bibliotecários que atuam em bibliotecas escolares e públicas os princípios éticos que norteiam as condutas humana e profissional; oferecer a esses mesmos profissionais momentos de reflexão sobre as suas próprias condutas; e coletar informações para subsidiar a reformulação do vigente Código de Ética do Bibliotecário brasileiro.

**Capítulo III** – Os Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional segundo a avaliação dos participantes – apresenta, discute e reflete sobre os resultados da avaliação da programação dos Seminários realizados nas Regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.







## CAPÍTULO I

# CONTEXTOS FORMATIVOS E OPERACIONAIS **DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Este capítulo apresenta, discute e reflete sobre os resultados dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas que o Sistema CFB/CRB realizou no período de maio de 2014 a abril de 2015, em todas as regiões do País, para coletar informações sobre os contextos formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas brasileiras e, depois de analisá-las, inferir sobre a medida das influências das realidades identificadas sobre os processos de estruturação e de funcionamento dessas bibliotecas.

Concebido sob o tema central **Da Barbárie ao Compromisso Ético, Social e Político**, a sua programação foi estruturada em três painéis temáticos abrangendo conteúdos formativos e operacionais inter-relacionados: o primeiro deles atinente às Instituições Formadoras do Bibliotecário; o segundo alusivo às Bibliotecas Escolares e Públicas; e o terceiro concernente ao Sistema CFB/CRB.

## **1 Painel Instituições Formadoras do Bibliotecário Brasileiro:**

Este painel foi estruturado com a finalidade de identificar as disciplinas que apresentam e discutem os conteúdos relativos à estruturação e ao funcionamento das bibliotecas escolares e públicas, bem como aos princípios éticos humanos que devem orientar o exercício profissional, pertencentes aos currículos dos cursos de Biblioteconomia das Regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País que participaram dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas.

O conjunto das disciplinas identificadas e as observações correspondentes a ele serão apresentados gradualmente no curso dos subitens seguintes.

### **1.1 Disciplinas dos Cursos de Biblioteconomia da Região Norte**

As informações sobre as disciplinas dos cursos de Biblioteconomia da Região Norte foram coletadas durante a execução do Painel das Instituições Formadoras do Bibliotecário que foi inserido na programação do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas, realizado em Manaus/AM, nos dias 20 e 21 de maio de 2014, do qual participaram os dois cursos existentes na Região: os cursos da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Neste Painel aconteceram duas exposições. A primeira foi apresentada pela Profa. Ma. Amanda de Queiroz Bessa, Coordenadora do Curso de Biblioteconomia da UFAM, que, em sua fala, informou existir no currículo do Curso da UFAM apenas uma disciplina tratando da estruturação e do funcionamento de bibliotecas escolares e públicas: a disciplina obrigatória Unidades e Serviços de Informação (4 créditos), que substituiu as disciplinas, também obrigatórias, Bibliotecas Públicas e Escolares e Bibliotecas Universitárias e Especializadas, ambas de 4 créditos.

Em sua exposição também foi informada a existência da Disciplina Leitura e Biblioteca (3 créditos), que, além de ser optativa, possui conteúdo transversal e sua ementa enfatiza a leitura e não a biblioteca.

Comparando as cargas horárias das disciplinas substituídas (8h) com a carga horária da atual (4h), fica-se com impressão de que essa troca foi muito prejudicial à formação dos alunos e à atuação das bibliotecas escolares e públicas. Isto porque essa nova disciplina não consegue dar conta nem mesmo dos conteúdos relativos a uma dessas tipologias.

Já com relação à ética e à regulamentação profissional, esclareceu que esses assuntos são apresentados e discutidos somente em uma unidade do programa da Disciplina

obrigatória Introdução à Biblioteconomia (4 créditos). Realidade sugestiva de que os conteúdos da disciplina não têm conseguido dar conta desses assuntos de forma plena.

A segunda exposição foi apresentada pela Profa. Ma. Telma Sobrinho, Vice-Diretora da Faculdade de Biblioteconomia da UFPA, que em sua exposição esclareceu que o currículo do Curso de Biblioteconomia da UFPA não possui disciplinas que tratem diretamente da estruturação e do funcionamento das bibliotecas públicas e escolares. As quatro disciplinas listadas por ela, cujos títulos sugerem uma aproximação com essas temáticas, possuem conteúdos transversais: Mediação e Uso da Informação (4cr); Práticas em Mediação da Informação (4cr); Gestão de Unidades de Informação (4cr) e Leitura e Competência Informacional (a carga horária não foi informada).

Essa lacuna, decorrente dessa ausência de disciplinas dirigidas às bibliotecas escolares e públicas, denuncia prejuízos à formação dos alunos e à estruturação e ao funcionamento dessas bibliotecas de difícil mensuração.

Com relação à ética, embora o Curso da UFPA só ofereça a disciplina Ética e Informação (4cr), quando se reflete sobre o alcance dos conteúdos da sua ementa, fica-se com a impressão de que a mesma, no tocante à temática, tem conseguido atender as expectativas de formação dos alunos do Curso da UFPA.

## **1.2 Disciplinas dos Cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste**

As informações sobre as disciplinas dos cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste foram coletadas durante a execução do Painel Instituições Formadoras do Bibliotecário que fez parte da programação do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas, realizado em Maceió/AL, nos dias 5, 6 e 7 de agosto de 2014, do qual participou somente um dos oito cursos existentes nessa Região: o Curso de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Criado em 1998, o Curso oferece habilitação de Bacharelado, funciona no turno da noite em oito períodos e possui uma estruturação que está constituída da seguinte forma: 1920h de disciplinas obrigatórias; 480h de disciplinas eletivas; 240h de Estágio obrigatório; 140h de atividades complementares; e 120h de Trabalho de Conclusão de Curso.

Seu corpo docente é composto de 12 professores, os quais, em obediência ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, atuam por meio de estudos, reflexões e debates e visam a aquisição, a produção, a comunicação e a aplicação de novos conhecimentos, especialmente aqueles relacionados às realidades socioculturais da sociedade alagoana.

A apresentação das disciplinas que formam a sua estrutura curricular foi realizada pelo Coordenador do Curso, Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza, que, em sua exposição, evidenciou a existência de duas disciplinas optativas que tratam da estruturação e do funcionamento das bibliotecas escolares e públicas: Unidades de Informação Públicas, Escolares e Especializadas e Leitura e Biblioteca.

A primeira é uma disciplina de 60h aulas e 4 créditos. Sua ementa apresenta de forma integrada os diferentes serviços e atividades de informação em unidades públicas, escolares e especializadas e destaca os elementos da sua relação com a educação, a cultura e as transformações sociais e tecnológicas; discute o ambiente informacional e os recursos das unidades de informação em escolas, órgãos do governo, indústrias, empresas e negócios; analisa os processos das unidades de informação especializadas: serviços e atividades em instituições públicas, não-governamentais e privadas.

A segunda disciplina também possui carga horária de 60h e 4 créditos. Sua ementa enfoca sobretudo a leitura, destacando a sua natureza e funções, formação do leitor (motivações interesse de leitura), tipologias do leitor, literatura infanto-juvenil, discussões sobre gênero e panorama histórico, literatura infanto-juvenil e pedagogia, práticas de leitura na biblioteca e pesquisa escolar e biblioteca.

Com referência à disciplina Unidades de Informação Públicas, Escolares e Especializadas, o que parece problemático é que os conteúdos da sua ementa são bastante abrangentes, fato sugestivo de que a carga horária a ela destinada não é suficiente para que esses conteúdos sejam apresentados e discutidos de modo adequados e sem prejuízos à formação dos alunos do Curso da UFAL. Há que ser observado também que, além da sua natureza optativa, aspecto que pode significar oferta não regular nos semestres letivos, o enfoque temático sobre as bibliotecas escolares e bibliotecas públicas fica pouco visível na medida em que as discussões privilegiam as unidades de informação públicas, escolares e especializadas, o que pode resultar na linearidade e não no aprofundamento desses temas.

Em relação à disciplina Leitura e Biblioteca, também eletiva, o enfoque maior da ementa abrange os aspectos da leitura, leitor, literatura, o que caracteriza uma preocupação só com a pesquisa escolar e não com a estruturação das bibliotecas escolares e públicas, ou seja, suas missões, estruturas, objetivos, responsabilidades, legislação, entre outros aspectos de significativa importância para a formação do bibliotecário com competência para atuar em uma dessas bibliotecas.

O painalista registrou também a oferta de três Cursos de Extensão, que são coordenados pelos professores do ICHCA/UFAL. O primeiro, intitulado Organização e Dinamização de Espaços de Leitura, com caráter de Programa de Formação e Mediação de Leitura, tem como público alvo professores das escolas públicas estaduais e municipais do Estado de Alagoas e sua ementa abrange um breve histórico das políticas de livro e leitura, o objetivo do Plano Nacional Biblioteca da Escolar (PNBE), critérios e estratégias de seleção de livros do Ministério de Educação (MEC), o planejamento e gestão de projetos de leitura na escola e a elaboração e o planejamento de projeto de leitura. O segundo é o Curso Dinamização e Mediação na Biblioteca Escolar, que faz parte do Programa de Formação e Mediação de Leitura II e do 1º Encontro de Formação de Mediadores de Leitura de Alagoas, e tem como público alvo professores das escolas públicas estaduais e municipais do Estado de Alagoas e alunos dos Cursos de Biblioteconomia, Pedagogia e Letras da UFAL. Os dois Cursos têm como ministrante o Dr. Edivanio.

Dando continuidade à sua exposição, o Coordenador apresentou o Curso de Extensão Contando Histórias e Encantando os Espaços de Leitura (Figura 1), que integra o Programa de Formação e Mediação de Leitura II: 1º Encontro de Formação de Mediadores de Leitura de Alagoas e que, como o anterior, tem como público alvo professores das escolas públicas estaduais e municipais do Estado de Alagoas e alunos dos Cursos de Biblioteconomia, Pedagogia e Letras da UFAL.

Quanto às atividades de Pesquisa, destacou as ações do Grupo de Pesquisa Leitura, Biblioteca Escolar e Cidadania, que possui caráter interinstitucional, tendo como líderes as professoras Clarice Vanderlei Ferraz da UFAL e Dalgiza Andrade Oliveira da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Finalizou a sua apresentação tecendo algumas considerações em torno do conjunto de ações nos domínios do ensino, da extensão e da pesquisa e de outras ações vinculadas à produção e à comunicação científica afirmando que, do ponto de vista prático, essas ações são relativamente tímidas, havendo necessidade de maior envolvimento com as instituições escolares e públicas.

## Ações no Ensino

### Contando Histórias e Encantando os Espaços de Leitura

Profa. Adriana Lourenço



**Figura 1: Ações no Ensino: Curso de Extensão**

Fonte: SOUZA, 2014

Seguiu-se a apresentação da Profa. Ma. Adriana Lourenço, Coordenadora do Projeto Biblioencanta, que relatou experiências de ações de incentivo à leitura em bibliotecas públicas. Iniciou a sua fala apresentando o Projeto Biblioencanta, que é formado por um Grupo de Contadores de História, do qual participam graduandos e técnicos administrativos da UFAL. O Projeto desenvolve ações de biblioterapia e de incentivo à leitura por meio de contação de histórias, atendendo as comunidades carentes, ou em risco social, e escolas públicas (Figura 2).

O Grupo Biblioecanta, coordenado pela Profa. Adriana, executa o Projeto Era Uma Vez, que integra o Programa de Extensão do ICHCA/UFAL, desenvolve ações como Hora do Conto; Redes de Leitura na UFAL; a Leitura na Ressocialização de Menores; Cantando e Contando; Contando Histórias com Bonecos de manipulação e Coletiva Agagê: a leitura na periferia. Os contadores de histórias atendem pessoas das mais diversas idades, de crianças a idosos (Figura 3).

Para a Coordenadora do Projeto, o “estado de barbárie se reflete nos dados da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil”, desenvolvida pelo Instituto Pró-ler, publicada em 2012, apontando que o número de brasileiros leitores caiu em relação à última pesquisa realizada em 2007 e, de igual impacto, que “quanto mais escolarizado e mais rico é o entrevistado, maior é a penetração de leitura”.

Depois dessas observações, levantou a questão: O que pode ser feito para contribuir para a mudança dessa realidade em nível local? E ela mesma respondeu: a redução do distanciamento da leitura e da subutilização das bibliotecas estão entre as alternativas. Conforme a sua concepção, a contação de histórias pode ser um caminho para a formação

# BIBLIOENCANTA



Figura 2: Grupo Biblioencanta

Fonte: LOURENÇO, 2014

## A Terceira Idade

**Projeto Biblioencanta traz a todos o sentimento de reviver a infância. Crianças e adultos entraram na brincadeira de cantigas de roda e histórias infantis.**



Figura 3: Contação de histórias para Idosos

Fonte: LOURENÇO, 2014

de leitores e um caminho para a aproximação e o envolvimento com os ouvintes. O Grupo Biblioencanta participou também da Bienal do Livro no ano de 2013. (Figura 4).

A Coordenadora apontou, dentre outros resultados alcançados nas atividades de contação de histórias realizadas, a receptividade das crianças e de seus cuidadores, a maior utilização da biblioteca, as crianças querendo contar as histórias. Finalizou afirmando enfaticamente que “esse é nosso compromisso ético, social e político”.

### 1.3 Disciplinas dos Cursos de Biblioteconomia da Região Sul

O Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Sul foi sediado na cidade de Florianópolis/SC, no período de 23 a 24 de outubro de 2014, tendo como local o auditório da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A abertura do evento foi realizada pela Presidente do Sistema CFB/CRB, Regina Céli de Sousa, que saudou aos presentes, especialmente aos acadêmicos do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação (DCI) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que se deslocaram de ônibus da Universidade, de Porto Alegre à Florianópolis.

Na tarde do dia 23 de outubro, com início às 14h, ocorreu a abertura do Painel Instituições Formadoras do Bibliotecário e o primeiro painelista a apresentar o tema foi o Coordenador do Curso de Biblioteconomia, Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa, do DCI/FABICO/UFRGS. Iniciou sua fala abordando sobre a formação do bibliotecário

## Bienal do Livro 2013



**Figura 4: Participação na Bienal do livro em São Paulo**

Fonte: LOURENÇO, 2014

na UFRGS, apresentando ênfases, provocações e o objetivo do Curso, que é formar profissionais de nível superior, críticos, com competência para interagir em um mercado interdisciplinar e atuar em demandas de disponibilização da informação.

A missão do Curso se constitui na formação de profissionais que possuam conhecimentos teóricos e técnicos, possibilitado uma atuação profissional ética, crítica e comprometida com o interesse público, produzindo e socializando informações que permitam o pleno exercício da cidadania e o perfil do profissional se alicerça em uma formação generalista, uma característica dos Cursos de Biblioteconomia no Brasil e no Mercosul.

Conforme o Coordenador do Curso, as diferentes especializações devem ser buscadas pelos alunos de acordo com suas preferências pela participação em disciplinas eletivas, cursos de extensão, cursos de especialização. O egresso do Curso de Biblioteconomia da UFRGS deve se caracterizar como um profissional capaz de interagir no processo de transferência de informação, desde a sua geração até seu uso, consciente do valor que a informação possui para a sociedade e para o indivíduo, com vistas à melhoria da qualidade de vida, ao desenvolvimento da produção científica e tecnológica e ao aumento dos produtos de inovação.

Em relação à Ética, a área da filosofia se ocupa com as discussões relativas à reflexão, compreensão e justificativa dos costumes e das ações de diferentes agrupamentos humanos no que se refere à solução de questões morais comuns a esses grupos. Já a Deontologia, concebida como o conjunto de princípios e regras de conduta ou deveres de uma determinada profissão, foi apresentada como o ramo da ética em que o objeto de estudo é o fundamento do dever e das normas profissionais, conjunto de normas estabelecidas não pela moral e sim para a correção de suas intenções, ações, direitos, deveres e princípios.

O professor questionou: Quais as motivações que fundamentam a conduta dos grupos responsáveis pela formação cultural de outros indivíduos? Quem demanda? De que tipo é a demanda? Qual racionalidade estabelecida no processo formativo proposto? Quem são os atores sociais não ouvidos no processo? O que significa mediar? O que fizemos com a noção de desintermediação? Qual a concepção de uso e usuário de informação que pressupomos? E, as bibliotecas escolares e públicas são espaços de resistência para os bibliotecários? E continuou afirmando que "precisamos assumir como queremos ser identificados e que tipo de intervenção estabelecer na sociedade".

Após a realização do Painel, foi solicitada ao Prof. Rodrigo a informação sobre as disciplinas, especificamente sobre Ética, Bibliotecas Escolares e Bibliotecas Públicas, ministradas no Curso de Biblioteconomia e foi confirmada a oferta das três, sendo que a disciplina de Ética tem caráter obrigatório, ministrada na sexta etapa do Curso, e as disciplinas Organização de Bibliotecas Escolares (45h e 3 créditos) e Bibliotecas Públicas (45h e 3 créditos) fazem parte do elenco das disciplinas eletivas e são oferecidas alternadamente, na modalidade de Educação Aberta e a Distância (EAD), mediada por computador, havendo sempre a formação de uma turma com média de 30 acadêmicos matriculados em cada uma delas.

Informou, ainda, que o currículo do Curso de Biblioteconomia acompanha as diretrizes estabelecidas pela Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação (ABECIN) e recomendações das reuniões para Directores e Coordenadores das Escuelas de Bibliotecología del Mercosur, entendendo que as questões de caráter ético abordadas na disciplina Ética em Informação perpassam todas as relações e práticas profissionais, justificando sua inclusão como disciplina obrigatória, e que as disciplinas Bibliotecas Públicas e Organização de Bibliotecas Escolares devem fazer parte do grupo

das eletivas, uma vez que o currículo prevê que o aluno, de maneira autônoma, possa fazer suas escolhas em relação à sua formação.

Dando continuidade às participações dos cursos de Biblioteconomia, a Profa. Dra. Angélica Miranda representou a Coordenadora do Curso de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), da cidade de Rio Grande/RS, Profa. Dra. Renata Braz Gonçalves.

Criada em 1969, a FURG é a Universidade dos ecossistemas costeiros e oceânicos. O Curso de Biblioteconomia da FURG foi criado em 1974 e entrou em funcionamento em março de 1975, com a oferta de 25 vagas. Dentre as disciplinas que integram o seu currículo atualmente, destacam-se:

- Bibliotecas Escolares, disciplina obrigatória (45h e 3 créditos), cuja ementa compreende os assuntos seguintes: a biblioteca escolar como suporte e agente da educação. Organização e difusão das bibliotecas escolares. Bibliotecas escolares na sociedade brasileira: problemas e perspectivas.
- Bibliotecas Públicas, Comunitárias e Alternativas, disciplina obrigatória (30h e 2 créditos), cuja ementa contempla os temas seguintes: conceitos, história, papel social e problemática na sociedade brasileira contemporânea. Características e necessidades das respectivas comunidades. Tópicos atuais em bibliotecas públicas e alternativas.
- Oficina da Leitura, disciplina optativa (30h e 2 créditos), cuja ementa está assim constituída: atividades práticas de leitura, dirigidas para públicos especiais, em diferentes ambientes.
- História da Leitura, disciplina optativa (30h e 2 créditos), cuja ementa está constituída da seguinte forma: concepções de leitura. A pesquisa sobre leitura: tendências historiográficas. Alfabetização, letramento e leitura. Tipos de leitura. Leitura como prática social. Políticas de leitura, no mundo e no Brasil. Leitura e bibliotecas: realidade e possibilidades.
- Ação Cultural: teoria e prática, disciplina optativa (45h e 3 créditos), cuja ementa está constituída dos seguintes assuntos: conceitos e dinâmica de ação cultural. Características do setor cultural. Ação cultural em centros de informação. Agentes e mediadores culturais. Cultura pós-moderna e ação cultural. Temas contemporâneos em Ação Cultural.
- Memória e Cultura, disciplina optativa (45h e 3 créditos), cuja ementa está constituída pelos seguintes assuntos: Embasamento teórico. Conceitos básicos de cultura, bens culturais, patrimônio material e imaterial. Princípios que fundamentam a metodologia da Educação Patrimonial. Identificar e evidenciar as principais fontes de informação sobre o momento histórico e a sociedade que o criou e utilizou.

Com respeito aos conteúdos da Ética humana e profissional, a Coordenadora do Curso informou que os mesmos são trabalhados em diferentes disciplinas, mas não as identificou.

Quanto às atividades de Extensão, consideradas de significativa importância para o Curso da FURG e seus acadêmicos, os principais projetos que estão sendo realizados são os apresentados a seguir, juntamente com os seus resultados:

Biblioteca da Escola: Ativar! (Fotografias 1 a 4).

- Integração acadêmica: articulação com o ensino e a pesquisa;



**Fotografias 1 a 4: Cenas do Projeto de Extensão com participação de acadêmicos de Biblioteconomia**

Fonte: GONÇALVES, 2014

As crianças se tornaram mais participativas e críticas, apresentando seus pontos de vista e opiniões.

Também passaram a se interessar mais pela leitura, procurando mais a biblioteca e desejando ouvir e realizar leituras de textos.

Impacto social: as crianças, professores da Escola e os acadêmicos da equipe de execução passaram a praticar mais a leitura de obras de literatura infantil como suporte para a reflexão da realidade em que vivem.

Em continuidade ao Painel, no horário da tarde, a Coordenadora do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação (DCI), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Profa. Dra. Marli Dias de Souza Pinto, expôs a situação atual do Curso.

Em sua fala, iniciou informando que o Curso existe há 42 anos e em seguida passou a fazer algumas reflexões sobre a importância da realização dos Seminários promovidos pelo Sistema CFB/CRB. Destacou a realização do Curso de Gestão de Bibliotecas Escolares EAD, que tem como finalidade capacitar os profissionais (bibliotecários e professores) que atuam em bibliotecas escolares, tanto públicas quanto particulares, oferecendo disciplinas optativas sobre as bibliotecas públicas e bibliotecas escolares.

Refletiu acerca da situação das bibliotecas públicas e escolares e da ética profissional, focando aspectos de suas trajetórias. Para tanto, apoiada em Suaiden (2000), afirmou que historicamente o acesso à informação no Brasil sempre foi definido pelo

poder aquisitivo. Ponderou que a vinda da Biblioteca e da Imprensa Real também não representaram indicadores efetivos do acesso e da disponibilidade de informação para toda a sociedade e, mesmo posteriormente, todas as iniciativas para a criação de bibliotecas partiram sempre da ação governamental, cabendo aos governos estaduais, por meio de decretos, o ato formal da criação das bibliotecas.

A Coordenadora deu sequência em sua fala observando que a vontade de criar bibliotecas apresentava algumas características que não estavam planejadas, entre elas faltava visão aos administradores sobre alguns aspectos. Por exemplo, não havia previsão da infraestrutura necessária e os locais terminavam sendo todos improvisados, acervo geralmente desatualizado e formado por doações, instalações precárias, carência de recursos humanos adequados, entre outros. Essas eram as características dessas instituições chamadas bibliotecas.

Inicialmente o ônus da imagem dessas instituições provocou uma retração no potencial público usuário. A imagem das bibliotecas passou a ser negativa para a população e eram comuns afirmações de que se tratava de um local de castigo, ou destinado a uma pequena elite composta de eruditos.

Atualmente, de acordo com a Biblioteca Nacional (2000), a biblioteca pública se baseia na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento. Afirma que o acesso ao conhecimento básico é humano e o acesso à cultura é um direito humano. Tem ela a função de ser geradora de conhecimentos, através da oferta de informação, à medida que a informação e o conhecimento caminham juntos, tornando-se, assim, uma fonte que propicia a inclusão social e a prática da cidadania.

Destacou que no Brasil o cenário das bibliotecas públicas é outro. De acordo com o primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, realizado em 2010, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pedido do Ministério da Cultura (MinC), dos 5.565 municípios brasileiros um total de 1.152 municípios brasileiros não dispõem de nenhuma biblioteca. O Censo Nacional teve por objetivo subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas em todas as esferas de governo – federal, estadual e municipal – voltadas à melhoria e à valorização das bibliotecas públicas brasileiras. Das 4.513 bibliotecas que estão em funcionamento, apenas 45% têm computadores com acesso à *internet* e, boa parte destas, não disponibilizam coleções digitais e serviços eletrônicos, refletindo as tendências atuais, que permitem que um maior número de usuários tenha acesso à informação de forma ampla e democrática.

Como perspectivas, a Coordenadora aponta que, para mudar este cenário, é imprescindível que se destine um orçamento fixo para a administração das bibliotecas. Esta verba serve para comprar livros, investir em programas de leitura, assinar bases de dados e periódicos, disponibilizar produtos e serviços *online*, atendendo as necessidades de informação dos usuários locais remotos. Todos esses recursos possibilitam que a biblioteca preste um serviço de qualidade à comunidade.

A biblioteca pública é um serviço público e todos os segmentos da sociedade devem ser favorecidos por ele: crianças, jovens, idosos, trabalhadores e donas de casa devem encontrar na biblioteca serviços e materiais que satisfaçam os seus interesses de informação, seja para estudar, ler, se informar, ou apenas para o lazer. Com isso, as bibliotecas cumprem seu enorme compromisso social. A biblioteca pública é de extrema importância para uma sociedade; é um agente do qual provém a informação, sendo, assim, um meio de democratização da leitura e do conhecimento para um País.

Em relação às bibliotecas escolares, estas iniciam sua trajetória a partir de colégios jesuítas. Este tipo de biblioteca surge com um amplo aparato estrutural, seja de infraestrutura, seja de acervo; e só posteriormente é que o acesso a ela era restrito aos integrantes das ordens religiosas, tais como bispos, padres e outros indivíduos da igreja; e a terceira é que a biblioteca escolar, pelas razões expostas, em muitos casos, entre os séculos XVI e XIX, parecia mais uma biblioteca especializada, por ser mais utilizada para estudos religiosos e científicos.

No Brasil mudança de discurso e de ações relacionadas à biblioteca escolar levam a refletir sobre o problema da concepção que se tem dela, como qualquer espaço com qualquer acervo em uma estante. Cumpre à biblioteca escolar exercer as funções de incentivar a leitura dos estudantes; aprimorar a produção e o uso da informação em diversos suportes; organizar atividades que valorizem a consciência social e cultural em nível local, nacional e global; apoiar as atividades integradas ao currículo da escola.

A Lei Federal nº. 12.244, que busca universalizar as bibliotecas escolares no Brasil, foi aprovada no dia 24 de maio de 2010. Acerca desta Lei, alguns aspectos merecem ser destacados. O primeiro concerne ao prazo para a concretização da Lei, ou seja, que em dez anos todas as escolas contem com biblioteca e que haja nela, pelo menos, um título para cada aluno. O segundo é quanto ser respeitada a profissão de bibliotecário disciplinada na Lei nº. 4.084/62. A consolidação da Lei nº. 12.244 é fruto de um processo histórico de mobilização, envidado pela Biblioteconomia brasileira a partir de seus Conselhos, de suas Associações, seus Sindicatos, assim como de professores e estudantes dos cursos de Biblioteconomia e ainda dos bibliotecários; e a referida Lei mostra uma conotação de mudança, pois se configura precisamente na possibilidade de transformações que a biblioteca escolar precisa para mostrar sua potencialidade.

É preciso ponderar que um dos requisitos principais para a constituição de uma biblioteca escolar, hoje, é a existência de acervo que contenha suportes físicos e virtuais, complexos e dinâmicos, que deve possibilitar ao usuário variadas formas de acesso à informação, deve ser aliado do processo ensino-aprendizagem.

Portanto, é fundamental reconhecer que essa Lei poderá ser passível de reconhecimento se houver, ao longo desses anos, uma continuidade e ampliação no processo de mobilização da classe bibliotecária, mostrando a importância da biblioteca escolar. Do contrário, essa Lei se consolidará segundo a lógica da cultura de um País que recorrentemente elabora leis com um discurso esteticamente bem construído, mas sem uma efetiva contemplação prática.

Em 1997 Almeida Júnior escreveu que, no contexto da maioria das escolas, tanto de cunho municipal como estadual, há poucas bibliotecas e das existentes é esporádica a figura do Bibliotecário como mediador e efetivo elemento do desenvolvimento de suas atividades. Além disso, o seu aparato tecnológico é escasso ou, em alguns casos, inexistentes e o espaço físico, na maioria das vezes, inadequado.

A Coordenadora finalizou sua apresentação, afirmando que, a partir de tal verificação e da ciência de que se sabe de que muitas bibliotecas públicas não são gerenciadas por profissionais bibliotecários, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) tem priorizado, em suas ações, a formação de recursos humanos com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas bibliotecas. As bibliotecas públicas são instrumentos sociais que levam informação e conhecimento para a sociedade na qual estão inseridas; é necessário ter Bibliotecários graduados e que estes destaquem seu papel social e que sejam proativos buscando reais interesses e necessidades de seus usuários.

Seguiu-se a apresentação da Profa. Dra. Ana Maria Pereira, do Departamento de Biblioteconomia e Informação (DBI), da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), que expôs um quadro com a linha do tempo e a trajetória da estrutura curricular do Curso de Biblioteconomia da UDESC desde a sua criação.

No período de 1974 a 1980, o Código de Ética Profissional era estudado nas disciplinas introdutórias do Curso e sobre bibliotecas existia a disciplina obrigatória intitulada Organização e Administração de Bibliotecas. No ano de 1982, foi ofertado o Curso de Especialização em Administração de Bibliotecas Públicas e Escolares, fruto de uma parceria da UDESC com a Fundação Nacional Pró-Memória, o Instituto Nacional do Livro (INL) e a Fundação Estadual de Santa Catarina (FESC).

Durante o período que abrange de 1981 a 1984, os docentes propuseram uma nova reformulação curricular baseada no Currículo Mínimo Nacional, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). De 1985 ao 1º semestre de 1987, o Curso de Biblioteconomia funcionou em Blumenau/SC e, na oitava fase do Curso, os alunos direcionavam sua formação para as disciplinas de Bibliotecas Especializadas em Informação Científica e Tecnológica e Biblioteca Pública e Escolar. E, no período de 1987 ao 1º semestre de 1999, a disciplina de Biblioteca Escolar integrava a matriz curricular do Curso da UDESC.

No período de 2000 a 2001, foram introduzidas as disciplinas de Introdução à Biblioteconomia e Ciência da Informação e Evolução do Pensamento Científico e Filosófico e, com a reformulação do currículo, a disciplina de Biblioteca Escolar foi suprimida do Currículo de Biblioteconomia. Já no transcurso de 2002 a 2006, após as reformulações curriculares, a biblioteca escolar tem foco nos estudos de pesquisa do DBI da UDESC, nos desenvolvimentos de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e como campo de estágios curriculares.

Uma nova reformulação curricular, que foi iniciada em 2007 e ainda está em andamento, pretende retomar a oferta da disciplina de Bibliotecas Escolares.

Dando continuidade à realização do Painel, a Profa. Dra. Luciane de Fátima Beckman Cavalcante, do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), do Estado do Paraná, iniciou sua apresentação afirmando que a Biblioteconomia é profissão de caráter interventivo, já que as ações do bibliotecário podem interferir substancialmente na vida social dos indivíduos.

Para tanto, arguiu que o bibliotecário precisa estender a sua competência para além da biblioteca e da Biblioteconomia. Argumento que segue a mesma linha de raciocínio de Almeida (1987, p. 36), para quem não é mais adequado “[...] para a biblioteca pública, o bibliotecário que só sabe ‘biblioteca’, ou seja, que tem apenas competência técnica para trabalhar com seu objeto, a informação”.

A professora atribui aos profissionais que atuam na biblioteca uma expressiva responsabilidade social. Mas não se limitando a isso, recorre novamente a Almeida (1987, p. 36) para destacar que: “A informação, em si, não provoca nada de novo. É preciso colocá-la em circulação de tal forma que ela passe a adquirir significados para as pessoas, que ela interfira na vida das pessoas”.

Na sequência da sua fala, informou que, para o Curso de Biblioteconomia da UEL, a sociedade demanda por profissionais da informação que sejam capazes de enfrentar, com proficiência e efetividade, os problemas de sua prática profissional, de produzir e difundir conhecimentos, de refletir criticamente sobre a realidade que os cercam, de buscar aprimoramento contínuo e de orientar-se por padrões éticos de conduta.

Em seguida apresentou as disciplinas relacionadas à temática dos eventos, de acordo com a seriação do Curso:

a) 3ª. Série:

- Competência Informacional (30h e 2 créditos), disciplina ofertada no 2º semestre, cuja ementa abarca os seguintes assuntos: competência informacional: conceituação, aspectos teóricos e práticos. Necessidade da Informação, busca e uso da informação. A pesquisa na área da competência informacional. O aprendizado da competência na sociedade do conhecimento.
- Centros Culturais, Bibliotecas Públicas e Escolares (60h e 4 créditos), disciplina anual, cuja ementa está assim composta: centros culturais, bibliotecas públicas e escolares e sua relação com a comunidade e o bibliotecário enquanto agente cultural.
- Serviço de Informação e Referência (60h e 4 créditos), disciplina também anual, cuja ementa está constituída dos seguintes assuntos: Serviço de Informação e Referência: bibliotecários, usuários, produtos e serviços.

b) 4ª. Série:

- Mediação da Informação e do Conhecimento (60h e 4 créditos), disciplina anual, estruturada com a seguinte ementa: conceitos de mediação da Informação na Ciência da Informação. O mediador e suas ações colaborativas na construção do conhecimento dos usuários em diversificados ambientes.
- Ética e atuação do Bibliotecário (30h e 2 créditos), disciplina ofertada no 1º. Semestre, cuja ementa está assim estabelecida: Ética e Moral. Ética profissional. Código de Ética. Exercício da Profissão e Responsabilidade Social. Direitos e deveres do profissional. Legislação, associações, órgãos da categoria e seus objetivos.

O Curso de Biblioteconomia possui um Grupo de Pesquisa, criado em 2002, cuja área de interesse está focada na interface: informação e conhecimento. Esse Grupo vem realizando pesquisas e elaborando publicações relacionadas à mediação (implícita e explícita) da informação.

Inicialmente o foco das investigações era a mediação da informação mas, posteriormente, novos enfoques foram investigados, entre eles: a mediação e as múltiplas linguagens (texto impresso, filmico, obras de arte, música, entre outros). Mas há também assuntos que estão sendo estudados como: a midiaticização e a oralidade na web; os novos modos de leitura e de apropriação da informação; a mediação da literatura; as competências em informação; alfabetização científica, entre outros.

As propostas de um projeto ligado à ética são sempre desafiadoras, nesse caso o desafio é maior, pois há, na Ciência da Informação, publicações de inestimável valor, sendo exemplos os textos tradicionalmente citados de autores como Francisco das Chagas de Souza, Marta Ligia Pomin Valentim, José Augusto Chaves Guimarães, Johanna Wilhelmina Smit, Leilah Santiago Bufrem e Sônia Maria Breda, mas não há investigação quanto à ética nas mediações.

O Projeto tem como objetivo geral conhecer as representações de mediações éticas presentes nos discursos dos arquivistas e bibliotecários em exercício, da cidade de Londrina, e como objetivos específicos: investigar o significado de uma mediação ética nos discursos dos arquivistas e bibliotecários em exercício, mapear os sujeitos expostos à mediação ética destes profissionais e identificar a autoavaliação das mediações éticas cotidianas dos mesmos.

A proposta de pesquisar a ética nas mediações dos arquivistas e bibliotecários *em exercício* vem ao encontro de indagações ocorridas, até então, no atual Projeto de Pesquisa quanto à invisibilidade dos arquivistas e bibliotecários e a dificuldade das comunidades, sejam elas letradas ou iletradas, em perceber a informação como um bem social e a Arquivologia e a Biblioteconomia como profissões relevantes em suas vidas.

Finalizando o Painel, a Coordenadora do Curso Técnico em Biblioteconomia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Câmpus Porto Alegre, Profa. Dra. Lizandra Brasil Estabel, realizou sua apresentação, cujo texto transcrevemos na íntegra, intitulado: Curso Técnico em Biblioteconomia do IFRS - Câmpus Porto Alegre: Modalidade Presencial e em EAD.

O Curso Técnico em Biblioteconomia, na modalidade presencial, teve início em 2004, ainda na Escola Técnica da UFRGS, viabilizado a partir da parceria de docentes do Curso de Biblioteconomia da FABICO/UFRGS com a Escola Técnica, apoiados pela direção, comunidade educativa e da sociedade. Este Curso foi criado a fim de atender a uma necessidade de formação profissional, de nível pós-médio (técnico), capacitado e habilitado para atuar como assistente junto aos bibliotecários (Bacharéis em Biblioteconomia), em bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas, centros de pesquisa e documentação, empresas, sindicatos, associações, Organizações Não Governamentais (ONGs), profissionais liberais, entre outros.

No ano 2009, o Câmpus de Porto Alegre do IFRS nasceu da desvinculação da Escola Técnica da UFRGS, a partir da publicação da Lei nº. 11.892, em 29 de dezembro de 2008, que criou 38 Institutos Federais no País, cuja finalidade principal é estimular o Ensino Profissional e Tecnológico, a partir da formação de técnicos e tecnólogos alinhados com as demandas do mundo do trabalho e o desenvolvimento local.

Atualmente, o IFRS - Câmpus Porto Alegre - oferece 17 Cursos Técnicos na modalidade presencial, sendo um Curso de Ensino Médio integrado à formação profissional na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), 5 Cursos Superiores, 3 Cursos Técnicos na modalidade EAD mediado por computador, 1 Curso de Pós-Graduação *lato sensu* Mestrado Profissional em Informática na Educação, totalizando até o momento 4327 matriculados.

Dentre a oferta de cursos pelo IFRS - Câmpus Porto Alegre - destaca-se o Curso Técnico em Biblioteconomia, na modalidade presencial, cujo objetivo geral é formar pessoas aptas a exercer a profissão de Técnico em Biblioteconomia com competência, responsabilidade e ética, conscientes de seu compromisso social, cultural, educacional e profissional.

Especificamente o Curso busca:

- formar profissionais capazes de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pelo seu campo de trabalho.
- formar profissionais capazes de atuar nos mais diferentes e complexos campos de trabalho que envolvam conhecimentos das atividades vinculadas ao Técnico em Biblioteconomia.
- propiciar condições para formar profissionais éticos, que consigam atuar sob diferentes condições de trabalho, tomar decisões de forma responsável para solucionar problemas e enfrentar situações imprevistas e que possam trabalhar em grupo de forma respeitosa e solidária.

O currículo do Curso Técnico em Biblioteconomia presencial está organizado em três semestres. A carga horária total é de 1152 horas, acrescidas de 160 horas de estágio, totalizando 1312 horas. Dentre as disciplinas ofertadas, pode-se destacar: Introdução à

Biblioteconomia; Preservação e Conservação de Acervos Bibliográficos I e II; Literatura Aplicada à Biblioteconomia I e II; Introdução à Gestão de Bibliotecas; Introdução à organização e ao Tratamento da Informação; Introdução à Construção de Páginas Web; Introdução à Metodologia da Pesquisa e Orientação ao Acesso e Uso da Informação; Introdução às Técnicas de Atendimento ao Público; Contação de Histórias; Psicologia Educacional, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), entre outras. Para a aplicação prática, os alunos realizam Estágio Curricular Obrigatório, de 160h, atendendo a estas áreas. Além do estágio obrigatório, os alunos têm realizado atividades práticas através de estágio não obrigatório junto às bibliotecas.

Ao concluir o Curso, o Técnico em Biblioteconomia, ao atuar sob a supervisão do bibliotecário, deverá ser capaz de:

- realizar atividades técnico-administrativas de auxílio à organização, tratamento, disseminação, preservação, conservação e recuperação das unidades de acervo;
- executar procedimentos relacionados com a alimentação de sistemas informatizados de recuperação de informações;
- recepcionar/atender pessoas;
- assessorar o planejamento e a execução de reuniões e/ou eventos;
- participar de atividades de incentivo à leitura e de formação de leitores;



**Fotografia 5: Laboratório de Preservação e Recuperação de Acervo: aluna com deficiência visual (2009)**



**Fotografia 6: Organização do acervo da Sala de Leitura Tabajara Ruas do HCPA-RS**



**Fotografia 7: Participação em Eventos: Feira do Livro de Porto Alegre (2009): Patrono Carlos Urbim (in memoriam)**

Fonte: ESTABEL, 2014



**Fotografia 8: Evento Comemorativo dos 10 anos do Curso Técnico em Biblioteconomia (2014)**

- atuar no processo de acessibilidade e de inclusão social e digital de Pessoas com Deficiência (PcD);
- participar da realização de atividades de pesquisa e de extensão;
- realizar suas atividades, buscando a qualidade do desenvolvimento de recursos e serviços biblioteconômicos.

A seguir, alguns registros fotográficos dos alunos do Curso Técnico em Biblioteconomia em atividades práticas e eventos: (Fotografias 5 a 8).

Ao completar 10 anos de formação de Técnico em Biblioteconomia na Rede Federal e no Estado do Rio Grande do Sul, surgiu o desafio da oferta do Curso Técnico em Biblioteconomia na modalidade EAD, mediado por computador.

O Curso Técnico em Biblioteconomia caracteriza-se por ser um curso subsequente, na modalidade EAD, mediado por computador, a alunos egressos do Ensino Médio ou equivalente, residentes em 10 municípios que possuem polo do Programa E-Tec Brasil: Canoas, Cachoeira do Sul; São Francisco de Paula; São Lourenço do Sul; Santana do Livramento, Picada Café; Santo Antonio da Patrulha; Eldorado do Sul, Erechim e Novo Hamburgo, com a participação de 30 alunos por Polo, perfazendo um total de 300 alunos. Foi criado o logo para ser utilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Moodle, bem como em todas as correspondências e todos os documentos do Curso visando uma identidade do Curso.

O currículo está organizado em três semestres, com carga horária total de 840 horas. Reveste-se de significativa importância o oferecimento do Curso Técnico em Biblioteconomia, na modalidade EAD mediada por computador, e a formação do Técnico em Biblioteconomia residente no interior do Estado, devido à carência de Cursos nesta área e, principalmente, pela necessidade de formação deste profissional para atuar nos diversos tipos de bibliotecas, com qualidade e competência, possibilitando que as bibliotecas ofereçam um serviço de qualidade e promovam a inclusão social no Estado do Rio Grande do Sul. Com o advento das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC), e, mais precisamente, a possibilidade de utilização destas ferramentas na Educação, através da EAD e da utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), foi possível a oferta do Curso para atender ao público interessado que reside em regiões geograficamente distantes de Porto Alegre.

A formação do Técnico em Biblioteconomia, segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação, está no Eixo Tecnológico: apoio educacional. Ao término do Curso, destacam-se algumas competências do Técnico em Biblioteconomia: executar procedimentos de auxílio à organização, tratamento, disseminação, preservação, conservação e recuperação das unidades de acervo; executar procedimentos relacionados com a alimentação de sistemas informatizados de recuperação de informações; realizar suas atividades, buscando a qualidade do desenvolvimento de recursos e serviços; preparar e/ou assessorar o planejamento e a execução de reuniões e/ou eventos; realizar atividades de incentivo à leitura e formação de leitores; promover a acessibilidade e a inclusão social e digital de PcD.

Ainda, a criação de Cursos Técnicos e sua realização configuram-se como a oportunidade de o bibliotecário atuar como docente na Rede Federal na Educação Profissional e Tecnológica formando técnicos, na modalidade EAD e presencial, competentes e atuantes. Considera-se de suma importância o cumprimento da Lei Federal nº. 12.244/2010, pela melhoria das Bibliotecas Escolares na qualidade e no atendimento à sociedade, prevendo a atuação do Técnico em Biblioteconomia, junto e sob a supervisão do bibliotecário, nas redes de bibliotecas dos municípios e estados. No ano de 2010, foi realizado Concurso Público para

Prefeitura Municipal de Esteio/RS para o cargo de Técnico em Biblioteconomia, 18 vagas, sendo que 15 dos classificados são oriundos do IFRS-Câmpus Porto Alegre. Portanto, a luta pela valorização da profissão inicia com uma formação de qualidade e competência para o fortalecimento da Biblioteconomia e para que possamos promover a leitura, a informação e a acessibilidade junto à sociedade brasileira.

Em 06 de junho de 2012, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), conforme a Resolução nº 4, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), alterou o nome do Curso Técnico em Biblioteconomia para Técnico em Biblioteca. Após a referida alteração, que causou descontentamento generalizado de alunos, docentes e egressos, foram realizadas manifestações públicas através das redes sociais. Diante do ocorrido, foi criada uma Comissão de Técnicos em Biblioteconomia e, juntamente com docentes do Curso, bibliotecários e órgãos de classe, realizou-se o II Biblioencontro de Alunos e Técnicos em Biblioteconomia, no dia 24 de setembro de 2012, no Auditório do IFRS-Câmpus Porto Alegre. Neste Encontro foram estabelecidas algumas ações para que fosse revertida a alteração realizada no CNCT; dentre estas pode-se destacar: realizar manifestações através do site do MEC, na página do CNCT, que aceita comentários e sugestões referentes às alterações realizadas e buscar junto ao IFRS e ao Conselho Federal de Biblioteconomia apoio necessário para fortalecer as ações do grupo.

A Lei Federal nº. 9.674, de 25 de junho de 1998, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências, no seu capítulo VIII do Cadastro das pessoas jurídicas, cita o Técnico em Biblioteconomia e não Técnico em Biblioteca:

§3º. As Bibliotecas Públicas localizadas em Municípios com até dez mil habitantes e cujo acervo não ultrapasse a duzentos exemplares catalogados poderão funcionar sob a supervisão de um **Técnico em Biblioteconomia**, devidamente registrado perante o Conselho e, neste caso, deverão comunicar ao respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia a criação, o funcionamento e a responsabilidade técnica da Biblioteca, para fins de anotação e controle, sendo isentas de qualquer taxa ou contribuição. [grifo nosso].

O CFB, na política da 16ª Gestão, tem apoiado, em todos os âmbitos, a regulamentação profissional do Técnico em Biblioteconomia; protocolou o Ofício 16º CFB N. 156/2013, de 05 de agosto de 2013, contrário à mudança do nome e se posicionando com os seguintes argumentos, dentre outros:

Nota-se que a legislação definiu de forma clara a nomenclatura de definição e tratamento da graduação e bacharelado em BIBLIOTECONOMIA, sendo, portanto, irregular a denominação diferente do que estabelece a lei. Acrescente-se que a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), definiu de forma correta o item 3711 e 3711-10 que diz Técnicos em biblioteconomia e não em Técnicos em Biblioteca. É importante esclarecer que a formação em Biblioteconomia (Ciência) é que permite que o profissional exerça suas atividades dentro do campo da sua competência e prerrogativa, onde a Biblioteca é um dos locais de atuação desse profissional. Não se pode admitir uma formação restrita à biblioteca, devendo a denominação respeitar o princípio da profissão regulamentada afeta à formação em Biblioteconomia.

No dia 23 de setembro, em Brasília, foi realizada uma reunião no MEC tratando sobre a alteração do nome do Curso (Fotografia 9). A reunião foi presidida pelo Secretário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Prof. Dr. Aléssio Trindade de Barros e pela Diretora de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, Profa. Nilva Schroeder, com



**Fotografia 9: Reunião no MEC sobre a alteração do nome para Técnico em Biblioteconomia**

Fonte: ESTABEL, 2014



**Fotografia 10: Evento dos 10 anos de Curso Técnico em Biblioteconomia**

Fonte: CONRADO, 2014

a participação da Coordenadora do Curso Técnico em Biblioteconomia do IFRS-Câmpus Porto Alegre, Profa. Dra. Lizandra Brasil Estabel, da Conselheira do CFB, Profa. Dra. Eliane Lourdes da Silva Moro (representando a Presidente do CFB Regina Céli de Sousa) e representante do Diretor do IFRS-Câmpus Porto Alegre, Prof. Me. Sergio Vianna (representando o Diretor do IFRS-Câmpus Porto Alegre, Prof. Paulo Roberto Sangoi).

A reunião resultou no encaminhamento do ofício 1746/2014 da SETEC/MEC à direção do IFRS-Câmpus Porto Alegre, alterando o nome do Curso para Técnico em Biblioteconomia, conteúdo que também consta na Resolução 08/2014, do CNE, que altera e determina, na próxima edição do CNCT, o nome para Técnico em BIBLIOTECONOMIA. O registro da alteração do nome do Curso foi evidenciado por ocasião da solenidade de comemoração da criação de 10 anos do Curso Técnico em Biblioteconomia, que contou com a presença da Presidente do CFB Regina Céli de Sousa, realizada no dia 17 de outubro de 2014, no IFRS Câmpus Porto Alegre. (Fotografia 10).

Esta informação é de grande relevância para todos os que lutam pela Biblioteconomia e pela formação de qualidade dos Técnicos em Biblioteconomia. Registra-se o apoio e a parceria do CFB na valorização deste profissional neste breve registro de uma das ações. E esta luta continua pela regulamentação da profissão de Técnico em Biblioteconomia, através da aprovação do Projeto de Lei nº. 6038 de 2013 que tramita na Câmara dos Deputados.

#### **1.4 Disciplinas dos Cursos de Biblioteconomia da Região Sudeste**

As informações sobre as disciplinas dos cursos de Biblioteconomia da Região Sudeste foram coletadas durante a execução do Painel das Instituições Formadoras do Bibliotecário que fez parte da programação do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas, realizado em Belo Horizonte/MG, no período de 21 e 22 de novembro de 2014.

De acordo com informações do CFB, na Região Sudeste há atualmente dezessete cursos de Biblioteconomia, mas só sete deles participaram do Painel: os cursos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); da Universidade de São Paulo (USP); da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (FESPSP); das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila (FATEA) e o do Centro Universitário Assunção (UNIFAI).

A primeira apresentação foi realizada pela Profa. Dra. Cintia de Azevedo Lourenço, Coordenadora do Curso de Biblioteconomia e Gestão da Informação da UFMG, que, em sua fala, informou que a estrutura curricular do Curso não possui disciplinas que tratem diretamente das bibliotecas escolares e públicas, ainda que a instituição abrigue o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE).<sup>2</sup>

As razões para essa opção institucional estão expressas na Revista Diversa nº. 15, site desenvolvido pelo Núcleo Web do Centro de Comunicação da UFMG, como demonstrado no texto abaixo destacado:

O desafio permanente é desvincular da atividade uma imagem que, definitivamente, pertence ao passado: o curso de Biblioteconomia forma profissionais para as bibliotecas. Há muito tempo esta concepção foi superada, ainda que muitos setores da sociedade insistam em enxergar a formação de forma limitada. De acordo com a coordenadora do curso de Biblioteconomia da UFMG, Cíntia de Azevedo Lourenço, apesar das bibliotecas ainda serem os locais que mais absorvem o profissional, cada vez mais as empresas estão percebendo a importância de um bibliotecário como intérprete de seus quadros, principalmente para ga-

<sup>2</sup> Há uma imprecisão nessa informação, porquanto na estrutura curricular do Curso da UFMG (2009), publicada no seu site oficial, identificam-se pelo menos cinco disciplinas tratando desse tema, todas obrigatórias: Introdução à Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia (60h); Cultura e informação (60h); Bibliotecas, arquivos e museus digitais (60h); Competência informacional (30h); Leitura e formação do leitor (60h); e Serviços de disseminação de informação (60h).

rantir acesso, organização e gestão da informação.<sup>3</sup>

Em sua fala, entretanto, a professora justificou que as disciplinas tradicionais do Curso vêm perdendo espaço para as áreas de gestão e tecnologia, a ponto de estarem sendo contratados docentes de outras áreas, que desconhecem e não têm interesse em conhecer a Biblioteconomia. Tais ocorrências têm imposto dificuldades à atualização do quadro profissional, sobretudo para as áreas socioculturais.

Por fim, ao concluir a sua apresentação, esclareceu: o Curso da UFMG não está atuando para formar bibliotecários para as bibliotecas tradicionais, mas gestores da informação e do conhecimento.

A segunda exposição foi realizada pela Profa. Dra. Mariza Russo, do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ, que tem por finalidade a formação de profissionais com habilidades e competências para gestão de unidades de informação. Registre-se, contudo, que, durante a sua apresentação, não foi precisado o alcance do conceito de unidades de informação, uma vez que não foi esclarecido se o mesmo inclui os arquivos, museus e outros equipamentos culturais, ou se está limitado às bibliotecas, sejam presenciais ou virtuais.

Ao fim da sua fala, ficou evidenciado que a estrutura curricular do Curso de Biblioteconomia da UFRJ só possui duas disciplinas que tratam da estruturação e do funcionamento das bibliotecas escolares e públicas, embora ambas sejam optativas: Gestão de Bibliotecas Escolares e Gestão de Bibliotecas Públicas. Todas as demais disciplinas que fazem parte da estrutura curricular do Curso possuem conteúdos de natureza ampliada ou transversal.

Ainda com relação às duas disciplinas supracitadas, cabe observar que o total de créditos e a carga horária de ambas não foram informados e o fato de não serem obrigatórias sugere que as suas ofertas não são regulares. Neste caso, ocorrências que fragilizariam a formação generalista que este Curso de Biblioteconomia oferece aos seus alunos. No entanto, o Curso está atualizando o currículo e a disciplina de Bibliotecas Escolares está sendo pensada para ser oferecida em caráter obrigatório.

A terceira exposição foi apresentada pela Profa. Ma. Daniela Fernanda Assis de Oliveira Spudeit, Coordenadora do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia da UNIRIO, cujo foco é a formação de profissionais com sólida fundamentação nos conhecimentos da área pedagógica, integrada aos da área biblioteconômica, e competências relativas à compreensão do papel social e político da escola, da Pedagogia e da Biblioteconomia em diferentes contextos e em articulação interdisciplinar.

De acordo com a exposição, o Curso de Licenciatura em Biblioteconomia da UNIRIO traduz uma proposta nova em termos de formação profissional e o campo de atuação dos seus licenciados é amplo e está em transformação contínua. Pelo menos é isso que expressa o perfil registrado no site da Universidade.

Conforme esclareceu a sua Coordenadora, a ênfase do Curso é o magistério e essa opção possibilita aos seus egressos o desenvolvimento de suas atividades em instituições de ensino fundamental e médio dos sistemas federal, estadual e municipal, bem como em instituições pertencentes ao setor privado, principalmente no âmbito da formação técnico-profissional.

---

3 [www.ufmg.br/diversa/15/index.php?option=com\\_content&view=article&id=37%3Abiblioteconomia-&Itemid=14](http://www.ufmg.br/diversa/15/index.php?option=com_content&view=article&id=37%3Abiblioteconomia-&Itemid=14)

Foi esclarecido ainda que o Curso oferece 80 vagas anuais, é ministrado no turno noturno e possui uma carga horária de 3.405 horas, que pode ser integralizada em 8 ou 14 semestres.

Com respeito às disciplinas dirigidas à estruturação e ao funcionamento das bibliotecas escolares e públicas, a exposição feita permitiu identificar que a estrutura curricular do Curso apenas possui disciplinas de 2 créditos e 30h, e, mesmo assim, não obrigatórias: Biblioteconomia Escolar; Biblioteconomia Pública; Biblioteconomia Infanto-Juvenil; e Biblioteconomia e Leitura.

Se forem considerados somente os conteúdos que os títulos das disciplinas sugerem, não há reparos a serem feitos. A possibilidade de inadequação só começa a ser vislumbrada quando se pondera sobre as cargas horárias e a natureza eletiva das disciplinas. De um lado, não é possível que a apresentação dos conteúdos das disciplinas acima, e as discussões dela decorrentes, focando para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas que os seus títulos sugerem, possam ser concluídas em 15 aulas de duas horas ou 5 aulas de três horas cada sem prejuízo ao processo formativo dos alunos. De outro, como as disciplinas são eletivas, não há garantias de que suas ofertas sejam regulares, e isso prejudicaria a formação generalista que os cursos de Biblioteconomia oferecem aos seus alunos.

A quarta exposição foi feita pelo Prof. Dr. José Fernando Modesto da Silva, do Curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP. Em sua apresentação, esclareceu que o Curso completou 45 anos de existência, mas no momento está passando por uma crise de identidade, tendo sido constituída uma Comissão de docentes para estudar e propor alternativas com vistas à sua Reestruturação. O Curso hoje possui apenas 16 docentes.

Durante a sua fala foi informado que, embora o Curso de Biblioteconomia da USP/Câmpus da capital continue formando bibliotecários generalistas, sua estrutura curricular atual não possui disciplinas que tratem diretamente da estruturação e do funcionamento das bibliotecas escolares e públicas, embora possua dois Grupos de Pesquisa: um em biblioteca escolar e outro em biblioteca pública.

Isto significa que essas bibliotecas são tratadas de forma superficial e indiretamente pelas disciplinas de conteúdos transversais, como a disciplina Estágio Supervisionado em Unidades de Informação (390h), embora também sejam objeto da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Ainda, de acordo com o Dr. Fernando Modesto, apenas a estrutura curricular do Curso de Biblioteconomia da USP/Câmpus de Ribeirão Preto possui disciplinas sobre esses assuntos. Mas a ética integra o conteúdo programático da disciplina obrigatória Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (4 créditos e 60h) nos dois *Campi*.

A quinta exposição contemplou o Curso de Biblioteconomia das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila (FATEA). Sua apresentação foi realizada pela Profa. Dra. Eliane Lourdes da Silva Moro, Conselheira do CFB, que apenas leu o documento enviado pela Coordenadora do Curso, Profa. Cristina Aparecida Lino de Paiva, uma vez que a mesma não pode comparecer ao evento.

De acordo com o conteúdo do documento lido, percebeu-se que a estrutura curricular do Curso da FATEA possui apenas uma disciplina obrigatória que trata diretamente da estruturação e do funcionamento das bibliotecas escolares e das bibliotecas públicas: Administração de Bibliotecas Públicas e Escolares.

As demais disciplinas, ainda que sejam obrigatórias, são todas de conteúdo transversal: Teoria da Ação Cultural, Ações Culturais e Processo de Leitura. No caso da ética, a estrutura curricular do curso possui a disciplina obrigatória Ética Profissional.

Mas como o número total de créditos e a carga horária dessas disciplinas não foram informados no momento da exposição, nem posteriormente durante a fase dos debates, devido à ausência da Coordenação, qualquer projeção sobre o alcance e a pertinência dos seus conteúdos ficou prejudicada.

A sexta exposição foi apresentada pelo Prof. Francisco Lopes de Aguiar, do Curso de Biblioteconomia da FESPSP. Em sua fala, o professor fez algumas ponderações sobre a situação atual dos conteúdos sobre as bibliotecas escolares e as bibliotecas públicas no âmbito do Curso da FESPSP, acentuando o histórico de afastamento da área cultural das suas práticas cotidianas, ao contrário do que observa ocorrer com os conteúdos técnicos, e afirmando a necessidade da institucionalização dos conceitos de biblioteca escolar e de biblioteca pública, para pensá-las como um projeto da área cultural.

Após essas ponderações iniciais, passou a apresentar a constituição atual da estrutura curricular do Curso de Biblioteconomia da FESPSP. Assim, considerando tanto os dados repassados na sua fala, quanto os tópicos das ementas divulgadas no site institucional, pode-se afirmar que a mesma possui apenas uma disciplina que trata da estruturação e do funcionamento dessas bibliotecas: a disciplina obrigatória Tipologia de Serviços de Informação (5 créditos - 75h). Isto porque a outra disciplina identificada – Mediação da Informação, da Leitura e do Aprendizado (3 créditos -45h) – apenas trata desses aspectos de modo transversal.

Com relação à disciplina Tipologia de Serviços de Informação em particular, o que pode ser ponderado é que talvez a sua carga horária não seja suficiente para assegurar a apresentação integral e satisfatória dos conteúdos, e as discussões dela decorrentes, de uma ementa tão abrangente sem causar prejuízos à formação dos alunos.

A pertinência dessa ponderação pode ser mais bem entendida observando-se os itens que integram a ementa da disciplina em questão, conforme apresentados no site institucional da FESPSP e abaixo destacados:

Apresentação e análise dos diversos tipos de Serviços de Informação, bem como de seus usuários típicos, recursos informacionais, infraestrutura, produtos e serviços. Visitas orientadas presenciais e virtuais, a fim de treinar a percepção dos alunos na identificação e distinção de cada Serviço de Informação.

Quanto aos conteúdos sobre ética, a partir das informações repassadas na exposição, pode-se afirmar que a estrutura curricular do Curso de Biblioteconomia da FESPSP possui somente uma disciplina que a tem como objeto: Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Observe-se, porém, que embora a sua natureza seja obrigatória, os itens da sua ementa sugerem que esta disciplina trata da ética profissional apartando-a do conjunto de princípios éticos orientadores da conduta humana, e isto fragiliza a formação dos alunos.

A sétima e última exposição do Painel foi realizada pelo Prof. Marcelo Dias de Carvalho, do Curso de Biblioteconomia do Centro Universitário Assunção (UNIFAI), que o representou no impedimento do seu atual Coordenador acadêmico, Prof. Me. Rogério Xavier Neves.

Sua exposição, porém, não se pautou pela estrutura do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UNIFAI, mas pela estrutura de um Curso de Pós-Graduação em Gestão de

Bibliotecas Escolares, em nível de especialização (*lato sensu*), que foi ofertado no primeiro semestre de 2014. Inadequação que não foi percebida nem explicada durante a exposição.

Acredita-se que o representante da UNIFAI apenas pretendeu socializar e dar luz ao Programa Institucional de Pós-Graduação *Lato Sensu* e às peculiaridades do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Bibliotecas Escolares.

De acordo com o site institucional da UNIFAI, a estrutura curricular do seu Curso de Graduação em Biblioteconomia não possui disciplinas que diretamente se voltem para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares e públicas. As únicas disciplinas incluídas nessa estrutura que se aproximam dessa objetivação possuem conteúdos gerais ou transversais: Ações Culturais em Bibliotecas e Unidades de Informação.

Ao final da sua apresentação, ainda focando apenas para a biblioteca escolar, o Prof. Marcelo elencou algumas ações que, no seu entendimento, são desafios que os cursos de Biblioteconomia ainda precisam enfrentar e vencer. São elas:

- romper com o estigma de que as bibliotecas escolares são espaços isolados do processo educacional;
- estimular a integração e atuação conjunta de professores e bibliotecários no projeto pedagógico das escolas;
- promover uma visão holística, em que biblioteca escolar esteja integrada a outros espaços de apoio educacional;
- conciliar a formação e o perfil do gestor em bibliotecas escolares de acordo com as diretrizes internacionais e nacionais para este tipo de unidade de informação;
- contribuir e, conseqüentemente, propiciar a valorização do bibliotecário (profissional e docente) no processo de formação desses gestores em bibliotecas escolares;
- atender as demandas das instituições de ensino em torno do perfil esperado para este profissional, sobretudo no que diz respeito ao letramento informacional para a comunidade escolar.

## **1.5 Disciplinas dos cursos de Biblioteconomia da Região Centro-Oeste**

As informações sobre as disciplinas dos cursos de Biblioteconomia da Região Centro-Oeste foram obtidas durante a execução do Painel Instituições Formadoras do Bibliotecário que fez parte da programação do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas, realizado em Goiânia/GO, nos dias 23 e 24 de abril de 2015, tendo como local o Auditório João Bênio, da Casa da Indústria, no SESI de Goiânia. No referido Painel, participou somente um dos cinco cursos existentes nessa Região: o Curso da Universidade Federal de Goiás (UFG).

A apresentação do quadro das disciplinas inseridas no currículo do Curso de graduação em Biblioteconomia da UFG foi realizada pela Profa. Dra. Luciana Cândida da Silva, Coordenadora do Curso, que, em sua fala, evidenciou não haver no currículo disciplinas tratando diretamente da estruturação e do funcionamento das bibliotecas escolares e públicas.

A Dra. Luciana apresentou “O Curso de Biblioteconomia da UFG no contexto das Bibliotecas Escolares e Públicas”, que está vinculado à Unidade da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG, funciona no turno predominantemente matutino, oferece o número de 50 vagas, tendo a duração mínima de 8 semestres e máxima de 10 semestres e possui 231 alunos ativos em 2015. O Curso foi criado em 1979 e exige a carga horária de 2.854 horas para integralização curricular.

Após algumas reformulações curriculares, o Curso de Biblioteconomia está modificando o seu Projeto Pedagógico e a última alteração iniciou em fevereiro de 2015, no anseio de atender a Lei nº. 12.244, de 24 de maio de 2010, sobre a Universalização das Bibliotecas nas Instituições de Ensino no País, com previsão de conclusão até junho do corrente ano.

Ao serem elencadas as disciplinas inseridas na estrutura curricular do Curso da UFG, ficou-se com a impressão de que nenhuma atende a esse objetivo, pois os seus conteúdos são gerais ou transversais. Essas disciplinas são as seguintes: Fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação; Fundamentos da Educação; Produção Cultural para Crianças e Jovens; Leitura e Sociedade; Políticas de Informação Educacional e Social; Políticas de Informação Científica, Tecnológica e Industrial; Tópicos Especiais em Informação e Desenvolvimento Econômico; Estágio em Unidades de Informação Educacional e Social; e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

A Dra. Luciana finalizou sua apresentação fazendo dois questionamentos: Quais as ações desempenhadas pela Rede de Bibliotecas Públicas dos Estados do Centro-Oeste, inclusive de Goiás? E quais os projetos da Secretaria de Educação e da Secretaria de Cultura em prol das bibliotecas públicas e escolares?

Não se pode negar que se trata de um bom currículo, e até se pode projetar que atenda ao perfil do egresso que o curso pretende formar e entregar ao mercado de trabalho goiano, mas também é certo que ele não dá conta das particularidades relativas à estruturação e ao funcionamento das bibliotecas escolares e públicas. E isso é um problema para a área de Biblioteconomia e para a sociedade goiana em particular, ainda que tenha sido informado que o Curso da UFG desenvolve projetos de pesquisa e extensão tendo as bibliotecas escolares e públicas como foco.

## **2 Painel Bibliotecas Escolares e Públicas**

Este painel foi organizado com a finalidade de levantar informações sobre as condições infraestruturais que sustentam o funcionamento das bibliotecas escolares e públicas das Regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste brasileiras, sobretudo as atinentes a recursos humanos e serviços, para inferir a medida de suas adequações à legislação que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário no Brasil e às expectativas da sociedade.

Sua estruturação consistiu de três exposições: as duas primeiras referentes às bibliotecas escolares das Redes Públicas de Educação Municipal e a última relativa aos Sistemas Estaduais e Municipais de Bibliotecas Públicas.

As condições infraestruturais relativas a essas bibliotecas em seus contextos serão apresentadas gradualmente no curso dos subitens seguintes, segundo a cronologia e a ordem em que se realizaram os Seminários em cada região brasileira.

### **2.1 Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Norte**

As informações sobre as condições infraestruturais das bibliotecas escolares e públicas que atuam nos Estados que integram a Região Norte foram coletadas no Painel Bibliotecas Escolares e Públicas, que fez parte da programação do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas, realizado em Manaus/AM, nos dias 20 e 21 de maio de 2014.

Foram realizadas três exposições: as duas primeiras atinentes às bibliotecas escolares das redes públicas de educação municipal e estadual e a última alusiva ao Sistema

Estadual de Bibliotecas Públicas do Amazonas, todas ocorridas na manhã do dia 20 de maio de 2014.

A abertura do painel foi realizada pela Bibliotecária Regina Céli de Sousa, Presidente do CFB, que, depois de cumprimentar todos os componentes da mesa e os participantes do evento (bibliotecários; professores e alunos de Biblioteconomia e demais áreas do conhecimento presentes), registrou sua expectativa de que todos contribuíssem com seus saberes e experiências para a qualidade dos debates.

Na sequência, a Presidente do CFB passou a discorrer sobre alguns aspectos socioculturais e profissionais que, no seu entendimento, justificam e dão significado à existência e à atuação das bibliotecas escolares e públicas nas sociedades, pela relação estreita que guardam com a conquista e o exercício da cidadania. E, para garantir acesso a tais aspectos e às observações correspondentes, a íntegra do seu texto de abertura segue apresentada no Anexo A.

A primeira exposição do Painel foi apresentada pela Bibliotecária Silene Lima, do Núcleo de Bibliotecas Escolares da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que, em sua fala, enfatizou o Programa de Melhoria da Biblioteca Escolar, elaborado e executado no âmbito da SEMED com a finalidade de oferecer diretrizes para o planejamento, o controle, a coordenação, a supervisão e a avaliação das atividades destinadas ao funcionamento das bibliotecas escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Manaus (RPMEM).

A Bibliotecária apresentou o Programa de Melhoria da Biblioteca Escolar afirmando que é um programa que tem o objetivo de planejar, controlar, coordenar, supervisionar e avaliar todas as atividades relacionadas às Bibliotecas Escolares, bem como realizar assessoria técnica às escolas com biblioteca e acompanhar os programas e projetos do Governo Federal e Municipal, como o Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE) e o *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação* (FNDE).

Neste contexto, entre outras responsabilidades, compete à biblioteca escolar:

- a elaboração de diretrizes e padrões mínimos para orientar a instalação e o funcionamento das bibliotecas escolares da RPMEM em termos de espaço físico, mobiliários e equipamentos, recursos humanos e serviços;
- a seleção dos recursos informacionais passíveis de serem incorporados às coleções dos acervos das bibliotecas escolares da RPMEM;
- o acompanhamento da execução dos programas e projetos do governo federal e municipal, sobretudo o PNBE/FNDE;
- o assessoramento das atividades programadas para serem realizadas pelas bibliotecas escolares da RPMEM;
- a realização de cursos, treinamentos e outros eventos (concurso de leitura e redação, seminários, entre outros) para capacitação dos servidores técnicos e auxiliares que atuem ou que venham a atuar nas bibliotecas da RPMEM, bem como apoiar os programas e projetos de incentivo à leitura como: Viajando na leitura, Quadrinhos na escola e outros que venham a ser elaborados nas escolas.

Entre as metas desse Programa de Melhoria foram listados, na exposição da representante da SEMED, Bibliotecária Silene Lima, além da implantação de novas bibliotecas, o desenvolvimento das coleções dos acervos das bibliotecas existentes e a renovação de obras de apoio pedagógico e outros recursos informacionais para as bibliotecas. (Fotografias 11 e 12).



**Fotografia 11: Implantação de Novas Bibliotecas e Recursos Informacionais**

Fonte: SEMED/AM, 2014



**Fotografia 12: Implantação de Novas Bibliotecas e Renovação de Acervos**

Fonte: SEMED/AM, 2014<sup>4</sup>

4 <http://semed.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/MANAUAS.AM-09-06-14-INAUGURA%C3%87%-C3%83O-BILBLIOTECA1.jpg>

<http://semed.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/foto-7.jpg>

Quanto à estrutura atual da RPMEM, conforme o que foi informado durante essa apresentação, a SEMED possui 221 bibliotecas escolares, 13 das quais são bibliotecas-polo, e um quadro de pessoal composto de 44 bibliotecários e 203 auxiliares de bibliotecas, estes últimos constituídos de servidores administrativos e professores readaptados. O Quadro 1, apresentado a seguir, expressa bem essa estruturação.

<b>Gerências Distritais</b>	<b>Escolas com Bibliotecas</b>
Sul	35
Oeste	43
Norte I	26
Norte II	27
Leste I	39
Leste II	35
Rural	16
<b>Total de Bibliotecas</b>	<b>221</b>

**Quadro 1: Quadro de distribuição de bibliotecas por Divisão Distrital**

Fonte: SEMED, 2014

Note-se que o Quadro 1 não faz referência ao número de escolas que constituem a RPMEM, omissão que impede que se calculem os percentuais relativos à proporcionalidade entre o número de bibliotecas por escolas e o número de bibliotecários e de seus auxiliares (a maioria formada por professor readaptado) por bibliotecas. Tais informações são relevantes para a inferência da capacidade de planejamento, organização, oferta e prestação dos serviços de informação inerentes às bibliotecas escolares da RPMEM, de acordo com as diretrizes recomendadas pela boa técnica bibliotecária, bem como de cumprimento das responsabilidades que o Programa de Melhoria da Biblioteca Escolar da SEMED projeta para essas bibliotecas.

Essa inferência sobre tais capacidades, entretanto, pode ser feita a partir dos dados apresentados por Lima (2014, p. 196), em tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, ainda que baseada em informações de 2013. Dados, aliás, que não diferem muito dos agora apresentados pela SEMED, apesar de o tempo que separa as duas coletas registrar um intervalo de quase dois anos.

Neste particular, infelizmente, esses números projetam dificuldades tanto em relação à capacidade de planejamento, organização, oferta e prestação dos serviços por parte das bibliotecas escolares da RPMEM, quanto de cumprimento das suas responsabilidades. O Quadro 2 apresentado abaixo não deixa dúvidas quanto a isto:

DIVISÃO DISTRITAL	ESTRUTURAS FÍSICAS			PESSOAL EXISTENTE		
	ESCOLAS	BTCAS	S. LEITURA	BTCÁRIOS	OUTROS	VAGO
SUL	68	33(49%)	2(3%)	8(23%)	20(57%)	7(20%)
OESTE	78	42(54%)	2(3%)	8(18%)	31(71%)	5(11%)
NORTE	61	24(39%)	1(2%)	7(28%)	10(40%)	8(32%)
NORTE I	52	21(40%)	2(4%)	1(4%)	13(57%)	9(39%)
LESTE	71	37(52%)	1(1%)	9(24%)	14(37%)	15(39%)
LESTE II	66	32(48%)	0	5(16%)	12(37%)	15(47%)
RURAL	29	2(7%)	14(48%)	0	4(25%)	12(75%)
TOTAL	425	191(45%)	22(5%)	38(18%)	104(49%)	71(33%)

### Quadro 2: Status das bibliotecas escolares públicas municipais de Manaus

Fonte: Núcleo de Biblioteca Escolar da SEMED, 2013

Dois outros aspectos foram destacados na apresentação da representante da SEMED, Bibliotecária Silene Lima: as estruturações do Projeto Bibliotecas-polo e do Projeto Campanha de Dinamização e Valorização da Biblioteca Escolar.

O projeto Bibliotecas-polo (Fotografias 13 e 14) foi implantado com o objetivo de transformar as bibliotecas escolares em ambientes apropriados para a formação das habilidades de leitura, estudo e pesquisa dos alunos das escolas da RPMEM. Entre as responsabilidades, foi previsto o provimento de recursos, não só informacionais, que estimulassem a criatividade e a criticidade dos alunos e lhes permitissem contribuir de modo efetivo para a execução do projeto pedagógico das escolas e o crescimento sociocultural da comunidade do seu entorno.



**Fotografia 13: Implantação de Biblioteca-polo da SEMED**

Fonte: SEMED/AM, 2014



**Fotografia 14: Implantação de Biblioteca-polo da SEMED**

Fonte: SEMED/AM, 2014

No projeto original estava prevista a construção de 11 Bibliotecas-polo, todas com espaços físicos adequados e rampas de acessibilidade para os portadores de necessidades especiais, mas foram construídas e implantadas 13 bibliotecas.

Construídas em prédios anexos às escolas, todas as bibliotecas-polo foram providas com acervo médio de 3 mil títulos e uma estação de *internet* constituída de 10 computadores, para permitir o acesso remoto a informações não eventualmente não existentes nas coleções desse acervo físico presencial e outras consultas. Para automação dos seus acervos e serviços administrativos e de busca e recuperação, foi adotado o Software Biblivre.

Já o Projeto Campanha de Dinamização e Valorização da Biblioteca Escolar (Fotografia 15) foi elaborado e executado com o fim de promover o fortalecimento da biblioteca escolar, que passou a ser concebida como serviço pedagógico e prática social potencialmente capaz de contribuir para a aprendizagem, a apropriação e a elevação do conhecimento dos



**Fotografia 15: Campanha da Dinamização e Valorização da Biblioteca Escolar**

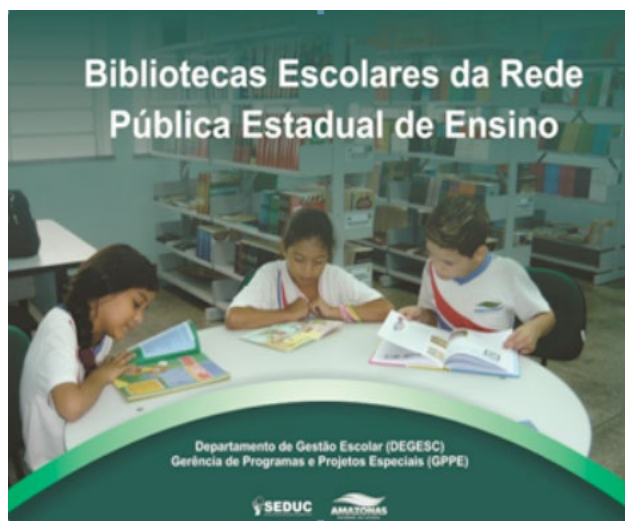
Fonte: SEMED/AM, 2014

alunos à medida que esteja integrada ao universo escolar. Tal perspectiva e concepção implicaram no desenvolvimento de ações de sensibilização da comunidade escolar, especialmente gestores, bibliotecários, pedagogos, auxiliares de biblioteca e alunos, sobre a importância da existência e utilização da biblioteca escolar.

Durante as campanhas, além de palestras e oficinas técnicas especializadas, são realizados mutirões para organização, tratamento e higienização dos acervos, consertos de equipamentos e mobiliários e implantação ou reforma dos sistemas de sinalização e layout dos espaços das bibliotecas, e até homenagens a profissionais que, pela qualidade de suas atuações, tenham contribuído para a valorização das bibliotecas das escolas da RPMEM.

Concluindo sua apresentação, a Bibliotecária Silene Lima fez referência aos desafios da Coordenação de Biblioteca Escolar da SEMED, destacando que o maior deles é dar cumprimento aos termos da Lei nº. 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, em virtude das dificuldades para provimento das condições materiais necessárias ao funcionamento das bibliotecas, particularmente no atinente à contratação de bibliotecários.

O Painel teve continuidade com a exposição da Bibliotecária Sônia Rodrigues, representante da Coordenação de Biblioteca Escolar da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC) (Figura 5), que, em sua apresentação, destacou os esforços que o seu setor tem empreendido para estabelecer um planejamento de ações que possam refletir diretamente no cotidiano da escola, de modo a viabilizar a melhoria do ensino e garantir uma educação de qualidade.



**Figura 5: Bibliotecas Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino**

Fonte: SEDUC/AM, 2014

A painelistas declarou que a melhoria do ensino depende do fortalecimento da escola. Tal processo pode ser facilitado muito pelos serviços da biblioteca escolar, desde que esta seja estruturada adequadamente para dar cumprimento às suas responsabilidades técnicas, sociais e políticas no processo de ensino-aprendizagem e na formação cultural dos alunos.

De acordo com a sua exposição, foram essas expectativas de atendimento e contribuições que fizeram com que os processos de implantação e desenvolvimento das bibliotecas das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino (RPEE), tanto na capital, quanto nos outros municípios do Estado, fossem inseridas no conjunto das ações de responsabilidade da Coordenação de Biblioteca Escolar da SEDUC. Os conteúdos dessas ações estão em sintonia com as diretrizes do Programa Estadual de Biblioteca Escolar (PEBE) e do PNBE do governo federal, com a eficácia desejada.

No âmbito do Departamento de Gestão Escolar, da Gerência de Programas e Projetos Especiais da SEDUC, o PEBE exerce a função de assessoramento técnico na implantação e no desenvolvimento das bibliotecas escolares da RPEE e a sua finalidade é promover atividades que possam assegurar o bom funcionamento dessas bibliotecas.

Em 2014, considerando o conjunto de competências, a Coordenação de Bibliotecas da SEDUC realizou as seguintes ações:

- coordenação da execução do Projeto Memória, que foi desenvolvido com o apoio financeiro do Banco do Brasil;
- participação em feiras de livros e outros eventos culturais locais;
- acompanhamento do processo de Certificação ISO 9001 de 19 escolas e de Certificação ISO 14000 de 1 escola da RPEE da capital e dos demais municípios do Estado: sendo 15 em escolas da capital e 5 nas escolas dos demais municípios (Manacapuru, Itacoatiara, Tefé, Parintins e Tabatinga);
- desenvolvimento de um Software para Gestão de Biblioteca, elaborado com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), previsto para ser concluído e implantado no fim do mês de Junho/2014.

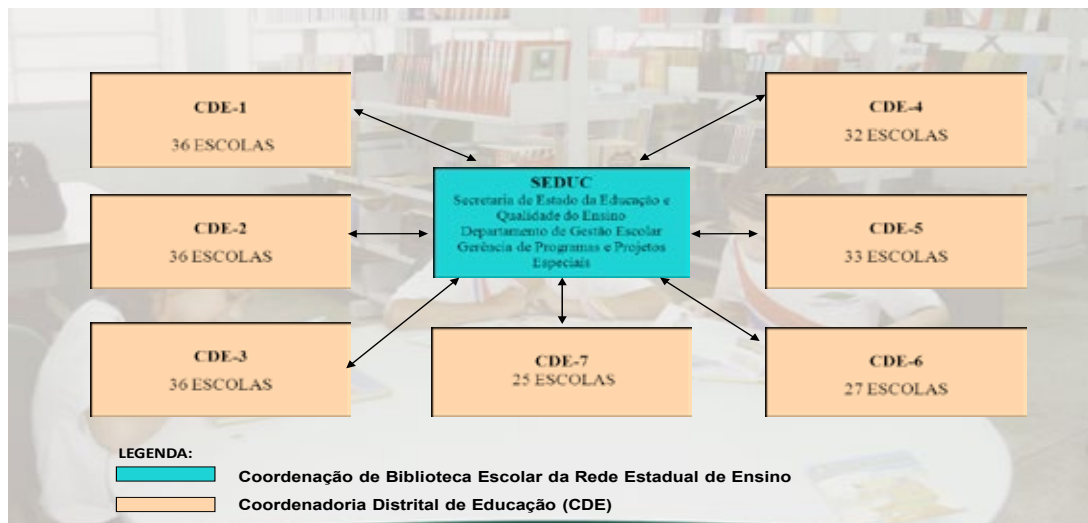
Observe-se que, de acordo com as informações apresentadas na exposição da Bibliotecária Sônia Rodrigues, até 2014, a estrutura da RPEE era constituída de 571 escolas e 520 bibliotecas, considerando as realidades da capital e dos demais municípios do Estado do Amazonas. O Quadro 3 demonstra bem como esses números estão divididos entre as escolas da capital e dos demais municípios:

ÁREA DE ABRANGÊNCIA	QUANT. DE ESCOLAS	QUANT. DE BIBLIOTECAS
Capital	225	213
Interior	346	307
TOTAL	571	520

**Quadro 3: Panorama das Bibliotecas das Escolas da SEDUC**

Fonte: SEDUC/AM, 2014

Continuando sua explanação, apresentou o Quadro 4 contendo a distribuição de escolas no âmbito da SEDUC de acordo com as Coordenadorias Distritais de Educação (CDE):



**Quadro 4: Distribuição de Escolas para Assessoramento das Bibliotecas Escolares**

Fonte: SEDUC/AM, 2014

Por fim, baseado na mesma exposição, conclui-se que o problemático dessa situação não está na proporcionalidade entre o número de escolas e de bibliotecas (a existência de Salas de Leitura não foi relatada), mas na composição do quadro de pessoal técnico e de auxiliares. Isto porque, conforme se constata pelos números apresentados no Quadro de Servidores (Quadro 5) destacado abaixo, apenas 9,8% do total de servidores que atuam nas bibliotecas escolares da capital são bibliotecários e nos demais municípios do Estado esse número é ainda bem menor: 1,5%.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA	SERVIDORES	QUANT. DE SERVIDORES
Capital	Bibliotecários	37
	Aux. de Biblioteca e Professores Readaptados	341
Interior	Bibliotecários	5
	Aux. de Biblioteca e Professores Readaptados	339
TOTAL GERAL		722

**Quadro 5: Quadro de Servidores de Bibliotecas Escolares da SEDUC**

Fonte: SEDUC/AM, 2014

A representante da SEDUC/AM finalizou sua apresentação trazendo uma citação de Maria Montessori (Figura 6):



**Figura 6: Lembrando Montessori**

Fonte: SEDUC/AM, 2014

Em termos de representatividade e de projeção de desempenho, os números desse quadro de bibliotecários é insignificante. Números inexpressivos que sugerem dificuldades operacionais enormes e recomendam cautela não só com referência à qualidade das atividades realizadas pelas bibliotecas da RPEE, mas também com respeito à adequação dos resultados dessas atividades à missão e aos objetivos institucionais e às demandas e necessidades dos usuários dessas bibliotecas.

A última exposição do Painel coube ao Coordenador do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Amazonas (SEBPA), Administrador Charles Costa, que em sua apresentação focou para a estrutura do Departamento de Gestão de Bibliotecas, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Cultura, responsável pelo gerenciamento da Biblioteca Pública do Amazonas e pela coordenação do SEBPA.

Nessa fala esclareceu, ainda, que o SEBPA possui uma estrutura constituída de 10 bibliotecas e 4 salas de leitura, conforme apresentado abaixo:

- Biblioteca Pública do Amazonas;
- Biblioteca Thália Phedra Borges;
- Biblioteca Pe. Agostinho Caballero Martin;
- Biblioteca Arthur Reis;
- Casa Emídio Vaz D'Oliveira (Biblioteca e Centro de Artes Infantil);
- Biblioteca Mário Ypiranga;
- Biblioteca Genesisino Braga;
- Biblioteca de Artes;

- Biblioteca Braille;
- Biblioteca Fred Goes (Parintins);
- Sala de Leitura do Centro de Convivência Pe. Pedro Vignola;
- Sala de Leitura do Centro de Convivência do Idoso;
- Sala de Leitura do Centro de Artes e Ofícios da Cachoeirinha
- Sala de Leitura do Centro de Convivência da Família Magdalena Daou.

Para operar essa estrutura, o SEBPA conta atualmente com 17 técnicos, mas nem todos são bibliotecários, 29 são Auxiliares de Biblioteca (não se sabe quantos são efetivos) e 42 estagiários. O Quadro 6, expressa essa configuração.

<b>UNIDADES DA ESTRUTURA DO SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS</b>	<b>BIBLIOTECÁRIOS</b>	<b>TÉCNICO</b>	<b>AUX. DE BIBLIOTECA</b>	<b>ESTAGIÁRIO</b>	<b>SERVIÇOS GERAIS</b>	<b>VIGILANTES</b>
Biblioteca Pública do Amazonas	5	2	8	24	6	8
Biblioteca Thália Phedra	-	-	3	-	-	-
Biblioteca Pe. Agostinho C. Martin	1	-	2	-	2	4
Casa Emídio Vaz D'Oliveira	1	1	2	2	2	2
Biblioteca Arthur Reis	1	-	3	-	2	4
Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro	1	-	1	1	-	-
Biblioteca Genesino Braga	1	-	2	-	1	-
Biblioteca de Artes	1	-	2	-	-	-
Biblioteca Braille	-	1	2	2	1	-
Biblioteca Fred Góes (Parintins)	1	-	-	8	-	-
Centro de Convivência da Família Pe. Pedro Vignolia	-	-	2	-	-	-
Centro de Artes e Ofício Cachoeirinha	1	-	-	1	-	-
Centro de Convivência do Idoso	-	-	2	-	-	-
Centro de Convivência da Família Magdalena Arce Daou	-	-	-	4	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>29</b>	<b>42</b>	<b>14</b>	<b>18</b>

**Quadro 6: Distribuição de Pessoal no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas**

Fonte: SEBPA/AM, 2014

Condicionados por esses números, e levando em conta que a maioria desses bibliotecários atua na Biblioteca Pública do Amazonas, pode-se inferir que algumas dessas bibliotecas e salas de leituras podem estar funcionando sem a presença de profissionais legalmente habilitados para dirigi-las, ou seja, sob a direção de leigos. Aliás, são ocorrências que ferem a legislação que regulamenta o exercício da profissão de Bibliotecário no Brasil e sugerem dificuldades operacionais graves.

Durante a apresentação do Coordenador Sharles Costa, foi feita referência às atividades promovidas pela Secretaria Estadual de Cultura, com vistas à capacitação dos servidores do SEBPA, quando foram listadas as seguintes atividades:

- Curso de Organização de Bibliotecas Públicas, realizado em parceria com o Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional (MinC/FBN);
- Curso de Noções Básicas para Implantação, Funcionamento e Manutenção de Bibliotecas Públicas, realizado em parceria com o MinC/FBN, com o apoio financeiro da Petrobrás;
- visitas técnicas realizadas na 1ª. Feira do Livro de Manaus, na Bienal do Livro de Pernambuco e na Bienal do Livro de São Paulo.

Com referência às atividades desenvolvidas para fortalecimento do SEBPA, o mesmo Coordenador destacou a realização do seguinte:

- visita aos municípios de Anamá, Anori, Barreirinha, Beruri, Maués, Boa Vista do Ramos, Codajás, Itapiranga, Manaquiri, Parintins e Uruará para levantamento de equipamentos culturais;
- entrega de materiais bibliográfico e especial para as Bibliotecas e Salas de Leitura do SEBPA doados pelo MinC/FBN;
- execução do Projeto Mania de Ler, cujo desenvolvimento compreendeu a distribuição de kit de livros e a realização dos subprojetos: Leia Viajando; Banco do Livro; Livro na Praça; Bienal do Livro de Manaus; Edições do Amazonas; Cuide Bem do seu Livro; Acessibilidade 100%; Leitura Braille; Interiorização do Braille; Encontro com o Escritor; Leitura Dramatizada; Cinema e Literatura e Biblioteca Volante;
- prestação de assessoria técnica para as bibliotecas públicas da capital e dos demais municípios do Estado programadas para receberem projetos de implantação e modernização das suas estruturas operacionais.

Concluindo a sua apresentação, foram registradas algumas dificuldades que o Sistema tem enfrentado para dar cumprimento às suas responsabilidades junto às bibliotecas públicas e salas de leituras, as quais foram apresentadas como sendo os seus maiores desafios:

- o custo amazônico: dificuldades de deslocamento, em virtude das distâncias a serem percorridas para certas localidades;
- a redução do quadro de bibliotecários e dificuldades para a manutenção dos mesmos nos municípios;
- conscientizar os gestores públicos da necessidade de apoio financeiro e logístico às ações realizadas nas bibliotecas públicas do Estado;
- a resistência do gestor público em reconhecer objetivamente a relevância da biblioteca pública como equipamento de cultura, haja vista a contumaz falta de apoio logístico e financeiro para a sua estruturação e funcionamento.

Ao fim do Painel, refletindo sobre os conteúdos das apresentações e dos debates, quando os expositores puderam aprofundar os conteúdos de suas falas e esclarecer dúvidas, ficou evidenciado que as bibliotecas escolares, além de serem *cuidadas* por leigos, são serviços

clandestinos, pois não estão regulamentadas em leis estaduais e municipais nem nos projetos político-pedagógicos das escolas, bem como que as bibliotecas que integram o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Amazonas, embora não sejam equipamentos culturais desconhecidos da população, são frequentadas por poucas pessoas.

## **2.2 Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Nordeste**

O Seminário Regional em Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Nordeste foi realizado em Maceió/AL nos dias 05 a 08 de agosto de 2014, tendo como local o Auditório da Reitoria da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A abertura do Seminário foi realizada pela Presidente do Sistema CFB/CRB, Bibliotecária Regina Céli de Sousa que, em sua fala, em nome do CFB, agradeceu às autoridades da área da Biblioteconomia que compunham a Mesa e a todos os presentes (bibliotecários, estudantes de Biblioteconomia, técnicos e funcionários de biblioteca e outros profissionais) pela participação e por qualificarem o Evento com os seus conhecimentos. A íntegra da sua fala pode ser acessada no Anexo A.

No dia 6 de agosto, no turno da manhã, iniciou-se o Painel Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares com a exposição da Coordenadora do Sistema de Bibliotecas Escolares de Maceió, Bibliotecária Maria Cristina Rezende Moreira Barbosa, da Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED).

A exposição se concentrou nos projetos de Revitalização das Bibliotecas das Escolas da Secretaria Municipal de Maceió e de Implantação do Sistema de Bibliotecas Escolares. Bibliotecas Escolares. Esses projetos foram realizados em um contexto desfavorável, pois, nesse período, a SEMED teve 11 secretários e não possuía um sistema de bibliotecas. Além disso, o último concurso público para bibliotecário ocorreu em 2006.

Sua estrutura está constituída de 133 unidades escolares, sendo 95 escolas de Ensino Fundamental e 58 Centros Municipais Educação Infantil. Neste contexto, atuam 3 bibliotecários e 01 professora com formação em Biblioteconomia para toda a rede e a equipe lotada nas bibliotecas é formada por professores readaptados ou em readaptação. As bibliotecas funcionam como depósitos de livros e estão instaladas nas Salas de Informática ou de armazenamento dos materiais de expedientes e outros recursos das escolas.

A Coordenadora informou que a finalidade do Projeto de Revitalização das Bibliotecas Escolares é implantar o Sistema de Bibliotecas Escolares da SEMED de Maceió, tendo em vista o desempenho das seguintes tarefas: reestruturação das bibliotecas então existentes nas escolas da SEMED e planejamento das bibliotecas das escolas futuras; contratação e capacitação de pessoal especializado; melhoria do acervo, dinamização e integração com o projeto pedagógico das escolas, garantindo o desenvolvimento integral dos estudantes, em cumprimento da legislação vigente.

A ideia é garantir o funcionamento da biblioteca em atendimento à Lei Federal nº. 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, e à Resolução nº. 51/2002, do Conselho Estadual de Educação de Alagoas (CEE/AL). Para isso, estão sendo negociados, além da realização de concurso público para provimento de bibliotecários para as bibliotecas do Sistema, a celebração de convênio com o Curso de Biblioteconomia da UFAL, para a recepção de estagiários-bolsistas para atuarem nas bibliotecas escolares do Sistema.

Esclareceu, também, que fazem parte dessa revitalização a adoção de medidas para padronização das estruturas das bibliotecas escolares existentes, por meio da reforma e

ampliação física; da aquisição de mobiliário adequado e de novos acervos, em consonância com o PNBE; da oferta de atividades culturais e serviços visando o desenvolvimento dos estudantes; da criação de espaços de socialização de projetos culturais entre estudantes e docentes; da oferta de serviços destinados à formação escolar, possibilitando o acesso a jornais, revistas, *internet*, livros, periódicos, entre outros; da realização de atividades que viabilizem o desenvolvimento profissional e pessoal de docentes, funcionários e da comunidade externa; da aprovação de uma política de orçamento mínimo para a melhoria e ampliação dos acervos das bibliotecas, independentemente dos recursos das políticas nacionais; da proposição de um projeto piloto de uma biblioteca por Região Administrativa, dentro do Projeto Sistema de Bibliotecas; da reestruturação das Bibliotecas do Projeto Estação Saber em bibliotecas-polo; da extensão do atendimento dessas bibliotecas à comunidade; e da aquisição de um ônibus para retomada Projeto Biblioteca Volante.

Dando continuidade à sua exposição, Maria Cristina relatou as ações/etapas executadas para a aprovação do Projeto do Sistema de Bibliotecas, que envolveu a entrega do projeto e a apresentação do mesmo à Diretoria de Ensino e à SEMED, visando a apreciação, ajustes, aprovação e autorização para o desenvolvimento das demais ações/etapas previstas.

Informou que está em andamento o diagnóstico situacional das bibliotecas e/ou salas de leitura existentes, bem como a escolha das escolas e/ou bibliotecas para implantação do Projeto Piloto do Sistema de Bibliotecas Escolares da SEMED. Essa escolha consiste em definir 01 (uma) escola por Região Administrativa/SEMED, no total de 08 (oito) bibliotecas, como pertencente ao Projeto Piloto para implantação do Sistema de Bibliotecas Escolares, por meio do qual serão norteadas todas as atividades para as demais bibliotecas, implicando: avaliação e, caso seja necessário, viabilização de reforma do espaço físico, mediante Projeto Arquitetônico.

Esclareceu que essa etapa será de extrema necessidade para a viabilização de novos espaços para as futuras bibliotecas; para a aquisição de mobiliário específico para bibliotecas; a designação dos atuais bibliotecários da SEMED, contando com o total de quatro bibliotecários, para a coordenação das atividades em duas bibliotecas escolares; a contratação de dezesseis bolsistas do Curso de Biblioteconomia da UFAL, sendo dois por biblioteca; para o desenvolvimento de atividades e práticas em Biblioteconomia, sob coordenação dos bibliotecários; para a capacitação e o treinamento dos servidores lotados nas bibliotecas e bolsistas de biblioteconomia, mediante palestras e cursos de capacitação para o desenvolvimento das atividades necessárias ao bom funcionamento das bibliotecas e à dinamização das atividades, conforme Plano de Dinamização. A formação de pessoal constitui-se em uma das principais ações a serem desenvolvidas através deste projeto, em parceria com os programas de formação em serviço disponibilizados pela SEMED.

Na sequência da sua apresentação, abordou a elaboração de propostas para captação de recursos e parcerias, com vistas à aquisição de obras para o acervo e de equipamentos de informática, que implicará na elaboração de documentos e projetos complementares junto ao MEC, MinC e outros parceiros, através da Lei de Incentivo à Cultura, a fim de angariar os recursos necessários para a viabilização da implantação do sistema de bibliotecas, tais como: aquisição e/ou ampliação do acervo das bibliotecas; definição e aquisição de *softwares* e equipamentos de *hardware* (servidores, computadores, *nobreaks*, entre outros) para catalogação e gestão do acervo das bibliotecas do sistema; aquisição de microcomputadores e cabines de estudo individual (telemarketing) para acesso à *Internet*; aquisição de pelo menos dois computadores e uma impressora por biblioteca e dois estabilizadores para as atividades de atendimento e gestão dos acervos.

Também está prevista a realização de concurso público para contratação de bibliotecários para ampliação das atividades do projeto piloto às demais bibliotecas do Sistema, que consistirá em viabilizar, junto à SEMED e à Prefeitura de Maceió, os recursos necessários para contratação de bibliotecários e demais técnicos, mediante concurso público, objetivando o funcionamento integral das bibliotecas do sistema. A ideia inicial é ter como parâmetro a contratação de um bibliotecário para cada duas bibliotecas em consonância com o Projeto Piloto. A elaboração das normas reguladoras do Sistema de Bibliotecas está em andamento, o que consistirá na elaboração dos seguintes documentos: Regimento Interno do Sistema de Bibliotecas, contendo as normas de funcionamento e empréstimos do acervo; Manual de Atividades Técnicas e Bibliotecárias visando a padronização dos serviços por todos os agentes envolvidos.

No tocante à elaboração e consolidação da política de desenvolvimento das bibliotecas do Sistema, como ação futura, consiste em traçar uma política de desenvolvimento do acervo das bibliotecas, visando melhoria da execução de projetos pedagógicos escolares e das bibliotecas da Estação Saber, permitindo assim, o aproveitamento máximo dos recursos disponíveis. Tal política será discutida com as instâncias superiores da SEMED, para que seja garantido um percentual mínimo dos recursos de capital (investimento) da respectiva Secretaria para essa finalidade. O desenvolvimento do acervo das bibliotecas deverá ainda ser realizado em consonância com o PNBE.

Finalizando sua apresentação, Maria Cristina relatou que a Biblioteca “Carlos Moliterno”, situada na sede da SEMED, assumiu a coordenação do Sistema. Outra ação importante realizada compreendeu a elaboração de documento e projeto específico para, junto a parceiros, através da Lei de Incentivo à Cultura, angariar os recursos necessários (veículo específico, mobiliário e equipamentos, acervo, pessoal e custeio – abastecimento e manutenção) para reimplantação do ônibus biblioteca do Projeto da biblioteca volante “Estação Saber”. (Figura 7).



**Figura 7: Biblioteca volante “Estação Saber”**

Fonte: SEMED/AL, 2014



diferentes públicos, das necessidades, dos suportes e das respostas, destacando o papel da biblioteca pública em divulgar os serviços da biblioteca e conseguir atrair os grupos marginalizados, evitando, ao mesmo tempo, que os usuários tradicionais sintam-se excluídos; e, ainda, estabelecer contatos com ONGs, movimentos sociais, tribos indígenas para desenvolver e oferecer novos serviços.

A coordenadora aponta as diretrizes internacionais que enfocam a biblioteca pública, citando o Manifesto da UNESCO de 1972, as Normas para Bibliotecas Públicas da IFLA 1973, o Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública de 1994 e as Diretrizes da IFLA/UNESCO para o desenvolvimento de serviços de Bibliotecas Públicas 2001, dirigindo a seguinte questão ao público presente: “Nós conhecemos o nosso cliente?” Em seguida ela mesma respondeu afirmando que “acreditamos que o mais importante são as pessoas e a forma e estrutura da Biblioteca consistem no princípio permanente que a pessoa é o mais relevante”. Continua afirmando que não há restrições, proibições, que nada disso é necessário. Todas as expressões são aceitas, todos os grupos étnicos e nacionalidades, devendo-se encorajar os mais desfavorecidos, aceitar e procurar as ideias e os projetos que sejam inovadores e que o livre acesso é fundamental.

A Coordenadora do SEBP explanou as experiências exitosas, destacando a participação em projetos culturais, a “Biblioca”, bibliotecas comunitárias, entre outros. (Figura 9).



**Figura 9: Experiências Exitosas do SEBP/AL**

Fonte: SEBP/AL, 2014

A Diretora da Biblioteca Pública do Estado de Alagoas da Secretaria de Estado da Cultura, Bibliotecária Maria Luiza Russo, apresentou as múltiplas ações realizadas, dentre elas, acesso ao livro e à leitura e ao espaço de inclusão social. Afirma que, ao utilizar-se da Biblioteca Pública para promover o desenvolvimento cultural, é necessário que se abram

espaços para troca de ideias, de informações e discussões sobre temas de interesse de grupos da comunidade. Apresentou alguns projetos que a Biblioteca oferece à comunidade, descrevendo algumas das ações realizadas, como "Cordel", "Sorria Você Está com a Biblioteca", "Fome de Leitura", "Era uma Vez", "Bibliotur", "Conversa com Escritores", "A Hora do Rádio", "Feira Literária e Bienal", "Biblio-índios" dentre outras, algumas delas ilustradas nas fotografias (16 a 19).

Finalizou sua apresentação com o pensamento de Samuel Johnson (1709-1784): "Nenhum lugar oferece prova mais impressionante da vaidade das esperanças humanas do que uma biblioteca pública".



**Fotografia 16:**  
**Cordel**

Fonte: BPEA/AL, 2014



**Fotografia 17:** "Sorria Você está com a Biblioteca"

Fonte: BPEA/AL, 2014



**Fotografia 18:** "Conversa com Escritores"

Fonte: BPEA/AL, 2014



**Fotografia 19:** "Era uma Vez"

Fonte: BPEA/AL, 2014

O Coordenador do Painel, Conselheiro Federal Dr. Raimundo Martins de Lima, mediu os debates com intensa participação do público presente.

Na tarde do dia 06 de agosto, o Painel Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares teve prosseguimento com a apresentação da bibliotecária Maria Cristina Santos, Coordenadora do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia, da Fundação Pedro Calmon

(FPC), vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. O Sistema atua no recolhimento, na organização, preservação e divulgação de acervos documentais de arquivos públicos e privados e no estímulo e na promoção de atividades relacionadas às bibliotecas e aos arquivos, organizando, atualizando e difundindo seus acervos. A Diretoria de Bibliotecas Públicas (DBP) tem por finalidade promover, garantir o acesso à informação e ao conhecimento, estimular a prática da leitura como instrumento para o exercício da cidadania. Sua estrutura organizacional compreende a Gerência do Sistema de Bibliotecas (GESB), a Gerência Técnica (GETEC), 07 bibliotecas públicas estaduais, uma Biblioteca Virtual e a Casa de Cultura.

Em relação à acessibilidade na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), a Coordenadora informou que o Setor Braille, criado pelo Decreto nº. 22.103, de 04 novembro de 1970, possui um acervo de aproximadamente 5.950 volumes, é composto por obras da literatura brasileira e estrangeira, periódicos, livros didáticos e assuntos diversos. Dos serviços oferecidos no Setor Braille, dentre outros, se destacam pesquisa *online*, empréstimos de livros em Braille ou falados, leitura de diversos tipos de documentação em tinta, transcrição em Braille, empréstimo de máquinas de escrever em Braille para estudantes do ensino fundamental e médio, gravações em CDs e DVDs, impressão em tinta e em Braille, escaneamento de documentos em tinta e digitação. A frequência média mensal é de 190 usuários e leitores.

A Biblioteca Anísio Teixeira desenvolve um trabalho voltado à comunidade surda desde o ano de 2009, com a criação do Setor de Atendimento à Criança e ao Adolescente Surdo (SACAS), que visa ampliar o acesso à informação e à cultura por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para os sujeitos surdos e ouvintes. As ações do SACAS consistem em: produção de Vídeo-áudio, publicação de literatura infantil, lançamento do DVD: Vídeo-Áudio Livro de História da Bahia - Heróis da Independência, Oficina de Português para surdos como segunda língua, Curso de LIBRAS – para surdos e ouvintes, Oficina de Artesanato, jornada de filmes, jogos educativos e estudos em LIBRAS além de visita orientada ao leitor surdo.

O SEBP dá apoio à implantação e à modernização de bibliotecas públicas municipais em parcerias com os programas federais; assistência técnica e doação de acervo às bibliotecas públicas municipais; capacitação dos auxiliares das bibliotecas públicas municipais; orientação técnica, doação de acervos as bibliotecas comunitárias; implantação de Espaços de Leituras nos presídios, Terreiros e Quilombos; edital de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas/MinC/DLL/SNBP; 2ª Convocatória do Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas – IBERBIBLIOTECAS. (Figura 10). Dentre os 234 projetos recebidos pelo Programa, 179 foram habilitados, sendo o “A Bahia tem dendê! Acarajé Patrimônio Cultural do Brasil” um dos dois únicos projetos aprovados do Brasil. O SEBP conta com a participação de 06 bibliotecários no Curso de Educação a Distância em Gestão de Bibliotecas Públicas desenvolvido pela *Universidad Alberto Urtado*, do Chile.

Em continuidade ao Painel, a Presidente do CFB, Bibliotecária Regina Céli de Sousa, tratou sobre as ações do CFB no âmbito das bibliotecas escolares e das bibliotecas públicas, apresentando a estrutura do Sistema CFB/CRB (Figura 11), as entidades da representação profissional do bibliotecário (Figura 12).



**Figura 10: Ação “Biblioteca Móvel”**

Fonte: SBPE/BA, 2014



**Figura 11: Sistema CFB/CRB**

Fonte: SOUSA, 2014



**Figura 12: Representação Bibliotecária no Brasil**

Fonte: SOUSA, 2014

A Presidente prosseguiu abordando a fiscalização do exercício da profissão de bibliotecário, exercida pelo Conselhos Regionais de Biblioteconomia de acordo com a legislação vigente, salientando o papel dos Conselhos em relação à proteção da coletividade contra os leigos inabilitados, bem como dos habilitados antiéticos. Apontou ainda que as atribuições consistem em orientar, supervisionar e disciplinar o exercício da Biblioteconomia no Brasil, bem como as atribuições dos bacharéis em Biblioteconomia, no sentido de organizar, dirigir e executar serviços técnicos no setor público (federal, estadual, municipal e autárquico) e empresas particulares relativas às matérias e atividades.

Quanto ao que respeita ao ato bibliotecário, esclareceu que o profissional tem preferência sobre as atividades seguintes:

- a) demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais, ou municipais;
- b) padronização dos serviços técnicos de Biblioteconomia;
- c) inspeção, sob o ponto de vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro das bibliotecas;
- d) publicidade sobre material bibliográfico e atividades da biblioteca;
- e) planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de bibliotecas;
- f) organização de congressos, seminários, concursos e exposições nacionais ou estrangeiras, relativas à Biblioteconomia e Documentação ou representação oficial em tais certames.

Prosseguindo, a Presidente do CFB discorreu sobre o número de municípios, de Escolas de Biblioteconomia, total de bibliotecários inscritos, ativos, adimplentes e inadimplentes distribuídos nos 15 CRB do Sistema, totalizando 5.564 municípios brasileiros, 39 escolas de Biblioteconomia e 34.7000 bibliotecários inscritos e 19.000 ativos.(Quadro 7).

## CRB / Municípios / Escolas / Profissionais

CRB	Nº de Municípios	Nº de Escolas	Total de inscritos	Total de ativos	Total de adimplentes	Total de inadimplentes
1	466	4	2581	1463	1212	251
2	298	1	1445	883	341	542
3	407	3	989	**561	407	145
4	287	2	1246	**672	397	260
5	492	2	1761	881	799	830
* 6	853+78 931	2+2 4	3165+795 3960	1777+540 2317	1219 314	458 (25,77%) 226 (41,85)
7	92	4	6515	3191	1830	1361
8	645	10	9239	4571	3741	830
9	399	3	1344	***760	661	99
10	496	2	2247	1065	838	227
11	151	1	884	**474	222	314
13	217	1	708	**462	273	198
14	293	3	1387	764	646	118
15	390	2	520	**496		

\* O primeiro dado refere-se a MG e o segundo ao ES; \*\*Menos 700 \*\*\* Menos 800

### Quadro 7: Panorama de Escolas de formação e bibliotecários no Brasil

Fonte: SOUSA, 2014

Um dos aspectos da apresentação que chamou a atenção dos participantes presentes alude às áreas de atuação dos bibliotecários: agências de publicidade; administração direta e indireta; associações e sindicatos; bibliotecas de todas as tipologias, tradicionais ou não; órgãos dos poderes executivo, legislativo e judiciário; conselhos profissionais; construtoras; cartórios; consultorias; editoras; empresas de comunicações; empresas de telecomunicações; escritórios jurídicos; fundações em geral; empresas esportivas; hospitais e laboratórios; ONGs; indústrias; instituições de ensino; instituições financeiro e de pesquisa; universidades; órgãos de segurança; seguradoras; ouvidorias; provedores de *Internet*; redes sociais; setores de energia, aéreo, ferroviário, metroviário e marítimo.

A Lei nº. 12.244, de 24/05/2010, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, também foi destacada pela Presidente. Sua fala enfatizou que todas as instituições de ensino públicas e privadas do País estão obrigadas a criar e manter bibliotecas (Art. 1º.) e que a biblioteca escolar passa a ser definida como “[...] coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (Art. 2º.).

Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nº. 4.084, de 30/06/1962, e Lei nº. 9.674, de 25/06/1998. (Art.3º).

Como se pode observar, o dispositivo de legalidade está criado e vigindo, mas se não houver mobilização e propostas dos bibliotecários em cada Estado, nada irá acontecer, afirmou a Presidente.

Alguns aspectos que vão ao encontro da temática dos Seminários foram apresentados pela painalista em relação ao Plano de Ação da 16ª Gestão (2013-2015) que, dentre outras metas, destaca a articulação de ações para a criação e o desenvolvimento de políticas que possibilitem o cumprimento das responsabilidades técnicas, sociais e políticas das bibliotecas públicas e escolares no País e o levantamento de dados sobre a existência de bibliotecas na rede pública estadual e municipal, respectivamente do ensino fundamental e do ensino médio e de bibliotecários atuando nas mesmas, abrangendo os Estados (escolas públicas da rede estadual) e as capitais dos Estados do Brasil (escolas públicas da rede municipal).

Esse levantamento de dados sobre a existência de bibliotecas na rede pública estadual e municipal, respectivamente da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e de bibliotecários atuando nas mesmas, ocorreu com a coleta de dados por meio de instrumento junto às Secretarias de Estados da Educação e Secretarias Municipais de Educação das capitais.

Outra meta que pode ser destacada diz respeito às atividades intensivas de reconhecimento e representação política da profissão junto aos poderes municipais, estaduais e federal por meio de contatos junto a vereadores (municípios), deputados (estadual e federal) e senadores, colaborando na elaboração de projetos de lei no âmbito das bibliotecas escolares e bibliotecas públicas do País. Na mesma proporção, houve a preocupação desta Gestão em acompanhar e orientar os CRB quanto às tratativas sobre bibliotecas escolares e bibliotecas públicas no âmbito de suas jurisdições, estimulando a realização de reuniões com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação para implantação de políticas de criação de cargos e de concursos públicos para bibliotecários e o cumprimento, em observância da Lei nº.12.244/2010.

A Comissão de Ensino do CFB, coordenada pela Conselheira Federal Profa. Dra. Helen Beatriz Frota Rozados, constatou que era necessária a formação de um contingente maior de bibliotecários no País, tendo em vista a implementação de diversos projetos nacionais que envolvem a contratação deste tipo de profissional como, entre outros, a aprovação da Lei Federal 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino brasileiras. Isso motivou o CFB a constituir uma parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), no sentido de ofertar o curso de bacharelado em Biblioteconomia na modalidade de Educação a Distância.

Finalizando a sua participação, a Presidente do CFB apresentou aos participantes, ilustrados com comentários, alguns dos Projetos de Lei (PL) tramitando no Congresso Nacional, os quais tiveram a participação do CFB, por iniciativa do Sistema ou por ter sido convidado, pelo responsável pelo Projeto, a manifestar-se sobre o assunto:

- PL 3727/2012 - Universalização das bibliotecas públicas;
- PLC 28/2010 - Obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino;
- PL 4534/2012 - Atualização da definição de livro;

- PL 6038/2013 - Regulamenta o exercício da atividade profissional de Técnico em Biblioteconomia.

### 2.3 Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Sul

O Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas, na Região Sul, foi sediado na cidade de Florianópolis/SC, tendo como local o auditório da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no período de 23 a 24 de outubro de 2014. A abertura do evento foi realizada pela Presidente do Sistema CFB/CRB, Regina Céli de Sousa, que saudou os presentes, especialmente os acadêmicos do Curso de Biblioteconomia do DCI/FABICO/UFRGS que se deslocaram de Porto Alegre para Florianópolis em ônibus da Universidade.

O Seminário iniciou com o Painel Panorama das Bibliotecas Escolares e Públicas com a participação dos coordenadores dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Escolares e dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas dos Estados da Região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A primeira panelista, a Coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares (SEBE) e da Equipe de Apoio à Leitura, Livro e Literatura da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Bibliotecária Maria do Carmo Ferreira Mizetti, apresentou as principais ações do SEBE e da Equipe que coordena, formada pela Assessoria de Incentivo a Leitura e Pesquisa, Assessoria de apoio as Bibliotecas Escolares (SEBE) e a Assessoria em Livros e Material Didático. Iniciou a sua apresentação fazendo a pergunta: O que é o SEBE? Respondeu dizendo que “[...] é uma estrutura organizacional que compreende uma relação hierárquica entre diferentes níveis de administração, de decisão, de coordenação e de atuação, no âmbito da SEDUC/RS, das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) e do conjunto das bibliotecas escolares das escolas da rede estadual de educação”.

Na sequência, Maria do Carmo apresentou a cronologia da trajetória das bibliotecas escolares no Rio Grande do Sul:

- 1950/1970 – criação e atuação do Setor de Bibliotecas Escolares do Centro de Pesquisa e Orientação Educacional (CPOE) da SEDUC;
- 1970/1980 – atuação do Setor de Bibliotecas Escolares como parte do Centro de Documentação (CD) da SEDUC, em razão da extinção do CPOE;
- 1989/2006 – o Setor de Bibliotecas Escolares passa a ser denominado de Centro do Livro e Bibliotecas Escolares (CLBE) e a integrar a estrutura organizacional do Departamento Pedagógico (DP) da SEDUC;
- 2007/2010 – revitalização do CLBE, em decorrência da assunção de uma Bacharel em Biblioteconomia à sua Coordenação;
- 2011/2014 – o SEBE passa a ser dinamizado pela Equipe de Apoio à Leitura, Livro e Literatura, subordinada à Coordenação de Gestão da Aprendizagem do DP/SEDUC.

A Coordenadora continuou sua explanação afirmando que a finalidade do SEBE, a partir de uma política governamental e de um plano de trabalho comum, é congregar, coordenar, fiscalizar, integrar, fomentar o desenvolvimento dos serviços bibliotecários escolares, tendo em vista o alcance de objetivos específicos, à luz do projeto político-pedagógico da escola e do perfil de sua comunidade escolar.

Também apresentou as políticas estabelecidas pela SEDUC do Rio Grande do Sul, para o período de 2011 a 2014, sobre as bibliotecas escolares, com duas citações do Secretário

de Estado da Educação do período: “A biblioteca e tudo que se relaciona com ela – os profissionais que nela atuam, seu acervo e espaço físico – constitui um sistema que contribui para a formação do cidadão, além do período escolar” e prosseguiu: “[...] que as bibliotecas escolares da rede estadual gaúcha sejam reconhecidas pelas comunidades onde estão inseridas como espaços de estímulo à criação, à curiosidade, à busca e consolidação do conhecimento, além da convivência social”. (AZEVEDO, 2014, p.99).

A estrutura do SEBE se constitui em Equipe de Coordenação (SEDUC/RS), Equipe de Supervisão junto às CRE e Equipe de Agentes da Biblioteca Escolar, formada por 2.549 professores e 21 bibliotecários nas bibliotecas escolares. Conta com parceiros institucionais, interinstitucionais e privados.

No âmbito da constituição legal, o SEBE está previsto na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de 1989, em seu Artigo 218, que afirma: “O Estado manterá um sistema de bibliotecas escolares na rede pública estadual e exigirá a existência de bibliotecas na rede escolar privada, cabendo-lhe fiscalizá-las”. Ainda a Indicação nº. 33/80 do Conselho Estadual de Educação (CEED) do Estado, que “Indica medidas para a organização e o funcionamento de Bibliotecas nas escolas de 1º e 2º graus do Sistema Estadual de Ensino”.

Segundo Moro *et al* (2011), a Indicação nº. 33/80 pressupõe medidas para a organização e o funcionamento de bibliotecas nas escolas do Sistema Estadual de Ensino que, para compatibilizar os diversos aspectos das bibliotecas escolares, a Comissão Especial que elaborou essa Indicação contactou com bibliotecários que contribuíram com sugestões no relato do documento. “O documento vigora até os dias atuais e regula a estrutura, a organização e o funcionamento das bibliotecas de escolas públicas e particulares do Sistema Estadual de Ensino”.

A Indicação nº. 35/98 acrescenta subitem ao item 4 da Indicação nº. 33/80 do CEEd e demonstra a “[...] necessidade de sua atualização, considerando, principalmente, o desenvolvimento tecnológico que atinge nossa sociedade e, em consequência, a evolução do ensino face à crescente e irreversível utilização da informática [...]”.

Essa Indicação estabelece parâmetros quanto ao acervo bibliográfico em suas diferentes áreas e no quantitativo numérico mínimo em escolas do Sistema Estadual de Ensino nas graduações de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio recomendando obras de natureza pedagógica para professores, livros didáticos, livros técnicos e científicos, livros de cultura geral e de Literatura (com predominância dos títulos de autores brasileiros e rio-grandenses), obras de referência como enciclopédias, dicionários, vocábulos, atlas, estatísticas e manuais (atualizados e compatíveis com a base curricular oferecida pela escola) e acrescenta que “[...] embora recomendados e considerados necessários, os periódicos, as fitas ou discos não deverão ser computados no acervo mínimo indicado [...]”. Também recomenda a “[...] informática como meio de acessar os dados, informações, enciclopédias, textos, mapas, fotos, desenhos e outros materiais, inclusive por telecomunicação [...]”.

Os livros de Literatura Infantil e Infanto-Juvenil são indicados para o Ensino Fundamental, bem como livros infantis sem texto ou interativos para a Educação Infantil, além de softwares educacionais, adequados à idade, recomendados para iniciação aos procedimentos da informática. Acrescenta que “[...] nenhum livro com ortografia desatualizada será considerado como integrante da biblioteca mínima, salvo quando necessário para a compreensão da língua portuguesa [...]”.

Maria do Carmo apresentou a Lei Estadual nº. 8.744, de 9 de novembro de 1988, que cria o Plano de Expansão da Rede de Bibliotecas de Escolas Públicas, estabelece o horário semanal de leitura nas escolas do Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. O Art. 1º

preconiza que “[...] o Estado deve elaborar, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação desta Lei, o cronograma físico financeiro do Plano de Expansão da Rede de Bibliotecas Públicas, o qual deverá ser implantado em um prazo mínimo de 3 (três) anos”.

A Lei Estadual determina que as escolas deverão ser “inspecionadas” para verificar se estão equipadas com bibliotecas de acordo com os critérios estabelecidos pela Indicação nº. 33/80 do CEEEd. Outra prerrogativa da Lei é a instituição do horário semanal de leitura nos estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino, “com o objetivo de estimular o contato do educando com obras literárias, tanto nacionais quanto estrangeiras”. (MORO et al, 2011).

Ainda sobre a Legislação vigente, a Coordenadora abordou a Lei Estadual nº. 11.670, de 19 de setembro de 2001, que estabelece a Política Estadual do Livro e dá outras providências, e o Decreto Estadual nº. 43.036, de 20 de abril de 2004, que institui o Plano Anual de Difusão do Livro.

A proposta do Sistema para o ano de 2015 é a realização de Concurso Público para Bibliotecários, do Quadro de Técnico Científico, para atendimento à Lei Federal nº. 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

Destacou as principais atribuições da SEDUC/RS no que tange às bibliotecas escolares: implementar e coordenar o SEBE; promover a formação continuada das pessoas que atuam nas bibliotecas escolares e da Equipe do SEBE; acompanhar e articular as ações organizacionais desenvolvidas pelas bibliotecas das escolas estaduais; desenvolver programas e/ou projetos de leitura e orientar as CRE sobre projetos, programas e funcionamento das bibliotecas escolares estaduais; orientar sobre o funcionamento das bibliotecas escolares, ampliar, atualizar e qualificar os acervos das bibliotecas escolares; prover as necessidades da Reserva Técnica do Livro Didático na esfera estadual, quando solicitado e propor e/ou elaborar dotações orçamentárias.

Em relação à dotação orçamentária, a Equipe administra a dotação orçamentária destinada à aquisição de fontes de informação, de promoção de eventos por ela coordenados e dos recursos necessários às suas atividades. Sobre o Programa de aquisição de acervo para as bibliotecas escolares, a Coordenadora do SEBE apresentou os dados investidos no quadriênio 2010-2014.

Além disso, no ano de 2012 foram adquiridos “Kit Biblioteca”, abrangendo a aquisição de estantes, escrivaninhas, mesa redonda com quatro cadeiras, armário, cadeiras com rodízio para as bibliotecas escolares. No ano de 2013, as aquisições ficaram centradas em obras de referência: enciclopédia (BARSA), mapas e atlas contemplando significativo número de bibliotecas escolares.

O Projeto “Biblioteca do Rio Grande” foi distribuído às escolas para qualificar os acervos, contendo 16 títulos sobre o Rio Grande do Sul e, em 2014, a aquisição de livros para Educação para o Campo e para Educação Especial, ampliando o acervo existente nas escolas.

Outra programação realizada, no período de 2011 a 2014, foi o “Seminário Direito à Leitura”, em parceria com o Instituto Estadual do Livro (IEL) do Estado e os Editores Gaúchos, com o objetivo de congregar os professores, não somente para discutir, como também estabelecer estratégias de desenvolvimento e de promoção da leitura, na escola, como um todo, abrangendo sala de aula e biblioteca escolar.

A formação continuada, com os objetivos de qualificar os recursos humanos que atuam no SEBE nas CRE e nas escolas, otimizar o acesso aos recursos de informação existentes,

por meio da organização do acervo e da dinamização das bibliotecas, tem como estratégias cursos, seminários, oficinas, palestras, saraus, visitas técnicas, buscando, dessa forma, a melhoria da qualidade do atendimento da rede estadual de ensino, utilizando, como fonte de informação, o “Manual de Procedimentos” elaborado e publicado para essa finalidade.

Outro projeto importante e que teve continuidade, não havendo interrupção apesar das mudanças e alternâncias de governo, foi “Crianças e Jovens do Rio Grande Escrevendo Histórias” que participa da Feira do Livro de Porto Alegre. Este Projeto, em cada ano, reúne, em livro, textos selecionados, escritos por alunos do ensino fundamental e médio da rede estadual. Em 2014 está sendo realizada a 22ª edição do Projeto. (Figura 13).



**Figura 13: Projeto “Crianças e Jovens do Rio Grande Escrevendo Histórias” na Feira do Livro**

Fonte: MIZZETTI, 2014

O Projeto “Crianças e Jovens do Rio Grande Escrevendo Histórias” teve 89 alunos premiados em 2014, com a realização da Cerimônia de Premiação e Sessão de Autógrafos na Feira do Livro no dia 06 de novembro de 2014 e a produção de 12.000 exemplares publicados e distribuídos gratuitamente aos visitantes da Feira do Livro de Porto Alegre e para todas as escolas estaduais. Neste ano contou com o investimento de R\$ 180.000,00 e é um Projeto premiado pela Secretaria da Fazenda da Fazenda do Estado. (Fotografia 20).



**Fotografia 20: Alunos do Projeto participando da atividade em Porto Alegre**

Fonte: MIZZETTI, 2014

Outro Projeto realizado e coordenado pelo SEBE é “Lendo pra Valer” desenvolvido em conjunto com a Câmara Rio-Grandense do Livro (CRL) que leva escritores às escolas pertencentes à 1ª, 2ª, 12ª, 27ª e 28ª CRE, com o objetivo de discutir a obra e oferecer um contato direto entre a comunidade escolar e os autores. Além desse, o Projeto “Autor Presente”, realizado em parceria com o IEL, caracteriza-se por aproximar escritores e alunos através de encontros realizados nas instituições escolares. Em 2014, foram atendidas cem escolas com um investimento total de R\$ 125.000,00. (Fotografia 21).



**Fotografia 21: Projeto “Autor Presente”**

Fonte: MIZZETTI, 2014

A Coordenadora finalizou sua fala na apresentação do Painel mostrando os dados do projeto “Crédito de Leitura”, criado pela Equipe do SEBE, para viabilizar a política voltada à promoção da leitura pela biblioteca escolar, por meio da qualificação e atualização do seu acervo mediante repasse de recurso financeiro exclusivo para aquisição de obras, selecionadas pela comunidade escolar. No período de 2011 a 2014, foram atendidas 2.570 escolas com os recursos assim divididos: escolas de ensino fundamental incompleto: R\$ 1.000,00 cada; escolas de ensino fundamental completo: R\$ 2.000,00, e escolas de ensino fundamental: R\$ 3.000,00. Além desses Projetos, destacou “Trilhas da Leitura”, em parceria com o Instituto NATURA, e a formação de professores para promover a leitura entre as crianças de escolas de educação infantil com idades compreendidas entre 4 a 6 anos.

Prosseguindo a programação do Painel Bibliotecas Escolares e Públicas, a coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP) do Estado do Rio Grande do Sul, a Bibliotecária Rosana de Lemos Vasques, iniciou sua apresentação com o Manifesto UNESCO sobre bibliotecas públicas, destacando que a liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais: “Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse das informações que lhes permitam exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade”.

Rosana explicou que “a participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, quanto de acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação”. A biblioteca pública, porta de acesso local ao conhecimento, fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais.

O SEBP do Rio Grande do Sul começou a ser estruturado em 1977, sendo instituído pelo Decreto Estadual nº. 30.947, de 24 de dezembro de 1981, tendo como finalidade desenvolver as atividades de planejamento, organização, coordenação, supervisão e apoio às Bibliotecas Públicas do Estado (BPE). Sua atuação abrange o estadual, regional e local. As principais funções são coordenar as políticas do Ministério da Cultura (MinC) e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), prestar assessoria às bibliotecas públicas municipais, orientar e assessorar o planejamento das atividades das bibliotecas vinculadas à Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1987, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, por meio do documento "Biblioteca Pública Municipal: dinamização e padronização de rotinas", reafirmou as funções do SEBP e a posição da BPE como órgão central coordenador do Sistema e das demais bibliotecas municipais, além de esclarecer as vinculações com os organismos nacionais. Este documento acrescentou novas funções à biblioteca pública, ao lado das já tradicionais.

As funções do SEBP se estabelecem em diferentes níveis:

- Nível nacional: Coordenar as políticas do MinC e SNBP no Estado;
- Nível local: dar orientação e assessoria ao planejamento das atividades das bibliotecas da Secretaria da Cultura (SEDAC);
- Nível regional: prestar assessoria às Bibliotecas Públicas Municipais.

Os principais objetivos, dentre outros, são:

- coordenar e incentivar as ações referentes ao cumprimento da política estadual para as bibliotecas públicas;
- capacitar a BPE como órgão central do Sistema;
- coordenar as políticas do MinC e SNBP no Estado;
- coordenar a elaboração de propostas, planos, programas e atividades na sua área;
- manter o cadastro das bibliotecas públicas do estado e encaminhar os cadastros para o SNBP;
- prestar assessoria técnica às bibliotecas públicas municipais e estaduais no que se refere à qualificação de recursos humanos, elaboração de projetos, indicação de acervo para aquisição, doação de livros e materiais, a orientações para seleção e descarte de acervos, à emissão de pareceres técnicos e inserção destas bibliotecas nas políticas do governo estadual e federal;
- estimular e auxiliar no processo de implantação e modernização de bibliotecas públicas.

O cadastro de BPE/RS é constantemente atualizado com o objetivo de oferecer informações precisas sobre todas as bibliotecas públicas no âmbito estadual e, por meio deste, ampliar o controle social sobre as bibliotecas e sobre a situação das mesmas. O SEBP/

RS tem como uma de suas prioridades “zerar” o número de municípios sem Bibliotecas. Atualmente só há dois municípios que não possuem biblioteca pública.

Em parceria com o SNBP, o SEBP/RS realiza o “Projeto Mais Bibliotecas Públicas no Brasil”. O Sistema também é responsável pela centralização e distribuição de kits de livros para as Bibliotecas Públicas do interior do Estado. São distribuídos cerca de 200 Kits de livros por mês, contendo uma média de 15 livros cada. Possui também parceria com a Fundação Dorina Nowill, contemplando as bibliotecas públicas cadastradas com livros especiais para pessoas com deficiência visual.

As atividades do SEBP/RS são publicadas em um blog e também fazem parte do Facebook, utilizando a *internet* como instrumento para divulgar as atividades, disseminar informações da área e dar visibilidade às ações do Sistema na *internet*.

Rosana destacou os Editais no âmbito do Estado, como o Edital SEDAC 12/2011, intitulado Biblioteca Viva RS para Modernização de Bibliotecas Públicas, e o Edital SEDAC 14/2012 intitulado Mais Cultura/Biblioteca Viva RS de Modernização de Bibliotecas Públicas do RS, que está em pleno andamento no Estado.

Além dos editais estaduais, o Sistema divulga, orienta e acompanha os editais federais da Divisão do Livro, da Leitura, da Literatura e da Biblioteca (DLLLLB), do MinC, da Fundação Biblioteca Nacionais (FBN) e do SNBP. É possível destacar, dentre outros, o Prêmio às Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas; Bolsas de Fomento à Literatura; Apoio ao Circuito Nacional de Feiras de Livros e Eventos Literários e o Prêmio Leitura para Todos: projetos sociais de leitura. (Disponíveis em: [sebprs.blogspot.com](http://sebprs.blogspot.com) / [www.snbp.bn.br](http://www.snbp.bn.br)).

Além da coordenação e realização dos editais do Estado e da participação nos Editais em nível nacional, o SEBP/RS oferece a capacitação por meio do Curso de Dinamização de Bibliotecas Públicas desde o ano de 2000. Em 2014, o Curso de Dinamização de Bibliotecas será descentralizado e realizado em nove regiões do Rio Grande do Sul com a oferta dos seguintes módulos:

- Informatização de Bibliotecas Públicas;
- Projetos e Ações Culturais em Bibliotecas Públicas;
- Organização, gestão em Unidade de Informação;
- Mediação de leitura.

Outro Projeto mediado pelo Sistema chama-se “Pontos de Leitura na Praia” e foi executado pelo SEBP conjuntamente com a SEDAC do Estado, que manteve contato com os municípios e distribuição dos pontos para os mesmos em parceria com o IEAVI, contando com a colaboração de artistas que pintaram os pontos de leitura. O Projeto é realizado nos meses de verão (dezembro a março) quando grande número da população gaúcha se desloca para o litoral do Estado. (Figura 14).

A Coordenadora apresentou também o “Projeto Autor Presente”, criado em 1972. O projeto do IEL, órgão da SEDAC/RS, caracteriza-se por promover a leitura; ajudar a qualificar projetos de leitura e promover a literatura gaúcha, propiciando o encontro de escritores com a comunidade do interior do Estado. Também o “Plano Anual de Difusão do Livro” que foi instituído pelo Decreto Estadual nº. 43.036/2004 sob a coordenação da SEDAC é formado por Comissão de representantes das seguintes instituições: SEDUC, IEL, SEBP, SEBE, CRL e Clube dos Editores.

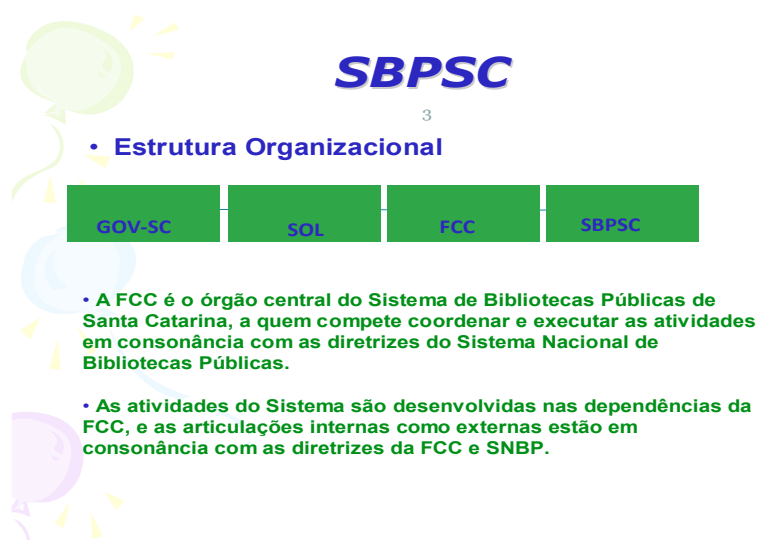


**Figura 14: Projeto “Pontos de Leitura na Praia”**

Fonte: VASQUES, 2014

A Coordenadora Rosana Vasques finalizou salientando as dificuldades de realização de muitas ações, tendo em vista a falta de recursos financeiros para sua consecução.

Dando continuidade ao Painel, a Coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina (SBPSC), Esni Soares da Silva, falou sobre a estrutura organizacional do Sistema que segue apresentado no Quadro 8.



**Quadro 8: Estrutura Organizacional do SBPSC**

Fonte: SBPSC, 2014

A Coordenadora comunicou que o Estado possui 298 bibliotecas públicas cadastradas no SNBP em 2013, mas que em 2014 esse número passou a representar 160 bibliotecas públicas no SBPSC. Destacou que as principais atividades do SBPSC se evidenciam na atualização cadastral, na distribuição de livros, em oficinas de capacitação, em participações em projetos, em participações em eventos, na atualização cadastral. Em relação à atualização cadastral e situação real das bibliotecas públicas no Estado, foi realizada uma pesquisa com perguntas fechadas para retratar essa realidade apresentada nos resultados abaixo:

#### **1. A biblioteca já esteve fechada para o público?**

- Sim 33%
- Não 67%

#### **2. Existe profissional formado em Biblioteconomia?**

- Sim 22%
- Não 78%

#### **3. A biblioteca está informatizada?**

- Sim, totalmente informatizada 14%
- Sim, quase totalmente informatizada 13%
- Sim, pouco informatizada 27%
- Não 42%
- Outros 3%

#### **4. Se está informatizada, o software é gratuito?**

- Sim 22%
- Não 30%

#### **5. Qual a origem principal do acervo?**

- Compra 27%
- Permuta 1%
- Doação 65%
- Outros 3%

#### **6. A biblioteca tem orçamento para compra de livros?**

- Sim 24%
- Não 70%

## **7. A biblioteca tem acessibilidade para usuários com deficiência?**

- Sim 54%
- Não 42%
- Outros 2%

## **8. A biblioteca oferece produtos e serviços para pessoas com deficiência?**

- Sim 55%
- Não 42%

### **8.1 Se sim, quais são?**

- Materiais adequados 47%
- Infraestrutura adequada 23%
- Pessoas para atendimento adequado 5%

## **9. A Biblioteca oferece acesso à *Internet* disponível para o usuário?**

- Sim 62%
- Não 36%

## **10. A biblioteca tem acesso *online*?**

- Sim 49%
- Não 46%

## **11. Os responsáveis pela biblioteca conseguem identificar o que o usuário deseja?**

- Sim 84%
- Não 16%

## **15. A biblioteca possui alguma assinatura de periódico (jornais, revistas, gibis)?**

- Sim 45%
- Não 55%

## **16. A biblioteca possui acervo de multimídia (DVDs, CDs, VHS...)?**

- Sim 68%
- Não 32%

Em relação à distribuição de livros para a formação do acervo das bibliotecas públicas, em 2014, oitenta municípios foram contemplados com o quantitativo de 8.000 (oito mil livros). (Fotografia 22).



**Fotografia 22: Distribuição de livros às bibliotecas públicas municipais do SBPSC**

Fonte: SILVA, 2014

As Oficinas de Capacitação se realizaram no período de 2012 a 2013 sendo oferecidas em todas as regiões do Estado com a participação dos profissionais que atuam nas bibliotecas públicas dos municípios. (Fotografia 23).



**Fotografia 23: Cena de uma Oficina de Capacitação**

Fonte: SILVA, 2014

Em relação aos Projetos previstos e realizados no âmbito do Sistema Estadual, um deles foi a da "Modernização de Bibliotecas" em Convênio com o MinC e o BPSC. Foram beneficiadas 26 bibliotecas públicas pertencentes aos seguintes municípios: Iporã do Oeste,

Antônio Carlos, Peritiba, Anchieta, Formosa do Sul, Frei Rogério, Campo Erê, Luzerna, Rancho Queimado, Alfredo Wagner, Maracajá, Urupema, Vargeão, Flor do Sertão, Presidente Castelo Branco, Grão-Pará, Meleiro, Sana Rosa de Lima, São João do Sul, Palmeira, Vitor Meireles, Trombudo Central, Rio Fortuna, Jardinópolis, Itá e Nova Erechim. Também, em fase de licitação, encontra-se o Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas coordenado pelo SNBP, abrangendo dez bibliotecas públicas que se tornarão referência em acessibilidade, sendo duas em cada Região do Brasil, sendo que na Região Sul as Bibliotecas Públicas do Estado do Paraná e a de Santa Catarina, a Biblioteca Professor Barreiros Filho, serão atendidas.

As bibliotecas públicas dos Estados envolvidas no Projeto receberão:

- 300 títulos de livros em Braille
- 4 computadores de mesa
- 1 máquina de datilografia Braille
- 1 impressora braille 2
- 1 Scanner com sintetizador de voz
- 1 Lupa eletrônica (amplificador)
- 1 Linha Braille
- 4 Software sintetizador de voz
- Treinamento

Visitas à Biblioteca de São Paulo, ao Memorial da Inclusão, ao MAM, ao Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva, e ao Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca da UNICAMP.

O SEBPSC tem participado em eventos, tais como o VIII Seminário Nacional de Braille (SENABRILLE) que foi realizado no período de 28 a 30 de abril em São Paulo-SP; II Fórum Leitura em Santa Catarina em maio de 2014, na Rede de Leitura Inclusiva no Grupo de Trabalho (GT) de Santa Catarina e no 32º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina. (Fotografia 24).

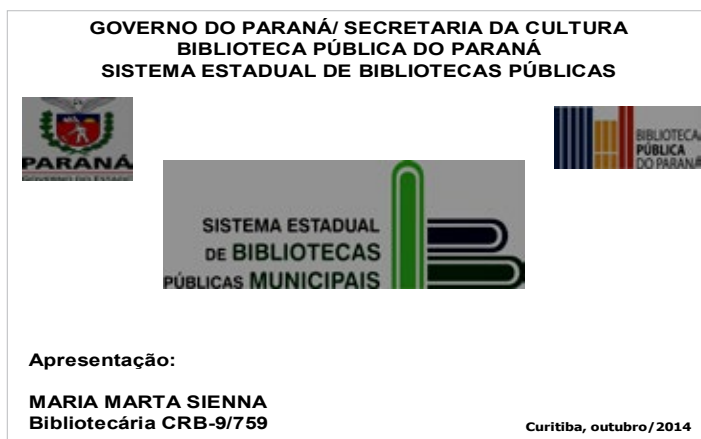


**Fotografia 24: Participação das bibliotecas públicas do SEBPSC em Eventos**

Fonte: SILVA, 2014

Os Projetos previstos para a realização de atividades no âmbito do SEBPSC, para o ano de 2015, preveem a continuidade das Oficinas de Capacitação e outras atividades relacionadas ao projeto acessibilidade, a melhora da logística para a distribuição e a entrega de livros, a realização de um fórum catarinense de Bibliotecas Públicas, a alteração do decreto que institui o SBPSC e a formação de um comitê gestor para o SBPSC.

Em continuidade à realização do Painel, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Paraná (SEBPP) da Secretaria da Cultura do Estado Paraná foi apresentado pela bibliotecária Maria Marta Sienna. (Figura 15).



**Figura 15: Início da apresentação com os créditos do SEBPP**

Fonte: SIENNA, 2014

O SEBPP é sediado na Biblioteca Pública do Estado do Paraná, criada pela Lei Provincial nº. 27 de 07 de março de 1857 e instalada na atual Sede, em Curitiba, desde 19 de dezembro de 1954. Foi inaugurada no Governo Bento Munhoz da Rocha Netto, como parte das comemorações do Centenário da Emancipação Política do Paraná e ocupa atualmente uma área de 8.258m<sup>2</sup>.

A Biblioteca Pública do Paraná (Fotografia 25) é de livre acesso e atende mais de um milhão de pessoas anualmente, com uma frequência média de 3.000 usuários/dia, média de 1.500 empréstimos/dia e atualmente possui cerca de 210.950 usuários cadastrados (dados referente a setembro/2014).



**Fotografia 25: Imagem da Biblioteca Pública do Paraná**

Fonte: SIENNA, 2014

O acervo da Biblioteca é composto dos seguintes materiais: (dados de setembro/2014).

- 603.981 vol. (acervo geral);
- 301.536 títulos (acervo central);
- 14.443 vol. (Biblioteca Mário Lobo);
- 17.559 vol. (Divisão de Extensão – CE);
- 117.708 exemplares de periódicos;
- 2.427 títulos revistas paranaenses;
- 869 títulos jornais paranaenses;
- 7.200 discos/vinil;
- 3.200 discos/laser;
- 1.900 CD-Rom;
- 5.107 fitas de vídeo;
- 700 fitas cassetes;
- 402 slides;
- 2.000 DVD;
- 408 Diafilmes;
- 2.737 livros em Braille;
- 3.403 títulos de livros falados (em fitas cassetes);
- 25.132 livros digitalizados (para atendimento aos deficientes visuais) e outros materiais como gibis, mapas, fotografias, cartazes (Figura 16), microfilmes, audiolivros e manuscritos.



**Figura 16: Cartaz sobre a Biblioteca Pública do Paraná**

Fonte: SIENNA, 2014

Um dos projetos mais antigos da Biblioteca Pública do Paraná, iniciado em 1961, funciona, hoje, com 120 caixas estantes e, um acervo especial de 20 mil livros (90% deles de literatura). Surgiu para suprir escolas que não tinham bibliotecas. Atualmente, é voltado para atendimento a funcionários de empresas distantes da sede da Biblioteca Pública do Paraná (Curitiba e Região Metropolitana).

No Litoral do Paraná, está a porção de Mata Atlântica mais preservada do Brasil. O Litoral compreende uma faixa de 90 km, dentre os quais 45 km são de preservação ambiental, de restingas, manguezais e diversas ilhas.

Já o Projeto Bibliopraia foi executado no período de 2012 a 2013, criado pela Secretaria de Estado da Cultura e coordenado, nas praias, pela Biblioteca Pública do Paraná. Consistiu na instalação de tendas com módulos em aço para abrigar livros, em cinco pontos do litoral do Paraná. Cada bibliopraia contou com média de 1200 livros, de todos os gêneros literários. O empréstimo, de um livro por vez (por três dias), foi feito de forma simples – apenas com o nome e número do telefone do leitor. O principal objetivo do Projeto é atender turistas do litoral, em sua maioria paranaenses, com leitura de entretenimento durante a temporada de férias. (Fotografia 26).



**Fotografia 26: Imagens do Projeto Bibliopraia**

Fonte: SIENNA, 2014

O Sistema Estadual atende, dentro das possibilidades, o conjunto das Bibliotecas Públicas municipais no âmbito de suas ações que vêm sendo desenvolvidas há mais de 40 anos. O SEBPP foi criado pelo Decreto nº.1.494, de julho de 1992, e, desde essa data, é coordenado e administrado pela Biblioteca Pública do Paraná, cabendo a sua operacionalização à Divisão de Extensão.

Os objetivos do SEBPP consistem na implantação e no aperfeiçoamento dos serviços de bibliotecas públicas, atendendo as necessidades da comunidade local, incentivando, estimulando e difundindo o gosto pela leitura e coletando, difundindo e preservando a memória histórica e cultural do Paraná. O Sistema atende ao total de 399 municípios no Paraná, contemplando um número de 466 bibliotecas públicas municipais. Dentre as principais atividades que o SEBPP, destacam-se:

- o repasse de livros novos e usados e outros materiais que são excedentes no acervo da Biblioteca Pública do Paraná;
- os treinamentos, encontros e cursos para orientação aos atendentes das bibliotecas públicas quanto à organização e utilização do acervo, atendimento e atividades culturais;

- as promoções culturais, como a realização de oficinas literárias, exposições, lançamentos de livros, palestras e outras atividades de mesma natureza que são levadas aos municípios;
- a automação das bibliotecas, iniciada em 2012, quando o Sistema implantou a Rede *Pergamum* de Bibliotecas Públicas do Paraná;
- o Guia de Bibliotecas Públicas no qual o Sistema atualiza os dados cadastrais das bibliotecas públicas dos municípios e divulga no Site da Biblioteca Pública do Paraná;
- o Manual de Atendentes – é editado pelo Sistema e distribuído às bibliotecas públicas e nos treinamentos, contendo normas e recomendações do funcionamento da biblioteca pública;
- a divulgação da profissão de Bibliotecário que é realizada através de vídeo e roteiro dos lugares onde estão as escolas de Biblioteconomia;
- o assessoramento técnico realizado por meio de visitas aos municípios onde não há um bibliotecário com o objetivo de orientar quanto a espaço físico, acervo, equipamentos e mobiliário.

Além dessas atividades, o Sistema desenvolve o Projeto Biblioteca Cidadã, oriundo da Secretaria da Cultura do Paraná, em parceria com a Biblioteca Pública do Paraná, Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos, Secretaria de Obras Públicas e prefeituras municipais com o objetivo de oferecer às regiões mais carentes do Estado do Paraná um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros.

Para tornar a Biblioteca Cidadã uma realidade nos municípios mais carentes do Estado, o Governo disponibiliza a construção de prédio de 184m<sup>2</sup> sobre terreno que é oferecido pela prefeitura de cada cidade atendida. O acervo bibliográfico é de 1.500 livros. A qualificação de pessoal destes espaços é feita com treinamento por técnicos da Biblioteca Pública do Paraná/Sistema Estadual, para os funcionários de cada município atendido. Até 2014 o número de bibliotecas cidadãs inauguradas no Estado do Paraná é de 303 unidades.

A Rede Informatizada de Bibliotecas Públicas do Paraná é uma iniciativa inédita no Brasil no âmbito de bibliotecas públicas. O projeto piloto foi realizado com bibliotecas públicas, cujos municípios contam com bibliotecários em seus quadros. Usa o Sistema *Pergamum* (PUC-PR) para Gestão de Bibliotecas. Foi criada em Curitiba (PR), em 2012, tem por objetivos: intercambiar a informação catalogada entre bibliotecas; elaborar acordos de cooperação; adotar normas comuns; melhorar a qualidade do atendimento aos usuários; implementar o uso de novas tecnologias.

Atualmente a Rede tem como principal serviço a catalogação cooperativa que adota padrões e normas internacionais (como o MARC21 e o AACR2) e disponibiliza os catálogos para as bibliotecas por meio da *internet*, na base de produção da Rede ([www.pergamumweb.bpp.pr.gov.br](http://www.pergamumweb.bpp.pr.gov.br)) destinada a todos os usuários por intermédio da página da Biblioteca Pública do Paraná (<http://www.bpp.pr.gov.br>) ou (<http://www.pergamum.bpp.pr.gov.br>).

As bibliotecas, ao trabalharem com o Catálogo Coletivo da Rede, têm acesso às catalogações em formato padrão. Contudo, com o uso de números de chamada individuais, cada profissional pode atribuir o seu próprio número de classificação e informações complementares para as etiquetas, inclusive com a adoção de CDD ou CDU, Cutter ou PHA, siglas de salas, entre outras. Sua missão principal é disseminar a informação através de dados e serviços entre as bibliotecas públicas, simbolizando o compromisso pela

democratização e universalização ao acesso à informação, ao conhecimento e ao desenvolvimento cultural.

A participação das Unidades de Informação na Rede é feita através de um contrato de prestação de serviços de manutenção do Sistema Integrado de Bibliotecas - *Pergamum*, com a Associação Paranaense de Cultura da PUC/PR. Podem participar da Rede as bibliotecas públicas municipais, que pertencem ao SEBPP e que fizeram adesão, através do contrato de prestação de serviços de manutenção, mediante concordância da Unidade Central. É preciso que o município tenha um bibliotecário responsável pelos trabalhos. Para o município que não conta com bibliotecário, será necessário consultar o Sistema, para se certificar de que existe este profissional no quadro que se responsabilize pelas unidades de informação daquele município. As bibliotecas públicas dos municípios do Estado do Paraná, participantes do Projeto, no ano de 2014, constam no Quadro 9:

<b>Município:</b>	<b>Biblioteca:</b>
<b>CASCADEL</b>	Biblioteca Pública Municipal Sandálio dos Santos
<b>IBIPORÃ</b>	Biblioteca Pública Municipal Benta Fidelity Cinelli Biblioteca Pública Cidadã Zilda Arns Neumann
<b>PATO BRANCO</b>	Biblioteca Pública Helena Braun
<b>PARANAGUÁ</b>	Biblioteca Pública Mário Marcondes Lobo
<b>ROLÂNDIA</b>	Biblioteca Pública Municipal Rui Barbosa Biblioteca Pública Cidadã Michael Traumann
<b>SANTA HELENA</b>	Biblioteca Pública Municipal Dante Alighieri
<b>SÃO JOSÉ DOS PINHAIS</b>	Biblioteca Pública Municipal Scharffenberg de Quadros Biblioteca Pública Borda do Campo Biblioteca Pública Parque da Fonte Biblioteca Pública do Terminal Biblioteca da Casa de Cultura Padre Karol Dworaczek
<b>TELÊMACO BORBA</b>	Biblioteca Pública Municipal de Telêmaco Borba Biblioteca do Centro de Convivência da Juventude
<b>TOLEDO</b>	Biblioteca Pública Municipal de Toledo Biblioteca Extensão Vila Pioneiro

#### **Quadro 9: Instituições participantes em 2014**

Fonte: SIENNA, 2014

A Rede oferecerá aos seus integrantes: Catálogo Coletivo da Rede; Catálogo de autoridades com a padronização em MARC 21 e a inclusão dos dados; catalogação cooperativa padronizada em MARC 21 e compartilhamento de recursos; cursos, treinamentos, certificados e manuais para operacionalização do sistema; Manual da Rede Informatizada de Bibliotecas Públicas do Paraná; Normativas de instruções atualizadas; Parametrização das bibliotecas para o uso do sistema e contatos permanentes com as Unidades participantes, trocando informações e dando suporte para as mesmas; cadastro e controle de acesso

para operadores do sistema; contatos permanentes com as equipes do *Pergamum*/PUC/PR e da CELEPAR, para correção de erros encontrados no sistema ou demais solicitações; homologação de novas versões do sistema; disponibilização da base de dados para a Unidade de Informação que sair da Rede, respeitando sempre a autonomia municipal.

A Equipe *Pergamum* oferecerá aos integrantes a documentação necessária para a realização do contrato de prestação dos serviços de manutenção e assistência técnica, a proposta comercial, prioritariamente anual, cujos valores serão proporcionais ao tamanho do acervo das unidades de informação, a importação e exportação de dados nos formatos MARC21 e a conversão retrospectiva de acervos através de contratação de serviços, cursos, encontros e conferências, por meio da aquisição por compra e/ou doação, bem como de respectivos certificados para os usuários da Rede, oferta, mediante a aquisição, de vídeos para treinamentos de operacionalização do Sistema Integrado de Bibliotecas – *Pergamum*, suporte técnico aos integrantes da Rede e interação com a Unidade Central, Comissão Diretora e a Equipe Técnica da CELEPAR e a divulgação do catálogo coletivo da Rede Informatizada de Bibliotecas Públicas do Paraná na Rede *Pergamum*.

Por outro lado, a Equipe técnica da CELEPAR oferecerá aos integrantes, através de contrato com a Biblioteca Pública do Paraná, disponibilização de servidor de grande porte com serviços de manutenção e atualização do equipamento, para hospedagem da base de dados da Rede Informatizada de Bibliotecas Públicas do Paraná no sistema *Pergamum*, garantindo a segurança dos dados, serviços diários de backup, correções e atualizações de versões do sistema, atualização e disponibilidade do catálogo coletivo da Rede na *Internet* e em bases de dados de produção e homologação, suporte técnico e interação com a Unidade Central, Comissão Diretora e Equipe *Pergamum* que disponibilizarão da base de dados para a unidade de informação que sair da Rede, respeitando sempre a autonomia municipal.

## 2.4 Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Sudeste

As informações sobre as condições infraestruturais das bibliotecas escolares e públicas que atuam nos Estados que integram a Região Sudeste foram obtidas no Painel Bibliotecas Escolares e Públicas, que fez parte da programação do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas, realizado em Belo Horizonte/MG, nos dias 21 e 22 de novembro de 2014.

A primeira exposição foi realizada pelo Bibliotecário Luiz Herrera, responsável pelas Bibliotecas Públicas de São Francisco (USA), que proferiu a palestra *Biblioteca Pública de São Francisco: visão geral*. Em sua fala inicial, agradeceu a Presidente do CFB, Bibliotecária Regina Céli de Souza, pela oportunidade de poder contribuir com sua experiência e saber profissional com o tema da atuação das bibliotecas públicas como “pontes” para a alfabetização e a aprendizagem e sobre como elas estão mudando as suas funções para atender melhor aos seus usuários.

Esclareceu na oportunidade que essas observações estão abalizadas pelos 35 anos de experiência, trabalhando em bibliotecas públicas em 5 cidades norte-americanas, e espera que o seu ponto de vista acerca dos serviços e das inovações, implementados nas bibliotecas públicas de São Francisco (USA), possam oferecer algumas ideias e exemplos sobre o relevante papel que essas bibliotecas têm a desempenhar como centros comunitários de aprendizagem.

Para o palestrante a “Biblioteca pública é a universidade do povo”. Essa concepção traduz, com perfeita exatidão, a essência do seu pensamento na medida em que se alinha aos conteúdos e pode ser percebida em todos os serviços e projetos que ele destacou ao discorrer sobre as ações desenvolvidas nas bibliotecas públicas de São Francisco.

Recomendou, por fim, atenção para as mudanças que a transição da mídia impressa para a digital tem promovido na sociedade atual e para as oportunidades que essa nova realidade pode oferecer para as bibliotecas públicas, em termos de um relacionamento mais efetivo com as suas comunidades de usuários, haja vista as facilidades que a revolução digital pode proporcionar ao processo de aprendizagem e de letramento ou alfabetização.

Para facilitar a compreensão do seu pensamento, o texto da sua palestra está reproduzido integralmente no Anexo B.

A segunda apresentação do Painel foi realizada pela Profa. Dra. Bernadete Campello, Coordenadora do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em sua fala foi esclarecido o que é o GEBE e quais são o seu objeto e os seus objetivos, bem como foram destacadas as suas principais ações.

De acordo com o que foi exposto, o GEBE reúne pesquisadores e estudantes interessados no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas com as questões teórico-operacionais atinentes à função educativa da biblioteca escolar, com vistas à melhor compreensão do potencial dessa instituição como espaço de ação pedagógica.

Com a finalidade de divulgar o resultado de seu trabalho e, principalmente, de promover o diálogo com aqueles que, no exercício profissional, constroem as bases da prática biblioteconômica no ambiente escolar, o GEBE promove cursos, palestras e encontros, tendo produzido várias publicações sobre o tema.

Por fim, ao concluir a sua exposição, foi feita uma retrospectiva da atuação do GEBE, sendo destacadas duas ações: a concepção do Projeto Mobilizador do CFB e a proposta de padrões mínimos para o funcionamento das bibliotecas escolares brasileiras, ambas com a parceria do CFB. A primeira elaborada com o propósito de socializar os dispositivos da Lei nº. 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, e dar celeridade a sua aplicação no cotidiano da sociedade brasileira. E a segunda com o fim de oferecer parâmetros para a mudança qualitativa e quantitativa da maior parte das bibliotecas das escolas do País.

A terceira apresentação do Painel foi feita pela representante da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED), Bibliotecária Maria Aparecida de Almeida. Sua fala priorizou as ações do Programa de Bibliotecas que foi criado em 2013 pela SMED, com a finalidade de promover a estruturação e a dinamização das bibliotecas da rede municipal de educação de Belo Horizonte por meio da promoção e do monitoramento das práticas de incentivo à leitura e à escrita, realizadas a partir da integração das bibliotecas ao projeto político-pedagógico das escolas.

Em sua fala, destacou que até 2013 a SMED possuía uma rede de educação constituída de 189 escolas e 40 bibliotecas-polo, esclarecendo que essas bibliotecas contavam com um quadro de pessoal composto por 43 bibliotecários, 450 auxiliares de bibliotecas e 307 professores readaptados. Configuração estrutural muito aquém do desejável, já que só 22% das escolas pertencentes à rede possuíam bibliotecas, embora a concepção de biblioteca adotada pelo Programa fosse adequada, uma vez que estas foram concebidas como espaços de cultura, ação pedagógica e mediação de leitura a serviço do projeto político-pedagógico da escola.

De acordo com a exposição, esse Programa foi estruturado em quatro eixos: informatização do sistema, melhoria e dinamização do acervo, formação de pessoal e elaboração de política de leitura para as bibliotecas da RMEBH. Os eixos relativos à informatização do sistema, à formação de pessoal e à elaboração de política de leitura para as bibliotecas da RMEBH não foram materializados e por isso ainda são considerados desafios para a

SMED de Belo Horizonte. E o mesmo se pode afirmar em relação à integração da biblioteca às salas de aula e à formação do profissional da biblioteca como mediador de leitura.

Ainda em conformidade com a exposição, apenas as ações relativas ao Eixo da melhoria e dinamização do acervo foram realizadas, tendo sido desenvolvida uma série de atividades com esse fim: Encontro com escritores; Intervenção teatral; Distribuição do Kit literário; e Elaboração da política de desenvolvimento de acervo das bibliotecas escolares da RMEBH, os dois últimos acompanhados da publicação de Catálogos e Livro próprios.

A quarta apresentação do Painel foi feita pela representante do Departamento de Bibliotecas Públicas e Centros Culturais da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, Fabíola Ribeiro Farias, que, em sua fala, deu destaque aos esforços da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte (FMC) e do seu Departamento de Bibliotecas Públicas e Centros Culturais para sensibilizar professores e alunos do curso de Biblioteconomia, dirigentes públicos e a população sobre a necessidade da existência das bibliotecas públicas e escolares.

Instituição responsável por fomentar a democratização do acesso à leitura na capital fora dos ambientes escolares, a FMC conta atualmente com 19 bibliotecas públicas municipais (a Biblioteca Pública Infantil-Juvenil, duas bibliotecas regionais e dezesseis pontos de leitura localizados em centros culturais), distribuídas por todas as regiões de Belo Horizonte, que se constituem como espaços de acesso aos bens culturais simbólicos e de incentivo à leitura.

Todas essas bibliotecas oferecem a quem as procura jornais e revistas para leitura local, empréstimo de livros e quadrinhos, acesso à *internet*, além de oficinas literárias, rodas e clubes de leitura e encontros com escritores. Todavia, a expositora não informou o número de bibliotecários vinculados à FMC, razão pela qual não se pode nem mesmo ter ideia da participação desses profissionais no desenvolvimento dos seus projetos e ações.

A quinta apresentação do Painel coube à representante da Superintendência de Bibliotecas Públicas e do Suplemento Literário de Minas Gerais e do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, Marina Nogueira Ferraz, que dividiu sua fala em duas partes: na primeira se reportou às ações da Superintendência e na segunda discorreu sobre a estruturação e os serviços da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

Na primeira parte da sua fala, destacou a publicação do Suplemento Literário de Minas Gerais, informando que se trata de um periódico especializado nas áreas da literatura, do cinema, das artes plásticas, do teatro e da música, bem como que o mesmo é publicado desde 1966, tem circulação nacional e internacional e hoje é um dos mais respeitados do gênero no Brasil.

Esclareceu também que todas as edições do Suplemento Literário de Minas Gerais são distribuídas gratuitamente em diversas instituições culturais e bibliotecas de Minas Gerais, bem como que a edição do ano passado foi dedicada à história da Biblioteca Luiz de Bessa, em comemoração aos seus 60 anos de existência, que foi completado em 2014.

Na parte da sua exposição sobre a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, informou que a mesma foi criada, em 1954, pelo então Governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, possui um acervo composto de cerca de 570 mil itens, atende presencialmente uma média de 400 mil usuários anualmente e hoje está totalmente informatizada.

Quanto aos serviços dirigidos ao público, além dos serviços de consulta local de empréstimo domiciliar que ocorrem presencialmente e do apoio às atividades de pesquisas, inclusive com a disponibilização de espaço para consultas via *internet* e a realização de estudos individuais e coletivos, foi informado que a Biblioteca oferece consulta e renovação de empréstimo *online*.

Com relação às estruturas destinadas à realização de serviços especiais e de extensão, foram destacadas as Seções de Braille, Infanto-Juvenil e os Serviços de Carro-Biblioteca e Caixa-Estante.

A Seção de Braille é um serviço que promove a inclusão e a acessibilidade a pessoas com deficiência visual, apoiada em um acervo constituído de 1.600 títulos impressos em Braille e 700 títulos em audiolivros e duas impressoras Braille. Além de empréstimo domiciliar, impressão e gravação de textos, a Seção oferece acesso à *internet* por meio do uso de computadores com sintetizador de voz (Jaws) e lupa eletrônica para leitores com baixa visão.

Este ano o pioneirismo e a qualidade deste trabalho foram reconhecidos pelo Edital de Acessibilidade da Fundação Biblioteca Nacional, possibilitando à Biblioteca Luiz de Bessa estender as atividades que vêm sendo realizadas com excelência no Braille a pessoas com outras deficiências. (Fotografia 27).



**Fotografia 27: Área de consulta da Seção Infanto-Juvenil da Biblioteca Luiz de Bessa**

Fonte: FERRAZ, 2014

A Seção de Biblioteca infanto-juvenil é um espaço agradável e acolhedor, cujo acervo atualmente é constituído de cerca de 30.000 livros, onde as crianças e os adolescentes têm a oportunidade de conhecer muitas obras clássicas renomadas de autores consagrados, além de rica produção literária atual. Seu catálogo de serviços ao público inclui, além da consulta local e do empréstimo domiciliar, a orientação à pesquisa, brinquedoteca, gibiteca e outras ações variadas de incentivo e mediação à leitura.

O Serviço de Carro-Biblioteca dispõe de um acervo constituído de 3.500 livros e 40 assinaturas de periódicos e oferece serviço de extensão a seis bairros carentes que estão distantes dos equipamentos culturais localizados na área central de Belo Horizonte. Em média, anualmente o Carro-Biblioteca atende cerca de 11.000 leitores e realiza mais de 12.000 empréstimos domiciliares.

Com relação ao Serviço de Caixa-Estante, foi informado pela expositora que o mesmo disponibiliza um pequeno acervo de livros a dezesseis instituições públicas, privadas e não governamentais. Fazem parte desse grupo os Centros de Internação Provisória, os Centros de Referência à Gestante, os Centros de Reeducação Social e Comunitária, Unidades de Semiliberdade, Casas de Recuperação de Menores Infratores e Hospitais.

Ao final da exposição, foram destacados os resultados da pesquisa Retrato das Bibliotecas Públicas Municipais, que a coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais de Minas Gerais realizou em 2011, possivelmente para levantar dados sobre a atuação dessas bibliotecas (os objetivos da pesquisa não foram esclarecidos durante a fala).

O certo é que, durante a exposição, apenas dois aspectos foram apresentados. O primeiro evidenciou que a rede de bibliotecas públicas municipais de Minas Gerais é constituída de 779 bibliotecas e que o bibliotecário só está presente em 107 (14%) delas. A partir daí, se conclui que 672 (86%) dessas bibliotecas estão funcionando sem a presença de bibliotecário, ou seja, em evidente ilegalidade. Resultado que explicita uma afronta à legislação que regulamenta o exercício da profissão de bibliotecário no Brasil.

E o segundo aspecto apontou quais os principais motivos que têm levado a população mineira a essas bibliotecas: fazer pesquisa escolar (37%); emprestar livro (38%); ler livros (11%) e usar computador/internet (7%). Resultados que parecem demonstrar que os principais usuários das bibliotecas públicas ainda são os alunos da educação básica.

A sexta e última apresentação do Painel coube à representante da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Bibliotecária Cilene Alves de Oliveira, que dividiu a sua exposição em duas partes: na primeira apresentou a estruturação atual da Rede de Bibliotecas Escolares Municipais do Rio de Janeiro (BEM) e na segunda detalhou a configuração e as ações realizadas a partir da implantação do Programa Rio: uma cidade leitora.

Em conformidade com as informações apresentadas, em números, a Rede de Bibliotecas Escolares Municipais do Rio de Janeiro (BEM) está assim estruturada:

- 11 Coordenadorias Regionais de Educação
- 1.677 Escolas;
- 671 Escolas de Educação Infantil;
- 1.006 Escolas de Ensino Fundamental;
- 664.384 Alunos (da Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial);
- 59.272 profissionais (entre professores, bibliotecários, agentes de Educação Infantil, secretários e apoio administrativo).

Como se pode observar, o número de bibliotecários alocados nas bibliotecas escolares da BEM não foi informado. Independentemente dos fatores que possam ter levado a isso, o fato concreto é que essa ocorrência impede qualquer projeção sobre a legalidade do funcionamento dessas bibliotecas.

Na sequência foi apresentado o "Programa Rio: uma cidade leitora", base da Política Pública de Leitura e Formação de Leitores da Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, que passou a orientar as ações da BEM a partir de 2011 em consequência da Lei nº. 12.244/2010, que dispôs sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. (Fotografia 28).



**Fotografia 28: Espaço lúdico de uma das BEM**

Fonte: FERRAZ, 2014

Entretanto, de acordo com a própria expositora, o fator determinante para o sucesso desse Programa foi a aprovação do Decreto Municipal nº. 33.444/2011, que alterou a estrutura organizacional das Secretarias Municipais de Cultura (SMC) e de Educação (SME).

Isto fez com que as bibliotecas municipais passassem a integrar a estrutura organizacional da SME e a serem chamadas de Bibliotecas Escolares Municipais e subordinadas às Coordenadorias Regionais de Educação. Essa mudança direcionou o atendimento mais para os alunos da Rede Pública Municipal de Ensino e às suas famílias, algumas bibliotecas tiveram as suas partes físicas reformadas e receberam objetos decorativos e jogos pedagógicos, e a relação entre os alunos e professores da Rede Pública Municipal de Ensino passou a ser mais sistemática e estruturada.

Sua concepção partiu do reconhecimento de que a formação de leitores pode contribuir significativamente para a formação cultural de crianças, jovens e adultos, além de ampliar suas possibilidades de construção de conhecimentos em diferentes áreas do currículo escolar. Isto explica porque o seu principal objetivo foi disseminar uma cultura leitora por todas as instâncias da BEM, por meio da mobilização de profissionais e alunos e da articulação entre escolas, bibliotecas e as comunidades de seu entorno.

De acordo com o que foi exposto, o Programa foi estruturado em quatro linhas de ação: ampliação e melhoria de acervos, formação de mediadores de leitura, estrutura e funcionamento das Salas de Leitura e Bibliotecas, e ações culturais de estímulo à leitura.

Na linha “Ampliação e melhoria de acervos”, foram realizadas muitas compras de livros infantis e juvenis de qualidade, especialmente no Salão do Livro Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil (FNLIJ) e na Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro. Mas as bibliotecas da BEM também receberam periódicos para o público infantil (gibis), jovem (mangás/revistas) e jornais diários e obras para pessoas com necessidades especiais (livros em braile e audiolivros). (Fotografia 29).



**Fotografia 29: Espaço do Acervo de uma das BEM**

Fonte: FERRAZ, 2014

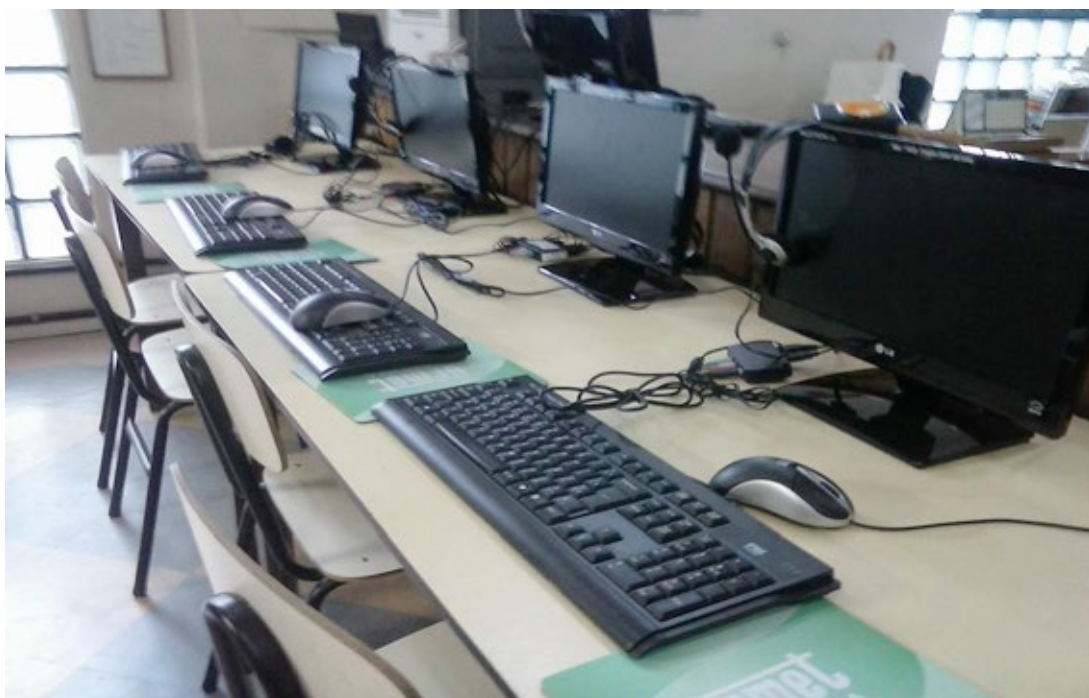
No caso das linhas "Formação de mediadores de leitura" e "Ações culturais de estímulo à leitura", foi realizado um conjunto de ações dirigidas à formação continuada dos profissionais das BEM, tais como: reuniões mensais temáticas, participação nos cursos realizados com a parceria da FNLIJ, especialmente os de Leitura, literatura e formação de leitores, de Leitura e literatura desde o berço e de Jovens leitores, e os Encontros Anuais de professores de Salas de Leitura e de bibliotecários. (Fotografia 30).



**Fotografia 30: Palestra: Bibliotecas mudam vidas, realizada na UNIRIO**

Fonte: FERRAZ, 2014

Por fim, com referência à linha “Estrutura e funcionamento das Salas de Leitura e Bibliotecas”, foram destacadas a realização de oficinas, seminários e cursos de elaboração de projetos específicos, assim como a inserção das BEM no Programa PROINFO. (Fotografia 31).



**Fotografia 31: Estação de internet de uma das BEM**

Fonte: FERRAZ, 2014

Ao final do Painel, refletindo sobre os conteúdos das palestras e exposições, especialmente depois dos debates, quando os palestrantes e expositores puderam complementar e aprofundar os conteúdos de suas falas e esclarecer dúvidas, restou evidenciado que, apesar dos esforços empreendidos, as bibliotecas escolares ainda são estruturas pedagógicas cuidadas por leigos de boa vontade, bem como que as bibliotecas públicas ainda estão distantes da visão ideal apresentada pelo Bibliotecário Luiz Herrera, coordenador das bibliotecas de São Francisco.

## **2.5 Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Centro-Oeste**

As informações sobre as condições infraestruturais das bibliotecas escolares e públicas, que atuam nos estados que formam a Região Centro-Oeste, foram obtidas durante a realização do Painel Bibliotecas Escolares e Públicas, que fez parte da programação do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas, realizado em Goiânia/GO, nos dias 23 e 24 de abril de 2015.

O turno da tarde iniciou com a realização do Painel Bibliotecas Públicas e Escolares da Região Centro-Oeste e a participação das Coordenações de Sistemas de Bibliotecas Públicas. Houve a apresentação da Coordenadora Geral Substituta do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), Veridiana Negrini intitulada “Ações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)” iniciando pelo Quadro 10, que apresenta o panorama das bibliotecas públicas por regiões brasileiras:

# Bibliotecas Públicas

Região	Estados + DF	Municípios	Habitantes*	BPs**	BPs por 100.000 hab.	Hab. por BPs.
Norte	7	450	16.983.484	501	2,94	33.899
Nordeste	9	1794	56.158.707	1838	3,27	30.554
Centro-Oeste	4	467	14.993.191	497	3,31	30.167
Sudeste	4	1668	84.465.570	1951	2,30	43.293
Sul	3	1191	28.795.762	1292	4,48	22.287
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>5570</b>	<b>201.396.714</b>	<b>6.079</b>	<b>3,26</b>	<b>32.040</b>

\* Estimativa IBGE 2013 - Disponível em: [www.ibge.gov.br/estadosat/](http://www.ibge.gov.br/estadosat/)  
 \*\* Banco de dados do SNBP - validado em 16 de abril de 2015.



Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas

Ministério da Cultura



## Quadro 10: Bibliotecas Públicas

Fonte: SNBP, 2015

Abordou o Plano Nacional de Cultura como conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. Previsto no artigo 215 da Constituição Federal, o Plano foi criado pela Lei nº. 12.343, de 2 de dezembro de 2010, e tem duração de 10 anos, ou seja, ele é válido até 2 de dezembro de 2020. No Plano, foram apresentadas as metas relacionadas às bibliotecas:

- média de quatro livros lidos fora do aprendizado formal por ano, por cada brasileiro;
- 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência;
- 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento;
- 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados;
- 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC.

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e seus quatro Eixos estão apresentados na Figura 17.



**Figura 17: Plano Nacional do Livro e Leitura**

Fonte: SNBP, 2015

Prosseguindo, a Coordenadora abordou o SNBP como parte das políticas da Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) do Ministério da Cultura (MinC) no âmbito do PNLL. (Figura 18).



**Figura 18: Redes das Bibliotecas Públicas no SNBP**

Fonte: SNBP, 2015

Segundo Negrini, os desafios do SNBP são: criar uma cultura colaborativa e trabalhar em sinergia com outras instituições, projetos entre outros; buscar novos caminhos – inovar; ampliar os investimentos em bibliotecas públicas; trabalhar para que as bibliotecas públicas se constituam em unidades orçamentárias; orientar o estabelecimento de parcerias de qualidade e tornar-se uma fonte confiável e atualizada de informação. Está também em execução o Projeto Nacional de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas (Quadro 11), abrangendo dez bibliotecas que servirão de referência e modelo para implantação de outras.

Após apresentar o Programa Iberbibliotecas, o Projeto “Tô na Rede”, o “CDI Bibliotecas” o Projeto executado pela Caravan Studios “Feito na Biblioteca”, finalizou apresentando os objetivos e a composição da Proposta do Conselho Consultivo do SNBP.

## Acessibilidade em Bibliotecas Públicas

- 10 Bibliotecas públicas
- 5 encontros regionais
- 1 encontro internacional
- conteúdos, metodologias, instrumentos e práticas;
- diretrizes específicas
- mobilizar governo e sociedade a favor da acessibilidade de produtos e conteúdos para as pessoas com deficiência.



### Quadro 11: Projeto de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas no Brasil

Fonte: SNBP, 2015

Seguindo com o Painel, o Coordenador de Políticas do Livro e da Leitura da SEDAC do Distrito Federal/DF, Yuri Guimarães Barquette Batista, e a Diretora do Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal (SBPDF), Maria das Graças Pimentel de Menezes, apresentaram o SBPDF com dados sobre Leitura no DF e espaços de leitura e o Organograma Institucional da Coordenação de Políticas do Livro e da Leitura (Figura 19). Apresentou também os dados sobre os espaços de leitura no DF (Quadro 12), além das principais ações da Gestão, bem como o Cenário das Bibliotecas Públicas do DF, contendo dados da visita técnica de janeiro de 2015, medidas paliativas emergenciais e finalizou com o Programa Mala do Livro - Biblioteca Domiciliar.

O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de Mato Grosso da Secretaria de Estado de Cultura Esporte e Lazer (SECEL), criado pela Lei nº. 10.218, de 26 de dezembro 2014, foi apresentado pela Coordenadora da BPEEM/SEBIP Salime Daige Marques e pela Bibliotecária Ana Heloisa Farias Pereira.

A missão do Sistema é qualificar as Bibliotecas Públicas Municipais do Estado de Mato Grosso, como órgão gerenciador, e tem como atribuição implementar as políticas definidas e a criação de Bibliotecas no processo de informatização de acervo, para que as bibliotecas possam oferecer melhores serviços à sociedade na orientação e organização de bibliotecas.



**Figura 19: Organograma Institucional da CPPL**

Fonte: CPPL, 2015

## Espaços de Leitura

- 657 Escolas Públicas e 59 Conveniadas / SEE
- 437 Salas de Leitura / SEE
- 1 Biblioteca Comunitária Infantil / SEE
- 9 Bibliotecas Comunitárias / SEE
- 27 Bibliotecas Públicas / SeCult, RA's
- 300 caixas estantes do Programa Mala do Livro / SeCult
- Biblioteca Nacional de Brasília / SeCult
- Livrarias: Cerca de 52 (17/Shopping, 5/Rua e 30 Escolares)

Dados:

Secretaria de Estado de Cultura (SeCult)/2015

Secretaria de Estado de Educação (SEE)/2015

Câmara do Livro do Distrito Federal (CLDF)/2015

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

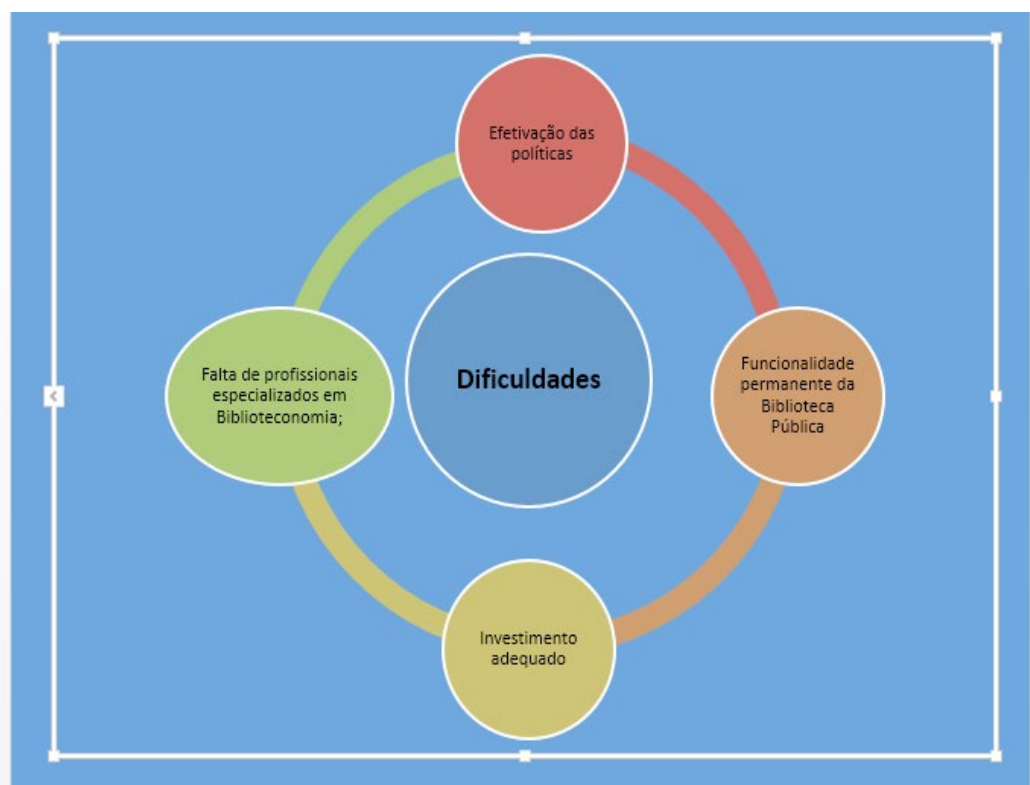
### Quadro 12: Espaços de Leitura

Fonte: CPPL, 2015

Atualmente, o Estado de MT tem em seus 141 Municípios, assim todos os municípios do estado possuem Bibliotecas Públicas criadas por lei e cadastradas no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP) apresentando os seguintes dados:

- 144 Bibliotecas Públicas Municipais
- 01 Biblioteca Pública Estadual- BPE Estevão de Mendonça
- 10 Bibliotecas Comunitárias.

As expositoras elencaram algumas dificuldades, apresentadas na Figura 20:



**Figura 20: Bibliotecas Públicas Municipais de Mato Grosso no SEBP**

Fonte: SEBIP, 2015

Finalizando o primeiro dia de Seminário, ocorreu o lançamento do livro *A Biblioteca Pública em Contexto: cultural, econômico, social e tecnológico*, que teve como organizadores os Bibliotecários Maria Helena T. C. de Barros (*in memoriam*), Fernando Modesto e Regina Céli de Sousa.

No segundo dia do Seminário, 24 de abril, no turno da manhã, realizaram-se dois Painéis, sendo que no primeiro, intitulado “Panorama das Bibliotecas Públicas e Escolares da Região Centro-Oeste”, participaram os Sistemas de Bibliotecas Escolares de Estados e Capitais da Região. O Sistema de Bibliotecas Escolares de Mato Grosso foi apresentado pela Assessora Técnica/SEDUC da Coordenadoria de Projetos Educativos/SUEB, professora Telma Regina Oliveira Peres de Cuiabá – MT que iniciou com o panorama do quantitativo de escolas e bibliotecas escolares no período de 2007 a 2015. (Quadro 14).

## Panorama dos últimos anos

ANO	Nº DE UNIDADES ESCOLARES DO ESTADO	Nº DE ESCOLAS COM BIBLIOTECA DO ESTADO
2007	645	99
2008	666	210
2009	703	308
2010	714	390
2011	723	428
2012	733	471
2013	738	527
2014	744	562
2015	748	602

**Quadro 13: Panorama das Bibliotecas Escolares em Mato Grosso**

Fonte: SEBEMT, 2015

A SEDUC publicou, em 2012, o Caderno Orientativo para Uso da Biblioteca Escolar, em que há orientações quanto ao uso, manuseio, à conservação, guarda e preservação do acervo, assim como sugestões para a organização e o funcionamento do espaço para práticas pedagógicas. A coordenadora apresentou o Programa de Gestão de Biblioteca, elaborado pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COT), que desenvolveu software especializado em gestão de biblioteca escolar.

Este programa está disponibilizado via web no Sistema SigEduca para as escolas que já participaram da formação de Boas Práticas para Biblioteca Escolar, que oferece ao profissional da biblioteca escolar noções importantes no processo de organização de atividades de incentivo à leitura, levando-lhe o conhecimento técnico e pedagógico que a função requer. A abrangência de municípios, escolas e pessoas envolvidas consta no Quadro 14:

Municípios/Pólo	Unidades Escolares	Nº de Técnicos que participaram da formação	Carga Horária
Rondonópolis	30	36	16
Cuiabá	39	47	24*
Várzea Grande	28	34	24*
Barra do Garças	15	17	24
Tangará da Serra	16	18	24
Cáceres	11	12	16
Primavera do Leste	11	16	24
Diamantino	30	36	24
Pontes e Lacerda	07	10	24
<b>Total: 09 municípios</b>	<b>Total: 187</b>	<b>Total: 226 profissionais</b>	<b>Total: 176 hs</b>

**Quadro 14: Participantes do "Programa de Gestão de Biblioteca"**

Fonte: SEBEMT, 2015

Na finalização da sua exposição, Telma apresentou o Manual do Sistema de Biblioteca, elaborado com o objetivo de orientar os profissionais na operacionalização do Sistema de Biblioteca na escola sobre os principais procedimentos, incluindo o cadastro de usuário, manutenção do acervo, realização de reservas, empréstimos e devoluções de exemplares.

Em continuidade, a Conselheira Regional do CRB-1 em Goiás e Presidente da Associação dos Bibliotecários de Goiás (ABG), Bibliotecária Morgana Bruno Henrique Guimarães, relatou algumas informações sobre a ABG, como a missão de congregar a classe bibliotecária, promovendo o desenvolvimento de suas atividades, a valorização e o fortalecimento da profissão, atuando de maneira técnica, cultural e social no incremento de suas ações.

Dentre essas ações, a Presidente da ABG destacou a articulação da Sede, comunicação, formação continuada e ações políticas; o planejamento estratégico da ABG, referindo-se aos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças da mesma (Quadro 15) e os problemas principais com questões levantadas pelos bibliotecários de Goiás: inexistência de Sindicato; falta de um piso salarial; falta de valorização do bibliotecário; irregularidades em editais de concurso; pequena participação da classe em eventos, ações e projetos desenvolvidos pela Associação; poucos associados; pouca mobilização; demandas e desafios; e pouca fiscalização do Conselho.



**Quadro 15: Planejamento Estratégico da ABG**

Fonte: AGB, 2015

Dando continuidade, a Bibliotecária e Conselheira do CRB-1 em Mato Grosso, Waldinéia Ribeiro de Almeida, discorreu sobre as ações realizadas pelo Regional e suas Delegacias junto às bibliotecas públicas e escolares nos Estados da Região Centro-Oeste em relação à estrutura física, atuação do bibliotecário, andamento das ações do CRB-1 e sugestões para próximas ações.

Expôs a reportagem MP quer 100% das escolas com bibliotecas em Mato Grosso” (publicada em: <http://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?noticia=MPquer100dasescolascambibliotecasemMatoGrosso&id=23315>), na qual a juíza do Ministério Público do Estado do Mato Grosso determina a realização de concurso na educação e proíbe contratações temporárias no Estado, requerendo um prazo de 90 dias para que seja determinada a realização do concurso público para o cargo de Bibliotecário.

A Conselheira finalizou com as sugestões para próximas ações, dentre as quais: fazer o levantamento e mapeamento de todas as instituições de ensino ativas no estado; divulgar e orientar os gestores sobre a Lei nº. 12.244/10; parceria com a SEDUC para auxiliar no processo de criação da lei para o cargo de Bibliotecário e criação de núcleos setoriais.

Dando continuidade ao painel, a Conselheira do CRB-1 em Mato Grosso do Sul, Bibliotecária Eunice de Lourdes Franco iniciou sua fala agradecendo ao convite e da importância do Seminário de Bibliotecas Escolares e Bibliotecas Públicas e declarando o seguinte:

E pela minha profissão eu sempre briguei e continuarei brigando. Porque se nós bibliotecários não ocuparmos o nosso espaço outros vão ocupar. E se a gente ficar acomodado, o professor o advogado ou quem se formou, mas não consegue emprego, então ele vira o gestor da informação. Gestor do que? O nome é chique né?. Mas é muito complicada essa situação. Nós bibliotecários temos que defender sempre nossa profissão, com trabalho, com ética, como é o lema deste seminário, a ética é de suma importância. Brigar, mas brigar com responsabilidade, com conhecimento.

Em Campo Grande/MS, as bibliotecas escolares da SEMED possuem três bibliotecários concursados. Conquistas da Associação de Bibliotecários e do CRB que batalharam juntos e conseguiram também a criação do cargo de bibliotecário no Estado, no âmbito de biblioteca pública e de biblioteca escolar. Grande número de bibliotecas escolares não possui um espaço próprio e exclusivo para funcionar, não desenvolvem uma política de acervo para as bibliotecas.

Quanto à biblioteca pública, a Conselheira afirmou que tanto a SEMED de Campo Grande quanto a de Dourados possuem suas políticas de acervo porque têm o profissional bibliotecário concursado, sendo que a de Dourados já apresentou na Câmara Municipal, em 2014, a criação do Núcleo de Biblioteca, que agrega 45 escolas e em todas há bibliotecas. Eunice Franco acrescentou: “a criançada está fazendo a festa, a comunidade nas bibliotecas públicas também. Por quê? Porque já há uma política de acervo, então já tem verba”. O bibliotecário apresenta seu projeto, apresenta as necessidades dessas escolas e a verba aparece.

Com 45 escolas, a proposta nesse núcleo é contar com cinco bacharéis em Biblioteconomia, um gestor educacional, auxiliares concursados e um jornalista da educação. Esta proposta já está na Câmara Municipal e dois vereadores já deram seu aval para a aprovação do Núcleo. O CRB está apoiando esses projetos para que eles sejam concluídos, para que tenham sucesso e as bibliotecas estejam funcionando a todo vapor. Todos os auxiliares estão sendo capacitados com cursos constantes para atendimento aos usuários.

A Conselheira finalizou a sua fala acrescentando que o bibliotecário precisa efetivamente assumir seu papel e os conselheiros devem estar atentos, apoiando e cobrando dos governantes a implantação das bibliotecas, pois, nas escolas onde está o bibliotecário, já se nota a diferença do trabalho conjunto do professor e do bibliotecário. Defendeu, ainda, que a biblioteca escolar tem que ser viva, ativa; tem que ter muitas ações, atividades, porém a leitura é o principal foco. Afirmou que é preciso batalhar por mais bibliotecas escolares de verdade, porque imitação de biblioteca há muitas. "Então, vamos lutar por isso."

Ao encerrar, informou que o Estado de Mato Grosso do Sul "tem 79 municípios e 83 bibliotecas públicas, porém espaços, não são bibliotecas. Biblioteca é onde tem aquele espaço bonito e onde tem o profissional bacharel em Biblioteconomia. Onde só tem o auxiliar e não tem apoio nenhum do bibliotecário não é biblioteca, é um espaço, um depósito. Colocar na estatística que temos tudo isso de bibliotecas é muito bonito, porém quero ver essas bibliotecas vivas, essa política de acervo, esse profissional nas bibliotecas e isso nós não estamos vendo. Então vamos batalhar por isso".

Dando sequência ao Painel, a Secretária Adjunta de Educação de Cuiabá/MT, Profa. Mariaoneide Angélica Kliemaschewsk, fez um diagnóstico das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias de Cuiabá, com apresentação de fotografias das instituições e de seus espaços.

A Biblioteca Pública Estadual, criada em 26 de março de 1912, além do seu acervo de aproximadamente 90 mil livros distribuídos em acervos didáticos, de literatura regional e outros, possui duas amplas salas de leitura, um telecentro com o seu programa de inclusão digital, uma videoteca, auditório com 44 lugares, uma sala de obras raras, de Mato Grosso, de Braille, infanto-juvenil e literatura, sendo também o órgão central do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, que coordena todas as outras bibliotecas públicas municipais do Estado.

A Biblioteca Pública Municipal Manoel Cavalcante Proença, fundada em junho de 1992 e revitalizada em 2009, conta com um acervo de aproximadamente 11 mil livros de diversos assuntos.

A Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá possui 148 unidades de ensino, sendo 80 unidades urbanas, 08 unidades rurais, 51 creches, 07 CMEI, todos com biblioteca. Quanto às bibliotecas escolares, 26 unidades possuem bibliotecas, conforme determina a Lei nº. 12.244/2010; 44 unidades possuem espaço físico para organização do acervo de 78 estantes. Mas medidas estão sendo tomadas para construção e adequação da biblioteca, sete Bibliotecas Comunitárias "Saber com Sabor", uma Biblioteca Itinerante "Saber com Sabor" e um Ponto de leitura - Biblioteca Consciente.

A Secretária Adjunta de Educação apresentou também o panorama das Bibliotecas Públicas Comunitárias "Saber com Sabor", que nasceram com o objetivo de criar espaços dinâmicos de leitura, de conhecimento, cultura, entretenimento e principalmente de divulgação da cultura, por meio das pessoas.

Atualmente existem em Cuiabá sete bibliotecas fixas e uma Itinerante, e as unidades encontram-se distribuídas pelos bairros da capital cuiabana. A Biblioteca Itinerante oferece espaço educativo e agradável em um ônibus adaptado, o que proporciona aos leitores e frequentadores inúmeras atividades de incentivo à leitura, apoiada em um acervo de cerca 85 mil livros, com significativo atendimento à comunidade. (Figura 21).



**Figura 21: Atendimento nas Bibliotecas Comunitárias “Saber com Sabor”**

Fonte: KLIEMASCHEWSK, 2015

A Profa. Marioneide apresentou a Biblioteca Itinerante “Saber com Sabor”, inaugurada em 2003 e revitalizada em novembro de 2012, possuindo um acervo de aproximadamente 4.000 mil exemplares, incluindo obras literárias de escritores mato-grossenses, dando ênfase à valorização da cultura local.

O ônibus ainda conta com equipamento de TV, DVD, notebook com *internet* móvel, toldo com seis jogos de mesas e cadeiras para proporcionar atividades externas, fantasias dos clássicos da literatura infantil, mala de leitura, baú surpresa e momentos de trocas e doações. Percorre diversas unidades de ensino da capital, do campo, praças, bairros e eventos sociais e culturais. Atende por agendamento e executa diversos projetos dentre eles “Livro esquecido em Cuiabá” (3ª etapa) e “Biblibaby – Biblioteca sobre rodas” (confeção de livros infantis em feltro para creches).

No âmbito da Secretaria Municipal de Educação, há 137 profissionais efetivos que atuam nas bibliotecas escolares e municipais, sendo que 03 possuem Pós-Graduação, 55 possuem curso de Graduação em Biblioteconomia, 28 possuem Curso de Gestão em Biblioteconomia, 55 possuem curso Técnico em Biblioteca, com ênfase em Multimeios (curso profissionalizante oferecido pela SME/MT).

Finalizou abordando os muitos projetos para desenvolver em 2015 no âmbito das bibliotecas públicas, bibliotecas escolares municipais e bibliotecas comunitárias.

### **3 Painel Sistema CFB/CRB**

Este painel foi organizado com a finalidade de levantar informações sobre as ações de fiscalização atinentes ao exercício da profissão de Bibliotecário, realizadas pelos 14 Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) instalados nos Estados das Regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País, para inferir a medida de suas contribuições à evolução da Biblioteconomia brasileira.

As ações realizadas pelo conjunto desses Conselhos Regionais, em cada um dos seus campos de atuação, serão apresentadas e discutidas nos subitens seguintes.

#### **3.1 Conselhos Regionais de Biblioteconomia da Região Norte**

As informações sobre as ações dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) que atuam nos Estados da Região Norte foram coletadas durante a execução do Painel Sistema CFB/CRB, que integrou a programação do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas, realizado em Manaus/AM, nos dias 20 e 21 de maio de 2014.

Além do CFB, participaram do Painel os dois Conselhos Regionais que atuam na Região: o CRB-2, cuja área de jurisdição abrange os Estados do Amapá, Pará e Tocantins; e o CRB-11, que tem sua área de jurisdição compreendida pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Foram realizadas três exposições: a primeira sobre as ações administrativas e políticas do CFB, pautando as bibliotecas escolares e públicas brasileiras; e as duas últimas focando as ações administrativas e fiscalizatórias executadas pelo CRB-2 e CRB-11 no contexto das bibliotecas escolares e públicas que atuam em suas áreas de jurisdição, todas ocorridas na tarde do dia 20 de maio de 2014.

A exposição de abertura do Painel foi realizada pela Bibliotecária Regina Céli de Sousa, Presidente do CFB, que proferiu uma palestra sobre as ações da entidade dirigidas às bibliotecas escolares e públicas brasileiras.

Sua fala foi dividida em duas partes: na primeira tratou da responsabilidade do Sistema CFB/CRB com o desenvolvimento da Biblioteconomia brasileira, quando deu destaque às ações de orientação, supervisão e disciplinamento do exercício da profissão de Bibliotecário em âmbito nacional, em defesa do direito inalienável que o cidadão tem de ser atendido em suas necessidades de informação. E na segunda comentou as ações que sua gestão tem realizado sobre a temática das bibliotecas escolares e públicas.

Para acesso ao conjunto dessas ações e aos comentários correspondentes a elas, o texto integral desta palestra pode ser conferido no Anexo A desta obra.

As informações sobre a estrutura operacional e as ações desenvolvidas pelo CRB-2 foram apresentadas pela sua Presidente, Bibliotecária Marly Jorge Brito, que em sua exposição deu destaque às ações que foram realizadas no campo de atuação das bibliotecas escolares e públicas.

A Presidente Marly iniciou a sua fala informando que a jurisdição do CRB-2 abarca um universo constituído de 299 municípios, sendo 16 no Amapá; 144 no Pará; e 139 em Tocantins, e uma extensão territorial de 1.668.503,409 km<sup>2</sup> que precisam ser monitorados com regularidade para que o Regional possa cumprir as suas responsabilidades institucionais de modo satisfatório. Informou, também, que, até a data da realização dos Seminários, o seu cadastro de profissionais registrava 1.445 bibliotecários inscritos, dos quais 883 com registros ativos e 341 adimplentes.

Com referência ao quantitativo de bibliotecas, informou que, até esse período, havia 1.132 cadastradas, as quais estavam distribuídas pelos Estados da jurisdição do CRB-2 da seguinte forma: 74 no Amapá, sendo 55 na capital e 19 nos demais municípios; 851 no Pará, sendo 376 na capital e 475 nos demais municípios; e 207 em Tocantins, sendo 31 na capital e 176 nos demais municípios.

Em seguida a Bibliotecária Marly Brito passou a tratar da categorização dessas bibliotecas, embora só tenha apresentado os números relativos às públicas e escolares. No atinente às bibliotecas públicas, informou que havia 15 no Amapá; 124 no Pará; e 98 em Tocantins.

Com relação às bibliotecas escolares, primeiro foram destacados os números da rede estadual de educação, registrando que no Amapá existem 1.750 escolas, 273 na capital, mas sem informar quantas possuem bibliotecas; no Pará existem 1.100 escolas, 541 com bibliotecas, sendo 289 na capital, mas acentuando que apenas 22 tem bibliotecários; e Tocantins tem 1.803, sendo 53 na capital, mas também sem esclarecer quantas possuem bibliotecas.

E quanto às bibliotecas das redes municipais de educação, a Presidente do CRB-2 só apresentou os números da rede de educação da cidade de Belém. Neste caso, informou que a mesma é constituída de 60 escolas, divididas em 8 distritos administrativos, e que, embora 59 delas possuam bibliotecas, somente 8 contava com bibliotecários.

Por fim, concluindo a apresentação, foram relatadas as ações realizadas pelo CRB-2 com o objetivo de divulgar o texto da Lei nº. 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, e facilitar a sua aplicação. Na oportunidade foram listadas as audiências públicas que ocorreram na Assembleia Legislativa do Estado do Pará e na Câmara dos Vereadores de Belém, em homenagem ao Dia do Bibliotecário, e na Secretária Municipal de Educação de Belém, com a Sra. Nely Cecília Rocha, para tratar da abertura de concurso público para bibliotecários.

A terceira exposição do Painel foi realizada pela Bibliotecária Thais Trindade, Presidente do CRB-11, que iniciou a sua apresentação informando que a jurisdição do Regional é constituída pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, o que implica um universo de 151 municípios, sendo 22 no Acre; 62 no Amazonas; 52 em Rondônia; e 15 em Roraima. Área que corresponde a uma extensão territorial de 2.185.166,359 km<sup>2</sup> que precisam ser monitorados diariamente para que o CRB-11 possa cumprir suas responsabilidades institucionais de modo satisfatório. Informou, ainda, que, até a data da realização dos Seminários, o seu cadastro de profissionais registrava 991 bibliotecários inscritos, dos quais 626 com registros ativos e 222 adimplentes.

Em seguida a Presidente Thais Trindade passou a relatar as ações realizadas pela sua gestão atinentes às bibliotecas públicas e escolares, enfatizando alguns números relativos a cada Estado pertencente à jurisdição do CRB-11. Registre-se, contudo, que só a realidade das bibliotecas públicas foi representada: 25 bibliotecas no Acre; 67 no Amazonas; 52 em Rondônia; e 15 em Roraima.

Com respeito às realidades das bibliotecas escolares apenas foi apresentado um perfil correspondente a sua existência e atuação, cujas características seguem abaixo destacadas:

- espaços improvisados e/ou inadequados;
- acervos desatualizados; equipamentos e mobiliários inadequados;
- ausência do profissional Bibliotecário e uso de professores readaptados;
- ausência de projetos de promoção e valorização da leitura;

- prevalência de serviços sem informatização;
- acomodação dos profissionais Bibliotecários.

Por fim, concluindo a apresentação, foram relatadas as principais dificuldades enfrentadas pelo CRB-11 para cumprir com as suas responsabilidades institucionais, as quais seguem elencadas abaixo:

- a baixa receita, decorrente do alto índice de inadimplência dos profissionais registrados e à redução de novos registros, porque dificulta e reduz a possibilidade da realização das ações de fiscalização;
- o vazio jurídico, devido à ausência de Assessoria Jurídica, pela insegurança que causa à abertura e à tramitação dos processos administrativos de fiscalização;
- a localização geográfica dos Estados que constituem a jurisdição do CRB-11 e a distância existente entre eles, considerando que este Regional está sediado em Manaus, capital do Estado do Amazonas, porque dificulta e até impede a realização de visitas de fiscalização de rotinas ou motivadas por denúncia;
- baixa consciência de classe por parte dos bibliotecários.

### **3.2 Conselhos Regionais de Biblioteconomia da Região Nordeste**

As informações sobre as ações dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) que atuam nos Estados da Região Nordeste foram obtidas no Painel Sistema CFB/CRB, que foi incluído na programação do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas, realizado em Maceió/AL, nos dias 5, 6 e 7 de agosto de 2014.

Além do CFB, participaram do Painel quatro dos cinco Conselhos Regionais que atuam na Região: o CRB-3, cuja área de jurisdição compreende os Estados do Ceará e Piauí; o CRB-4, que a jurisdição é constituída pelos Estados de Alagoas e Pernambuco; o CRB-5, que tem constituída a sua jurisdição pelos Estados da Bahia e de Sergipe; e o CRB-15, cuja jurisdição é formada pelos Estados da Paraíba e do Rio Grande no Norte.

Foram realizadas cinco exposições: a primeira sobre as ações administrativas e políticas do CFB focando nas bibliotecas escolares e públicas brasileiras; e as quatro últimas referentes às ações administrativas e fiscalizatórias executadas pelos CRB-3, CRB-4, CRB-5 e CRB-15 no contexto das bibliotecas escolares e públicas que atuam em suas jurisdições, ocorridas na tarde do dia 6 e na manhã do dia 7 de agosto de 2014.

A exposição de abertura do Painel foi realizada pela Bibliotecária Regina Céli de Sousa, Presidente do CFB, que proferiu uma palestra sobre as ações da entidade relativas às bibliotecas escolares e públicas brasileiras.

Sua fala foi dividida em duas partes: na primeira tratou da responsabilidade do Sistema CFB/CRB com o desenvolvimento da Biblioteconomia brasileira, quando deu destaque às ações de orientação, supervisão e disciplinamento do exercício da profissão de Bibliotecário em âmbito nacional, em defesa do direito inalienável que o cidadão tem de ser atendido em suas necessidades de informação. E na segunda comentou as ações que sua gestão tem realizado sobre a temática das bibliotecas escolares e públicas.

Para acesso ao conjunto dessas ações e aos comentários correspondentes a ele, o texto integral desta palestra segue apresentado no Anexo C desta obra.

No dia 7 de agosto, pela manhã, ocorreu o Painele Sistema CFB/CRB, com início às 9 horas, e foram apresentadas as ações dos Conselhos de Biblioteconomia da Região Nordeste no âmbito das Bibliotecas Escolares e das Bibliotecas Públicas. O Evento iniciou com a apresentação do Grupo Biblioencanta, da UFAL, realizando atividades de contação de histórias, e em seguida foram iniciadas as falas dos presidentes dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB).

A apresentação do CRB-3 foi feita pela sua Presidente, Bibliotecária Maria Herbênia Gurgel Costa, que, em sua exposição, informou que a jurisdição do Regional compreende os Estados do Ceará e Piauí, o que implica 408 municípios, sendo 184 do Ceará e 224 do Piauí, e uma extensão territorial de 400.498,240 km<sup>2</sup> que precisam ser monitorados para que esse Regional possa cumprir as suas responsabilidades institucionais de modo satisfatório. Informou, também, que até a data da realização dos Seminários o seu cadastro de profissionais registrava 989 bibliotecários inscritos, dos quais 652 ativos e 407 adimplentes.

O CRB-3, dentre suas ações, tem realizado reuniões com o Secretário de Cultura para sensibilizar, para que haja concurso público para bibliotecário, para que se alcance a meta da Lei nº. 12.244/2010. Sobre esta Lei, a fiscal do CRB-3 tem desempenhado um papel importante na divulgação para a sua aplicação. São feitas entrevistas em jornais locais, palestras e parcerias com Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Ceará (SEBP/CE) e Associação de Bibliotecários do Ceará (ABC).

A apresentação das ações desenvolvidas pelo CRB-4 foi realizada pelo seu Presidente, Bibliotecário Aderilson de Oliveira e Santos, que, em sua fala, relatou as ações administrativas de registro profissional e de fiscalização atinentes à aplicação da Lei nº. 12.244/10 e à valorização da profissão que foram processadas em 2014, tanto junto aos profissionais, quanto às instituições, tendo em vista o cumprimento das responsabilidades institucionais desse Regional.

O Presidente começou informando que a jurisdição do CRB-4 compreende os Estados de Alagoas e Pernambuco, que juntos totalizam 287 municípios e uma área de 126.086 km<sup>2</sup>, sendo 27.775 km<sup>2</sup> do primeiro e 98.311 Km<sup>2</sup> do segundo. Contexto que impõe barreiras ao processo fiscalizatório, sendo a principal delas financeira, decorrente da baixa arrecadação, pois que o mesmo possui só um bibliotecário fiscal para desempenhar essa função. Talvez por isso, dos 1246 bibliotecários inscritos em seu cadastro de profissionais, apenas 672 estejam ativos e destes somente 397 adimplentes.

Em seguida o Presidente Aderilson passou a tratar das visitas de fiscalização que o CRB-4 realiza para monitorar o exercício da profissão de Bibliotecário em sua jurisdição focando tanto as visitas de rotina quanto as decorrentes de denúncias de supostas irregularidades. Essas visitas são executadas pela bibliotecária fiscal com a participação dos membros das Comissões de Ética e de Fiscalização, sendo as infrações identificadas e os processos abertos analisados sob a orientação do Assessor jurídico do Regional.

Os resultados apresentados foram: vagas para bibliotecários; melhoria na qualidade de serviços; divulgação da profissão; reconhecimento profissional (Quadro 16).

## Alguns Dados

### Total de Profissionais

AL: 200      PE: 800

	AL	PE
Instituições Visitadas	11	83
Profissionais		
Autuados	33	110
Denúncias	4	15
Ofícios expedidos	33	160

**Quadro 16: Dados do CRB-4**

Fonte: CRB-4, 2014

O Presidente do CRB-4 discorreu sobre outras dificuldades enfrentadas nas atividades do Regional, destacando: falta de bibliotecário em bibliotecas; profissional sem registro; profissional registrado, porém inadimplente; pessoa não habilitada no cargo de administração de bibliotecas; estagiário sem supervisão de profissional; casos de fraude. Os principais documentos gerados pelo CRB-4 são: Auto de Constatação, Auto de Infração, Processo e Penalidade (multa, suspensão, dívida ativa).

As dificuldades e desafios apontados envolvem: inadimplência, baixo número de profissionais, extensão da jurisdição, reconhecimento da profissão por outros setores sociedade/poder público. Finalizando sua apresentação discorreu sobre os resultados alcançados destacando vagas de emprego, melhoria na qualidade de serviços, divulgação da profissão e reconhecimento profissional.

O CRB-5 foi representado no Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Nordeste pelo seu Presidente, Bibliotecário Marcos Viana, que, em sua fala, começou destacando que a jurisdição do órgão abrange os Estados da Bahia e de Sergipe, que juntos totalizam 492 municípios e uma área geográfica de 874,676 km<sup>2</sup>, sendo 692,819 km<sup>2</sup> da Bahia e 181,857 Km<sup>2</sup> de Sergipe, bem como que o seu cadastro de profissionais registra 1761 bibliotecários inscritos, sendo 881 ativos e destes somente 799 adimplentes.

Em seguida destacou as atividades das quais os CRB-5 participou em 2014:

- Programa o MP e os objetivos do milênio;
- parcerias com o Instituto Goethe, na promoção de eventos sobre biblioteca escolar;
- assento no Conselho Diretivo do Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca (PMLL) e Biblioteca;

- conferência de Cultura do Estado da Bahia;
- no dia do bibliotecário, em 2014, realizou em Salvador e Aracaju uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado;
- Projeto de Lei com indicativo para piso mínimo para bibliotecário na Bahia;
- participação do ato solene para assinatura do convênio de cooperação técnica com o Ministério Público do Estado da Bahia;
- reunião no MP para discutir a situação das bibliotecas escolares, CRB5, CFB e Secretaria de Educação e do Município (Salvador) e as Comissões de Educação.

O Presidente Marcos também apresentou os dados de um censo feito com as instituições para saber se existe o profissional bibliotecário. Outro censo foi feito nas prefeituras do Estado da Bahia, para saber se existiam bibliotecas escolares ou públicas.

A jurisdição do CRB-13 compreende o Estado do Maranhão e isto significa ser responsável pela fiscalização do exercício da profissão de Bibliotecário em 217 municípios e em uma extensão geográfica correspondente a 331.937,450 km<sup>2</sup> que precisam ser monitorados regularmente para que o mesmo possa cumprir as suas responsabilidades institucionais satisfatoriamente.

Impossibilitado de participar do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Nordeste, realizados em Maceió/AL, no período de 05 a 07 de agosto de 2014, mas interessado na programação e discussões levadas a efeito nesse evento, o CRB-13 promoveu, em São Luís/MA, nos dias 12 e 13 de setembro um Seminário similar.

A ideia foi reunir as instituições e os órgãos governamentais responsáveis pela execução das políticas públicas, estadual e municipal, no âmbito da cultura e da educação, bem como pela oferta de serviços de informação nessas áreas, tendo em vista assegurar aos bibliotecários do Estado espaços de discussão e reflexão sobre essa temática.

A organização do Seminário coube ao CRB-13 e à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a sua coordenação foi exercida por uma Comissão composta pela Bibliotecária Silvelene Evangelista, pela Conselheira Federal e professora Maria de Fátima Almeida Braga e pelas professoras Aldinar Martins Bottentuit, Leoneide Maria Brito Martins, Maria Mary Ferreira e Maria Cléa Nunes.

Concluída a programação, as professoras Maria de Fátima Almeida Braga e Leoneide Maria Brito Martins elaboraram um relato circunstanciado das atividades realizadas, cuja íntegra do texto consta do Anexo D.

A apresentação do CRB-15 foi realizada pela sua Presidente, Bibliotecária Severina Sueli, que, em sua fala, informou que a jurisdição do Regional constitui-se dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, o que representa um total de 390 municípios, sendo 223 do primeiro e 167 do segundo, e uma extensão territorial de 109.280,825 km<sup>2</sup> que precisam ser monitorados para que esse CRB possa cumprir as suas responsabilidades institucionais de modo satisfatório.

Em seguida a Presidente do CRB-15 passou a relatar as principais ações desenvolvidas no exercício de 2014:

- reunião com os vereadores para discutir o cumprimento do programa Municipal de apoio à implantação de bibliotecas;

- criação da Biblioteca Pública Central de João Pessoa;
- reunião com a Secretaria de Educação para abertura de concurso para bibliotecário. Será o primeiro concurso em João Pessoa, para bibliotecário;
- audiência pública na Câmara Municipal de Natal/RN, para criação do Sistema de Bibliotecas Escolares do Município.

O CRB-15, possui 1 (um ) fiscal, contratado recentemente.

Após a apresentação dos CRB, foi aberto o espaço ao público participante para perguntas aos palestrantes. Dentre as questões, para os presidentes dos CRB responderem, destacaram-se as seguintes:

- quais as metas dos Conselhos para aplicação nos próximos cinco anos, para a implementação da Lei nº. 12.244/2010?
- de que forma os Conselhos Regionais podem atuar junto aos alunos dos cursos de Graduação de Biblioteconomia?

### **3.3 Conselhos Regionais de Biblioteconomia da Região Sul**

As informações sobre as ações dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) que atuam nos Estados da Região Sul foram coletadas no Painel Sistema CFB/CRB, que foi inserido na programação do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas, realizado em Florianópolis/SC, nos dias 23 e 24 de outubro de 2014.

Além do CFB, participaram do Painel todos os Conselhos Regionais que são responsáveis pela fiscalização do exercício da profissão de Bibliotecário na Região: o CRB-9, cuja jurisdição abrange o Estado do Paraná; o CRB-10, cuja atuação está limitada ao Estado do Rio Grande do Sul; e o CRB-14, que tem no Estado de Santa Catarina a sua área de jurisdição.

Foram realizadas quatro exposições: as três primeiras enfatizando as ações administrativas e fiscalizatórias executadas pelo CRB-9, CRB-10 e CRB-14 sobre as bibliotecas escolares e públicas que atuam em suas jurisdições; e a quarta e última atinente à trajetória dos Fóruns pela Melhoria das Bibliotecas Escolares e Públicas do Rio Grande do Sul, todas ocorridas na tarde do dia 24 de outubro de 2014.

A primeira apresentação foi realizada pela Bibliotecária Maria Marta Sienna, Presidente do CRB-9, cuja atuação até 28 de julho de 1984 contemplava os Estados do Paraná e de Santa Catarina, data da criação do CRB-14, mas que, depois desse ato, só ficou responsável pela fiscalização do exercício da profissão de Bibliotecário no Estado do Paraná.

Em sua exposição, começou informando que, até maio de 2014, o Regional possuía 1.344 bibliotecários cadastrados, sendo 760 ativos e 661 adimplentes, em uma jurisdição que abrange 399 municípios paranaenses e uma dimensão territorial de 199.307,945 km<sup>2</sup> que precisam ser monitorados diariamente para que o CRB-9 possa cumprir as suas responsabilidades institucionais de modo satisfatório.

As atribuições do CRB, dentre outras, são: registrar os profissionais; examinar reclamações e representações escritas; fiscalizar o exercício da profissão na área de sua jurisdição, impedindo e punindo as infrações de conformidade com a legislação vigente; publicar relatórios anuais dos seus trabalhos; organizar o regimento interno, submetendo-o à aprovação do CFB; e admitir a colaboração das Associações de Bibliotecários.

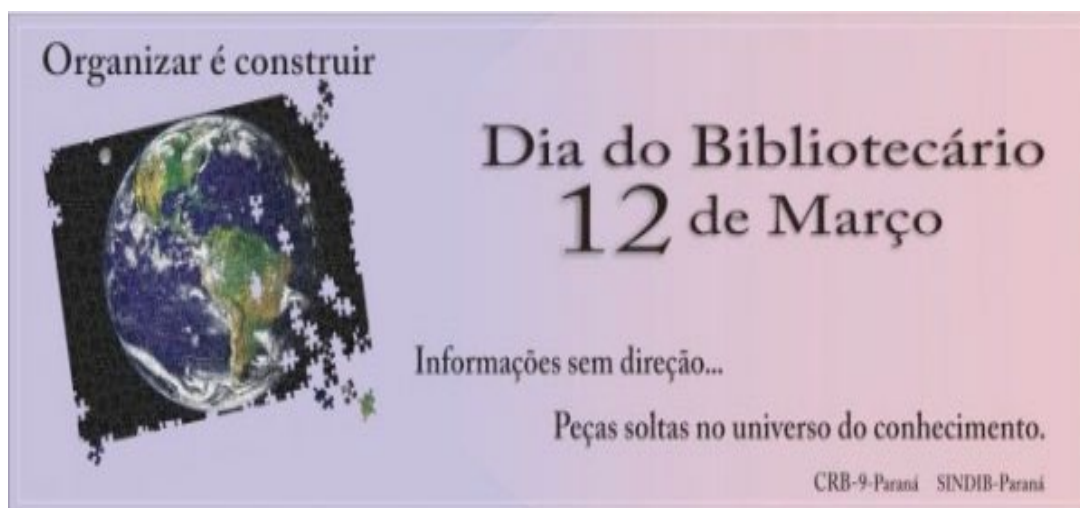
A Presidente apresentou o Quadro 17 com os dados sobre os profissionais registrados no CRB-9 no período da sua Gestão:

<b>Atividade</b>	<b>Ano de 2012</b>	<b>Ano de 2013</b>	<b>Ano de 2014 (até setembro)</b>
<b>Nº. de Inscritos</b>	47	12	28
<b>Nº. de Cancelamentos</b>	32	34	13
<b>Nº. Licenças Temporárias</b>	12	24	11

**Quadro 17: Dados profissionais pertencentes ao CRB-9 na atual Gestão**

Fonte: SIENNA, 2014

Em comemoração ao Dia do Bibliotecário, no ano de 2014, o CRB-9 realizou um Ciclo de Palestras na capital e no interior. No interior, a cidade de Londrina recebeu vários palestrantes, no Teatro Zaqueu de Melo e contou com a participação de 180 pessoas entre profissionais, acadêmicos e pessoas da comunidade. Em Curitiba, na capital, o Evento se realizou no Auditório da Biblioteca Pública do Paraná com a participação de 70 pessoas e contou com a presença da Presidente do CFB, Regina Céli da Sousa. Também foram distribuídos *outdoors* nas cidades de Curitiba, Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu divulgando a data e a profissão. (Figura 22).

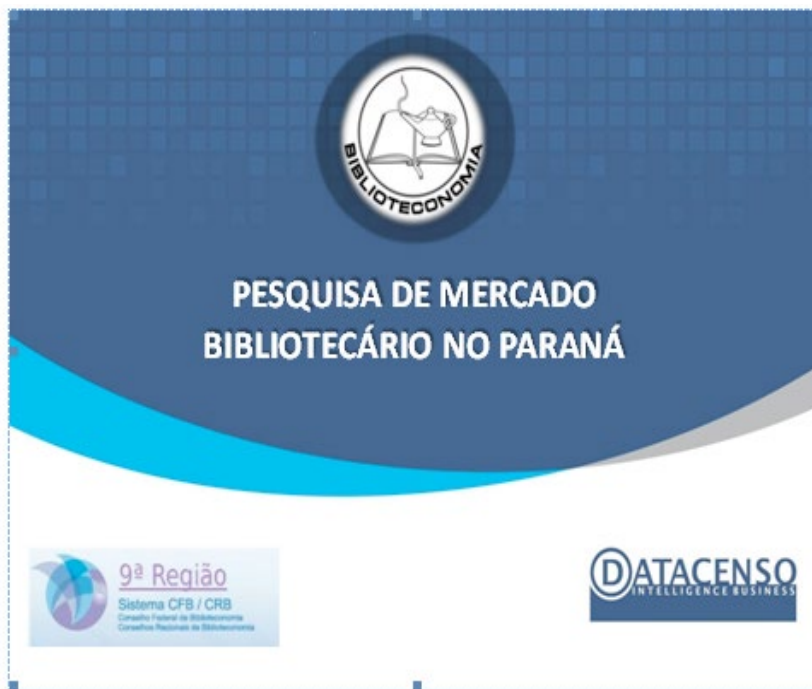


**Figura 22: Modelo de Outdoor distribuídos em cidades do Estado**

Fonte: SIENNA, 2014

O CRB-9 também realizou uma “Pesquisa de Mercado Bibliotecário no Paraná” encomendada para a Empresa Datacenso. (Figura 23). Este estudo teve como objetivo geral levantar a necessidade de profissionais bibliotecários nas redes públicas e privadas, junto aos profissionais, na região do Paraná envolvendo os municípios de Curitiba, Londrina,

Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, União da Vitória, Pato Branco e Apucarana. Os objetivos específicos pretendiam levantar o perfil dos profissionais bibliotecários, o grau de necessidade do mercado por estes profissionais, o grau de satisfação com os profissionais atuando em bibliotecas, o perfil dos profissionais bibliotecários de que o mercado tem necessidade e as principais críticas e sugestões para melhorias.



**Figura 23: Modelo da apresentação da Pesquisa de Mercado Bibliotecário/PR**

Fonte: SIENNA, 2014

O estudo contou com uma amostra de 232 profissionais de bibliotecas, de um total de 1.477 abordagens, e de 48 empresas, de um total de 101 abordagens. A coleta de dados foi realizada por telefone, no período de 17 de fevereiro a 07 de março de 2014. A pesquisa apresentou como conclusões:

- O segmento de Biblioteconomia tem a necessidade de investir mais na valorização dos profissionais, mostrando a importância destes nas instituições.
- A pesquisa mostra ainda que o serviço de biblioteca é muito importante, e com isso apresenta uma oportunidade para o CRB-9 investir em comunicação, mostrando e valorizando a importância dos profissionais bibliotecários. E também buscar parceria, junto às universidades, que possam oferecer novos cursos de Biblioteconomia presencial e à distância. Existe um percentual significativo que confirma a necessidade da formação de profissionais bibliotecários.
- Percebe-se, também, que, apesar dos profissionais que já atuam no mercado de bibliotecas estarem satisfeitos com sua profissão, estão pedindo mais apoio dos órgãos de classe.

- O estudo mostra que os profissionais que atuam em bibliotecas estão satisfeitos com seu trabalho, mas necessitam que as instituições de ensino invistam mais nos profissionais, nas bibliotecas, incentivando em cursos de atualizações. Os novos cursos a serem oferecidos devem apresentar, como aperfeiçoamento, conteúdos de idiomas, informática e redes sociais.
- A pesquisa junto às empresas mostra que a maioria conhece a profissão de bibliotecário, mas metade não tem conhecimento de onde encontrar os cursos de Biblioteconomia. Mostra uma oportunidade para o CRB desenvolver estratégias de comunicação junto a esse mercado. Segundo as empresas, caso uma instituição de ensino venha a oferecer o curso de Biblioteconomia, existem praticamente 30% delas que têm interesse em encaminhar os seus funcionários para fazer o curso, potencial de mercado para novos cursos.
- Segundo a projeção, caso cada empresa encaminhe um funcionário para o curso, teríamos uma demanda de aproximadamente 1.200 alunos. Já as empresas com pouco interesse poderiam motivar seus funcionários por meio de uma ação de comunicação que mostrasse a importância e benefícios do curso.

A Presidente do CRB-9 finalizou sua apresentação, afirmando que, segundo o estudo realizado, os órgãos de classe e instituições de ensino que desejam oferecer novos cursos deverão investir em comunicação para dar maior visibilidade à área de Biblioteconomia. E deu, ainda, destaque as seguintes ações do CRB-9:

- no campo da divulgação, relatou o Boletim Informativo do Sistema CFB/CRB e o site e Facebook do Conselho Regional;
- como ações dirigidas ao fortalecimento da profissão, apontou a divulgação da Pesquisa de Mercado Bibliotecário no Paraná, realizada em 2014; a divulgação de eventos e assuntos relacionados à profissão no site do CRB-9 e na mídia social Facebook; as palestras periódicas no Curso de Biblioteconomia de Londrina para os alunos de 3º e 4º anos; as visitas às Faculdades particulares de Curitiba para falar sobre a profissão e sondar o interesse em abrir novos cursos na capital; os contatos com a UFPR, Senadores, Deputados, Secretário de Educação e CFB para abertura do Curso de Biblioteconomia em Curitiba, preferencialmente pela UFPR; os contatos com os candidatos ao Governo do Paraná, entregando documento em defesa das Bibliotecas Públicas e Escolares; a divulgação da profissão no interior do Estado, principalmente para as bibliotecas públicas, numa parceria com a Biblioteca Pública do Paraná; os esforços junto à Secretaria de Estado de Educação do Paraná para a criação e instalação do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares; e a realização de concurso público para contratação de um bibliotecário fiscal e de um auxiliar administrativo.

A apresentação do CRB-10 foi realizada pela sua Presidente, Bibliotecária Angélica Miranda, que em sua fala informou que a jurisdição do Regional abrange o Estado do Rio Grande do Sul, o que representa um total de 497 municípios e uma extensão territorial de 281.731,445 km<sup>2</sup> que precisam ser monitorados para que as suas responsabilidades institucionais possam ser cumpridas de modo satisfatório. E também informou que até 2014 o CRB-10 possuía 2.247 bibliotecários cadastrados, sendo 1.065 ativos e 838 adimplentes.

A Presidente destacou em sua fala as visitas de fiscalização efetivadas em 2014 e as medidas que visavam a divulgação da profissão de Bibliotecário no âmbito da jurisdição do CRB-10. Dentre essas, foi dada visibilidade à realização das Reuniões dos Fóruns pela Melhoria das Bibliotecas Escolares e Públicas no Rio Grande do Sul.

Particularmente, com relação aos Fóruns, no dia 24 de outubro, no final do turno da manhã, a Bibliotecária e ex-conselheira do CRB-10, Débora Jardim Jardim, fez a apresentação da trajetória dos Fóruns pela Melhoria das Bibliotecas Escolares e Públicas no Rio Grande do Sul, a partir de 2009.

A exposição resgatou as principais ideias que emergiram nos encontros e como se traduziram. No bojo dessas reflexões, insere-se uma discussão mais ampla sobre a biblioteca, seu papel e a forma como ela estabelece interface com a sociedade. Esses aspectos permitem afirmar que o Fórum é um evento em permanente construção e um espaço privilegiado de interlocução no debate sobre a melhoria das bibliotecas.

No dia 12 de março de 2009, Dia do Bibliotecário, constituiu-se o Fórum Gaúcho pela Melhoria das Bibliotecas Escolares. Esta iniciativa é fruto do trabalho desenvolvido por diversas entidades do Rio Grande do Sul, que se uniram para discutir e implementar o “Projeto Mobilizador: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público”, proposto pelo Sistema CFB/CRB.

O Programa Mobilizador propõe o estabelecimento de um amplo esforço nacional, visando promover maior qualidade no ensino público através da criação e implantação de uma rede de informação dinâmica e eficaz. Indica que o País, há muito tempo, se recende da falta de bibliotecas nas escolas, embora dados oficiais mostrem que há um vertiginoso crescimento da oferta de acervo nas escolas de ensino básico em detrimento à promoção de serviços que permitam o acesso aos saberes existentes nas coleções distribuídas. Destaca que a oferta de um serviço eficiente de informação para a formação de autonomia crítica do cidadão brasileiro perpassa pela concepção de uma competência informacional, função também da biblioteca escolar. Aponta as estratégias a serem adotadas para execução da proposta, com destaque para todos os possíveis parceiros e responsáveis. Elenca indicadores que permitirão avaliar o projeto. E o Fórum no RS inicia como base para toda essa discussão. A partir de 2012, o evento tem seu nome modificado para Fórum Gaúcho pela Melhoria das Bibliotecas Escolares e Públicas (FGMBEP), buscando ações que permitam a melhoria dessas bibliotecas no estado.

A falta de valorização do bibliotecário, de condições adequadas de trabalho e de reconhecimento da carência deste profissional, bem como a necessidade de melhorias nas bibliotecas das redes municipal e estadual, mobiliza as seguintes instituições:

- CRB-10 é o órgão representativo da Biblioteconomia no Estado do Rio Grande do Sul, responsável pela regulamentação e fiscalização da profissão de Bibliotecário no âmbito do Estado. Compõe o Sistema CFB/CRB, juntamente com os outros 14 CRB que atuam nos demais Estados do País, conforme o número de profissionais registrados.
- Comissão de Educação e Cultura/CRB-10, a quem compete as seguintes funções: organizar as distribuições de funções e as demandas, considerando as necessidades pontuais da Comissão; trabalhar para dar condições que atestam o comprometimento da Comissão, a valorização e o respeito a todos os envolvidos no processo; envolver a comunidade e instituições como Comissões de Educação, Secretarias de Educação, direção das escolas, bibliotecários, professores, técnicos em Biblioteconomia, servidores de escolas, pais e alunos nos debates e nas ações de melhoria das bibliotecas escolares e públicas.

Além disso, as instituições parceiras que participam das atividades do Fórum são: DCI/FA-BICO/UFRGS; FURG; Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Câmpus Porto Alegre e Instituto Goethe (Goethe-Institut) Porto Alegre.

Participam, ainda, a Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura da Câmara de Vereadores de Porto Alegre; a Câmara Rio-Grandense do Livro (CRL); a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (AL-RS); a Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (ARB); o SEBP/RS, o SEBE/SEDUC/RS e mais as prefeituras municipais, câmaras de vereadores e demais secretarias de educação dos Municípios.

Os objetivos das reuniões dos Fóruns Gaúchos se apresentam como: ser um canal efetivo de ação e reflexão para fortalecer o espaço biblioteca e o profissional qualificado, através do compartilhamento de boas práticas, oportunizando a troca de informações e o debate construtivo; servir como meio de discussão de políticas do livro e leitura, buscando garantir o acesso ao livro, à leitura e às bibliotecas para toda a comunidade, conhecendo as necessidades dos municípios nessa área; contribuir no fortalecimento da imagem das bibliotecas como espaços de integração entre leitores, educação e cultura, propondo ações efetivas de melhorias; identificar os principais problemas e possíveis soluções para as redes municipais e estadual de bibliotecas escolares, com ações que permitam a melhoria das bibliotecas escolares e públicas no Estado.

Os Fóruns são realizados atendendo aos princípios norteadores que inspiram as suas temáticas como pode ser visto no Quadro 18.

<b>Princípios norteadores</b>	<b>Temáticas</b>
Acessibilidade	Biblioteca acessível
Apoio a diversidade profissional	Organização de bibliotecas
Pluralidade cultural	Redes de bibliotecas
Valorização das estratégias das comunidades	Planos Municipais de Livro e Leitura
Respeito e valorização do espaço público	Planos de gestão
Estímulo à participação como processo	Projetos de mediação e promoção da leitura
Construção de sinergia entre ações e projeto	Ação cultural
Valorização às políticas locais - rede locais	Analfabetismo funcional
	Competência informacional

**Quadro 18: Princípios norteadores e temáticas dos Fóruns**

Fonte: CRB-10, 2010

Cada evento, independente da localização do município em que se realiza, tem um formato e uma programação previamente agendados e adota certos critérios para conseguir atingir metas como as seguintes:

- oportunizar a troca de informações e o debate construtivo, sensibilizando a comunidade e as autoridades envolvidas, buscando provocar mudanças essenciais;
- conhecer as necessidades dos municípios e de sua comunidade na área do livro, leitura e bibliotecas;

- identificar os principais problemas e possíveis soluções para as redes municipal e estadual de bibliotecas escolares, com ações que permitam a melhoria permanente das bibliotecas escolares e públicas no Estado;
- divulgar boas práticas em bibliotecas escolares e públicas;
- debater o uso de novas tecnologias e de materiais didáticos, estruturados para o apoio pedagógico das disciplinas dentro das bibliotecas;
- rever conceitos e aplicar as experiências na troca de saberes, para mostrar que cada um participa e faz uma nova história.

Na parte da manhã, os visitantes e participantes previamente inscritos, bem como os convidados, realizam visitação às bibliotecas do município, abrangendo as escolares (de instituições privadas ou públicas nos âmbitos municipal, estadual ou federal) e a biblioteca pública municipal. No início da tarde, realiza-se a recepção e o credenciamento dos participantes e, em seguida, dá-se a abertura do Evento com a presença de autoridades, seguida de uma atividade cultural local.

A programação inclui palestras, painéis, relatos de experiências, debates, encerramento e confraternização. O cunho é expositivo/participativo, proporcionando aos que estão na linha de frente que possam ter um momento de reflexão, troca e divulgação dos seus trabalhos.

As Figuras 24 a 27 evidenciam vários momentos de Fóruns realizados pelo CRB-10.



**Figuras 24 a 27: Realização dos Fóruns**

Fonte: CRB10, 2014

O impacto esperado na comunidade em que se realiza o Fórum, dentre outros se presume em:

- garantir a eficiência do evento e favorecer a integração da Biblioteca com a comunidade por meio de um diálogo aberto e constante;
- propiciar uma formação continuada de qualidade com a apresentação de temas que subsidiam o dia a dia do profissional;
- ampliar a discussão e valorização das bibliotecas escolares e públicas; através do diagnóstico da situação das bibliotecas, considerando espaço físico, acervo e pessoal lotado nessa função;
- qualificar as bibliotecas escolares e públicas;
- refletir sobre essas avaliações, seus objetivos, os aspectos levantados e ainda sobre as ações que podem ser efetivadas e
- reconhecer o profissional bibliotecário como agente para o desenvolvimento de atividades relacionadas à biblioteca, ao livro e à leitura.

As Reuniões do FGMBPE ocorrem em média mensalmente, com exceção dos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e julho tendo em vista o período de recesso escolar e universitário.

No período de março de 2009 a outubro 2014, o CRB-10 promoveu 43 reuniões em diversos municípios incluindo Porto Alegre, a região metropolitana e o interior do Estado. O FGMBPE começou a incorporar em suas ações aspectos fortes e fracos deste movimento e o aprendizado a partir das experiências que obteve. De abril de 2012 a outubro de 2014, o Conselho promoveu 17 reuniões, de um total de 43 edições do FGMBPE, em diversos municípios do Rio Grande do Sul.

O Estado apresenta um contexto muito importante e significativo para as discussões que os Fóruns se propõem a estimular nas localidades em que se realizam. Estes dados podem ser verificados no Quadro 19 a seguir:

<b>Municípios no Rio Grande do Sul</b>	<b>497</b>
Nº. de bibliotecas públicas (ligadas atualmente ao sistema SEBP/RS)	532
Nº. de bibliotecas escolares estaduais	2607
Nº. de bibliotecas escolares municipais	5009
Nº. de bibliotecas escolares federais	39
Nº. de bibliotecas escolares particulares	2319
Total de bibliotecas escolares no Rio Grande do Sul	9974
Nº. de bibliotecários ativos (registrados no CRB-10)	1189

**Quadro 19: Dados Gerais sobre o contexto dos FGMBPE no Rio Grande do Sul**

Fonte: CRB-10, 2010

A realização dos FGMBPE, no período de 2009 a 2012, contou com a presença de 6018 participantes em 30 municípios que sediaram o Evento. Além disso, seus organizadores e segmentos do público participaram de três Seminários Internacionais, dos quais o CRB-10 também participou na Coordenação, além da organização e realização de um Fórum Bi-Nacional realizado na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, sediado na cidade de Santana do Livramento e contou com a participação de panelistas do Uruguai, País vizinho, e mais três Fóruns Nacionais sediados em Porto Alegre.

Esses Eventos contaram com 89 trabalhos apresentados e o lançamento, com Sessões de Autógrafos, dos livros intitulados "Biblioteca Escolar: presente!" (Figura 28) e "Biblioteca Escolar e Pública em evidência". Também foi criado o Pacto pela Biblioteconomia e elaborado o Site e blog Biblioteca Escolar: presente (Figura 29) e o Blog do Fórum Gaúcho de Bibliotecas Escolares e Públicas (Figura 30) apresentando conteúdo atualizado, com inserção de imagens e textos.



**Figura 28: Capa do livro impresso Biblioteca Escolar: presente!**

Fonte: CRB-10, 2010



**Figura 29: Site e blog Biblioteca escolar: presente!**

Fonte: <http://bibliotecaescolarpresente.org.br/>



**Figura 30: Blog do Fórum Gaúcho de Bibliotecas Escolares e Públicas**

Fonte: <https://forumbibliotecasrs.wordpress.com/>

No período compreendido entre 2012 a 2014, na realização dos FGMBPE, os dados resultaram em 1915 participantes, sediados em 15 municípios, contabilizando 58 trabalhos apresentados e a participação em 3 Seminários Internacionais. Além disso, a Comissão de Educação do CRB-10 representou o Conselho na participação dos seguintes eventos realizados em Porto Alegre: Livroço, Plano Estadual do Livro e da Leitura (PELL) e PMLL de Porto Alegre, composição do Conselho Municipal do Livro e Leitura (CMLL) de Porto Alegre, organização, junto a parceiros, do Seminário Internacional "O Papel da Biblioteca e da Leitura no Desenvolvimento da Sociedade" e, ainda, a homenagem com o recebimento do Prêmio Amigo do Livro 2013, oferecido pela CRL. (Fotografia 32).



**Fotografia 32: Entrega do Prêmio Amigo do Livro 2013 ao CRB-10**

Fonte: <https://forumbibliotecasrs.files.wordpress.com/2014/04/amigo-livro-2.jpg>

Nas metas do CRB-10, para a continuidade dos Fóruns no ano de 2015, destacam-se:

- organizar momentos de discussão dos resultados, com o CRB, apoiadores, autoridades e comunidade envolvida;
- promover os encontros, conforme roteiro a ser encaminhado;
- fortalecer todas as oportunidades de contato para a construção e a troca de informações sobre objetivos, resultados, problemas e questões que envolvam a profissão e o espaço Biblioteca;
- ampliar o evento para bibliotecas universitárias e especializadas.

No que se refere à avaliação dos FGMBPE, pode-se considerar que a escolha pela criação do Fórum foi positiva, pois o público e os parceiros compreenderam a proposta e participaram das reuniões/encontros com grande proveito. As reuniões planejadas e executadas, na modalidade de painéis com espaços para debate, possibilitam a participação ampla do público, pois a mediação entre público e panelistas é fundamental para animar o encontro, para que não se torne cansativo para o público que está participando, resultando em um debate para busca e encontro de alternativas de soluções no grande grupo.

Os programas foram sendo organizados na medida em que os participantes se colocavam à disposição para apresentar seus trabalhos e a partir de convites feitos por prefeituras

municipais para a realização da reunião. Dessa forma, com poucos recursos disponíveis e interpretando corretamente a vontade dos parceiros e do sistema, foi possível a realização dos eventos. O Sistema CFB/CRB, os Workshops e o empenho da Diretoria do CFB e do CRB-10 foram fundamentais para que as ações tenham se realizado.

Cabe destacar que o lançamento do livro “Biblioteca Escolar: presente!” foi marcante por indicar novas perspectivas e rumos e ficar o registro da trajetória das bibliotecas escolares no Rio Grande do Sul e dos FGMBPE, porquanto nasceu da contribuição e do esforço de inúmeros profissionais em colaborar com esse momento tão significativo além do patrocínio e parceria do Institut Goethe de Porto Alegre.

O livro retrata o reconhecimento da luta, o indicativo do quanto se avançou e da importância de se intensificar os encontros e as manifestações sempre almejando a melhoria das bibliotecas no ambiente escolar. Está disponível no formato bibliográfico e digital e em e-book (disponível no site do CRB-10 e CFB).

Conscientes da importância e da responsabilidade, mas felizes com o resultado, a partir de 2012, a Comissão assumiu o compromisso de montar um segundo volume, na versão digital, pautado nas experiências e aprendizagens que foram construídas ao longo das realizações dos Fóruns, pois a Gestão do CRB-10 almeja contribuir com a expectativa de que os resultados sirvam de base para outros estudos e sirvam de subsídio às discussões para fortalecer as bibliotecas tanto no nível local quanto em nível nacional.

Outro produto fruto dos Fóruns foi o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da aluna do Curso de Graduação de Biblioteconomia do DCI/FABICO/UFRGS, Carina Pahim Teixeira, que participava dos eventos e, sob a orientação da Profa. Dra. Eliane Lordes da Silva Moro, elaborou a monografia: “A Contribuição dos Fóruns Gaúchos pela Melhoria das Bibliotecas Escolares realizados no triênio 2009-2011: construção de novas aprendizagens dos acadêmicos de Biblioteconomia” no ano de 2012 e disponível no repositório da Universidade.<sup>5</sup>

Ao finalizar, a bibliotecária Débora Jardim Jardim afirmou que o CRB-10 e seus conselheiros, ao realizarem os FGMBPE, não esperam elogios, nem medalhas, nem honrarias ou qualquer outra forma de recompensa, pois essa expectativa seria diminuir a causa que é importante e significativa para todos que nela atuam, incluindo as instituições parceiras. Esse trabalho é realizado por amor ao conhecimento, ao livro, à leitura e às bibliotecas. Engajamo-nos na luta como iguais (em capacidade e dignidade) aos que atuam em bibliotecas escolares, pois os méritos são de todos os partícipes.

Entende-se como forma de contribuição a realização dos fóruns, para aqueles que estão na linha de frente, atendendo diariamente as demandas da biblioteca escolar e da biblioteca pública, possibilitando espaço e momento de reflexão, troca e divulgação dos seus trabalhos nas comunidades em que as bibliotecas estão inseridas, tornando-se representadas e representativas para todos os cidadãos.

A apresentação do CRB-14 foi feita pela sua Presidente, Bibliotecária Gyance Carpes, que, em sua exposição, começou informando que a jurisdição do Regional abrange o Estado de Santa Catarina, o que implica ser responsável pela fiscalização do exercício da profissão em 295 municípios e em uma extensão territorial de 95.736,165 km<sup>2</sup> que precisam ser monitoradas diariamente para que as suas responsabilidades institucionais possam ser cumpridas de forma satisfatória. Informou, também, que até a data da realização dos Seminários, o Regional possuía 1.387 bibliotecários inscritos, sendo 764 ativos, dos quais 646 adimplentes.

---

5 (<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54318>).

Em seguida, a Presidente Gyance passou a discorrer sobre as diretrizes que orientaram a atuação do CRB-14 entre 2012/2014, informando que a sua gestão foi pautada na luta pela criação do cargo de bibliotecário e pela abertura de concursos na rede estadual de ensino. Luta enfrentada em conjunto com as demais entidades representativas dos bibliotecários no Estado (GBAE/SC, UDESC, ACB-SC). Por isso privilegiou o desenvolvimento de ações que promovessem a valorização profissional, dinamizassem os procedimentos administrativos e fomentassem a fiscalização.

Em relação à promoção da valorização profissional, registrou: a aproximação dos acadêmicos da profissão, mediante a realização de palestras sobre o papel e a atuação do CRB para os alunos dos cursos de Biblioteconomia; a organização dos eventos do Dia do Bibliotecário e do Painel de Biblioteconomia em Santa Catarina; a participação em eventos na área de Biblioteconomia e fora dela, firmando parcerias com instituições públicas, privadas e ONGs; a promoção da visibilidade da profissão de Bibliotecário junto à sociedade, mediante entrevistas e propaganda em todas as mídias; e a participação em reuniões e eventos de outras áreas profissionais.



**Fotografia 33: Dia do Bibliotecário: Outdoor Hípica, em frente à sede do Governo do Estado (2012)**

Fonte: CRB-14, 2012

Neste contexto, a Presidente fez referência às reuniões que foram realizadas com o Secretário Estadual de Educação, Sr. Eduardo Dechamps, e com alguns dos seus representantes, e destacou o projeto de rede de bibliotecas, elaborado a pedido da Secretaria de Educação de Santa Catarina, que foi posteriormente apresentado, embora o mesmo não tenha sido implantado por falta de recursos.

Com referência à dinamização dos procedimentos administrativos, registrou: a implantação do Sistema SPW e a modernização dos projetos de comunicação visual para promover a profissão junto aos bibliotecários de todas as regiões do Estado e à sociedade em geral. Mas não apresentou os dados objetivos da sua gestão quanto aos processos fiscalizatórios, tais como: números de visitas de fiscalização realizadas, de rotina ou motivadas por denúncias de ilegalidades, por inadimplências ou exercício ilegal da profissão de Bibliotecário, nem sobre os processos administrativos que tenham sido abertos em decorrência dessas visitas.



**Fotografia 34: Palestra no Curso de Biblioteconomia da UFSC (2013)**

Fonte: CRB-14, 2013



**Fotografia 35: Dia do Bibliotecário: Busdoor Região de Florianópolis (2014)**

Fonte: CRB-14, 2014



**Fotografia 36: Dia do Bibliotecário - Casa da Memória (2014)**

Fonte: CRB-14, 2014

Concluindo sua apresentação, destacou os resultados de suas ações políticas junto aos setores dos governos municipais para a abertura de concursos públicos, alguns inclusive já realizados, para a contratação de bibliotecário: Concurso Público de Biguaçu, de Balneário Camboriú, de São Pedro de Alcântara, de Tubarão, de São Francisco do Sul, de Garuva, de Herval do Oeste e de Itapema.

### **3.4 Conselhos Regionais de Biblioteconomia da Região Sudeste**

A estrutura legal de fiscalização do exercício da profissão de Bibliotecário na Região Sudeste é composta atualmente por três entidades: o Conselho Regional de Biblioteconomia da Sexta Região (CRB-6), que tem jurisdição nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o Conselho Regional de Biblioteconomia da Sétima Região (CRB-7), com jurisdição apenas no Estado do Rio de Janeiro, e o Conselho Regional de Biblioteconomia da Oitava Região (CRB-8), cuja jurisdição compreende todo o Estado de São Paulo.

A apresentação do CRB-6 foi feita pelo seu Presidente, Bibliotecário Antônio Afonso Pereira Jr., que, em sua fala, informou que a jurisdição do Regional constitui-se dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, o que representa um total de 931 municípios, sendo 78 do primeiro e 853 do segundo, e uma área geográfica de 632.616,652 km<sup>2</sup> que precisam ser monitorados para que esse CRB possa cumprir as suas responsabilidades institucionais de modo satisfatório. Informou, ainda, que até a data da realização dos Seminários o seu cadastro de profissional registrava um total de 3.960 bibliotecários inscritos, sendo 2.317 com registros ativos, dos quais 1.533 adimplentes. Expectativa essa que se configura como um enorme desafio para o CRB-6, mas que o mesmo enfrenta diariamente com dignidade, contando para isso com o apoio de uma equipe formada por profissionais administrativos, bibliotecários-conselheiros e especialmente bibliotecários-fiscais e Assessorias Jurídica e Contábil.

Com respeito às ações desenvolvidas em 2014, durante a apresentação do seu Presidente, foram relatadas ocorrências de ações gerais de divulgação da profissão de bibliotecário junto aos bibliotecários e às autoridades estaduais e municipais da jurisdição desse Regional, bem como de representação da entidade em eventos locais, regionais e nacionais promovidos pelo Sistema CFB/CRB.

Em relação às bibliotecas escolares em particular, foram relatadas ações políticas junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais para divulgação da Lei nº. 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, com o fim de conquistar a simpatia dos Deputados para a aplicação dos seus dispositivos na sociedade mineira.

A apresentação da estrutura e das ações desenvolvidas pelo CRB-7 em 2014 foi realizada pelo seu Presidente, Bibliotecário Marcos Luiz Miranda, que, em sua exposição, começou informando que a jurisdição do Regional abarca o Estado do Rio de Janeiro e que, até a data da realização dos Seminários, o seu cadastro de profissionais registrava a existência de 6.515 bibliotecários inscritos, dos quais 3.191 ativos e 1.830 adimplentes.

Implica precisar monitorar diariamente uma extensão de 43.777,954 km<sup>2</sup> para que o mesmo possa cumprir as suas responsabilidades institucionais de modo satisfatório. Desafio que o Regional tem enfrentado e alcançado relativo êxito com o apoio de uma equipe constituída de funcionários administrativos, bibliotecários-conselheiros, bibliotecários-fiscais e Assessorias Jurídica e Contábil.

Com respeito às ações realizadas em 2014, durante a apresentação do seu Presidente, foram relatadas ocorrências de visitas de fiscalização, de rotina ou motivadas por denúncias, das quais foram destacadas as realizadas junto às Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro, que levaram à abertura de processos administrativos em virtude de estarem funcionando sem profissional habilitado. Aconteceram outras visitas, mas as bibliotecas estavam atuando segundo os dispositivos legais ou as suas pendências foram legalizadas.

Também cabe destaque às observações sobre as bibliotecas comunitárias e escolares: as primeiras pelo aumento numérico que tiveram na sociedade brasileira, e não apenas no Rio de Janeiro, fato que para o Presidente do CRB-7 denuncia que boa parte da população brasileira não se vê representada nas bibliotecas públicas, uma vez que não consegue ser atendida em suas necessidades de informação, e as segundas por estarem implantadas em todos os municípios do Rio de Janeiro e não contarem com profissionais habilitados em suas direções.

O Presidente do CRB-7 comentou ainda sobre o seu apoio e o da entidade ao Curso de Licenciatura em Biblioteconomia da UNIRIO, criado exclusivamente para formar bibliotecários para atuar no magistério de nível médio, sobretudo nos cursos de técnicos em Biblioteconomia.

Ainda que se reconheça a autonomia que as universidades têm para criar os cursos que desejarem, questiona-se o entendimento de que esse curso atenderia a demanda de criação de uma Biblioteconomia escolar. Até porque, enquanto campo de conhecimento, a Biblioteconomia é uma só: os bibliotecários é que podem atuar em muitos setores da sociedade, entre eles as instituições de ensino.

Por outro lado, a legislação que hoje regulamenta o exercício da profissão de Bibliotecário no Brasil admite apenas a existência do bacharel em Biblioteconomia e a ele dá a prerrogativa do exercício do magistério no campo da Biblioteconomia. Isto sugere que a existência do curso da UNIRIO pode ser considerada extemporânea, uma vez que os egressos

dos cursos de bacharelado em Biblioteconomia também podem atuar na formação dos técnicos em Biblioteconomia.

A jurisdição do CRB-8 é o Estado de São Paulo, o que significa que este Regional é responsável pela fiscalização do exercício da profissão de Bibliotecário em 645 municípios, ou seja, uma extensão territorial que corresponde a 1.521,110 km<sup>2</sup> que precisam ser monitorados diariamente para que sejam cumpridas todas as suas responsabilidades institucionais de modo satisfatório.

Atualmente o CRB-8 possui 9.239 bibliotecários cadastrados, dos quais 4.571 com registros ativos e 3.741 adimplentes.

É um desafio que o CRB-8 enfrenta diariamente com perseverança e dignidade, contando com o apoio de uma equipe constituída de profissionais administrativos, Bibliotecários-conselheiros, Bibliotecários-fiscais e Assessorias Jurídica e Contábil.

Com respeito à atuação do Regional em 2014, durante a apresentação da sua Presidente, Bibliotecária Cristiane Camisão Rokicki, foram relatadas as ocorrências seguintes:

- ações de representação realizadas junto às instituições públicas e privadas que integram o mercado de trabalho do bibliotecário em São Paulo, com o objetivo de promover a afirmação do CRB-8 e o fortalecimento do Sistema CFB/CRB, mas ainda com resultados inexpressivos;
- ações de fiscalização, de rotina ou motivadas por denúncias, para conhecer os contextos estrutural e operacional das bibliotecas escolares e públicas do Estado de São Paulo, tendo sido identificados problemas de funcionamento de bibliotecas e salas de leitura sem profissional habilitado para tal e de exercício ilegal da profissão de bibliotecário, fatos geradores da abertura de processos administrativos.

Com relação às salas de leitura, observou a Presidente do CRB-8 que, para ela, os problemas mais graves têm natureza ética, haja vista terem sido identificados nas visitas bibliotecários ministrando treinamentos de professores readaptados, para a realização de atividades técnicas privativas do bibliotecário, sem nenhum pudor.

### **3.5 Conselho Regional de Biblioteconomia da Região Centro-Oeste**

Na Região Centro-Oeste, constituída pelo Distrito Federal e pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, as atividades atinentes à fiscalização do exercício da profissão de bibliotecário são de responsabilidade de um só Conselho Regional de Biblioteconomia – o CRB-1.

As informações referentes à sua atuação nesses Estados foram coletadas no Painel Sistema CFB/CRB, que fez parte da programação do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas realizado em Goiânia/GO, nos dias 23 e 24 de abril de 2015.

O Painel compreendeu a realização de cinco exposições: a primeira referente à Associação Profissional de Bibliotecários de Goiás; a segunda sobre o contexto da Biblioteconomia em Mato Grosso; a terceira sobre o contexto da Biblioteconomia em Mato Grosso do Sul; a quarta sobre o panorama das bibliotecas públicas e escolares no cenário brasileiro; e a quinta sobre ações atuação do CRB-1 junto às bibliotecas escolares e públicas que atuam nos Estados da sua jurisdição, todas ocorridas na manhã e tarde do dia 24 de abril de 2015.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> As quatro primeiras exposições estão apresentadas no Painel Bibliotecas Escolares e Públicas, no subitem destinado ao relato das ocorrências relativas à Região Centro-Oeste.

A exposição do CRB-1 foi realizada pelo seu Presidente, Bibliotecário Antônio José Oliveira Silva, que, em sua fala, informou que a jurisdição do Regional constitui-se do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que juntos totalizam 467 municípios, sendo 1 do primeiro, 246 do segundo, 141 do terceiro e 79 do quarto. Área que representa uma extensão de 12.665.811,239 km<sup>2</sup>, que precisa ser monitorada com regularidade para que o CRB-1 possa cumprir as suas responsabilidades institucionais de modo satisfatório.

Em seguida, o presidente passou a relatar os principais problemas e dificuldades enfrentadas, as medidas adotadas e os resultados alcançados, tendo destacado as ações junto ao Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN), banco de dados que contém os nomes das pessoas físicas e jurídicas com obrigações pecuniárias vencidas e não pagas a órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, de pessoas físicas que estejam com a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) cancelada, e de pessoas jurídicas que sejam declaradas inaptas perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Por fim, apresentou a estrutura do novo software de gerenciamento que será adotado pelo CRB-1 e a síntese das ações fiscalizatórias realizadas em 2014, bem como se referiu ao lançamento da Revista CRB-1 e à edição do Livro de Bolso com informações de interesse dos bibliotecários.<sup>7</sup>

A fiscal do CRB-1, Bibliotecária Nádia Ferreira Montenegro Silva, apresentou uma síntese das ações de fiscalização realizadas na Gestão 2012/2014: 1025 ações que resultaram em: 373 bibliotecas regulares; 234 bibliotecas irregulares, sendo 349 instituições sem bibliotecas, 69 bibliotecas fechadas e 210 autuações. Informou ainda o registro de 102 denúncias, 476 ofícios expedidos, 07 processos no CCAF, 64 processos abertos, 17 processos concluídos e arquivados e 28 contratações. Os resultados por Estado da jurisdição do CRB-1 seguem apresentados no Quadro 20.

**Nádia Montenegro – Fiscal CRB1**

**- Profissionais**

	DF	GO	MS	MT	Total
Ativos	1051	421	47	120	1639
Cancelados	635	56	18	21	730
Diligências	6	3	2	2	13
Falecidos	28	9	4	2	43
Licenciados	52	16	5	4	77
Suspensos	23	10	2	1	36
Suspensos (PE)	1	2	0	2	5
Transferidos	34	5	4	4	47

**Quadro 20: Profissionais cadastrados no CRB-1**

Fonte: SILVA (CRB-1), 2015

<sup>7</sup> Apresentação foi realizada no dia 24 de abril, no turno da tarde, mas faz parte do Painel Sistema CFB/CRB.

Em seguida aconteceu o debate com os bibliotecários e demais profissionais presentes e logo após foram realizadas a avaliação do Seminário pelos participantes e o encerramento das atividades pela Presidente do Sistema CFB/CRB, Bibliotecária Regina Céli de Sousa.

Como balanço final dos resultados dos painéis sobre o Sistema CFB/CRB que fizeram parte da programação dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas realizados em todas as regiões brasileiras, restou evidenciado que as ações administrativas e fiscalizatórias dos Conselhos Regionais que deles participaram são pautadas exclusivamente pelos aspectos legais do exercício da profissão de Bibliotecário.

Em outras palavras, a atuação dos Regionais não tem ultrapassado os limites da fiscalização sobre a existência de bibliotecários adimplentes nas bibliotecas, visto que nessas ações recorrentemente não estão sendo observados outros aspectos também relevantes, tais como pertinência e qualidade dos serviços oferecidos aos usuários. Condutas talvez devidas à inexistência de diretrizes produzidas pelo CFB dirigidas mais aos resultados e à razão emancipatória, mas também à inconsistência da formação profissional oferecida pelos cursos de Biblioteconomia brasileiros.



CAPÍTULO II

TEXTOS E  
CONTEXTOS DE  
ÉTICA PAUTADOS  
**PELA PRÁTICA DOS  
BIBLIOTECÁRIOS  
BRASILEIROS**

Este capítulo apresenta, discute e reflete sobre os resultados dos Seminários Regionais de Ética Profissional que o Sistema CFB/CRB realizou no período de maio de 2014 a abril de 2015, em todas as regiões do País, objetivando apresentar aos bibliotecários que atuam em bibliotecas escolares e públicas os princípios éticos que norteiam as condutas humana e profissional, oferecer a esses mesmos profissionais momentos de reflexão sobre as suas próprias condutas, e coletar informações para subsidiar a reformulação do vigente Código de Ética do Bibliotecário brasileiro.

Concebido sob a orientação do tema **Civilização e Barbárie sob a Mediação da Ética Profissional**, sua programação foi dividida em dois grupos temáticos: um para apresentar e debater a ética de forma ampla, como conjunto de princípios que norteiam a conduta humana em sociedade, e outro para apresentá-la e debatê-la a partir dos contextos formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas e da configuração do vigente Código de Ética do Bibliotecário brasileiro.

As informações resultantes dos Seminários Regionais de Ética, realizados em cada uma dessas regiões, serão apresentadas gradualmente no curso das próximas seções.

## 2.1 Seminário Regional de Ética Profissional da Região Norte:

O Seminário de Ética Profissional desta Região foi realizado em Manaus/AM, no dia 22 de maio de 2014, e sua programação abrangeu três palestras: uma sobre a ética entendida como o conjunto de princípios norteadores da conduta humana em sociedade e as duas últimas associando os princípios da ética humana aos da ética profissional, refletindo sobre os contextos formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas e do vigente Código de Ética do Bibliotecário brasileiro.

A primeira palestra foi proferida pela Profa. Dra. Maria do Socorro Jatobá<sup>8</sup>, do Curso de Filosofia da UFAM, que desenvolveu o tema: *Ética e estruturação social: a cidadania em perspectiva*.

Em sua fala, começou afirmando que a ética é a única chance que os seres humanos têm para levar adiante o processo civilizatório e se contrapor à barbárie. Em seguida, passou a apresentar um panorama da ética no contexto da sociedade e da cidadania, destacando a existência de dois tipos de ética: a ética do dever e a ética da virtude, esclarecendo pontualmente os aspectos basilares da conduta humana e da vida em sociedade.

Por fim, concluindo a sua palestra, sentenciou: “[...] a cidadania não é uma dádiva, nós nascemos com esse direito ao seu exercício”. E, para facilitar o acesso a todos os aspectos destacados e ao seu pensamento, o texto integral da sua palestra segue apresentado no Anexo E.

A segunda palestra foi proferida pelo Dr. Cristian Santos, Bibliotecário da Câmara dos Deputados<sup>9</sup>, que desenvolveu o tema: Tolerância ou Solidariedade: uma possibilidade ética para as bibliotecas brasileiras.

Em sua fala, a ética foi apresentada como conjunto de princípios orientadores da conduta humana, por isso o homem não se separa do profissional. Conceção que, segundo o

---

8 Mestre em Filosofia pela UFRJ; doutora em Filosofia pela UNICAMP; e autora do livro: A memória da criação do mundo: a palavra mítica como ética mnemônica.

9 Graduado em Biblioteconomia, Filosofia e em Tradução e Literatura Francesa pela UnB; mestre em Ciência da Informação pela UnB; doutor em Literatura e Práticas Sociais pela UnB; e autor de livros e artigos nas áreas de Filosofia, Biblioteconomia e Literatura.

palestrante, vincula e compromete as ações dos seres humanos e das instituições sociais por eles criadas, inclusive as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares, com a democratização da cultura, a cidadania e a emancipação dos indivíduos e da sociedade em geral.

Por fim, para facilitar o acesso a todos os aspectos destacados em sua fala e os argumentos correspondentes a cada um deles, o texto integral da sua palestra segue apresentado no Anexo F.

A terceira palestra foi proferida pelo Prof. Dr. Raimundo Martins de Lima, do Curso de Biblioteconomia da UFAM e Conselheiro Federal do CFB, que desenvolveu o tema: Aspectos Legais e Éticos da Atuação do Bibliotecário Brasileiro.

Em sua fala, sempre referendada pela legislação que regulamenta o exercício da profissão de bibliotecário no Brasil, foi analisado o papel de Estado exercido pelo CFB e pelos CRB e as responsabilidades técnicas, políticas e sociais das bibliotecas e bibliotecários.

Em seguida, refletindo sobre os conteúdos das exposições apresentadas nos painéis do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas relativos ao contexto disciplinar dos cursos de Biblioteconomia da UFAM e da UFPA, bem como sobre a atuação dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas escolares e públicas e dos CRB-2 e CRB-11 instalados na Região, comentou sobre o baixo número de disciplinas dirigidas à estruturação e ao funcionamento dessas bibliotecas e a conduta ética que os bibliotecários deveriam assumir em suas práticas.

Por fim, para facilitar o acesso a todos os aspectos destacados em sua fala e os argumentos correspondentes a cada um deles, o texto integral da sua palestra segue apresentado no Anexo G.

Os debates evidenciaram a necessidade de aprofundamento das discussões sobre o distanciamento dos cursos de Biblioteconomia da UFAM e da UFPA das realidades sociais que lhes devem servir de referência e a criação de disciplinas que tratem dos princípios éticos universais e seus impactos sobre a atuação profissional, a estruturação do vigente Código de Ética do bibliotecário brasileiro e sua aplicação no mercado de trabalho e a elaboração de padrões mínimos para orientar a criação e o funcionamento das bibliotecas públicas e das bibliotecas escolares e dar sentido político e social às ações dos CRB e estendê-las para além da questão legal.

## **2.2 Seminário Regional de Ética Profissional da Região Nordeste**

O Seminário de Ética Profissional desta Região foi realizado em Maceió/AL, no dia 8 de agosto de 2014, e sua programação abrangeu três palestras: a primeira tratando a ética como o conjunto de princípios norteadores da conduta humana em sociedade, mas associando os princípios da ética humana aos da ética profissional, refletindo sobre os contextos formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas; a segunda tratando exclusivamente da ética como conjunto de princípios norteadores da conduta humana; e a terceira também associando a ética humana à profissional, focando para os contextos formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas e para a estrutura do vigente Código de Ética do Bibliotecário brasileiro.

A primeira palestra foi proferida pelo Dr. Cristian Santos, Bibliotecário da Câmara dos Deputados, que desenvolveu o tema: *O Bibliotecário Lobista*.

Em sua fala, destacou a crise na Biblioteconomia brasileira, pelo fato de as bibliotecas em geral serem o espaço da técnica, condição que torna os seus ambientes pouco atrativos

aos seus usuários e as fazem perder espaço para as modernas livrarias, conforme foi sugerido pela Psicanalista Ana Mautner em seu texto Biblioteca e cidadania.<sup>10</sup>

Destacou, ainda, que a atuação da biblioteca implica a relação entre cidadãos e serviços e que o bibliotecário é o agente que mantém vivo esse relacionamento, por isso afirmou que a biblioteca, sem bibliotecário, pode até ter uma ótima coleção de livros, mas jamais será uma biblioteca, assim como defendeu que a ética é a primeira condição para o estabelecimento da cidadania, pois ser ético é pensar e agir tendo como referência o bem estar do outro.

Por fim, concluiu que as bibliotecas não são frequentadas porque são ruins, são ruins porque não são frequentadas, e isso forma um círculo vicioso que gera um vazio de sentido e de significado que acaba dificultando o exercício da cidadania e favorece a obediência ao convencionalismo e à enganosa neutralidade da ciência e da técnica, e, conseqüentemente, da Biblioteconomia e dos bibliotecários.

Para o Dr. Cristian, o maior equívoco da Biblioteconomia é a presunção da sua neutralidade: o bibliotecário brasileiro é tolerante, mas não é solidário, e isso pode explicar porque as “[...] bibliotecas parecem sementes mal plantadas, que já nascem como cara de abortadas”.

O bibliotecário precisa empoderar-se; empoderamento que implica mudança de atitude. Implica abandonar a passividade e ser ousado, crítico, criativo, quebrar paradigmas, inovar, sair da mesmice e enfrentar o poder público para colocar em prática as suas ações.

Ao fim da sua palestra, ficou a certeza de que essa mudança é o maior desafio que os bibliotecários brasileiros precisam enfrentar. E, para facilitar o acesso a todos os aspectos destacados em sua fala e os argumentos correspondentes a cada um deles, o texto integral da sua palestra segue apresentado no Anexo H.

A segunda palestra foi proferida pelo Prof. Dr. Walter Matias Lima, do Curso de Filosofia da UFAL, que desenvolveu o tema: *Desafios contemporâneos da ética profissional*.

Em sua fala inicial, argumentou que ética pressupõe o princípio da alteridade, ou seja, o outro. Até porque o *eu* não existe sem o *outro*. Implica que todo indivíduo precisa de outro indivíduo para pôr em prática as suas atitudes, e por isso não há sentido na relação de mando e obediência, onde um pensa e o outro executa.

Neste sentido, observou que o outro é diferente, mas não desigual. Acentuou em seguida que a ética está situada no campo da ação, logo não é teórica, condição que evidencia que *eu* valho pelas minhas ações, mas em relação ao *outro* e não ao *eu* mesmo, e que a omissão é o maior delito ético.

E concluiu afirmando que a virtude é a energia da construção da boa ação, por isso o exercício da ética pode conduzir à realização do bem, mas também pode gerar conflitos entre público e privado; entre direito e interesse; entre direito e necessidade; e entre direito e privilégio.

Ao término da palestra, restou o entendimento de que a ética profissional não pode ter o *eu* como referência, mas os cidadãos e sobretudo a sociedade, onde existem *outros* em profusão.<sup>11</sup>

10 MAUTNER, Veronica Anna. Biblioteca e cidadania. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq1806200901.htm>. Acesso em: 08/08/2014.

11 O texto integral correspondente à palestra do Prof. Dr. Walter Matias Lima não foi anexada porque não foi elaborado pelo mesmo.

A terceira palestra foi proferida pelo Prof. Dr. Raimundo Martins de Lima, do Curso de Biblioteconomia da UFAM e do CFB, que tratou do tema: *Aspectos legais e éticos da atuação do bibliotecário brasileiro*.

Em sua fala, sempre referendada pela legislação que regulamenta o exercício da profissão de Bibliotecário no Brasil, analisou o papel de Estado exercido pelo Sistema CFB/CRB e as responsabilidades técnicas, políticas e sociais que recaem sobre as bibliotecas e os bibliotecários.

Em seguida, refletindo sobre os conteúdos das exposições realizadas nos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional das Regiões Norte e Nordeste sobre a atuação dos cursos de Biblioteconomia, dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas escolares e públicas e dos Conselhos Regionais dessas Regiões, comentou sobre a conduta ética que os bibliotecários deveriam assumir em suas práticas.

Por fim, para facilitar o acesso a todos os aspectos destacados em sua fala e os argumentos correspondentes a cada um deles, o texto integral da sua palestra segue apresentado no Anexo G.

Ao término do Seminário ficou evidenciado que o Curso de Biblioteconomia da UFAL não oferece disciplina obrigatória ou eletiva sobre ética, tanto em termos de conduta humana quanto profissional, já que a sua estrutura curricular não registra a existência de disciplinas obrigatórias que deem suporte a esses conteúdos. Por isso, é urgente a criação de pelo menos uma disciplina para atender tais necessidades, e, inclusive, para favorecer aplicação do Código de Ética do Bibliotecário brasileiro ao cotidiano das bibliotecas e bibliotecários alagoanos.

Também foram ratificadas a necessidade da aprovação de padrões mínimos para orientar a criação, a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares e públicas e de diretrizes que deem sentido político e social às ações dos CRB, para além das questões legais, abrindo espaço para que a existência e a atuação dessas bibliotecas possam ser mais bem aferidas.

### **2.3 Seminário Regional de Ética Profissional da Região Sul**

Nesta Região, o Seminário de Ética Profissional ocorreu em Florianópolis/SC, no dia 25 de agosto de 2014, e sua programação compreendeu duas palestras. A primeira palestra tratando a ética como o conjunto de princípios norteadores da conduta humana em sociedade, mas associando os princípios da ética humana aos da ética profissional, refletindo sobre os contextos formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas e a segunda palestra tratando da ética profissional e da trajetória do Código de Ética do Bibliotecário brasileiro, desde a sua primeira versão em 1963.

A primeira palestra foi proferida pelo Dr. Cristian Santos, Bibliotecário da Câmara dos Deputados, que desenvolveu o tema: *O bibliotecário e a cidade: a contribuição ética dos Conselhos de Biblioteconomia*.

Sua fala retomou as discussões que ocorreram por ocasião da realização do Seminário Regional de Ética Profissional da Região Nordeste, mas aprofundando a temática da leitura do Brasil e da perda de espaço das bibliotecas para as grandes livrarias. Mas devido a problemas de natureza técnica não foi possível incluir o texto desta sua palestra nos anexos, por isso tão logo essas pendências sejam resolvidas o mesmo será publicado no site do CFB<sup>12</sup>. A segunda palestra foi proferida pelo Prof. Dr. Francisco das Chagas de Souza, do Curso de

<sup>12</sup> [www.cfb.org.br](http://www.cfb.org.br)

Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que desenvolveu o tema: *Código de Ética do Bibliotecário: caminhos para uma construção democrática*.

Introduzindo a apresentação do palestrante, o Prof. Dr. Raimundo Martins de Lima, Coordenador da Mesa, explicou que os bibliotecários constituem um grupo de indivíduos cuja identidade profissional vem sendo construída social e historicamente a partir de suas habilidades e competências para atuar como mediadores de bens e serviços culturais simbólicos em diferentes equipamentos de cultura e de educação por todo o País.

Tais práticas os impeliram à definição e reformulação dos modos de proceder considerados adequados nas relações interpessoais que realizam entre si e com os destinatários desses bens e serviços com os quais trabalham, sejam eles pessoas físicas ou organizações. Modos de proceder que geralmente são chamados de condutas ou moral profissional e que compreendem um conjunto de conhecimentos que pode ser repassado pelos cursos de Biblioteconomia aos alunos que a eles se integram, a partir dos conteúdos disciplinares, mas que também pode ser assimilado pela observação dos modos de proceder dos profissionais que já estão inseridos no mercado de trabalho.

Em verdade, condutas ou moral que representam o conjunto de atitudes que os profissionais deveriam ter no dia a dia do seu trabalho, resultante das disposições que são admitidas como adequadas para a produção de resultados satisfatórios para si e para a sociedade, as quais, quando sistematizadas, assumem a forma de códigos de ética, ou seja: conjunto de diretrizes que expressam o modo como os membros do grupo profissional devem lidar nas relações interpessoais de caráter profissional com os colegas do próprio grupo, com os clientes ou usuários, conforme o caso, e com a sociedade mais ampla.

Depois dessa introdução, a palavra foi passada ao palestrante que iniciou a sua fala apresentando uma trajetória do Código de Ética do Bibliotecário brasileiro e comparou a sua estrutura com a de outros Códigos de Ética europeus, sobretudo o Código de Ética da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA).

Ao final, concluiu, entre outras coisas, que a continuidade da existência do CFB e dos CRB no momento atual da sociedade brasileira é extemporânea e não mais se justifica, visto que a categoria profissional não se sente mais representada por essas entidades.

Por fim, para facilitar o acesso a todos os aspectos destacados em sua fala e os argumentos correspondentes a cada um deles, o texto integral da sua palestra segue apresentado no Anexo I.

Ao final do Seminário, considerou-se que a sua execução teve êxito relativo, apesar da pertinência dos temas das palestras proferidas, dos debates gerados e da qualidade das informações obtidas sobre as disciplinas da estrutura curricular dos cursos de Biblioteconomia da Região, voltadas à estruturação e ao funcionamento das bibliotecas escolares e públicas e à boa conduta profissional, orientada pelos princípios éticos universais.

Mas como o objetivo do Seminário era discutir a ética e coletar informações para subsidiar a reformulação do vigente Código de Ética do Bibliotecário brasileiro, considerou-se também que esses fins não foram alcançados integralmente. Isto porque, não obstante a excelente participação da plenária, as manifestações não ofereceram propostas objetivas sobre o tema, já que a expressiva maioria se limitou a contestar a fala do palestrante sobre a existência e o papel do Sistema CFB/CRB no momento atual do País.

Ainda assim, foi inegável a contribuição do palestrante, especialmente por ter levado a plenária a refletir sobre os problemas conceituais do atual Código de Ética do Bibliotecário

brasileiro, sobretudo quanto destacou com total propriedade que o mesmo reúne infrações civis e profissionais em um só grupo e assume sentido mais legal que orientador. Ao contrário do que acontece, por exemplo, com o Código de Ética da IFLA.

## 2.4 Seminário Regional de Ética Profissional da Região Sudeste:

O Seminário de Ética Profissional desta Região ocorreu em Belo Horizonte/MG, no dia 20 de novembro de 2014, e, para sua operacionalização, foi programada só uma palestra, a qual foi proferida pelo Dr. Cristian Santos, Bibliotecário da Câmara dos Deputados, que desenvolveu o tema: *A Ética como referência para uma vida feliz*.

Em sua fala, o palestrante destacou a ética como o conjunto de princípios norteadores da conduta humana em sociedade, associando esses princípios aos da ética profissional, ponderando sobre o contexto da atuação dos bibliotecários, mas procurando desconstruir o entendimento prevalente de que a Biblioteconomia é um conjunto de técnicas para gerir acervos; ela é mais que isso.

Especificamente quando à ética, esclareceu que a sua intenção neste evento era refletir sobre o que vem a ser ética, mas também procurando desconstruir a ideia de que ética seja sinônimo de bom comportamento. Para ele, a ética é aquilo que dá plausibilidade, aquilo que dá sentido e significado à vida de qualquer pessoa.

Neste contexto, explicou o Dr. Cristian:

[...] é perfeitamente possível que um ladrão seja ético, mesmo sendo um ladrão. Porque ele, um belo dia, para e reflete: poxa, eu não tenho grana, tenho uma vida lascada, detonada. Meu vizinho é rico, porque eu não posso me apropriar de um bem dele?

Sabiam que esse comportamento dele é ético? Porque os gregos entendiam a ética como ato reflexivo. [...].

Ponderou, ainda, que a Biblioteconomia surgiu no século XIX, preocupada e comprometida com esse ideal de um homem moderno e de boa conduta, a quem foi dada a missão de transformar a biblioteca num espaço de construção desse homem considerado normal – porque branco, produtivo, dócil e não degenerado, ou seja, um ajustado.

Afirmou, ainda, que a Biblioteconomia foi formada dentro dessa perspectiva das normas. Só que, para o palestrante, esse projeto fracassou, pois a sociedade não é mais feliz por causa das bibliotecas, nem as pessoas são mais gratas às bibliotecas. E a prova desse retumbante fracasso é que as bibliotecas brasileiras hoje são pouquíssimas frequentadas. E ele mesmo indaga e responde: Por quê? Porque as bibliotecas não atendem as demandas dos sujeitos.

Por fim, recorrendo ao pensamento de Michel Foucault, defendido em um dos seus textos, propôs aos bibliotecários que repensassem o paradigma prevalente que associa biblioteca apenas a acervo, passando a pensá-la na perspectiva do deleite, vinculando a biblioteca ao prazer. E, em seguida, passou a apresentar os resultados da pesquisa sobre o Retrato da leitura no Brasil.

Sua fala contemplou muitos outros assuntos e, para facilitar o acesso a todos eles e aos argumentos correspondentes a cada um, o texto integral da sua palestra segue apresentado no Anexo J.

Ao término do Seminário, ainda que tenham sido oportunizadas as reflexões sobre o seu tema, bem como identificadas algumas conexões e alguns desencontros entre as ações

formativas, fiscalizatórias e operacionais realizadas no âmbito dos cursos de Biblioteconomia e das bibliotecas escolares e públicas atuantes nessa Região, as dificuldades relacionadas à sua logística e a baixa participação dos profissionais e estudantes dos cursos de Biblioteconomia da Região foram os itens mais prejudiciais à obtenção de informações objetivas para a reformulação do vigente Código de Ética do Bibliotecário brasileiro.

## 2.5 Seminário Regional de Ética Profissional da Região Centro-Oeste

O Seminário de Ética Profissional desta Região foi realizado em Goiânia/GO, no dia 25 de abril de 2015, e sua programação compreendeu três exposições: uma sobre a trajetória do Código de Ética do Bibliotecário brasileiro no âmbito do Sistema CFB/CRB, a segunda sobre a ética e as condutas humana e profissional, e a terceira sobre os resultados dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional que foram realizados antes deste.

A primeira exposição foi apresentada pela Bibliotecária Regina Céli de Sousa, Presidente do CFB, a quem coube proferir a palestra: *Código de Ética Profissional: breve histórico*.

Sua fala foi dividida em duas partes: na primeira tratou da responsabilidade do Sistema CFB/CRB com o desenvolvimento da Biblioteconomia brasileira, quando deu destaque às ações de orientação, supervisão e disciplinamento do exercício da profissão de Bibliotecário em âmbito nacional, em defesa do direito inalienável que o cidadão tem de ser atendido em suas necessidades de informação. E, na segunda, discorreu sobre a trajetória do Código de Ética do Bibliotecário no âmbito do Sistema CFB/CRB, desde a sua primeira versão.

Para possibilitar o acesso a todos os aspectos destacados em sua exposição e aos argumentos correspondentes a cada um deles, o texto integral da sua palestra segue apresentado no Anexo C.

A segunda exposição consistiu da palestra proferida pelo Dr. Cristian Santos, Bibliotecário da Câmara dos Deputados, que tratou do tema: *A ética como referência para a boa conduta do bibliotecário*.

Em sua palestra, o Dr. Cristian Santos reproduziu os conteúdos que o mesmo havia apresentado no Seminário Regional de Ética Profissional da Região Sudeste, embora tenha modificado o título e recorrido aos aportes teóricos de novos autores que lhe permitiram usar exemplos e comentários adaptados à realidade regional que a enriqueceu bastante. Decisão que estava em perfeita sintonia com as orientações que lhe foram dadas pelos organizadores do evento, pois o contexto profissional e o público alvo eram outros.

Por isso, em sua fala, voltou a destacar a ética como o conjunto de princípios norteadores da conduta humana em sociedade, associando esses princípios aos da ética profissional, ponderando sobre o contexto da atuação dos bibliotecários, mas procurando desconstruir o entendimento prevalente de que a Biblioteconomia é um conjunto de técnicas para gerir acervos.

Especificamente quanto à ética, retomou a discussão iniciada no Seminário de Belo Horizonte e voltou a rediscutir o conceito de ética com o firme propósito de desconstruir a ideia de que ética seja sinônimo de bom comportamento. Isto porque, para ele, a ética é aquilo que dá plausibilidade, aquilo que dá sentido e significado a vida de qualquer pessoa.

Ademais, também questionou a pertinência do paradigma ainda prevalente na Biblioteconomia que insiste em associar a atuação da biblioteca só a acervo, razão pela qual intimou os bibliotecários da Região Centro-Oeste a passar a pensá-la na perspectiva do deleite, vinculando-a ao prazer.

Por fim, apresentou e comentou os dados da pesquisa *Retrato da Leitura no Brasil (2011)*, realizada pelo **Instituto Pró-Livro**, acentuando a sua relevância para as bibliotecas escolares e públicas, especialmente as primeiras. E como a sua palestra contemplou muitos outros assuntos que, por uma questão de objetividade desta obra não foram aqui registrados, para facilitar o acesso a estas e outras informações, o texto integral da sua palestra segue apresentado no Anexo K.

A terceira exposição foi realizada pelo Prof. Dr. Raimundo Martins de Lima, do Curso de Biblioteconomia da UFAM e Conselheiro Federal do CFB, que apresentou uma *Síntese dos Resultados dos Seminários Anteriores*.

Sua fala foi dividida em duas partes. Na primeira discorreu brevemente sobre as motivações e os acontecimentos que levaram o Estado brasileiro a transformar os serviços técnicos realizados nas bibliotecas brasileiras na profissão de Bibliotecário. Na segunda apresentou alguns resultados, ainda preliminares, sobre os Seminários realizados nas Regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil.

Com referência à primeira parte, informou que essa ocorrência decorreu do entendimento que as autoridades brasileiras, convencidas pelos representantes dos bibliotecários atuantes na área, passaram a ter de que aquele conjunto de fazeres e as variações deles decorrentes eram necessários para a estruturação da sociedade nacional, e por isso precisavam ser regulamentados e protegidos por lei federal. Mas não por razões corporativistas, vinculadas à reserva de mercado, e sim para garantir à sociedade a organização, a oferta e a prestação de serviços de informação, de cultura e de educação aos seus membros com a qualidade presumida.

Em seguida, recorrendo à história da profissão no Brasil, esclareceu que a profissão foi criada em 1962 por meio da Lei nº. 4.084/62 e quatro anos mais tarde foi regulamentada por força do Decreto nº. 56.725/65. Foram esses atos que lhe garantiram o *status* de curso superior, deram aos seus bacharéis a prerrogativa do exercício profissional nas bibliotecas de todas as tipologias e definiram a base legal para que a sociedade se protegesse dos maus serviços bibliotecários e tivesse a quem recorrer para coibir tais desvios.

Por isso, para o palestrante, foi a regulamentação profissional que possibilitou a criação de um conjunto de entidades com naturezas e responsabilidades técnicas, políticas e sociais distintas, mas interdependentes. Grupo constituído pelos cursos de Biblioteconomia (serviços pedagógicos de ensino superior, responsáveis pela formação dos bibliotecários em todo o território nacional); os conselhos que integram o Sistema CFB/CRB (autarquias de direito público instaladas em todas as regiões do País, responsáveis pela orientação e fiscalização do exercício profissional no País); as bibliotecas de todas as tipologias (serviços de informação, cultura e educação, tradicionais ou não, responsáveis pela mediação de informação junto aos membros da sociedade); as associações e a federação de bibliotecários (entidades civis de direito privado, responsáveis pela socialização dos conteúdos profissionais por via de eventos locais e nacionais); e os sindicatos de bibliotecários (entidades civis de direito privado, responsáveis pela mediação das relações de trabalho).

Para concluir esta parte, afirmou que os Seminários Regionais de Bibliotecas Públicas e Escolares e de Ética Profissional que o Sistema CFB/CRB realizou em todas as cinco regiões brasileiras, de maio de 2014 a abril de 2015, estão inseridos no contexto dessa regulamentação.

Quanto à segunda parte da sua fala, o palestrante apresentou os resultados desses Seminários Regionais e uma primeira tentativa de interpretação de alguns deles, conforme abaixo destacado:

- as bibliotecas escolares e públicas ainda atuam em condições inadequadas, sobretudo por não contarem com bibliotecários em seus quadros de pessoal;
- poucos cursos possuem nos currículos disciplinas obrigatórias que tratem da estruturação e do funcionamento das bibliotecas escolares e públicas, como também é baixa a oferta de disciplinas sobre ética, sobretudo a profissional. Identificaram-se as disciplinas: Introdução à Biblioteconomia (UFAM); Ética e Informação (UFPA); Ética em Informação (UFRGS); Ética e Atuação do Bibliotecário (UEL); Ética Profissional (UNIRIO e FATEA); Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação (FESPSP); e Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (USP e UFG).
- ações de fiscalização centradas na questão legal: existência de profissional habilitado e adimplente nas bibliotecas, sem considerar o cumprimento das suas responsabilidades técnicas, políticas e sociais.

Para facilitar o acesso a estas e outras informações, o texto integral da sua palestra segue apresentado no Anexo L.



## CAPÍTULO III

# OS SEMINÁRIOS REGIONAIS DE BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS **E DE ÉTICA PROFISSIONAL, SEGUNDO A AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES**

Este capítulo apresenta, discute e reflete sobre os resultados da avaliação que os participantes dos Seminários Regionais das Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional das Regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste realizaram sobre as suas programações, as quais foram desenvolvidas entre maio de 2014 a abril de 2015.

Como já informado anteriormente, a principal motivação de suas realizações foi o levantamento de informações sobre os contextos formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas brasileiras e inferir sobre a medida das influências das realidades identificadas sobre os processos de estruturação e de funcionamento das mesmas bibliotecas.

A avaliação é um importante e indispensável instrumento para a melhoria de toda e qualquer prática, por isso não teria sentido a realização desses Seminários sem aferir os seus resultados, considerando, sobretudo, o sentimento daqueles que deles participaram. Partindo deste entendimento, foram distribuídos formulários de avaliação para que, ao término das atividades, os participantes pudessem avaliar os Seminários. Os formulários foram estruturados considerando os itens seguintes:

- *Questões Gerais* (atividades desenvolvidas, pontualidade, relevância do conteúdo; carga horária, comunicação);
- Avaliação dos Palestrantes/Expositores (didática, comunicação, ritmo de apresentação, relacionamento, conhecimento);
- Estrutura Física (instalações, equipamentos utilizados, serviços de apoio, organização geral, equipe de apoio);
- Repercussão das discussões para auxiliar a melhoria da prática profissional; Avaliação Geral (nota de 1 a 10);
- Comentários/Criticas/Sugestões.

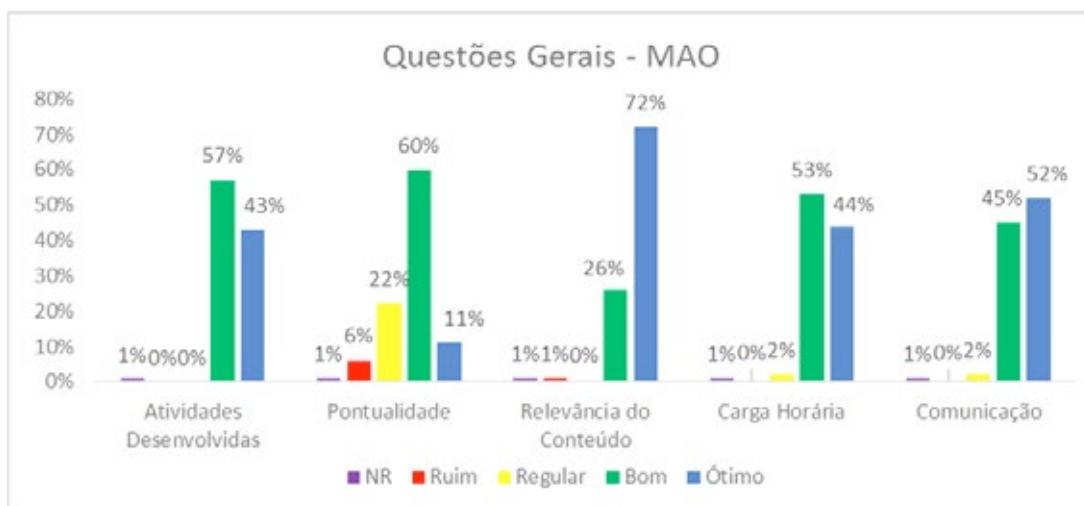
Por oportuno, importa informar que, devido a um problema de impressão, no Formulário de Avaliação da Região Sudeste não constou o quesito *Avaliação dos Palestrantes e expositores*. Fato lamentável, mas que não impediu a apresentação, neste documento, dos demais itens avaliados na referida Região.

Feitos esses esclarecimentos, passa-se, então, ao relato dos dados obtidos e às reflexões sobre os mesmos, obedecendo à cronologia dos eventos realizados.

### **3.1 Seminários Regionais da Região Norte – Manaus:**

Nos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional, realizados em Manaus/AM no período de 20 a 22 de maio de 2014, obteve-se um total de 266 (duzentos e sessenta e seis) inscritos. Deste total, 85 (oitenta e cinco) procederam ao preenchimento do “Formulário de Avaliação do Seminário”.

Os dados, no que se referem às Questões Gerais, foram os seguintes, apresentados no Gráfico 1:



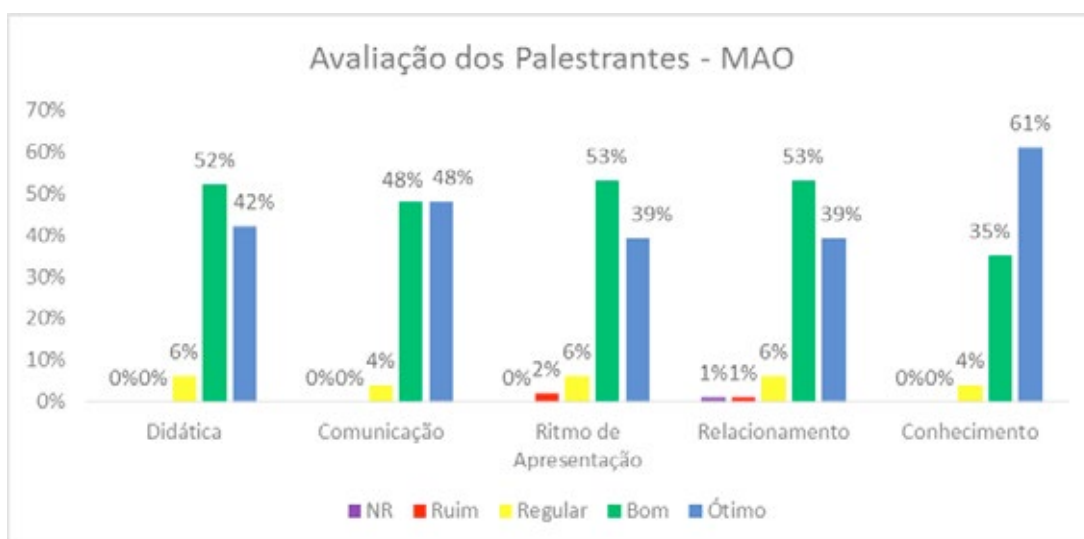
**Gráfico 1: Dados referentes às Questões Gerais**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

Observa-se que as Atividades Desenvolvidas foram muito bem avaliadas. Em que pesem alguns atrasos decorrentes de locomoção, problemas de natureza técnica e/ou operacional, fica patente, nos resultados, que o público avaliou de modo muito positivo o item Pontualidade. Ressaltam-se os esforços envidados por toda equipe de organização e de apoio, no sentido de garantir que a programação fosse cumprida dentro dos horários previstos.

A Relevância do Conteúdo foi evidenciada fortemente no alto índice de respostas que o consideram como ótimo e as avaliações sobre Carga horária e Comunicação levam a crer que podem ser consideradas, de modo geral, muito satisfatórias. Dados que, portanto, revelaram uma avaliação satisfatória no que tange ao item Questões gerais.

No que se refere à Avaliação dos Palestrantes e expositores, os resultados foram os apresentados no Gráfico 2:



**Gráfico 2: Dados referentes à Avaliação dos Palestrantes**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

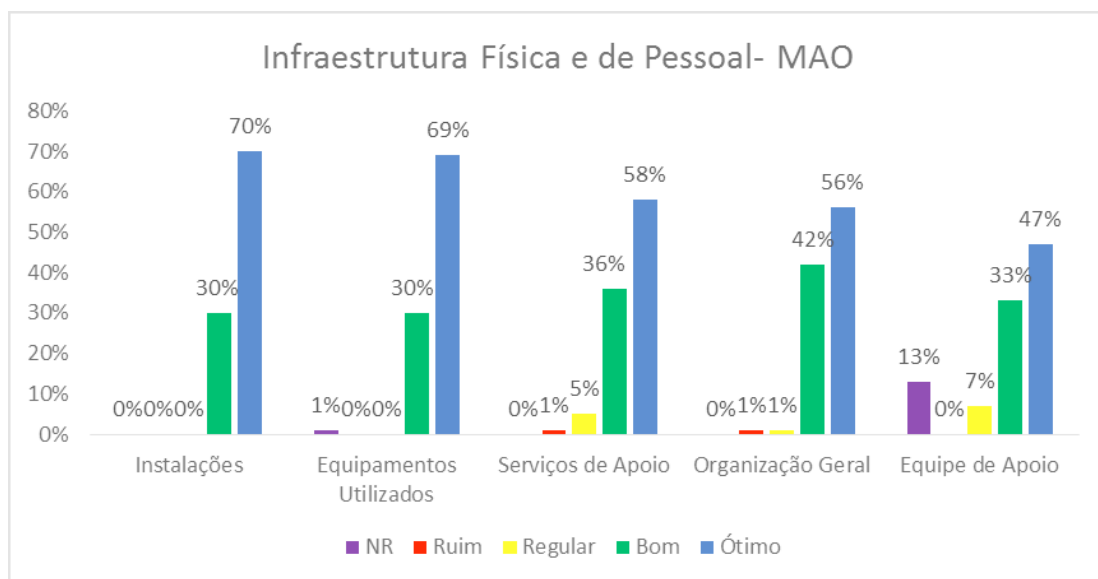
Os dados obtidos mostram que os palestrantes/expositores foram muito bem avaliados no quesito *didática*, tendo um baixíssimo índice de respondentes que consideraram como regular a didática adotada.

A *comunicação* obteve grande aprovação, por onde se depreende que as mensagens intercambiadas entre público e palestrantes/expositores foram profícuas, promovendo um adequado entendimento entre os mesmos.

O *ritmo de apresentação* foi muito satisfatório, uma vez que os palestrantes e expositores procuraram atender, da forma mais precisa possível, ao tempo que foi estabelecido pela organização do evento para a apresentação das falas, aspecto que assegurou um *relacionamento* extremamente positivo.

O quesito *conhecimento* apresentou um elevadíssimo índice de satisfação, o que levou ao entendimento de que a criteriosa escolha dos palestrantes foi muito acertada.

Já as manifestações sobre a Infraestrutura Física e de Pessoal, pode ser verificada no Gráfico 3:



**Gráfico 3: Dados referentes à Infraestrutura Física e de Pessoal**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

Os seminários foram realizados no Auditório Bosque da Ciência no INPA. O referido auditório é um espaço novo, agradável, climatizado e que obteve grande aprovação por parte do público. E os equipamentos apresentavam ótimas condições de uso e isto foi evidenciado nas respostas do público.

Os serviços de apoio, que estão relacionados à condução dos trabalhos e auxílio nas dúvidas, em termos de orientação (seja de localização, programação, horários), foram bem avaliados, recebendo, em sua maioria, os conceitos de bom e ótimo.

Com referência à avaliação da equipe de apoio, a despeito de ter havido um elevado índice de não respondentes, os resultados obtidos também sugeriram uma avaliação bastante satisfatória. Em relação a este item, importa registrar que todos os componentes da

equipe de apoio que trabalharam durante os Seminários, tinham vínculo com o Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFAM; embora a maioria fosse constituída por alunos, havia também bibliotecários seus egressos, que não mediram esforços para fazer com que os Seminários obtivessem o êxito pretendido.

Quanto à avaliação geral, o quadro foi o seguinte:



**Gráfico 4: Dados referentes à Avaliação Geral**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

O Gráfico 4 mostra claramente que os Seminários realizados em Manaus foram avaliados muito positivamente pelos participantes, ficando a média entre 8 a 10, o que pode significar que os eventos agradaram aos participantes em sua quase totalidade. Tal constatação traz à tona a importância de realizar discussões como as empreendidas, levando a todas as regiões do país uma reflexão seria sobre os rumos da Biblioteconomia e o papel do profissional bibliotecário nos contextos das bibliotecas escolares e públicas e da ética.

Indagou-se se os participantes acreditavam que as discussões realizadas durante o evento poderiam auxiliá-los a melhorar sua prática profissional seguida de uma justificativa. Dos 85 respondentes, 65 (ou seja 76%) apresentaram resposta. Ficou claro que o evento despertou um processo reflexivo nos sujeitos e os depoimentos apresentam justificativas acentuadamente relevantes. Foi dito que ainda se produz pouco sobre o cotidiano e as problemáticas da biblioteca escolar e que o evento contribuiu para mostrar muitos dos problemas existentes e as perspectivas que podem ser vislumbradas. Outro ponto ressaltado foi a rede de contatos que pode ser estabelecida e o importante papel do CFB no sentido de refletir sobre a formação e a prática do profissional, sendo enfatizado que quanto mais conhecimento melhor será a prática profissional. O respondente do questionário 6, enfatizou que "as grandes discussões trazem as pequenas soluções – Q-06". Já a resposta, apresentada no questionário 15, trouxe um retorno que por si só evidencia a grandeza da área e a importância da realização de eventos como estes, diz o respondente que "Apesar de não ser um profissional, o seminário foi muito importante na decisão de não mudar de curso – Q-15". É necessário levar o entusiasmo aos estudantes dos cursos de graduação e fazê-los perceber as inúmeras possibilidades que a área apresenta, sendo indispensável capacitá-los

para a atuação junto às bibliotecas escolares e públicas, refletindo sempre sobre a conduta ética a ser adotada. A não desistência do curso, em virtude do que foi apreendido nos seminários, pode ser entendida como uma grande recompensa do trabalho e esforço do CFB para fortalecer a profissão. Ressalta-se que, em sua maioria, o público foi composto por estudantes e que sementes foram plantadas para serem colhidas quando, os mesmos se tornarem profissionais ou até antes disso. É essencial agregar a teoria à prática e isto fica corroborado nos questionários 21, 23, 24, 50 e 65 que dizem:

Claro. Estou no 1º período e essa palestra me fez ver o vasto campo de trabalho e me fazendo participar dessas experiências que ainda são para mim apenas teorias – Q-21.

Sim, pois contribuíram muito acerca das funções que o bibliotecário exerce e informaram de modo relevante como funcionam as bibliotecas, tanto escolares quanto públicas, ressaltando as maneiras pelas quais o profissional trabalha em cada uma e a precariedade em que grande parte se encontram – Q – 23.

Sim, foi um evento muito esclarecedor, informativo, o que ajuda a entender vários aspectos da biblioteconomia que eu desconhecia – Q-24.

Sim, principalmente aos alunos para que não cometam os mesmos erros dos profissionais principalmente dos que não vieram ao evento – Q-50.

Sim. Como calouro do curso, pude compreender muito sobre bibliotecas escolares e públicas e também quanto ao código de ética da profissão, foi ótimo o segundo dia pois houve trocas de experiências – Q-65.

A questão da atualização foi destacada pelo questionário 19, onde temos que “Sim. A atuação profissional é a busca constante da melhor atuação, mas para que isso aconteça é necessário atualização permanente sobre o conhecimento teórico e a atuação humana frente ao nosso fazer profissional. Tal evento nos proporcionou isso – Q-19”. Embora não seja de responsabilidade do CFB a promoção de atividades de atualização formal na área da Biblioteconomia, os seminários serviram, em conformidade com a opinião de alguns respondentes, para atualizar os profissionais sobre as discussões vigentes nas temáticas abordadas pois, além de estimular o debate, possibilitou o repensar a postura profissional atual e futura. Veja os depoimentos constantes nos questionários 40, 48, 49, 51 e 52.

Eventos deste porte nos levam a refletir no desenvolvimento de nossas atividades profissionais no local onde prestamos serviço; são nesses eventos que temos a oportunidade de termos contatos com profissionais da área que atuamos, conhecendo um pouco da realidade e experiência de cada um, e assim colocar em prática o que for adequado em nosso ambiente de trabalho – Q-40.

Podem sim. Pois foram questões atualizadas, conceitos e opiniões diferentes que levam a refletir a atualidade e possível progresso na categoria – Q-48.

Com certeza! Acredito que os temas abordados e a boa apresentação dos palestrantes ajudarão tanto os bibliotecários já formados quanto os que ainda estão em processo de formação – Q-49.

Sim! Em relação ao comprometimento com a biblioteconomia e sua função na sociedade de comunicação, possibilitando uma profunda integração com aspectos relevantes no campo da biblioteca e da sociedade – Q-51.

Sim. Durante os dias de seminário pude particularmente, tirar dúvidas sobre alguns aspectos da profissão, o curso em si, adquirir conhecimento maior sobre a área de atuação do bibliotecário – Q-52.

Apenas o respondente do questionário 25 afirmou que os seminários não poderiam auxiliá-lo a melhorar sua prática profissional e 26 e 27 se apresentaram indecisos, afirmando que talvez.

Quanto ao que diz respeito à solicitação de que fossem apresentados Comentários/Críticas/Sugestões, houve retorno de apenas 28 (ou seja 33%) dos 85 (oitenta e cinco) respondentes. Alguns dos comentários apontaram o local do evento como de difícil acesso, necessidade de melhorar a pontualidade, o apoio técnico e maior agilidade, carga horária considerada extensa e cansativa. Ficou evidenciada também a importância de um número maior de eventos desta natureza na Região Norte, com a proposta de capacitar e atualizar o profissional.

Destacamos abaixo alguns depoimentos:

Esses eventos devem ser divulgados para todos da área sem restrições. Realizar mais seminários como esses para que os profissionais tenham essa interação, ou seja, exista a oportunidade de trocar experiências e melhorias para área de biblioteconomia – Q-02.

Sugestão de horários mais acessíveis e carga horária não tão cansativa. Quero parabenizar ao Professor Raimundo Martins e a toda comissão do Conselho Federal de Biblioteconomia que mostraram existirem profissionais habilitados e estimulados dessa área, muitas vezes, não valorizada. Eu, realmente estou encantada com o nível do seminário em si. Essa experiência jamais será esquecida. Eu amo biblioteca com bibliotecário. Muito obrigada e parabéns – Q-03.

Foi de ótima ideia este evento, nota-se pelos participantes que ficaram em pé que há interesse tanto de estudantes quanto profissionais já formados. Há deficiência de eventos como este na região – Q-05.

Gostei muito da dinâmica, dos debates e das palestras em si, pois a partir deste seminário pude ver mais a fundo sobre a biblioteconomia, da qual venho me apaixonando a cada dia – Q-11.

Parabenizo o evento e a dedicação de todos os alunos que não mediram esforços para dar o melhor e maior apoio possível ao desenvolvimento das atividades. Parabenizo, em especial, ao professor Martins por sua admirável dedicação. Parabenizo, por fim, a todos os bibliotecários, professores, e estudantes que se fizeram presentes e contribuíram para as discussões serem de excelência – Q-17.

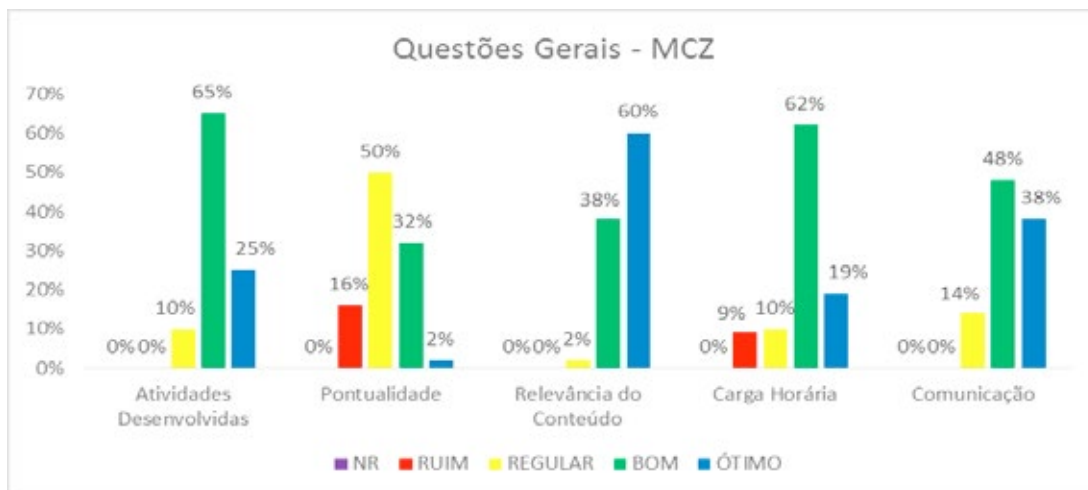
Os depoimentos evidenciam que os Seminários realizados em Manaus foram muito exitosos porque, além de promoverem o debate salutar e reflexões profícuas, contribuíram para que os participantes se aproximassem cada vez mais da área.

Outro ponto de destaque foi o envolvimento dos estudantes e a dedicação dos mesmos em apoiar a realização dos trabalhos, fazendo o que era possível para dar o maior suporte às questões de natureza operacional e, sobretudo, contribuindo para a qualidade das discussões.

### **3.2 Seminários Regionais da Região Nordeste – Maceió:**

Nos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional, realizados em Maceió/AL no período de 05 a 08 de agosto de 2014, obteve-se um total de 339 (trezentos e trinta e nove) inscritos. Deste, 58 (cinquenta e oito) preencheram o "Formulário de Avaliação do Seminário".

O gráfico 5 mostra as avaliações sobre as questões gerais.



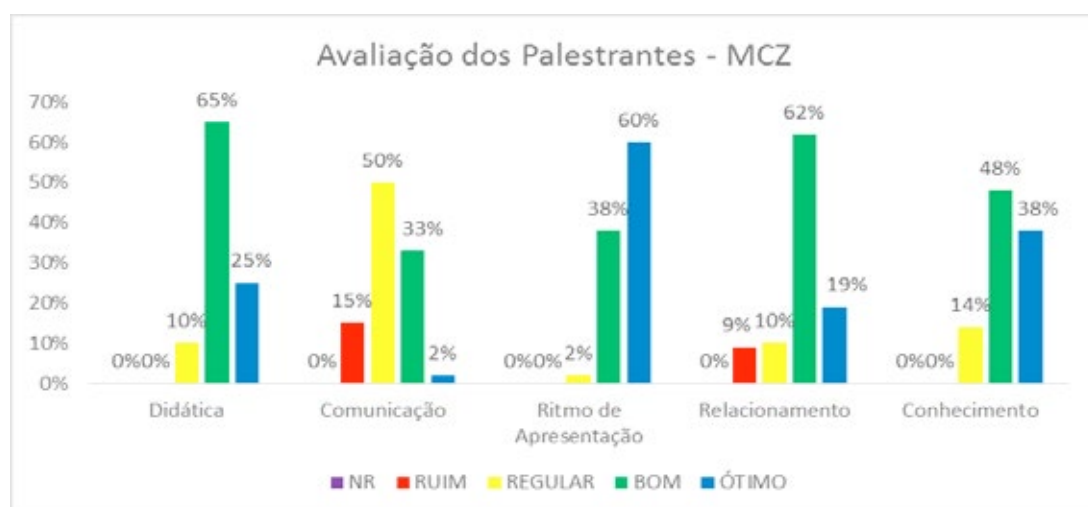
**Gráfico 5: Dados referentes às Questões Gerais**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

No quesito Atividades Desenvolvidas, o conceito majoritário ficou entre “bom” e ótimo. A Pontualidade, por sua vez, foi um ponto frágil que levou os participantes a considerarem, em sua maioria como regular, sendo um ponto a ser melhorado.

A Relevância do Conteúdo, assim como em Manaus, foi muito bem avaliada, sendo considerada ótima (60%), o que fortalece a convicção de que as temáticas abordadas foram de real importância para a área, possuindo direta repercussão social. As avaliações sobre Carga horária e Comunicação foram bastante positivas, mas chamam atenção para a busca de melhorias e aperfeiçoamento.

Com relação à Avaliação dos Palestrantes/Expositores, os resultados estão apresentados no Gráfico 6.

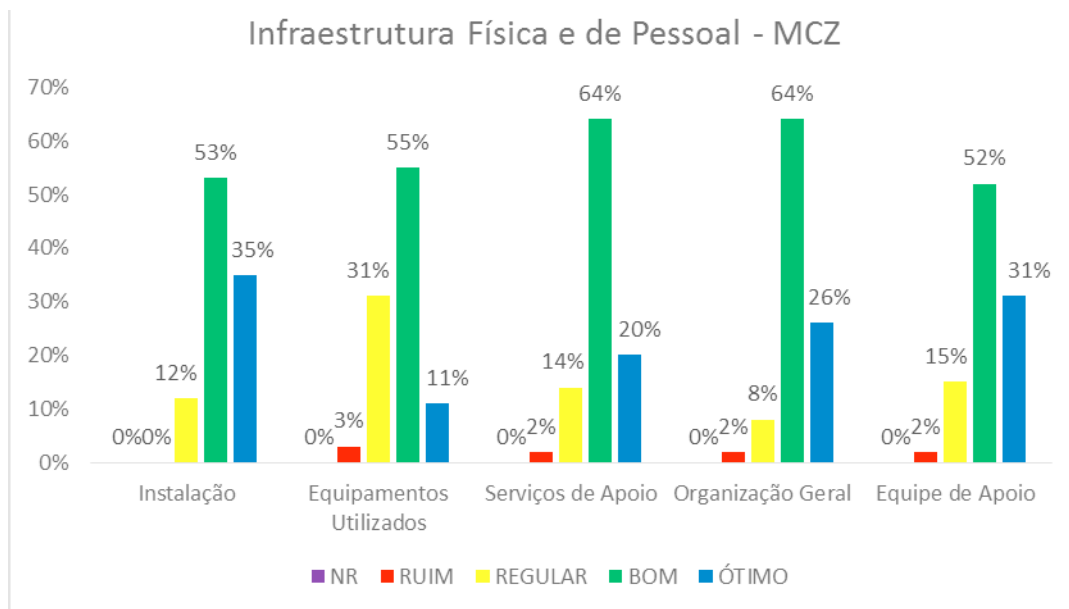


**Gráfico 6: Dados referentes às Avaliações dos Palestrantes**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

A avaliação dos palestrantes foi bastante positiva, obtendo índices que podem ser considerados satisfatórios nos quesitos didática, ritmo de apresentação, relacionamento e conhecimento. A comunicação, ao contrário do que aconteceu em Manaus, foi o único quesito que não foi muito bem avaliado, servindo de alerta para que seja melhorado.

Quanto à Infraestrutura Física e de Pessoal, podemos verificar os resultados apresentados no Gráfico 7.

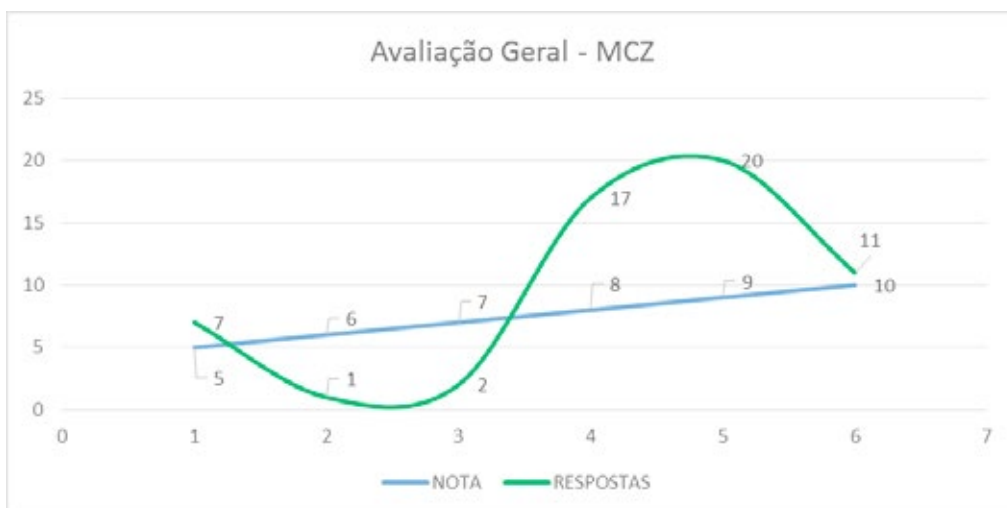


**Gráfico 7: Dados referentes à Infraestrutura Física e de Pessoal**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

Os seminários foram realizados em dois auditórios, quais sejam, Auditório da Reitoria e Auditório da Biblioteca Central. Registra-se que o segundo auditório foi utilizado em apenas um dos dias do evento, em virtude de o primeiro ter sido previamente agendado para solenidade de colação de grau e, mesmo totalmente lotado e sem lugar para todos sentarem, os participantes ficaram até o final. Nos demais dias, todos ficaram devidamente acomodados no auditório da Reitoria que possui uma capacidade maior de público. Como é possível observar nos resultados, os espaços foram muito bem avaliados e atenderam às expectativas. Os equipamentos utilizados apresentaram boas condições para a maioria dos participantes. Os serviços de apoio, a organização geral e a equipe de apoio foram avaliadas de forma muito positiva. Registra-se que, assim como o evento ocorrido em Manaus, a maior parte da equipe de apoio foi constituída por alunos do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFAL que se esforçaram ao máximo para fazer com que o evento fosse o mais proveitoso e melhor possível.

Quanto à Avaliação Geral, o Gráfico 8 demonstra que:



**Gráfico 8: Dados referentes à Avaliação Geral**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

O gráfico mostra que os seminários realizados em Maceió foram muito bem avaliados obtendo, em sua maioria, conceito entre 8 e 10.

Indagamos se o respondente acreditava que as discussões realizadas durante o evento poderiam auxiliá-lo a melhorar sua prática profissional e solicitamos ainda uma justificativa. Dos 58 (cinquenta e oito) respondentes, 42 (ou seja 72%) apresentaram resposta. Destes, todos afirmaram que sim. Dentre as respostas, tem-se que as discussões são extremamente necessárias para o desenvolvimento das bibliotecas e que levam à obtenção de novos conhecimentos, reflexões e autocrítica. Também foi mencionada a troca de experiências, o contato com os profissionais, a possibilidade de atualização, a elucidação do papel dos conselhos regionais e federal, a dissonância entre a teoria e a prática. Além destas, destaca-se:

Sim. Por não estar atuando como Bibliotecária, acreditava que meus questionamentos quanto a prática eram utópicos, mas com o evento vi que é um sentimento vivido pela maioria dos profissionais e me incentivava a ser mais participativa – Q-01.

Acredito, sim. As discussões sobre bibliotecas escolares e públicas foram enriquecedoras. Eu ainda não havia pensado nesse espaço por não fazer parte da minha realidade – Q-06.

Certamente, pois as palestras, os assuntos discutidos no evento foram de suma importância para aprimorar o conhecimento de todos, principalmente para aqueles que estão se formando nesse momento e que irão ingressar no mercado de trabalho com um conhecimento a mais. Nesse sentido, o evento foi muito proativo – Q-07.

Perfeitamente. Discutir a ética da nossa classe esclarece a muitos a importância de ser correto. Além do que, o evento em si, fez o encontro de profissionais da área trazendo novidades e tantas informações irão gerar novos projetos, olhares e perspectivas para nós bibliotecários – Q-13.

Sim. Algumas questões foram relevantes à nossa realidade precária. Cristian nos falou muito bem ao afirmar a realidade RUIM da nossa pro-

fissão. Me fez querer continuar fazendo a diferença – Q-17.

Sim. Principalmente eu que sou ainda estudante do 3º período de Biblioteconomia. Mostrou bem a realidade que irei enfrentar – Q-19.

Sim, já que aqui foram apresentadas novas realidades e opiniões que acabam influenciando nossas próprias e nos preparam para a realidade que está por vir – Q-21.

Sim. O somatório de experiências vivenciadas ao longo do Seminário certamente, se assimilados e postos em prática, melhorarão o desempenho das atividades dos profissionais bibliotecários em razão de representarem em síntese uma qualificação nos procedimentos – Q-23.

Sim, pois as discussões me levaram a uma melhor interpretação da situação atual e das necessidades da profissão e do que o Conselho e os profissionais podem fazer a respeito – Q-30.

Sim. Refletir as dificuldades da minha própria formação e buscar soluções práticas para solucionar os pontos fracos de minhas ações e filosofia de trabalho – Q-34.

Sim, por ter mostrado a realidade do profissional bibliotecário e das bibliotecas. Com isso tentar mudar essa realidade e, de certa forma, saber mais como agir diante das dificuldades que foram mostradas – Q-35.

Sim. Acredito no poder transformador social da Biblioteconomia e no poder criativo do profissional bibliotecário – Q-41.

Como é possível observar, nos depoimentos em destaque, os seminários despertaram reflexões muito sérias em relação à ética, formação e atuação dos bibliotecários. Também instigou o interesse dos participantes, incentivando maior participação e proatividade, despertando o interesse para a atuação nas bibliotecas escolares e públicas.

Já dos 58 (cinquenta e oito) respondentes, 20 (ou seja 34%) apresentaram Comentários/Críticas/Sugestões. As principais críticas foram sobre os horários do evento, pontualidade, equipamentos e maior participação por parte de estudantes e, sobretudo de profissionais. Foi sugerido ainda que o evento acontecesse anualmente. Destacam-se alguns outros importantes posicionamentos:

Agradeço a todos os responsáveis pelo evento, pois foi enriquecedor, organizado e estruturado. Agradeço também aos palestrantes por ter passado a realidade do nosso Estado, municípios e Brasil e pelo incentivo de lutar pela nossa profissão. Sugiro que haja outros eventos de valorização da nossa profissão, como também de outros assuntos relevantes da área. Parabéns – Q-06.

Foi bastante válida minha participação nestes dois Seminários. Pois estou à disposição para trabalhar e lutar pela melhoria da minha profissão junto a nossa classe de Bibliotecários que espero, após estes eventos, aumentarem mais a força da união que todos nós profissionais necessitamos. Desejo que aconteçam todos os anos mais eventos como este para avaliarmos mais nossa profissão e nos dispormos a lutar pelo bem e valorização dela. Eu, como Bibliotecária, estou pronta a partir de agora para me unir a todos os bibliotecários e alcançar todas as conquistas que nossa classe Bibliotecária precisa – Q-07.

O evento ocorreu de maneira satisfatória, os temas foram ótimos. Momentos como esses deveriam acontecer pelo menos uma vez por ano. Agradeço pela oportunidade – Q-12.

Nas palestras acompanhei a defesa que cada profissional bibliotecá-

rio faz da sua área de atuação, porém vejo que há um distanciamento grande por parte dos profissionais dos conhecimentos e políticas acerca das bibliotecas (públicas e escolares mais precisamente), pois o conhecimento sobre as bibliotecas especializadas e outros setores de atuação é amplamente defendido. É preciso uma maior divulgação e compromisso profissional e ético do Conselho e dos profissionais para um maior reconhecimento e disseminação da profissão de acordo com suas realizações efetivas e benéficas ao público-alvo de nossa profissão – Q-13.

Primeiramente parablenizo a todos os palestrantes por discutirem temáticas muito interessantes e ter mostrado a realidade da nossa profissão. Como também terem mostrado estratégias para poder atuar em diversos lugares da nossa área. Os conteúdos que foram mostrados e discutidos só engrandeceram ainda mais meus conhecimentos – Q-17.

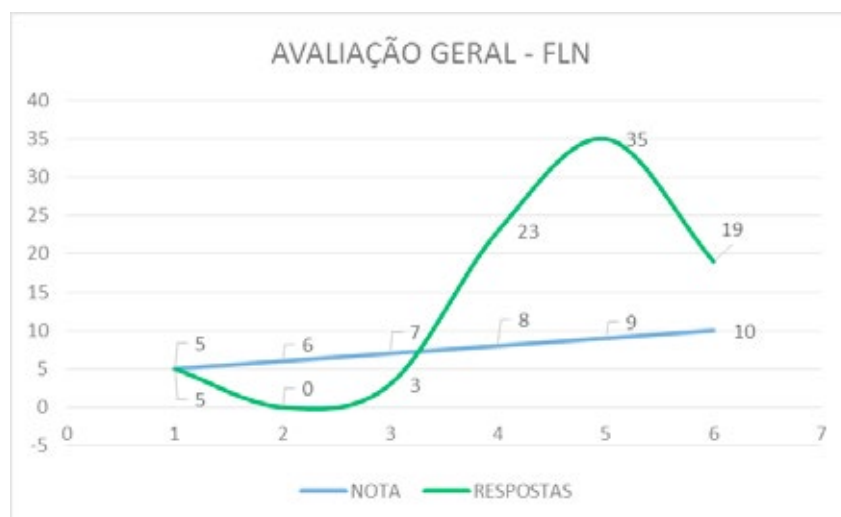
Não sou da área. Sou do “Conexões dos Saberes” e um aluno pré-ENEM. E sinceramente, foi de grande valia e principalmente um exemplo de doação em defesa da sua profissão. Devemos ocupar nossos espaços. Parabéns. Obrigado – Q-18.

Assim como evidenciado na Região Norte, foi possível perceber a relevância da realização dos eventos.

### 3.3 Seminários Regionais da Região Sul - Florianópolis

Nos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional, realizados em Florianópolis no período de 23 a 25 de outubro de 2014, obtivemos um total de 122 (cento e vinte e dois) inscritos. Deste total, 85 (oitenta e cinco) procederam ao preenchimento do “Formulário de Avaliação do Seminário”. As atividades desenvolvidas foram avaliadas de modo extremamente positivo, com um altíssimo número de respondentes que consideraram como ótimo o mesmo acontecendo em relação à relevância do conteúdo, considerada de excelência.

Com respeito à avaliação geral, os seus resultados podem ser analisados no Gráfico 9, apresentado a seguir:



**Gráfico 9: Dados referentes à Avaliação Geral**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

Ao indagarmos se os participantes acreditavam que as discussões realizadas durante o evento poderiam auxiliá-los a melhorarem a prática profissional, todos os 85 (oitenta e cinco) respondentes afirmaram que sim, mas apenas 35 (trinta e cinco), ou seja 42%, apresentaram justificativa. As respostas compreendem a importância de refletir sobre a área e a profissão, a união e motivação dos profissionais para buscar soluções para os problemas identificados e debatidos, o papel de cada um, seja discente, docente ou profissional. Destaque para as falas seguintes:

Sim, pois possibilitam revolução das práticas e do fazer, tanto do aluno, do docente em biblioteconomia, quanto para o profissional bibliotecário – Q-01.

Foi provocador e isso gera motivação e inquietação para a participação da classe profissional – Q-02.

Sim. O currículo de meu curso é muito pobre, então as palestras ajudam na construção do conhecimento – Q-06.

Sim. As reflexões subsequentes à apresentação dos temas serão prenúncios de uma necessária e real mudança de atitudes – Q-08.

Perfeitamente. Discutir a ética da nossa classe esclarece a muitos a importância de ser correto. Além do que, o evento em si, fez o encontro de profissionais da área trazendo novidades e tantas informações irão gerar novos projetos, olhares e perspectivas para nós bibliotecários – Q-13.

Sim. Por despertar reflexão sobre a profissão, o mercado de trabalho, a ética, os currículos, enfim, o “fazer” bibliotecário – Q-14.

Com certeza. Todas as falas que ocorreram durante o evento foram muito importantes para um melhor entendimento sobre melhorias na prática profissional – Q-15.

Sim. As várias questões apresentadas e discutidas levam a um pensamento crítico e reflexivo para futura atuação e aplicação de ações de melhoria no exercício da profissão – Q-20.

Sim, percebo que posso melhorar diversas práticas, bem como melhorar também as formas de tentar melhorar os projetos que realizo e que realizei – Q-21.

Sim, pois foi transmitido e assimilado uma riqueza de instrumentalização jurídica e filosófica pertinente a construção da personalidade e ao perfil do indivíduo e profissional – Q-24.

Sim. Esclareceu o trabalho dos Conselhos e nos trouxe uma visão nova sobre a Biblioteconomia – Q-25.

Sim, pois aumentou as perspectivas em relação a ética, como melhoria de estima e vida e também referente ao lado em que quero tomar perante a profissão – Q-26.

Sim. Inúmeras dúvidas que eu tinha foram esclarecidas. O seminário foi revigorante para os alunos, pois muitos saíram com novas motivações – Q-28.

Claro. Os assuntos tratados ofereceram um maior esclarecimento sobre a área e um sentimento de pertença e carinho pela profissão – Q-31.

Sim, as palestras trouxeram provocações e estímulos pertinentes para que o graduando possa manter sua alegria e vontade do início ao fim da formação à aposentadoria – Q-33.

Como é possível observar pelos depoimentos destacados, existe uma fragilidade muito grande no processo formativo dos estudantes. Isto fica evidenciado nas falas das escolas formadoras que, em sua grande maioria, não discutem de forma profunda e oficial os conteúdos de bibliotecas escolares, públicas e da ética profissional. Por outro lado, os seminários foram de grande valia, pois despertaram nos participantes um sentimento de pertencimento (Q-31), muitas dúvidas foram esclarecidas, o papel dos Conselhos foi elucidado e muitos dos respondentes se mostram entusiasmados para seguirem na profissão e em defesa dela.

Os comentários/críticas/sugestões apontaram uma série de problemas ocorridos no decorrer do evento. Abaixo seguem elencadas as mais significativas:

Sugiro continuação da discussão de forma periódica sobre a temática ética – Q-01.

Parabenizo o CFB/CRB pela iniciativa da realização desse evento. Envolvimento muito pequeno das demais entidades de classe regionais e dos estabelecimentos de ensino: alunos e profissionais dos cursos regionais e para os próximos eventos, divulgar para todo o País, independentemente do local onde se realiza. Contem comigo! – Q-02.

A pontualidade e organização para início das atividades foi péssima o que prejudicou muito o debate no primeiro dia do evento e consideravelmente nos dias seguintes – Q-03.

Mais participações dos alunos da Universidade (UFSC) – Q-04.

Faltou divulgação ruim, inconveniente de levar para o auditório mochilas, malas/bolsas. Coffee break muito longe. Ar-condicionado fraco, visibilidade da tela muito ruim. Faltou no site um guia de como chegar – Q-05.

Novamente faltou divulgação, permissão para levar as bolsas/malas/mochilas. O local do café poderia ser mais perto, isso dificultou o comprometimento do horário. Os palestrantes não respeitavam o tempo destinado a suas exposições. As apresentações poderiam ser mais enxutas, poder de síntese e conteúdo – Q-06.

Cumprir com o horário, local do café mais próximo. De modo geral, foi muito produtivo. Espero participar de outros eventos como este – Q-07.

O evento deveria ter sido mais bem divulgado, não somente via Facebook, e quando se tratar de um evento gratuito colocar antes, por exemplo, no cabeçalho que é gratuito, pois tudo na área é muito caro e alguns profissionais não têm condições para fazer o pagamento – Q-08.

Penso que o mesmo deveria ter sido mais bem divulgado para os profissionais e acadêmicos – Q-09.

Ausência de divulgação foi um dos pontos fracos do evento – Q-10.

Questões de pontualidade foram complicadas; Horário do lanche de manhã muito tarde; Assunto muito interessante; Ótimas críticas e debates! – Q-11.

Para o próximo evento, sugiro uma melhor escolha do local. Uma biblioteca que não sabe abrir exceção para participantes de eventos não serve para sediar um seminário como este. Me senti lesada cada vez que tive que ir para os armários deixar minhas coisas e carregar tudo o que era necessário nas mãos – Q-12.

Creio que o evento em si, as palestras e os palestrantes trouxeram provocações pertinentes para a motivação do graduando – Q-13.

Critico apenas as diversas e constantes proibições impostas pela biblioteca, como a constante exigência do silêncio e o incomodo com relação aos armários – Q-13.

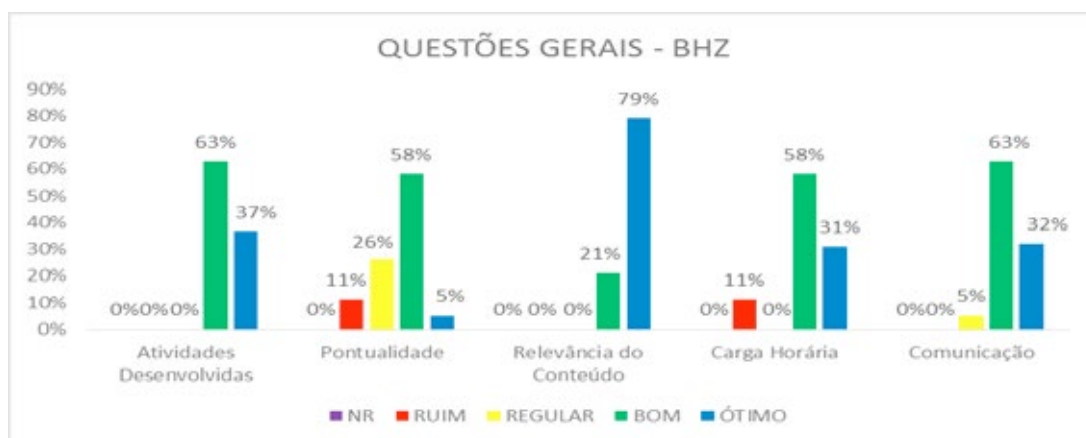
Acho totalmente inadequado a postura de alguns participantes, pois existem assuntos que não devem ser tratados neste tipo de evento – Q-14.

As falhas na divulgação, no acesso ao local do evento e a distância para o *coffee-break* foram os pontos mais criticados. Importa registrar que, infelizmente, o nível de participação local ficou muito aquém do esperado. A garantia do público só se deu de forma efetiva em virtude da vinda de um grupo de estudantes do Curso de Biblioteconomia do DCI/FABICO/UFRGS, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Eliane Moro. A participação de estudantes e profissionais locais foi quase zero, fator muito negativo, pois impede a troca de experiências, o pensar em conjunto e a busca por alternativas de melhoria do cenário regional.

Quanto aos problemas enfrentados em relação ao acesso ao local do evento, entende-se que cada biblioteca possui suas regras, existindo a necessidade das mesmas serem respeitadas. Porém, os incidentes abrem espaço para uma reflexão crítica sobre os padrões adotados e até que ponto eles estabelecem barreiras desnecessárias e distanciam os usuários. Qual o modelo de bibliotecas que se quer e se pode ter? Fica a reflexão. Importa, por fim, registrar que, mesmo com os inconvenientes, o CFB e as comissões organizadoras do evento são gratos pela disponibilidade do espaço para a realização das atividades.

### 3.4 Seminários Regionais da Região Sudeste - Belo Horizonte:

Nos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional realizados em Belo Horizonte no período de 20 a 22 de novembro de 2014, obtivemos um total de 162 (cento e sessenta e dois) inscritos. Deste total, apenas 19 (dezenove) procederam ao preenchimento do “Formulário de Avaliação do Seminário”. As respostas às Questões gerais estão apresentadas no Gráfico 10.



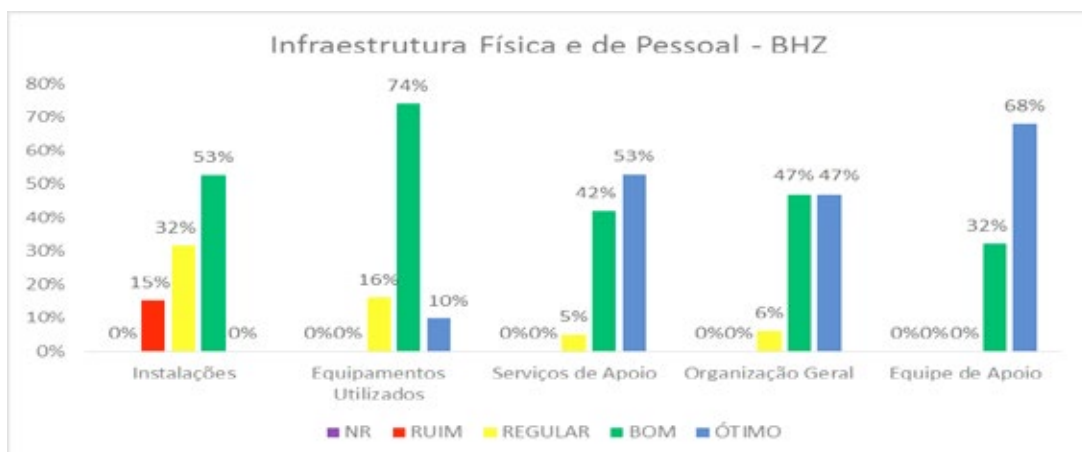
**Gráfico 10: Dados referentes às Questões Gerais**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

As atividades desenvolvidas foram muito bem avaliadas, mas a pontualidade foi um dos pontos mais frágeis. No quesito, Relevância do conteúdo, os Seminários de Belo Horizonte foram os mais bem avaliados. Carga Horária e Comunicação também foram percebidos

de forma positiva e o item Avaliação dos Palestrantes/Expositores não foi contemplado devido ao problema de impressão do Formulário.

Quanto à Infraestrutura Física e de Pessoal, os resultados são apresentados no Gráfico 11.

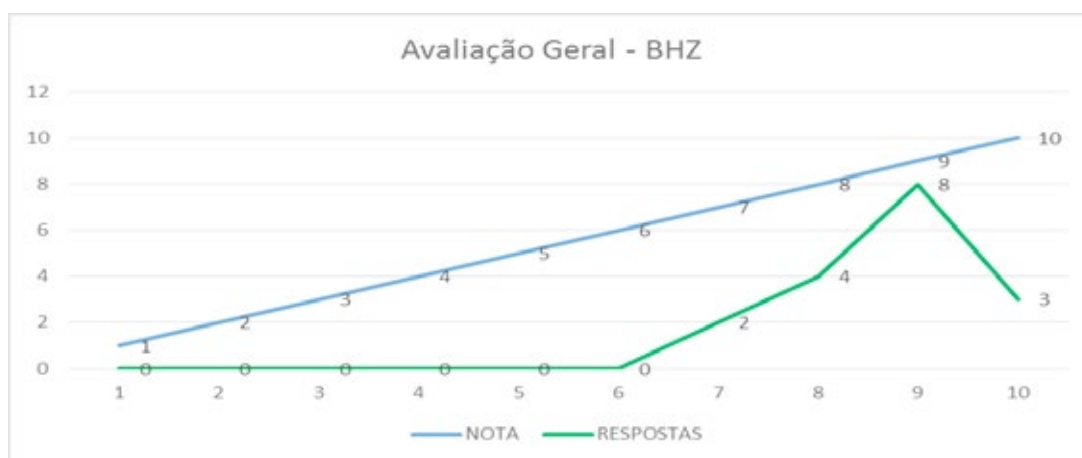


**Gráfico 11: Dados referentes à Infraestrutura Física e de Pessoal**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

Os seminários realizados em Belo Horizonte tiveram foro em dois espaços, sendo o primeiro no Auditório Turmalina, disponibilizado pela organização do SNBU no Minas Centro, e o segundo no Auditório do Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG), onde se concentrou a maior parte das atividades. Alguns problemas com as instalações e o acesso, sobretudo, ao segundo local, repercutiram numa avaliação razoável, mas que não chegaram a prejudicar o andamento e a qualidade do debate crítico sobre as temáticas.

As atividades foram avaliadas de modo satisfatório e a organização e a equipe de apoio obtiveram grande aprovação por parte dos participantes. Registre-se que, ao contrário dos eventos realizados em Manaus e Maceió, não foi possível contar com a colaboração efetiva de discentes. Mas, assim como aconteceu nos Seminários realizados em Florianópolis/SC, o apoio dado pelo Conselho Regional da Região – o CRB-6 – foi de fundamental importância, com notável contribuição do Sr. Mário Diógenes .



**Gráfico 12: Dados referentes à Avaliação Geral**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

A avaliação geral mostra que o evento obteve grande aceitação por parte do público participante, sendo avaliado majoritariamente com notas entre 8 e 9. Dois respondentes não apresentaram resposta e 100% dos respondentes afirmaram que as discussões durante o evento poderiam auxiliá-los a melhorar as suas práticas profissionais, mas nenhum apresentou justificativa.

Quanto às críticas, comentários e sugestões, somente 05 respondentes se posicionaram. As respostas foram as que seguem:

Não participei todos os dias. Sugiro continuidade de outros seminários, incluindo a participação das Associações, visando maior contribuição e visibilidade das instituições envolvidas – Q-01.

Gostei muito das experiências apresentadas por nossos colegas bibliotecários. Acho que alguns assuntos como: técnico e tecnólogo deveriam ser mais discutidos antes que se torne lei. Parabênzulo a gestão CFB, não desmerecendo as anteriores, mas quanto à participação das regionais nas decisões, foi a que mais trabalhou. Senti respeito ao CFB, mesmo não tendo às vezes retorno de questionamentos. Bom Natal e Feliz Ano Novo – Q-02.

Realizar o evento de forma separada sem SNBU e CBBB. De preferência nos meses de Abril, maio, agosto e setembro – Q-03.

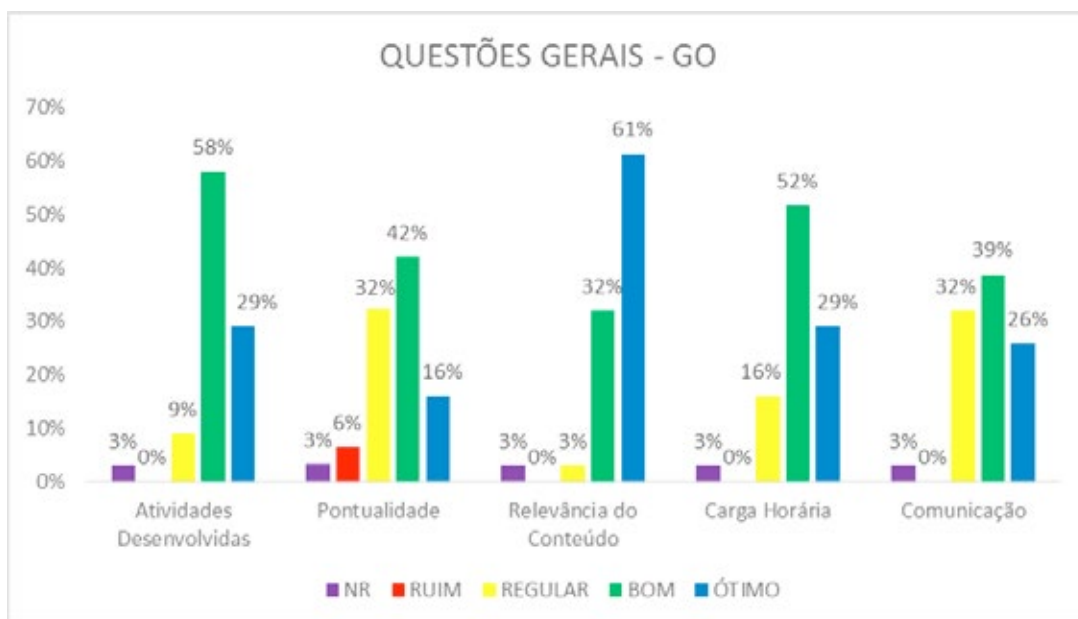
Proposta excelente, mas deveria ficar mais pautado na ética, como aparece na proposta – Q-04.

Alinhar as agendas de eventos locais. Infelizmente um tema relevante como ética, ficou esvaziado e justamente as regiões com mais profissionais, não foram convidados/ouvidos – Q-05.

Ao avaliarem a execução dos Seminários de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional realizados em Belo Horizonte/MG, as duas Comissões responsáveis pelas organizações dos eventos – a Comissão de Biblioteca Pública e Escolar e a Comissão de Ética Profissional – reconheceram que foi um equívoco a decisão de realizá-los no mesmo período do SNBU/2014. Mesmo que a justificativa para tal fosse bem intencionada, porquanto a ideia era oportunizar aos bibliotecários que atuavam nas bibliotecas universitárias as discussões sobre a temática da ética profissional.

### **3.5 Seminários Regionais da Região Centro-Oeste – Goiânia:**

Nos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional, realizados em Goiânia/GO no período de 23 a 25 de abril de 2015, obtivemos um total de 147 (cento e quarenta e sete) inscritos. Deste total, apenas 31 (trinta e um) preencheram o Formulário de Avaliação do Seminário. Foi possível obter as seguintes repostas no que se refere às QUESTÕES GERAIS: (Gráfico 13).

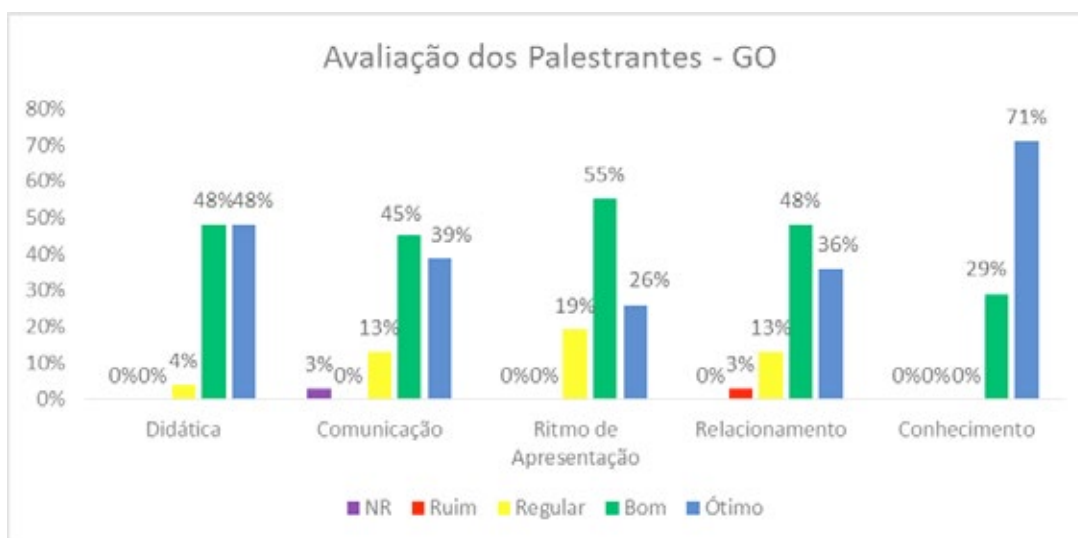


**Gráfico 13: Dados referentes às Questões Gerais**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

Os dados revelam que a pontualidade foi o item que apresentou a avaliação mais negativa, mas, mesmo assim, pela minoria dos respondentes, tendo os demais quesitos recebidos avaliação satisfatória.

Quanto à avaliação dos palestrantes/expositores, os resultados podem ser mais analisados pelo Gráfico 14.



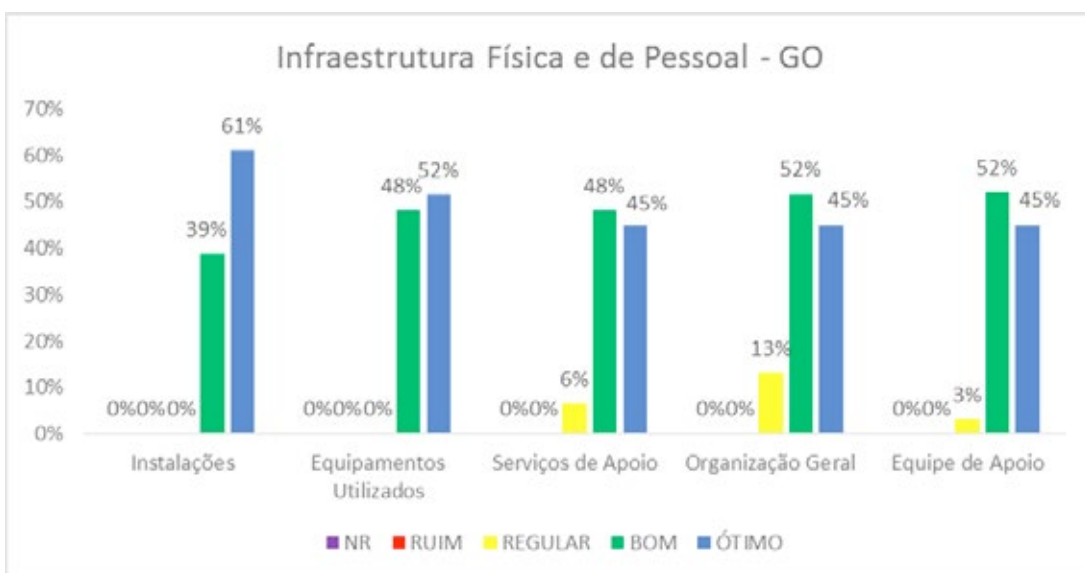
**Gráfico 14: Dados referentes à Avaliação dos Palestrantes**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

Este Gráfico mostra que os palestrantes/expositores conseguiram atingir o intento de apresentar suas mensagens ao público e obtiveram avaliação que aponta para um elevado nível de satisfação dos participantes.

O nível de conhecimento que os palestrantes/expositores demonstraram em suas apresentações foi o item mais bem avaliado, aspecto que reafirma o acerto na escolha das instituições formadoras dos profissionais que estão à frente da gestão das bibliotecas escolares e públicas e dos conselhos regionais. Suas contribuições foram decisivas para a construção de um momento histórico de enorme significado para o Sistema CFB/CRB e para a sua relação com a nossa categoria profissional, que pode até ser considerado um marco na sua trajetória no Brasil.

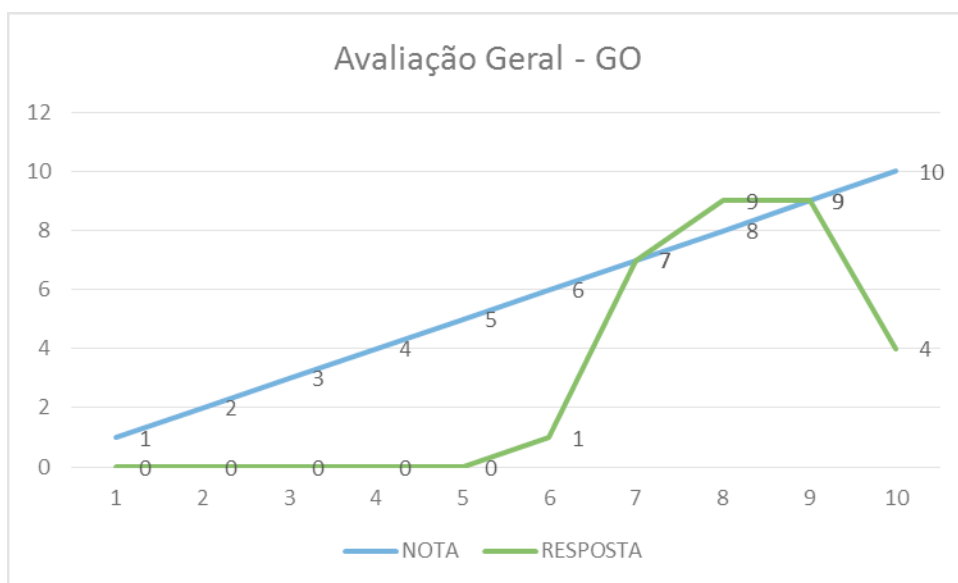
No que concerne à Infraestrutura Física e de Pessoal, os resultados podem ser mais bem analisados a partir dos dados apresentados no Gráfico 15:



**Gráfico 15: Dados referentes à Infraestrutura Física e de Pessoal**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

Os Seminários de Goiânia/GO foram realizados no Auditório do SESI, que possui uma infraestrutura de muita qualidade, aspecto que ficou bem evidenciado pelo alto índice de aprovação dos participantes. Equipamentos utilizados, serviços de apoio, organização geral e equipe de apoio, de modo geral, foram também muito bem avaliados. Sentimento que compensa os esforços realizados pelo CFB e suas Comissões.



**Gráfico 16: Dados referentes à Avaliação Geral**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

A avaliação geral conferiu notas bastante satisfatórias, ficando sempre acima da média. Ao serem indagados sobre a repercussão do evento em suas práticas, todos os participantes responderam de forma afirmativa, mesmo que nenhum tenha apresentado qualquer justificativa.

E quanto aos Comentários/Criticas/Sugestões, foram poucos os participantes dos Seminários que responderam este item. Na verdade, só 5 deles expressaram as suas opiniões, e todas seguem destacadas abaixo:

Maior divulgação em todas as esferas. Também mais realizações de eventos dessa magnitude. Parabéns – Q-01.

Sugiro que no próximo evento o CFB e CRB façam uma divulgação mais ampla e busquem estar mais próximo da categoria – Q-02.

Relação a logística: traslado dos hotéis ao local do evento - faltou; se possível nos próximos eventos do CFB/CRB, o Evento dentro de um mesmo hotel para que haja um maior relacionamento entre os participantes. Parabéns a todos pelo evento – Q-03.

Maior divulgação, contando com pessoas exclusivas para esse fim – Q-04.

Seria interessante o comparecimento de estudantes acadêmicos do D.F e Mato Grosso as palestras – Q-05.

Assim como ocorreu em Florianópolis e Belo Horizonte, falhas no processo de divulgação dos Seminários de Goiânia foram destacadas pelos participantes, sendo registrado que poucos profissionais tomaram conhecimento de suas realizações. E também foi muito lamentada a reduzida participação dos professores dos cursos de Biblioteconomia da Região.

Acerca destes aspectos, reconhecendo tais ocorrências, sem querer eximir o Sistema CFB/CRB de suas responsabilidades com esse processo, é fato que muitos bibliotecários se inscrevem e não participam de eventos dessa natureza, ou até nem mesmo se inscrevem, por falta de interesse ou comodismo. Tal conduta deve ser combatida por todos da nossa categoria profissional, de modo a evitar a prevalência do sentimento niilista de que reflexões e debates dessa natureza não levam a nada, bem como que se reduzam os espaços de discussão dos problemas da profissão de Bibliotecário na sociedade brasileira.

### 3.6 Resultados dos Grupos de Trabalho

Com a ideia de permitir o levantamento dos aspectos estruturais favoráveis e prejudiciais ao funcionamento das bibliotecas escolares e públicas de forma coletiva, ao final dos Seminários, os participantes foram divididos em grupos para discussão e posicionamento sobre os seguintes temas:<sup>13</sup>

- Principais entraves para ações efetivas na biblioteca escolar e da biblioteca pública;
- Elementos essenciais para o funcionamento da biblioteca escolar e da biblioteca pública;
- Formas de integração da biblioteca escolar e da biblioteca pública com a escola e a comunidade;
- Conhecimento sobre programas locais, regionais e nacional de apoio às práticas de incentivo à leitura na biblioteca escolar e da biblioteca pública.

#### 3.6.1 Seminários de Bibliotecas Escolares e Públicas – Região Norte:

Em Manaus foram elencados os seguintes entraves para as ações efetivas das bibliotecas escolares:

- gestão: compromisso e conhecimento sobre a biblioteca e atribuições do bibliotecário;
- falta de interação professor/bibliotecário (participação em planejamento e reuniões administrativas e pedagógicas);
- falta de profissional qualificado, ético e comprometido;
- falta de recursos financeiros específicos para biblioteca escolar;
- inexistência de políticas públicas adequadas para a biblioteca escolar;
- falta de programas de educação de usuários: com avaliação dos serviços e apresentação de resultados;
- recursos humanos insuficientes.

---

<sup>13</sup> Em virtude do número reduzido de participantes, nos dias da dinâmica com os grupos de discussão, só foi possível realizar a atividade nos Seminários de Manaus, Maceió e Florianópolis. Quanto aos grupos sobre ética, previstos na programação, a dinâmica das discussões e o baixo conhecimento dos participantes sobre o Código de Ética do Bibliotecário brasileiro não permitiram a sua efetivação, ficando evidente a necessidade premente de a área de formação profissional pautar esse tema em suas atividades, por meio de oficinas e debates específicos. Oportunidades que devem assegurar a participação do Sistema CFB/CRB e das demais entidades e representantes da categoria profissional dos bibliotecários – estudantes, professores, pesquisadores e bibliotecários atuantes em todas as tipologias de bibliotecas.

Já os entraves para as ações efetivas das bibliotecas públicas apresentados foram:

- o escasso número de bibliotecas itinerantes;
- a ausência de investimentos mais firmes em programas como biblioteca ou salas de leitura em barcos;
- falta de bibliotecas públicas no interior do Estado;
- dificuldades de executar projetos no interior;
- número reduzido de bibliotecários formados na região para atender as demandas existentes;
- necessidade de extensão do atendimento para os finais de semana;
- fraco vínculo entre bibliotecas públicas e bibliotecas escolares;
- dificuldades de oferta de informações diversificadas (talvez em decorrência da falta de verba para atualização do acervo, inexistência de políticas de formação e desenvolvimento de coleções e, excesso de burocracia das chefias);
- dificuldades em promover o acesso à leitura, devido à inexistência de uma política consolidada de *marketing* na biblioteca pública, o que leva a problemas de divulgação dos espaços e serviços ofertados;
- pouca ou nenhuma abertura das Secretarias de Educação para criar e/ou fortalecer a comunicação com a sociedade;
- falta de autonomia para as ações;
- falta de infraestrutura para a realização de ações culturais permanentes;
- pouca valorização da memória local, em que faltam obras dos autores por não existir cobrança e divulgação do depósito legal, tanto no interior quanto nas capitais;
- enorme fragilidade na conservação das obras;
- problemas para promover e incentivar à cidadania, pois faltam parcerias com órgãos estratégicos (como SINE, SENAC, entre outros) e são pouquíssimas as ações para aproximar o cidadão da biblioteca pública. Falta, portanto, uma cultura de formação para cidadania;
- falta presença do bibliotecário enquanto mediador do acesso à informação;
- inexistem condições satisfatórias para apoiar o processo de ensino;
- bibliotecas fora dos padrões mínimos de acessibilidade requeridos para os espaços públicos. Por exemplo: o modelo da biblioteca *Braille* deveria ser estendido para outras bibliotecas;
- baixa qualidade dos serviços, devido à falta de recursos humanos com visão produtiva.

Quanto aos elementos essenciais para o funcionamento da biblioteca escolar, foram considerados:

- estrutura: espaço acessível e legalizado com *layout* adequado que promova acessibilidade, estando disponíveis preferencialmente na parte térrea das escolas;

- tecnologia: lembrando que o livro físico jamais vai acabar;
- pessoal: qualificado e habilitado para atuar na biblioteca;
- serviços: deve ser obrigatoriamente observada sua relação com os aspectos pedagógicos, levando em conta a necessidade de fortalecer as ações da biblioteca na escola.

Foram considerados elementos essenciais para o funcionamento da biblioteca pública os seguintes:

- pessoal: deve existir programa de capacitação para além do serviço de referência, incluindo capacitação em obras raras e restauração, promoção de eventos, segurança. Há também a necessidade de equipes multidisciplinares com a participação de pedagogos e historiadores que possam contribuir com o trabalho dos bibliotecários;
- serviços: o empréstimo local deve ser potencializado por meio da oferta de periódicos variados e em qualquer suporte, tendo em vista o perfil do seu público alvo, ou seja: idosos, crianças, pessoas com deficiência, estudantes, pesquisadores, turistas;
- tecnologia: necessidade de *softwares* atualizados compatíveis com qualquer tipo de sistema operacional; disponibilização *online* do acervo; digitalização do acervo de obras raras; microfilmagem e suporte para leitura de microfimes; *Internet*; equipamentos para a leitura de material audiovisual, como CD, disco de vinil, VHS e também outros mais que a biblioteca possuir;
- infraestrutura física: necessidade de sistema antifurto, treinamento para como agir em caso de catástrofes (incêndios, temporais, enchentes, entre outras); saída de emergência e espaços bem sinalizados, elevadores, espaço adequado para a locomoção dos cadeirantes, salas de leitura individual e em grupos, auditório, espaço para exposição e manifestação cultural, salas de áudio-vídeo e *Braille*, banheiros acessíveis e sinalizados.

Com respeito às formas de integração da biblioteca escolar com a escola e a comunidade, foram sugeridas as ações abaixo elencadas:

- formar um grupo de trabalho com integrantes de todas as esferas para realizar diagnóstico da realidade das bibliotecas escolares;
- alteração da redação do Art.2º, da Lei nº. 12.244/2010, com ampliação do conceito de biblioteca escolar;
- solicitação de parceria com o Ministério Público do Estado (MPE) para fiscalização *in loco* da efetiva aplicação da referida Lei;
- realização de eventos para disseminar o conceito de biblioteca escolar com participação dos gestores.

Já quanto às formas de integração da biblioteca pública com a escola e a comunidade, foram sugeridas as ações seguintes:

- oferta de bons serviços, indo para além do atendimento;
- elaboração, execução e acompanhamento de projetos de leitura, feira literária, atividades socioeducativas;

- participação efetiva do gestor da biblioteca pública nas reuniões com escolas, associações de bairro, entre outras;
- promoção de atividades culturais como peças e dinâmicas;
- integração com outros profissionais;
- uso dos recursos tecnológicos a favor da escola e da leitura;
- melhor relacionamento com a biblioteca escolar no incentivo a formação de futuros autores, utilizando premiação como incentivo;
- realização de atividades para a biblioteca ser visualizada e conhecida, como feira de livros, exposições, entre outras.

Por fim, com referência ao conhecimento dos participantes sobre programas locais, regionais e nacional de apoio às práticas de incentivo à leitura, realizadas na biblioteca escolar, foram listados os seguintes:

- Viajando na leitura (nacional);
- Mania de ler (regional);
- A hora do conto (nacional);
- Mudando a história (fundação Abrinq);
- História em quadrinhos (regional);
- Cantinho da leitura (regional);
- Concurso de redação (regional);
- Levantamento de conhecimentos e ideias (regional);
- Rede de letras: literatura amazonense (regional);
- Museu do índio (regional);
- Povos da Amazônia (regional);
- Aluno escritor (extinto no plano regional).

Os grupos ponderaram que os projetos não são centralizados na biblioteca e quase sempre não atraem o aluno e que a biblioteca ainda é tratada como lugar de castigo e punição por alguns de alguns professores, criando uma imagem distorcida sobre o seu papel.

Além disto, realçaram as deficiências dos seus acervos, destacando que os mesmos possuem pouco ou nenhum material para apoio às atividades de pesquisa, e das ações de divulgação das atividades dos programas existentes nas bibliotecas, realizadas pelos seus responsáveis diretos e pelos gestores das escolas, posto que elas, por serem muito precárias e tímidas, não conseguem atingir nem mesmo a sua comunidade interna. Aspectos que foram responsabilizados pelos participantes dos grupos pela baixíssima adesão e pelo reduzido acesso às bibliotecas escolares e públicas.

De acordo com o entendimento dos grupos, é preciso sensibilizar os gestores estaduais e municipais sobre a relevância da disseminação cultural e a continuidade de programas e projetos.

### 3.6.2 Seminários de Bibliotecas Escolares e Públicas – Região Nordeste:

Nos seminários realizados em Maceió, as discussões dos grupos foram muito proveitosas e os resultados sobre os *Principais entraves para ações efetivas na Biblioteca Escolar* são apresentados a seguir:

- visão do gestor da escola: é necessário que os bibliotecários acreditem na importância da biblioteca enquanto espaço estratégico para a escola e, a partir daí, é que deve ser realizado todo um trabalho de convencimento e sensibilização de toda equipe dos professores, estudantes, coordenação, direção e secretarias de educação. É decisivo fazer com que esses grupos percebam que a biblioteca escolar é elemento chave na formação de todos os que passam pela escola e por isso deve ser valorizada cada vez mais;
- falta de maior fiscalização e legalização: muitas vezes a unidade escolar tem o espaço, mas a biblioteca não está oficialmente reconhecida no Projeto Político Pedagógico e nem no regimento da escola. Isto contribui para que não ocorra a contratação do profissional bibliotecário e agrava o cenário já conhecido em que professores readaptados assumem as bibliotecas sem nenhum preparo ou motivação;
- falta de políticas públicas: as constantes mudanças de gestão fazem com que não haja uma continuidade no trabalho de quem está na biblioteca escolar e muitas vezes tudo o que foi realizado acaba sendo esquecido, sobretudo por falta de registros documentais que possam permitir que o trabalho possa ir em frente;
- analfabetismo funcional: os estudantes não conseguem entender o que leem e é preciso um sério trabalho para reverter esta triste realidade. Talvez porque o sistema educacional, que permite a aprovação sem critérios rigorosos, favoreça a consolidação de um panorama em que os números não condizem com a realidade. Índices altíssimos de formação contrastam com índices igualmente altíssimos de analfabetismo funcional. A biblioteca escolar possui grande responsabilidade no sentido de buscar soluções para resolver ou minimamente amenizar tal quadro;
- falta de conhecimento amplo sobre o conceito real e efetivo do que é uma biblioteca escolar: é necessário esclarecer o papel da biblioteca escolar e do profissional bibliotecário e suas funções;
- política equivocada de acesso aos livros: existem gestores que guardam os livros durante todo o ano letivo e, quando acaba a gestão, ostentam um acervo de livros todos novos e mostram com orgulho que os livros não foram rasgados no período da gestão deles. Contudo, tais livros não foram danificados não devido à existência de uma forte política de preservação e conservação, mas, sim por nunca terem sido emprestados ou acessados pelos estudantes, professores ou equipe da escola;
- comodismo: é necessário sair da área de conforto e lutar por melhorias nas bibliotecas escolares.

Quanto ao que diz respeito aos *Principais entraves para ações efetivas na biblioteca pública*, os resultados foram os seguintes:

- falta ou baixo número de profissionais atuando nas Bibliotecas Públicas: é preciso pensar que, salvo algumas exceções, no geral o quadro das bibliotecas públicas no País não contempla número suficiente de profissionais bibliotecários que possam garantir a efetividade das ações a serem desenvolvidas;

- falta de uma rubrica orçamentária para a biblioteca pública: normalmente os recursos que lhe são destinados são oriundos das pastas que administram, mas que não são verbas carimbadas. O ideal seria que toda biblioteca pública dispusesse de recursos orçamentários garantidos pelo Estado e pelos municípios;
- profissionais que não possuem perfil adequado ou ideal para atuar na biblioteca pública;
- inexistência, falta de efetividade e descontinuidade de políticas públicas;
- ausência de *Marketing* dos serviços das bibliotecas públicas;
- estrutura precária: estrutura física, desatualização do acervo e dos próprios serviços prestados;
- dificuldades de atender as demandas dos usuários, inclusive de conhecer quem é esse usuário;
- desvalorização profissional: baixos salários, indefinição de planos de cargos e salários;
- falta de oferta constante de cursos que promovam a formação continuada a todos os bibliotecários, técnicos e auxiliares;
- influência política: nomeação em cargos de confiança de pessoas inabilitadas e despreparadas para assumir a gestão das bibliotecas públicas;
- a imagem fragilizada ou inexistente da biblioteca pública frente à sociedade.

Com referência aos *elementos considerados essenciais para o funcionamento da biblioteca escolar e da biblioteca pública*, os participantes dos grupos elencaram os abaixo:

- *marketing* da biblioteca escolar: campanhas cartazes, redes sociais a integração com a coordenação pedagógica, professores e bibliotecários deixando transparecer o perfil do bibliotecário e sua identidade e o motivo de se precisar deste profissional na escola;
- acervo dinâmico e atualizado: verificar se o acervo existente e o que será formado atende aos diferentes níveis de aprendizado, levando em consideração também a faixa etária dos usuários;
- atividades e/ou projetos que incentivem os autores e a biblioteca escolar, de modo a seduzir os usuários para que frequentem mais o espaço e, leiam cada vez mais: é importante que as atividades e/ou projetos estejam contextualizados em um perfil pautado na interdisciplinaridade,
- acessibilidade: espaço físico adequado dentro do novo paradigma da educação que é a inclusão da pessoa com deficiência;
- política de formação e desenvolvimento de coleções oficialmente adotada e respeitada pela direção da escola.

Com relação aos *elementos essenciais para o funcionamento da Biblioteca Pública*, foram destacados os seguintes:

- *marketing*: devem ser realizadas constantes campanhas de divulgação da biblioteca pública, seus produtos e serviços, seja por meio de veículos de comunicação em massa, panfletos ou qualquer outro meio;

- recursos humanos: priorizar a figura do bibliotecário propriamente dito e fomentar trabalhos a serem realizados em parceria com profissionais de outras áreas;
- acervo diversificado: livros variados, diário oficial, periódicos, jornais, revistas, obras de referência e material diferente de livro que seja acessível, e o empréstimo ao público deve ser assegurado;
- recursos financeiros: a biblioteca pública deve possuir orçamento garantido, evitando que seu acervo seja composto somente por meio de doação ou compras esporádicas, bem como que as questões de natureza estruturais (reformas, compra de materiais e mobiliários e equipamentos, entre outros) possam ser resolvidas sem entraves burocráticos;
- espaço físico adequado em tamanho e qualidade: sala de estudo individual e em grupo; acessibilidade física; e acervo adequado para as demandas; climatização e espaço para exibição de filmes, exposições, contação de histórias, atividades culturais, palestras abertas ao público, lançamentos de livros, cursos básicos, como os de informática e de línguas, e feiras de livros.

Com respeito às *formas de integração da biblioteca escolar com a escola e a comunidade*, os membros dos grupos indicaram as abaixo:

- instituir visita de apresentação da biblioteca aos membros internos e externos desde a equipe gestora, o professorado, os profissionais do administrativo e até os profissionais operacionais e, também com o público externo que seriam os pais e estudantes, com a proposta de apresentar qual é a importância da biblioteca escolar para a formação dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;
- convidar aos pais propondo uma visita no início do ano para que seja possível conhecer toda a estrutura da biblioteca escolar, fazendo-os entender o seu papel em relação a educação dos seus filhos;
- convidar os alunos para um treinamento no qual sejam apresentadas informações sobre como estão disponibilizados os livros, como será o processo de empréstimo e demais serviços, possibilitando uma maior independência de acesso à biblioteca escolar, mas deixando claro que o espaço deve ser respeitado e usado de forma consciente;
- realizar exposição de materiais bibliográficos para detectar o interesse dessa clientela, enfatizando aquilo que a biblioteca pode oferecer;
- criar o clube do livro com rodas de debates para discutir os temas abordados nas obras escolhidas para leitura;
- criar um projeto de leitura recíproca entre pais e filhos, detectando se na família existe ou não pessoas alfabetizadas e com isso ajudar a Secretaria de Educação no sentido de direcionar para Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como estimular que os filhos leiam para os pais e vice-versa;
- buscar diálogo constante com todo o corpo de profissionais que atuam na escola e também com a comunidade.

Já com relação às *formas de integração da biblioteca pública com a escola e a comunidade*, foram indicadas as seguintes:

- aproximar os dirigentes e profissionais que atuam nas bibliotecas escolares e públicas;

- aproximar a comunidade do conhecimento disponível na biblioteca no desenvolvimento de ações que pudessem reatar o vínculo;
- realizar vistas das escolas à biblioteca pública;
- transformar ou adequar os espaços físicos da biblioteca pública para se tornarem espaços multiculturais, disponibilizando para a comunidade eventos diversos;
- construção de novas bibliotecas em áreas carentes;
- implantação de programas com o carro-biblioteca;
- investir na capacitação dos profissionais que atendam melhor ao público, fazendo com que se estabeleçam laços ente a biblioteca e a comunidade usuária;
- formação de parceria com a iniciativa privada dando continuidade a projetos existentes e a novos projetos;
- disponibilização de recursos tecnológicos e treinamento para o uso dos mesmos;
- promover ações de integração entre bibliotecas regionais, local e a Biblioteca Nacional.

No caso do *conhecimento dos participantes sobre programas locais, regionais e nacional de apoio às práticas de incentivo à leitura na biblioteca escolar*, os grupos sugeriram os elencados abaixo:

- Projeto Biblioencanta, coordenado pela Profa. Adriana Lourenço, do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFAL;
- Projeto SESI: Baú da Leitura;
- PROLER.

E, com referência ao *conhecimento dos participantes sobre programas locais, regionais e nacional de apoio às práticas de incentivo à leitura na biblioteca pública*, infelizmente, os grupos não souberam apontar. Tal ocorrência pode significar que os programas e projetos que estão sendo desenvolvidos pela biblioteca pública não estão tendo a devida divulgação, ou que os mesmos inexistem, o que não é crível.

Ao final das atividades dos Grupos de Discussão organizados nos Seminários de Maceió, a palavra foi assumida pelo Coordenador da Mesa, Conselheiro Federal Raimundo Martins de Lima, que agradeceu aos participantes e passou a destacar alguns aspectos apresentados em seus relatos, com os quais ele afirmou concordar e que poderiam, se adotados no campo das bibliotecas escolares, vir a favorecer o funcionamento e a estruturação das mesmas.

O primeiro aspecto alude ao favorecimento da compreensão do dirigente e/ou do gestor sobre o que é a biblioteca escolar, seu conceito, sua filosofia, enfim, quais são as suas responsabilidades na escola. O conselheiro afirmou que, nas pesquisas que vem realizando, observou que a biblioteca não está institucionalizada na escola, já que não aparece formalizada nos documentos das Secretarias de Educação nem nos documentos das próprias escolas onde estão inseridas, como os seus projetos político-pedagógicos.

Em condições como estas, de acordo com o conselheiro, a biblioteca depende de quem dirige as escolas para existir e poder funcionar. São os gestores escolares que, dependendo do conhecimento que possuam sobre a biblioteca, lutam pela sua existência e manutenção, que vão à Secretaria e aos setores da sociedade e tentam levantar recursos para que esse espaço possa existir e bem funcionar.

Por isso, uma possibilidade seria repassar aos futuros gestores e pedagogos uma noção sobre o que é a biblioteca escolar e o seu potencial educativo, por meio da oferta de uma disciplina optativa aos alunos finalistas dos cursos de Pedagogia. Os cursos de Biblioteconomia podem assumir essa responsabilidade. Com isso, os alunos de hoje, posteriormente, quando viessem a ser dirigentes escolares, teriam o conhecimento mínimo da contribuição que a biblioteca da escola pode dar para que as escolas funcionem bem. Essa possibilidade foi comprovada durante as pesquisas que o conselheiro empreendeu na sua pesquisa do Doutorado.

Outro aspecto a considerar é que ao trabalhar, participar, contribuir e apoiar o desenvolvimento das bibliotecas escolares, assumindo uma ação como cidadão, não se pode jamais esquecer de que a estruturação e a oferta de serviços de educação e de cultura são funções do Estado e dos municípios. A Constituição Federal deixa isso bem claro.

Então, antes de as pessoas saírem se voluntariando para atividades nessas áreas, desde que estejam habilitadas e querendo assumir essa responsabilidade, é necessário também que, antes, se construam mecanismos legais para fazer com que o Estado cumpra esse papel que lhe é dado pela constituição. O cidadão deve fazer a sua parte naquilo que lhe compete, para além do pagamento de impostos, mas não pode de forma alguma assumir recorrentemente as funções do Estado; não pode isentar o Estado de cumprir com as suas funções.

Dito de outro modo, a existência da biblioteca escolar pública, por exemplo, é uma necessidade da comunidade, mas a responsabilidade de provê-la com todos os recursos materiais e financeiros para a sua existência e funcionamento é do Estado. Isto deve ficar claro para todos nós, porque, do contrário, o cidadão acaba tomando para si um papel que não lhe cabe de forma prioritária e o Estado fica cada vez mais ausente das suas responsabilidades ante a população. Ao cidadão cabe, isto sim, usufruir da biblioteca e de seus ambientes, acervos e serviços sem embargos de qualquer natureza, zelando pela sua preservação.

### 3.6.3 Seminários de Bibliotecas Escolares e Públicas – Região Sul:

Em Florianópolis o número de grupos foi bastante reduzido e as questões foram reunidas, abarcando as realidades das duas bibliotecas. Assim, os grupos descreveram os seguintes aspectos como *Principais entraves para ações efetivas na biblioteca escolar e na biblioteca pública*:

- doações; insalubridade; espaço físico e limpeza;
- regulamentação da lei do livro: patrimônio público;
- falta de capacitação de editais públicos;
- resistência das direções de escolas às atividades da biblioteca, sobretudo por desconhecimento das suas potencialidades pedagógicas.

Em relação aos *Principais entraves para ações efetivas na biblioteca escolar*, os participantes relataram os seguintes:

- ausência de bibliotecários atuando nas bibliotecas;
- ausência de bibliotecas em muitas escolas;
- desconhecimento do real papel (importância) da biblioteca na aprendizagem do aluno;

- falta de vontade política dos governantes;
- falta de recursos – biblioteca não se faz sem recursos;
- falta de incentivo do MEC para que os professores deem conta também da biblioteca;
- má utilização das bibliotecas existentes;
- desconhecimento da literatura e do seu valor;
- falta de sensibilidade;
- pouca integração entre a biblioteca e a equipe escolar;
- ausência da disciplina biblioteca escolar na grade curricular dos cursos de Biblioteconomia;
- distanciamento entre cursos de graduação e realidade;
- os professores ainda consideram a biblioteca como lugar de castigo;
- falta de políticas públicas para o livro e a leitura;
- falta de bibliotecas e também de mais bibliotecas em um mesmo município;
- ausência de espaços adequados, acervos de importância para a localidade;
- dificuldade de acesso;
- profissionais não capacitados para uma boa atuação;
- falta de recursos para investimentos tecnológicos;
- falta política de desenvolvimento de coleções;
- regulamentação da Lei do Livro.

No que alude aos *elementos essenciais para o funcionamento da biblioteca escolar e da biblioteca pública*, os grupos elencaram os seguintes:

- espaço físico adequado (com acessibilidade);
- horário de funcionamento acessível e estendido;
- sinalização visual;
- aquisição de *softwares*;
- manual do usuário;
- acervo compatível com a comunidade (atualizado);
- assessoramento técnico (manutenção constante).

Quanto às *formas de integração da biblioteca escolar e da biblioteca pública com a escola e a comunidade*, foram elencadas as sugestões abaixo:

- existência de programa de incentivo à leitura (promoções literárias, oficinas, exposições);
- programas de capacitação dos funcionários;

- programas de divulgação em rede (*blogs*, redes sociais);
- programas de inclusão social dedicada a níveis de leitura;
- *Internet* acessível;
- política de serviços de acordo com o ambiente inserido (integração);
- a biblioteca só será acessível se estiver aberta para todos;
- ações de acessibilidade: bibliotecas com acervos, serviços e estrutura para receber (atender) pessoas com deficiências, por meio da divulgação (promoção) em busca de fidelização do usuário;
- ações de visibilidade entre bibliotecas escolares e bibliotecas públicas (*marketing*, divulgação, entre outras), por meio da criação de redes de compartilhamento de conhecimentos, aprendizagens que valorizem as necessidades locais;
- elaboração de projetos com a comunidade presente;
- programas de orientação do usuário (serviço de referência), para capacitá-los nos processos de busca, recuperação e acesso de documentos e informações;
- realização de eventos pertinentes a comunidades;
- parcerias em ações (escolas públicas);
- foco na valorização de acervo, comunidades;
- gestão pedagógica em conjunto;
- gestão inteligente.

Quanto ao *conhecimento dos participantes sobre programas locais, regionais e nacional de apoio às práticas de incentivo à leitura na biblioteca escolar e na biblioteca pública*, foram nominados os seguintes:

- Clube da leitura: agente catarinense;
- Autor presente;
- Lei municipal da semana do livro infantil 8125/2010;
- Oficina boca de leão: BPSC;
- Ações da Barca dos Livros;
- Floripa letrada;
- Biblio Sesc;
- IGteca;
- Ações do Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina;
- Projeto Bom de Ler (Instituto Parati);
- Fórum Leitura (Santa Catarina);

- Escritor na Biblioteca (Paraná);
- Editais de fomento à leitura pelo SNBP;
- PROLER;
- Arca das Letras;
- Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLLB);
- Leia para uma criança (ITAÚ #leiparaumacriancaissomudaomundo);
- Programa Nacional Biblioteca da Escolar (PNBE).



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da posse da 16ª. Gestão do CFB, ocorrida em dezembro de 2012, na primeira reunião da Comissão de Ética Profissional os seus membros decidiram que o atual Código de Ética do Bibliotecário precisaria passar por uma reformulação que alterasse a sua lógica conceitual-filosófica de documento prescritivo de infrações e penalidades. A ideia era transformá-lo em um instrumento mais consultivo e definidor de diretrizes e condutas profissionais que potencializassem a prestação de serviços bibliotecários com o perfil sociocultural e político dos contextos de suas atuações.

Trabalhava-se com o referencial de que a conduta ética ideal era aquela que, para além das questões técnicas e legais das práticas profissionais, fosse capaz de assegurar o cumprimento das responsabilidades sociais e políticas das bibliotecas e priorizar o atendimento das necessidades informacionais dos usuários, em particular, e da sociedade, em geral. Orientação pouco respaldada nas práticas dos órgãos do Sistema CFB/CRB, uma vez que, no exercício de suas funções de fiscalização, junto às bibliotecas, historicamente, têm se pautado mais pela observância da existência de bibliotecários registrados e em dia com o pagamento das suas anuidades. Aspectos importantes, sem dúvida, mas que não se justificam apenas por si.

Era necessário construir alternativas que pudessem permitir o levantamento de dados e informações objetivas sobre os contextos das bibliotecas, e isso incluía saber como estava ocorrendo o processo formativo dos bibliotecários e quais eram as condições da estruturação e do funcionamento das bibliotecas brasileiras, para se inferir o grau de proximidade existente entre essas expectativas e a realidade social concreta vivida por bibliotecas e bibliotecários.

E como a maioria absoluta dos membros da Comissão de Ética Profissional do CFB também era membro da sua Comissão de Bibliotecas Públicas e Escolares, as duas Comissões decidiram que esse trabalho começaria levantando-se os contextos das bibliotecas públicas e escolares, não apenas pelo imaginário de precariedades e carências que cerca as suas existências, mas, sobretudo, pela potencialidade das suas atuações nas áreas da cultura e da educação da sociedade brasileira.

Quanto à estratégia e à metodologia adotadas para as coletas, optou-se pela organização de Seminários Regionais para que se pudesse captar em tempo vivo, a partir das falas dos próprios profissionais envolvidos, os elementos estruturantes das práticas efetivadas nessas bibliotecas, tendo em vista promover reflexões sobre a relação das suas atuações com a formação cultural-educativa dos indivíduos e da sociedade, considerando os princípios da ética como referencial para as práticas civilizadas, o esclarecimento e as boas condutas profissionais.

Embora nem sempre positivas, foram significativas as informações que as falas dos representantes das instituições participantes dos Seminários permitiram identificar. No caso da biblioteca escolar, além da confirmação da situação exemplar vivida pelas bibliotecas do Rio Grande do Sul, tomou-se conhecimento de iniciativas bastante animadoras tomadas pelos responsáveis pelos Sistemas de Bibliotecas dos Estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul sobre a estruturação desses serviços nas redes públicas estaduais e municipal de ensino.

Mas, apesar dos esforços empreendidos, ressaltando-se a situação do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, restou evidenciado que a maioria das bibliotecas escolares, além de ainda serem serviços *cuidados* por leigos, sobretudo professores readaptados, tem existência clandestina, uma vez que não estão regulamentadas em leis estaduais e municipais nem nos projetos político-pedagógicos das escolas. Condição sugestiva de que não só a estruturação, mas até a própria existência são dependentes do conhecimento

que os gestores das escolas possam ter sobre a potencialidade pedagógica dos seus serviços.

Com respeito às bibliotecas públicas, com exceção das realidades relatadas pelas representantes dos Sistemas de Bibliotecas Públicas dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais, as apresentações relativas aos Sistemas de Bibliotecas dos demais Estados evidenciaram problemas graves em termos de estruturação, haja vista a limitação do cardápio de serviços e a quase total ausência de bibliotecários em seus quadros de pessoal.

Merecem destaque os fatos acontecidos depois da apresentação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Amazonas, durante o Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Norte, realizado em Manaus, quando os participantes registraram que as suas bibliotecas não são equipamentos culturais desconhecidos da população, contudo são poucas as pessoas que as frequentam. Indicativo de que, possivelmente, os serviços oferecidos não façam sentido para a maioria da população a qual se destina.

A confirmação da contumaz política da ausência de bibliotecários nos quadros de pessoal das bibliotecas públicas e das bibliotecas escolares está a requerer das autoridades e entidades envolvidas com as suas estruturações e atuação ações mais contundentes para mitigar esse problema.

Das autoridades governamentais, responsáveis pelas áreas da cultura e da educação, espera-se a aprovação de políticas públicas que superem a mera distribuição de kits de livros e de equipamentos e mobiliário a essas bibliotecas, sem alcançar resultados consistentes. Essas práticas são recorrentes desde 1937, a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, quando foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) para também exercer essa função. Inconsistência também observada no desenvolvimento do Projeto Uma Biblioteca em Cada Município, executado pela Secretaria do Livro e Leitura do Ministério da Cultura (MinC) entre 1996 e 2002: a avaliação dos seus resultados concluiu que a não exigência de bibliotecários nas bibliotecas criadas pelo projeto foi determinante para que os seus objetivos não fossem alcançados.

Do CFB exige-se a adoção de medidas menos ortodoxas com respeito à aplicação da lei que regulamenta o exercício da profissão de Bibliotecário no Brasil, mas assegurando que tal flexibilização não implique perda dos direitos e prerrogativas dos bibliotecários. Uma alternativa seria permitir que, em certas circunstâncias e por tempo determinado, um profissional habilitado pudesse ser autorizado a coordenar as atividades de mais de uma biblioteca, sobretudo se estas pertencerem a uma instituição pública impossibilitada financeiramente de contratar todos os profissionais que a legislação exige. E ainda que isso fosse possível, no mercado de trabalho brasileiro atual não haveria número suficiente de profissionais para permitir que todas as bibliotecas fossem dirigidas por um bibliotecário.

Verifica-se que, frente ao quantitativo de bibliotecários e técnicos em Biblioteconomia e o cenário alarmante das estruturas funcionais das bibliotecas escolares (isto quando elas existem), é necessário e urgente a criação ou adoção de mecanismos alternativos que assegurem o funcionamento de tais bibliotecas, desde que não se percam as prerrogativas legais vigentes que amparam o exercício da profissão de Bibliotecário. Não podemos deixar de lado certos atores que figuram no triste cenário das bibliotecas escolares do País, a exemplo de professores e outros funcionários alocados nestes espaços. É importante que haja a compreensão de que os mesmos jamais poderão assumir as responsabilidades do bibliotecário, mas, podem se devidamente capacitados, atuarem como parceiros na transformação da realidade atual.

Ainda com respeito à política da ausência de bibliotecários nos quadros de pessoal das bibliotecas públicas e das bibliotecas escolares, duas medidas que já foram tomadas e tramitam em suas instâncias merecem destaque. Uma é a elaboração do Projeto de Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade de Educação a Distância (EaD), que tem a coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e está previsto para iniciar em 2017. A UFRJ está coordenando somente a elaboração de conteúdos para o Curso (segundo o Currículo construído). Antes de iniciar a oferta dos Cursos haverá a publicação de um novo Edital para que as Universidades públicas (que tenham o Curso de Biblioteconomia) se inscrevam e se habilitem. Outra medida contempla o Projeto de Lei nº. 6.038/2013, que regulamenta o exercício da atividade profissional de Técnico em Biblioteconomia, que já está sendo apreciado pelas Comissões da Câmara dos Deputados, cujas contribuições poderão amenizar essas dificuldades.

O cumprimento da Lei nº 12.244/2010 impõe que Estados e Municípios estabeleçam políticas com visão sistêmica e legislação específica que contemplem orçamento, política de pessoas (profissionais habilitados) e gestão de competência e qualidade. Para que isso se torne possível é necessário que as bibliotecas escolares sejam organizadas em redes e orientadas por um planejamento estratégico, estruturação que as condicionariam para mais bem atender as peculiaridades e as necessidades de informação e de aprendizagem das comunidades escolares e para transformá-las em espaços de expressão e construção de saberes, por meio da leitura e da pesquisa escolar.

Somadas todas essas medidas, tanto as sugeridas quanto as que estão em curso, acredita-se que estarão sendo dados passos importantes para a solução do problema do baixo número de bacharéis em Biblioteconomia no mercado. E mesmo que a solução definitiva ainda possa demorar algumas décadas, este fator não poderá mais ser usado para justificar a ausência de pessoal habilitado para atuar nessas bibliotecas.

Quanto às atividades destinadas à formação dos bibliotecários, ainda que não se desconhecesse que os cursos de Biblioteconomia brasileiros têm por objetivo formar profissionais generalistas, durante os Seminários Regionais recomendou-se aos seus representantes que, durante os relatos, fossem priorizadas as informações sobre a existência/oferta de disciplinas dirigidas à estruturação e ao funcionamento das bibliotecas públicas e escolares. Dessa forma, as Escolas de Biblioteconomia estariam contribuindo com a oferta de profissionais com competência para a transformação das bibliotecas públicas e escolares em espaços de cultura, de aprendizagens e de cidadania e a oferta de serviços que façam sentido e tenham significado para a maioria da população a qual se destina.

Registre-se que dos 35 cursos de Biblioteconomia em funcionamento no País, na época da realização dos Seminários, somente 16 deles (45,7%) participaram, ainda que todos tenham sido formalmente convidados. Por região, participaram os cursos da UFAM e UFPA (Região Norte); da UFAL (Região Nordeste); da UDESC, UEL, FURG, UFRGS e UFSC (Região Sul); da FESPSP, FATEA, UFMG, UFRJ, UNIFAI, UNIRIO e USP (Região Sudeste); e UFG (Região Centro-Oeste).

Neste particular, embora não tenha sido possível analisar as ementas das disciplinas identificadas nas exposições, simplesmente porque poucas foram as que as apresentaram, e algumas nem as cargas horárias e a natureza das disciplinas – se obrigatórias ou eletivas – informaram, identificou-se que:

- poucos cursos possuem, em suas estruturas curriculares, disciplinas de natureza obrigatória que tratem diretamente da estruturação e do funcionamento das bibliotecas escolares e públicas, exceção feita aos cursos da FATEA, FESPSP, UEL, UFMG, UFRGS, UNIFAI e USP (Campus Ribeirão Preto);

- alguns cursos possuem, em suas estruturas curriculares, disciplinas cujos títulos e ementas (pesquisadas nos seus sites) indicam a preocupação com essas temáticas, mas suas ofertas são eletivas. São eles os cursos da UFAL, UFRGS, UFRJ e UNIRIO. Mas alguns cursos simplesmente não oferecem disciplinas sobre essas temáticas. São eles os cursos de UFAM, UFFA, UFG e USP (Campus São Paulo);
- com relação aos conteúdos destinados à orientação das condutas humanas e profissionais, quase todos possuem pelo menos uma disciplina obrigatória tratando desse tema, exceção feita aos cursos da FESPSP, UDESC, UFG, UFMG, UFSC e UNIFAL. Pelo menos, informações a este respeito não foram relatadas durante a realização dos Seminários nem constam nas estruturas curriculares apresentadas nos sites dessas instituições.

Entretanto, os debates evidenciaram a necessidade de aprofundamento das discussões sobre os princípios éticos universais e seus impactos sobre a atuação dos bibliotecários brasileiros e, particularmente, sobre a estruturação do vigente Código de Ética do Bibliotecário brasileiro e sua aplicação no mercado de trabalho. Mas também ficou evidenciada a necessidade de mais discussões sobre a definição de padrões mínimos para orientar a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares e públicas.

Com respeito às ações administrativas e fiscalizatórias, desenvolvidas pelos órgãos do Sistema CFB/CRB, as exposições e os debates evidenciaram que estas são pautadas exclusivamente pelos aspectos legais do exercício da profissão de Bibliotecário. Implica que a atuação dos Regionais junto às bibliotecas não tem ultrapassado os limites da existência de bibliotecários adimplentes e em dia com as suas obrigações, que, neste caso, significa o pagamento das anuidades devidas aos mesmos Regionais.

Significa que, como regra, nessas ações não estão sendo observados outros aspectos também relevantes, tais como a pertinência e a qualidade dos serviços prestados aos usuários. Condutas talvez reforçadas pela prevalência de diretrizes produzidas pelo CFB dirigidas mais aos resultados que à razão emancipatória dos indivíduos e à sociedade em geral, mas também pela inconsistência da formação profissional oferecida pelos cursos de Biblioteconomia brasileiros.

Considerou-se que a realização dos Seminários Regionais teve êxito pleno, haja vista a pertinência dos temas das palestras proferidas, dos debates gerados e da qualidade das informações obtidas sobre as disciplinas da estrutura curricular dos cursos de Biblioteconomia da Região, voltadas à estruturação e ao funcionamento das bibliotecas escolares e públicas e à boa conduta profissional, orientada pelos princípios éticos universais.

Mas é preciso relativizar o alcance dos objetivos que se havia estabelecido para os Seminários de Ética Profissional, qual seja refletir e coletar informações para subsidiar a reformulação do vigente Código de Ética do Bibliotecário brasileiro, pois as dificuldades operacionais enfrentadas em Belo Horizonte/MG impediram que tais fins fossem alcançados plenamente. Ainda assim, é fato que hoje o CFB tem os elementos essenciais para a proposição de uma minuta de Código de Ética mais aproximada das reais necessidades da Biblioteconomia brasileira.

Com base nas inúmeras discussões acontecidas nos Seminários, realizados nas cinco regiões do País, fica cada vez mais patente a necessidade de se criar espaços de reflexão para fortalecer a área de Biblioteconomia e promover um olhar cuidadoso sobre as estruturas curriculares.

Mas não se trata de intentar padronizar ou impor qualquer diretriz, trata-se tão somente de buscar soluções no sentido de possibilitar uma formação acadêmica que garanta níveis

mínimos de qualidade para a atuação profissional nas bibliotecas escolares e públicas, não permitindo que os egressos fiquem à mercê da sorte e tenham que aprender apenas com a prática e a experiência, que às duras penas são obtidas no campo de trabalho.

Cabe, por fim, recomendar que todas as instituições representativas unam forças para contribuir com essa mudança, que se configura como um dos maiores desafios da Biblioteconomia brasileira.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.20, n. 1/4, p.31-8, jan./dez. 1987.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1977.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS (IFLA). **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 12 out. 2014.

LIMA, Raimundo Martins de. **A Biblioteca nas Escolas Públicas Municipais de Manaus: prática social a serviço da emancipação ou da barbárie?** 2014. 234f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura da Amazônia). Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

MATTÉI, Jean-François. **A Barbárie Interior: ensaio sobre o i-mundo moderno**. São Paulo, SP: Unesp, 2002.

MORO, Eliane L. da Silva et al. **Biblioteca Escolar: presente!**. Porto Alegre: Evangraf. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso: 25 maio 2014.



## APÊNDICE A

# CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB) **QUADRO DAS REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**

<b>Estado/Capital</b>	<b>Número de Escolas</b>	<b>Número de Bibliotecas</b>	<b>Bibliotecários</b>
<b>Acre</b>	651	282	--
Rio Branco/Acre			
<b>Alagoas</b>			
Maceió/Alagoas	133	62	03
<b>Amapá</b>	414	197	Não informou
Macapá/Amapá			
<b>Amazonas</b>	567	474	73
Manaus/Amazonas	492	217	38
<b>Bahia</b>	1417	716	40
Salvador/Bahia			
<b>Ceará</b>			
Fortaleza/Ceará			
<b>Distrito Federal (Brasília)</b>	440	294	11
<b>Espírito Santo</b>	542	413	2 (SEDUC)*
Vitória/ Espírito Santo	53	50	--
<b>Goiás</b>	1095	855	--
Goiânia/Goiás	168	124 (salas de leitura)	0
<b>Maranhão</b>	1233	535	10
São Luís/Maranhão	100	0	0
<b>Mato Grosso</b>	741	525	09
Cuiabá/ Mato Grosso	145	19	11
<b>Mato Grosso do Sul</b>	361	186	01
Campo Grande/ Mato Grosso do Sul	94	88	04
<b>Minas Gerais</b>	3686	3404	Não informou
Belo Horizonte/ Minas Gerais	255	188	Consta que todas têm bibliotecário, mas não consta a quantidade.
<b>Pará</b>	1045	541	03
Belém/Pará			
<b>Paraíba</b>			
João Pessoa/ Paraíba	96	77	--
<b>Paraná</b>			
Curitiba/ Paraná	181	191 (inclui as do Farol do Saber)	5
<b>Pernambuco</b>	1089	877	01

<b>Estado/Capital</b>	<b>Número de Escolas</b>	<b>Número de Bibliotecas</b>	<b>Bibliotecários</b>
Recife/ Pernambuco			
<b>Piauí</b>			
Teresina/ Piauí			
<b>Rio de Janeiro</b>			
Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro	1078	1078 salas de leitura 16 bibliotecas (BEM)	10+23 (BEM)=33
<b>Rio Grande do Norte</b>	665	486	--
Natal/ Rio Grande do Norte	72	60	--
<b>Rio Grande do Sul</b>	2574	2267	32+5=37
Porto Alegre/ Rio Grande do Sul	96	59	2+4 no Sistema=06
<b>Rondônia</b>	419	341	01
Porto Velho/ Rondônia	182	7	--
<b>Roraima</b>	378	113	--
Boa Vista/ Roraima	58	11	01
<b>Santa Catarina</b>	1267	1088	--
Florianópolis/ Santa Catarina	74	66	32
<b>São Paulo</b>	5189	2923	102
São Paulo/ São Paulo	555 45 CEUS	555 salas de leitura 45	96
<b>Sergipe</b>	368	224	--
Aracaju/Sergipe			
<b>Tocantins</b>	538	391	--
Palmas/ Tocantins	68	58	--

<b>Estados que enviaram dados</b>	<b>Estados que não enviaram dados</b>	<b>Capitais que enviaram dados</b>	<b>Capitais que não enviaram dados</b>	<b>Bibliotecários em escolas estaduais</b>	<b>Bibliotecários em escolas municipais</b>
20	06	18+ 01(DF)=19	08	290	229



# ANEXOS

## ANEXO A

### Texto de Abertura do Seminário Regional de Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Norte.

**Regina Céli de Sousa<sup>14</sup>**

Sabemos que Democracia e Liberdade, desenvolvimento da sociedade e a prosperidade social dos seus indivíduos são valores humanos fundamentais. E estes valores são alcançados por meio de uma comunidade cidadã bem informada, em que cada membro possa exercer seus direitos democráticos e ter um papel ativo na construção e aprimoramento da sociedade.

Neste sentido, as bibliotecas, em geral, de acordo com as suas funções e o tipo de público, atuam como facilitadoras da cidadania consciente pelo acesso à informação.

As bibliotecas são organismos que agrupam e proporcionam o acesso aos registros do conhecimento e das ideias do ser humano por meio de suas expressões criadoras.

Segundo o Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, estes organismos são a porta de entrada para o conhecimento e para as condições básicas necessárias à aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais.

A importância da existência e do papel da Biblioteca Pública é caracterizada, dentro dos preceitos de modernidade, como instrumento de inserção das pessoas na Sociedade da Informação.

Por meio do exercício do seu papel social e informativo, a biblioteca pública brasileira contribui eficazmente para minimizar a existência, ainda persistente na sociedade atual, do problema da desigualdade entre os que têm acesso à informação e os que são desprovidos dela.

A biblioteca pública é o espaço privilegiado do desenvolvimento das práticas leitoras e, por meio do encontro do leitor com a informação e o conhecimento, forma-se o leitor crítico e contribui-se para o florescimento da cidadania.

De outro lado, a educação pública brasileira necessita de avanços para garantir melhor qualidade de ensino e ampliar o acesso aos livros e à leitura. Para tanto, uma importante aliada é a biblioteca escolar.

Entretanto, com relação à infraestrutura e ao organograma das escolas públicas, ainda é significativa a ausência de bibliotecas escolares e de profissionais habilitados.

Numa era em que na educação se preconiza o desenvolvimento de competências para a aprendizagem ao longo da vida, num contexto de globalização, é importante refletir sobre as competências e as aprendizagens que interessam para o desenvolvimento individual e coletivo do ser humano.

Neste aspecto, as bibliotecas escolares surgem como espaços privilegiados para o desenvolvimento das competências já referidas, porém, com o seu trabalho na promoção de uma sociedade leitora, capaz de dominar as competências de buscar e usar as informações que se exigem nesta sociedade atual.

---

<sup>14</sup> Presidente da I6ª. Gestão do CFB.

A biblioteca escolar passa a ser entendida, na atualidade, por organizações e associações internacionais, como “o coração” ou “o núcleo” da escola, existindo um significativo conjunto de estudos em nível internacional que atestam a sua ligação à aprendizagem e ao sucesso educativo dos alunos.

Os pontos críticos, todavia, não recaem tão somente na inexistência da biblioteca, seja ela pública ou escolar, mas na sua precariedade: ou é “arremedo de biblioteca”, sem organização, confusa, e que não pode servir de modelo para o uso correto da informação, ou não conta com profissional capacitado e motivado para desenvolver e dinamizar a prestação de serviços informacionais.

Desta forma, é com base em tais preceitos que o CFB assumiu promover e realizar, em parceria com os CRB e as universidades instalados em todas as regiões do País, os Seminários Regionais em Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional, com a finalidade de refletir sobre a realidade social e política das bibliotecas no contexto brasileiro e dessas regiões.

Agradeço a presença de todos e desejo que as discussões e reflexões emanadas possam contribuir para o desenvolvimento de ações e programas que reforcem a valorização das bibliotecas públicas e escolares.

## ANEXO B

### **Biblioteca Pública de São Francisco: elemento de ligação ao conhecimento e à educação**

Luis Herrera<sup>15</sup>

#### **Biblioteca Pública de São Francisco: visão geral**

Sinto-me honrado de estar aqui, nesta bela cidade de Belo Horizonte, para compartilhar algumas perspectivas de como os bibliotecários podem fazer a diferença através do conhecimento e aprendizado. Agradeço à Regina Céli de Sousa, Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, pela oportunidade em participar desse Seminário. Estou entusiasmado em dividir algumas visões e observações de como as bibliotecas públicas estão atuando como elementos de ligação ao conhecimento e à educação e como isso está mudando para melhor o serviço de atendimento das necessidades de nossa comunidade.

Minhas observações são baseadas em 38 anos de experiência trabalhando em bibliotecas públicas em cinco cidades diferentes nos Estados Unidos da América. Acredito que a minha perspectiva sobre os serviços e as inovações que estamos implementando em São Francisco possa fornecer algumas ideias e exemplos do papel instigante que as bibliotecas podem desempenhar como centros de educação na comunidade e podem ser parte do diálogo na conferência, e, assim, podemos aprender reciprocamente na aplicação desses modelos de serviço em nosso trabalho.

Vou iniciar fornecendo algumas informações sobre a cidade de São Francisco e sua biblioteca pública. São Francisco é o relato de duas cidades. Ela serve uma comunidade diversificada de 820.000 indivíduos com uma área metropolitana de aproximadamente 3 milhões de pessoas. A cidade e a área da Baía são centros de tecnologia e educação e domicílio de algumas das companhias de tecnologia global mais inovadoras, tais como: Google, Facebook e Twitter, cujas matrizes estão localizadas a dois blocos da Biblioteca Principal. Ela possui universidades renomadas, tais como a Stanford, a Universidade da Califórnia e instituições culturais excelentes, mas, ao mesmo tempo, a cidade possui desafios socioeconômicos. Enquanto muitos de seus residentes têm níveis educacionais elevados, ela abriga também parcela de pobreza e disparidade econômica e nem todos os residentes têm acesso às riquezas do Vale do Silicône.

A Biblioteca disponibiliza a oportunidade de servir de ponte a essa divisão social e tecnológica, fornecendo o acesso à tecnologia, e recursos educacionais a centros comunitários. A cidade conta com apoio sólido para o sistema bibliotecário. A biblioteca pública se mantém através dos impostos e é um departamento municipal essencial. Através da Biblioteca Principal e 27 filiais circunvizinhas, são atendidos cerca de sete milhões de visitantes e há uma circulação de mais de 11 milhões de itens a cada ano. No ano passado, a biblioteca completou o projeto de melhoria mais extenso da capital em sua história – renovando 16 filiais e construindo oito novos edifícios para biblioteca, por motivos de segurança em termos sísmicos, promoveu a acessibilidade aos deficientes, ampliou coleções e promoveu a melhoria do parque computacional e tecnológico voltado ao século 21.

As bibliotecas são fundamentais em termos globais. A UNESCO, a Organização Cultural, Científica, Educacional das Nações Unidas, por exemplo, tem uma chamada para o papel

---

<sup>15</sup> Bibliotecário da cidade de São Francisco (USA).

da biblioteca pública. A UNESCO anuncia a sua crença na biblioteca pública como uma força viva para a educação, a cultura e a informação, na qualidade de um agente crucial para o fomento à paz e ao bem estar espiritual através das mentes dos homens e das mulheres. Ela conclama os grupos de todas as idades a terem acesso ao material relevante para as suas necessidades. Ela apoia a biblioteca pública como um portal local para o conhecimento, disponibiliza a condição básica para o conhecimento por toda vida, a tomada de decisão independente e o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais. As coleções e os serviços deverão incluir todos os tipos de imprensa apropriada e tecnologias modernas, bem como os materiais tradicionais.

Atualmente, as bibliotecas nos Estados Unidos da América se encontram em um estado de transformação. É um período fascinante da história e, no entanto, estamos enfrentando algumas oportunidades e desafios cruciais. As bibliotecas estão procurando novas abordagens para que permaneçam fundamentais na Era Digital e se adaptem rapidamente ao ritmo das alterações tecnológicas. Essa transição da impressão para o *online*, do papel físico ao virtual e do analógico ao digital fornece alguns dos mais empolgantes e interessantes desafios às bibliotecas.

### **Nossa missão para servir:**

Nossa prioridade na Biblioteca Pública de São Francisco é atender a essa comunidade empenhada e variada. Fornecemos livros e materiais em mais de 83 línguas e a nossa equipe reflete os grupos linguísticos e diversidade cultural que vive e trabalha na cidade.

A Biblioteca Pública de São Francisco tem várias prioridades estratégicas. Em primeiro lugar, de forma a ter sucesso no mundo digital e de alta tecnologia atual, nossos residentes precisam das habilidades do século 21 para competir em um ambiente global. Essas habilidades incluem competências como pensamento crítico, resolução de problema, consciência global e entendimento crítico dos meios de comunicação. A Biblioteca Pública de São Francisco se compromete a trabalhar em nossa cidade para ajudar a desenvolver essas habilidades. A segunda estratégia chave é preparar cada criança a estar apta a ler quando começar a sua instrução formal na escola pública. Acreditamos que a biblioteca pública é um parceiro importante trabalhando com as escolas, com os pais, com os cuidadores, de modo a promover amor à leitura e fornecer recursos para a educação pela vida. A biblioteca pública é a universidade do povo. Todos os nossos serviços são gratuitos, pagos pelos impostos para fornecer um serviço essencial do governo.

Finalmente, a terceira prioridade importante é ajudar a criar os elementos de ligação com a divisão digital. Mesmo em São Francisco, existem muitos residentes que não possuem acesso a computadores ou podem não saber fazer uso da tecnologia. A biblioteca exerce um papel importante ao fornecer acesso gratuito à *Internet*, muitos bancos de dados e computadores em todas as nossas 28 bibliotecas. Nós nos esforçamos sobremaneira para que os cidadãos não sejam ultrapassados pela revolução digital.

Mudanças que impactam a nossa sociedade: educação, entendimento crítico e o mundo digital.

### **Como a nossa educação está mudando:**

Lee Rainie, do *Pew Institute and American Life Project*, debate o futuro do conhecimento passando da fase de aprendizagem como uma transação para a educação como um processo. No modelo antigo, os educandos recebiam conhecimento; no futuro, os educandos criarão o conhecimento. Ao invés da educação por escuta passiva, aprendemos melhor fazendo ativamente e gerenciando o nosso próprio aprendizado.

## O novo conhecimento:

O Novo Conhecimento vai além da leitura básica e habilidades de escrita. Ele é definido como a habilidade de ler, escrever e interagir por meio de uma gama de plataformas, ferramentas e meios de comunicação. Além das habilidades do Novo Conhecimento, o Instituto de Museus e Bibliotecas dos Estados Unidos da América identificou as habilidades educacionais do século 21 como parte desse Novo Conhecimento. Criatividade, colaboração, pensamento crítico e habilidades de resolução de problemas são tão importantes quanto a leitura básica, a escrita e a aritmética. Os cidadãos do mundo deverão ser fluentes em meios de comunicação, tecnologia e habilidades de pesquisa de informações e possuir uma elevada consciência global dos problemas, tais como o meio ambiente, saúde e economia.

## A revolução tecnológica e digital:

A tecnologia está sempre presente em nossas vidas e a revolução digital não mostra sinais de desaceleração. Está tendo um impacto na maneira como visualizamos os serviços futuros de biblioteca e reconsideramos o senso de lugar, de serviço e de comunidade. Como aplicamos e usamos a tecnologia para satisfazer as necessidades do nosso público no acesso às informações, desenvolvendo conteúdo *online*, pode determinar a relevância futura da biblioteca pública. E certamente, como fornecemos a infraestrutura técnica para banda larga e redes *Wi-Fi* irá determinar a nossa habilidade de satisfazer a demanda crescente para o acesso.

As bibliotecas podem ser parceiras ativas e desempenhar um papel importante no apoio a novos métodos de educação, aos novos conhecimentos e à revolução tecnológica. Vamos observar algumas formas específicas nas quais o papel da biblioteca é crucial nessas áreas.

## Uma nova abordagem à alfabetização precoce:

Toda criança pronta para ler é uma iniciativa de sucesso desenvolvida pela Associação das Bibliotecas Públicas, cuja meta é ensinar habilidades na alfabetização precoce a pais e cuidadores. A abordagem vai além de fornecer momentos de história em bibliotecas. A alfabetização precoce tem foco no desenvolvimento das habilidades essenciais que as crianças precisam antes de começarem a sua educação formal e antes que elas realmente aprendam a ler e escrever. Isso dá apoio também a vários princípios-chave: (1) que os pais e cuidadores são o primeiro e mais valioso professor; (2) que ler é uma habilidade fundamental na vida; (3) que a educação para ler se inicia no nascimento e (4) que a educação pela vida toda é um papel primário da biblioteca pública. As atividades incluem brincar, cantar, falar, ler e escrever.

O Instituto Nacional da Saúde da Criança e Desenvolvimento Humano identifica seis habilidades de alfabetização precoce que crianças precisam para desenvolver a prontidão para leitura. Elas incluem: (1) Motivação de Escrita – conhecimento da letra (2) Consciência Fonológica (3) Vocabulário (4) Habilidades Narrativas (5) Conhecimento de Escrita e (6) Conhecimento da Letra.

A Biblioteca Pública de São Francisco e muitas outras bibliotecas nos Estados Unidos têm implementado com sucesso o programa Toda Criança com Prontidão para Leitura, com uma variedade de eventos semanais gratuitos, tais como o *Baby Rhyme Time* (Tempo de Rima do Bebê), *Toddler Tales* (Histórias para Crianças Pequenas), *Preschool Story Time* (Tempo de Histórias do Jardim da Infância) e *Playtime* (Recreio). Em nossa hora do conto, nossos bibliotecários ensinam essas habilidades do conhecimento precoce para proporcionar experiências educacionais que edificam a prontidão para a escola. Os programas são conduzidos em inglês, cantonês, mandarim, espanhol e russo. Mais de 183.000

crianças pequenas e seus cuidadores estiveram presentes nas horas do conto no ano passado. Uma pesquisa recente com mais de 4000 pais e cuidadores, que presenciaram as horas do conto, demonstrou resultados positivos:

- 89% leem mais com a sua criança;
- 90% cantam mais com a sua criança;
- 83% procuram mais materiais;
- 98% consideram essas atividades na biblioteca como uma importante fonte de conhecimento precoce.

Essa nova abordagem sobre a tradicional hora do conto está fazendo uma diferença autêntica em nossas crianças.

### **Programas de divulgação da comunidade:**

A função tradicional da Biblioteca Pública de São Francisco está transformando o foco ao responder as necessidades da comunidade. Levar a biblioteca ao povo é tão importante quanto trazer o povo para a biblioteca. Essa abordagem requer um comprometimento completo com programas peculiares que favorecem os nossos residentes. Vou esclarecer alguns dos programas de divulgação de maior sucesso que, acredito, poderão ser atingidos com recursos financeiros mínimos. O primeiro programa é uma feira anual da comunidade denominada *Día de los Niños* (Dia das Crianças). Esse projeto começou como uma iniciativa nacional preconizada pela *REFORMA*, a Associação Nacional para Promoção de Serviços Bibliotecários para os indivíduos da língua espanhola e latinos nos Estados Unidos, para fomentar a importância do conhecimento em um mundo multicultural. Em São Francisco, a biblioteca pública organiza um evento de dia inteiro, juntamente com muitos outros grupos da comunidade, para enfatizar a leitura entre as crianças de origem latina. O Dia das Crianças celebra a cultura e a música, promove leituras e desperta o conhecimento sobre a biblioteca.

Outro programa bibliotecário de sucesso que promove jogos e cantorias como um importante aspecto do desenvolvimento da criança é a *Tricycle Music Fest* (Festa da Música em Três Rodas) – o programa de conhecimento de música mais extenso da nação, realizado durante os meses de setembro e outubro. O concerto de *rock* acontece em nossa Biblioteca Principal e em várias filiais, com bandas vencedoras de prêmios que estão ajudando a mudar a imagem da biblioteca para um lugar de agito de dança. E, mais importante: ela encoraja a música como uma forma de promover o desenvolvimento precoce da criança e da família para abraçar a leitura.

A biblioteca também está abordando o impacto de aspectos habitacionais acessíveis enfrentados pela cidade. Ela é uma das cidades mais caras para se viver no mundo e algumas famílias vivem em hotéis residenciais de um único cômodo, o que proporciona um espaço limitado para as atividades recreacionais.

A fim de enfrentar esse problema, a biblioteca móvel de livros estaciona no lado de fora dos hotéis residenciais, duas vezes ao mês, para fornecer leitura e livros a muitas crianças e suas famílias em um espaço seguro, com orientação da equipe da biblioteca. O *Early Literacy Mobile* (Conhecimento Precoce Móvel) também promove 610 visitas a jardins de infância, parques e eventos comunitários e atendeu 16.826 crianças e famílias.

Finalmente, todo sábado do mês de abril é o *Play Date* (Dia da Brincadeira na Biblioteca). O que é isso?

Os Dias do Prato são atividades de baixo custo que exploram o conhecimento precoce na exploração da sensação, audição e conceitos especiais. Isso liga a importância de brincar ao desenvolvimento da linguagem e faz das bibliotecas a destinação das famílias.

### **O ato do aprendizado divertido e saudável:**

A saúde e bem-estar de nossas crianças está se tornando uma área importante como meta para as nossas bibliotecas. Reconhecemos a importância da alimentação e nutrição na preparação das crianças para o desenvolvimento cognitivo. As crianças não podem aprender com o estômago vazio e, às vezes, as crianças que visitam a biblioteca podem estar com fome ou simplesmente precisam de um lanchinho. As bibliotecas trabalham com o departamento de famílias, jovens e crianças para fornecer almoço durante o verão e lanchinhos todos os dias no ano todo. O programa **Lunch is on Us** (almoço é conosco) foi adotado em dez bibliotecas e já serviu 3087 almoços este ano. O programa está atraindo novos patrocinadores. A Juana Mejia trouxe seus filhos William, de 8 e Erik, de 3, para a filial da biblioteca somente pela segunda vez, depois que ouviu da equipe em uma visita anterior, sobre a concessão de almoço. “Viemos aqui de modo que as crianças possam se alimentar e aprender, ao mesmo tempo. Nós realmente gostamos do programa”, disse a Sra. Mejia, em espanhol. “Acredito que viremos de novo”. Na filial Excelsior na quinta-feira, o local do programa mais popular, 29 crianças receberam *burritos* de feijão, palitos de cenoura, laranjas e leite. Isso faz a diferença ao ter crianças felizes e saudáveis e famílias na biblioteca ansiosas por aprender.

A Biblioteca também apoia os esforços para ensinar as crianças sobre jardinagem urbana. O objetivo é que esses jardins sirvam para promover a alimentação crescente e saudável localmente. Duas das bibliotecas das vizinhanças trabalham com os estudantes e voluntário para levantar um jardim modelo, fornecer lições de jardinagem e ensinar sobre a importância nutricional e saúde.

### **Referência a problemas sociais:**

A Biblioteca Pública de São Francisco é parte da solução de problemas sociais sérios. Por exemplo, a Biblioteca Principal está localizada na área do centro cívico, onde temos um significativo número de pessoas sem teto ou indivíduos que podem ter problemas sociais ou mentais. Através de uma parceria com o Departamento de Saúde Pública, a Biblioteca contratou uma assistente social que trabalha na Biblioteca Principal. Ela tem ajudado centenas de pessoas a encontrar abrigo temporário ou permanente ou os direcionou para a agência de serviço social para conseguir ajuda. Esse programa tem se tornado um modelo nacional de como uma biblioteca pode solucionar problemas sociais com parceria.

### **Projeto de espaços para educação:**

As bibliotecas precisam sofrer mudanças para permanecerem relevantes para as nossas comunidades. No modelo antigo, as bibliotecas colecionam e armazenam livros. Nós ainda valorizamos os livros, mas eles precisam coexistir com espaços educacionais dinâmicos, projetados visando o usuário. Fornecer espaços empolgantes e criativos ajuda a construir comunidades de educandos fortes e vibrantes.

Na Biblioteca Pública de São Francisco, temos dois exemplos de como transformamos espaços para servir melhor a nossa comunidade. O primeiro é um novo espaço que combina todos os aspectos dos Novos Conhecimentos. Isso inclui conhecimento precoce, conhecimento adulto básico e conhecimento tecnológico. O espaço é chamado de **The Bridge at Main** (A Ponte ao Principal). O espaço inclui Projeto Ler, a Biblioteca do Centro

do Conhecimento Adulto, onde voluntários ensinam aos adultos a leitura básica. Ele inclui igualmente espaços de estudo, uma classe onde a equipe de bibliotecários ensinará habilidades computacionais bem como fornecerá acesso a muitas ferramentas de aprendizado *online* e bancos de dados. Uma dessas ferramentas *online* certificará um diploma do colegial. O nosso banco de dados *Mango Language Learning* (Aprendizado de Linguagem Mango) oferece 64 diferentes aprendizados de linguagem, acessíveis 24 horas por dia, sete dias por semana e tem mais de 5000 usuários registrados. A Ponte ao Principal fornecerá àquele centro recursos de aprendizado, aulas e, mais importante, pessoas que podem ajudar.

Adultos jovens entre as idades de 13 a 18 anos são um grupo desafiador para se manter motivado e comprometido com o aprendizado. A biblioteca está empenhada em novas abordagens para atrair adolescentes ao projetar programas com foco em seus interesses. As pessoas jovens querem passar pela experiência do aprendizado vindo juntas, em equipes e compartilhar informações através dos meios de comunicação tais como Twitter e Facebook. Elas querem criar e compartilhar conteúdos. Tendo isso em mente, a Biblioteca Pública de São Francisco convidou adultos jovens para nos relatar o que eles gostariam de ter em um novo centro adolescente na biblioteca. Os adolescentes trabalharam em colaboração com os arquitetos para projetar um laboratório de aprendizado digital de meios de comunicação. O **Mix at Main** (Mixagem no Principal), um novo centro de comunicação digital adolescente está agora sendo construído na Biblioteca Principal e estará de portas abertas na primavera de 2015. O *Mix* incluirá um laboratório de produção em áudio e vídeo, um espaço criador, livros, computadores e equipamento de comunicação de última geração. O *Mix at Main* oferecerá uma combinação singular de tecnologia, criatividade, aprendizado e monitoramento para adultos jovens que redefine as bibliotecas para o século 21. Ele exporá os jovens à robótica, comunicação digital, mecanismos que irão, promissoramente, produzir os nossos futuros engenheiros e cientistas.

## **Recursos da comunidade para empregos, carreiras e cidadania:**

A biblioteca pública se tornou um parceiro chave ao fornecer recursos para o desenvolvimento da força de trabalho, procura por emprego, recursos de cidadania e outras habilidades para a vida. Durante a recessão econômica, muitos residentes se voltaram para a biblioteca para ajuda. Por exemplo, ao se submeterem para o trabalho, os empregadores exigiram formulários que teriam de ser enviados *online*. Muitas pessoas que perderam os seus empregos não tinham habilidades com computador ou acesso aos computadores. A biblioteca forneceu um lugar para adquirir as habilidades para computação e procurar por emprego. As nossas bibliotecas oferecem uma variedade imensa de *workshops* e programas para carreiras, emprego e negócio.

Por exemplo, o nosso bibliotecário para emprego dá uma aula mensal que orienta aqueles que procuram emprego através de recursos *online*. A maioria das aulas de desenvolvimento de força de trabalho se torna possível graças à construção de relacionamento e parcerias. Procuramos organizações e indivíduos qualificados na comunidade, que irão ministrar aulas, na biblioteca, de como montar um currículo, como usar o LinkedIn e comunicação social. Além das aulas e programas na biblioteca, nós apresentamos também um panorama geral de nossos serviços e recursos a grupos em seus locais, incluindo treinamento no trabalho e pequenos negócios. No primeiro semestre deste ano, os nossos programas para o desenvolvimento da força de trabalho atraíram quase 2,400 atendimentos.

A Biblioteca é igualmente um recurso fundamental para atender as necessidades de uma comunidade diversificada e multilingual. Ele começa tecendo coleções diversas e fortes, incluindo formato impresso e eletrônico em uma variedade de línguas. Esses recursos refletem dialetos de linguagem, bem como diferenças culturais e de aprendizado. Devemos enfatizar a facilidade de uso e a eliminação de barreiras, necessárias para acessar essas

coleções. O *International Center at the Main Library* (Centro Internacional da Biblioteca Principal) tem coleções em mais de 60 línguas e equipe que é fluente em várias línguas. A Cidade de São Francisco é líder na nação ao adotar o *Language Access Ordinance* (Regulamento de Acesso à Língua), que exige que as encadernações de informação, programas e recursos sejam acessíveis em múltiplas línguas.

### **Recursos à cidadania:**

A equipe da Biblioteca projetou também um *website* da biblioteca em línguas múltiplas para explicar os diversos recursos no sentido de ajudar as exigências de cidadania nos Estados Unidos. Esse endereço serve como uma importante necessidade em uma comunidade diversificada como São Francisco. No ano passado, foram recebidas mais de 55.000 visitas nesse *website*, demonstrando quão importante esse serviço tem sido. Em um caso particular, um empregador não conseguiu obter um certificado de nascimento de seu País de origem devido à instabilidade política de seu País após a sua partida. Ele precisava provar a sua idade para demonstrar a elegibilidade para os benefícios de aposentadoria de seu sindicato. A equipe da biblioteca foi capaz de identificar a documentação de Seguridade Social para que ele pudesse formalizar e conseguir a verificação de sua data de nascimento.

### **Acesso à tecnologia:**

A biblioteca pública nova é uma de suas instituições principais, ajudando a fazer a ligação da divisão digital. Nos Estados Unidos da América, mais de 75% das bibliotecas são a fonte básica para o acesso gratuito à *internet*, bem como o treinamento na utilização da tecnologia da informação. No ano passado, mais de 600.000 horas de acesso gratuito à *internet* foram disponibilizadas aos usuários da biblioteca.

Há muitos anos, a Biblioteca Pública de São Francisco iniciou a verificação de computadores *laptop* de seus usuários para utilização na biblioteca. Desde 2013, quando começamos a oferecer o empréstimo de *laptops*, cerca de 25.000 *laptops* foram emprestados. A fim de fornecer uma forma mais simples de emprestar *laptops*, estamos em fase de experimentação com quiosques de computador que permitem aos usuários tomar emprestado um *laptop* ou *tablet* simplesmente inserindo seu cartão de biblioteca. Esse projeto piloto foi introduzido em três filiais e tem demonstrado ser muito popular. O empréstimo de *laptop* tem se tornado um dos itens de circulação mais elevados em nosso sistema, o que demonstra uma elevada necessidade de acesso aos computadores.

Igualmente importante é a necessidade de ensinar habilidades de computação para as pessoas. Em um recente relatório pela *American Library Association* (Associação Americana de Bibliotecas) sobre acesso tecnológico (*ALA Public Funding and Technology Access 2012*) (Fundação Pública e Acesso à Tecnologia 2012), 62% das bibliotecas relatou que elas são a única fonte de acesso gratuito à *internet*. A Biblioteca Pública de São Francisco não é exceção. Ela oferece aulas em várias línguas que ensina aos educandos habilidades básicas de computação e habilidades a quem procura informações mais avançadas. A nossa equipe também estabeleceu um Grupo Adolescente de Computação que ensina a adultos mais velhos como usar computadores – de *IPads* e *laptops* a computadores pessoais.

As Bibliotecas Públicas são os novos centros educacionais do século 21, considerando que elas são flexíveis ao disponibilizar acesso à tecnologia. Existem vários exemplos de como as bibliotecas estão se tornando os novos centros do conhecimento do século 21 ao adaptarem os seus serviços e programas para lecionar os novos conhecimentos e apoiando os modelos de aprendizado inovativo para a educação do século 21.

## **Bibliotecas como um lugar para a cultura:**

As bibliotecas do século 21 serão um local para documento, para arquivo e para celebrar a cultura. Nesse sentido, os bibliotecários serão os guardiões da cultura máxima ao liderar os esforços e projetos para congregar, digitalizar e preservar as histórias e os meios de vida de nossas comunidades. Com o avanço acelerado de mudanças que varrem o mundo, é importante perpetuar as nossas construções, a arquitetura, os espaços cívicos e o nosso povo para as futuras gerações. Com o advento de novas tecnologias, tais como equipamento scanner, a digitalização de projetos pode servir como ferramentas para coletar e organizar as coleções culturais e arquivos circunvizinhos e torná-los acessíveis através de plataformas eletrônicas. Muitas bibliotecas estão contratando os residentes das vizinhanças para compartilhar as suas fotografias, escaneando e digitalizando-as para preservar os aspectos específicos de suas comunidades. As Bibliotecas são Guardiões Culturais. Em São Francisco, por exemplo, o *Shades Neighborhood Project* (Projeto Vizinhança de Matizes) coleciona fotografias históricas vindas dos residentes, que vivem em uma variedade de vizinhanças diversificadas. Em outubro deste ano, a Biblioteca patrocinou a *Latino Heritage* (Herança Latina) para proporcionar conhecimento especializado na organização e preservação de fotografias, colecionar e digitalizar os arquivos da família.

## **Inovando para o futuro:**

Hoje e no futuro, as bibliotecas precisam se reinventar constantemente. Podemos permanecer, ainda, leais à nossa missão fundamental ao permitir o acesso à informação e promover a leitura. Todavia, precisamos reexaminar o modelo tradicional para alterar mais o foco ao levar a biblioteca até as pessoas. Isso significa que temos de reformular os modelos de serviço para um mais proativo no alcance comunitário e para oferecer serviços que tenham como meta o usuário. Precisamos, igualmente, tornar as nossas bibliotecas mais acessíveis como espaços comunitários para educação e compromisso cívico.

Agora é a hora de reinventar a maneira como fazemos o nosso trabalho. Os bibliotecários têm notáveis conjuntos de habilidades para ajudar a construir a comunidade, ensinar os novos conhecimentos e redefinir as nossas bibliotecas públicas como centros de aprendizado e conhecimentos do século 21 que irão ajudar a solidificar as informações da divisão digital e social. Agradeço aos meus colegas de todo o Estado de Minas Gerais pela oportunidade de compartilhar as minhas visões e as oportunidades de aprender com vocês sobre o futuro empolgante que espera os bibliotecários e a biblioteconomia.

## ANEXO C

### Código de Ética do Bibliotecário: breves comentários

Regina Céli de Sousa<sup>16</sup>

#### INTRODUÇÃO

A ética é uma ciência que define o que é virtude, o que é bom ou mal, certo ou errado. É, portanto, um parâmetro para a consciência humana, sustentando e dirigindo as ações humanas, norteando a conduta individual e social.

A ética é universal, enquanto estabelece um código de conduta moral válido para todos os membros de uma determinada sociedade e, ao mesmo tempo, tal código é relativo ao contexto sócio-político-econômico e cultural no qual vivem os sujeitos éticos e onde realizam suas ações morais.

#### O QUE É ÉTICA?

Podemos compreender a ética como um conceito que nos auxilia a melhorar o ambiente ou convívio humano, tornando-o materialmente sustentável, psicologicamente integrado e espiritualmente fecundo.

Ela existe como uma referência para os seres humanos que vivem em sociedade, de modo que a sociedade possa se tornar cada vez mais humana. Deve ser incorporada pelos indivíduos sob a forma de uma atitude diante da vida. Tanto quanto a moral, não é um conjunto de verdades fixas, imutáveis. A ética é dinâmica e, portanto, evolui e muda. Como exemplo basta lembrarmos que, um dia, a escravidão foi considerada natural.

A ética profissional é o conjunto de normas que formam a consciência do profissional e representa os imperativos de sua conduta. Representa aos profissionais o compromisso e o cumprimento com todas as atividades de sua profissão. Tudo baseado nos princípios determinados pela sociedade e pela sua comunidade profissional.

#### SOBRE O CÓDIGO DE ÉTICA

A ética é um elemento regulador do desenvolvimento histórico-cultural da humanidade. Sem referência de princípios éticos fundamentais e comuns a todas as nações, religiões entre outras, a humanidade já teria se consumido até a autodestruição.

Todo código é um acordo explícito entre os membros de um grupo social: uma categoria profissional, um partido político, uma associação civil entre outras. O objetivo de um código é explicitar a maneira como aquele grupo social constituído pensa e define sua própria identidade política e social e como aquele grupo social se compromete a realizar seus objetivos particulares ou profissionais de um modo compatível com os princípios universais da ética. Neste sentido, um código de ética começa pela definição dos princípios que o fundamentam e se articula em torno de dois eixos de normas: direitos e deveres.

---

<sup>16</sup> Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia.

## A ÉTICA PROFISSIONAL DOS BIBLIOTECÁRIOS

A ética é inerente à vida humana e, portanto, ao relacionamento social. Desta forma, sua importância é evidenciada na nossa vida profissional, uma vez que as responsabilidades individuais e sociais envolvem diferentes atores que se inter-relacionam (Valentim, 2004, p. 59).

O profissional da informação deve exercer a ética profissional como qualquer outro profissional. Ao estabelecê-la nos espaços informacionais de atuação, tanto ele estará se fortalecendo quanto a organização em que atua, porquanto que institui um padrão comum explícito de avaliação e assegura critérios convergentes de ação.

É ainda indispensável a todo profissional, porque na ação humana "o fazer" e "o agir" estão interligados.

O **fazer** diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão.

O **agir** se refere à conduta do profissional, ao conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão.

## BREVE HISTÓRICO DO CÓDIGO DE ÉTICA BIBLIOTECÁRIO

Antes do atual código de ética vigente, outros existiram. Segundo SOUZA (1994), em 1961, durante o III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, a bibliotecária Laura Russo apresentou trabalho intitulado "Deontologia e ética profissional" que, em 1963, transformou-se num pequeno Código de Ética do Bibliotecário, lembrando que a profissão ainda era recém-regulamentada. Foi a própria Laura Russo, então primeira presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia que, em 1966, promove adaptações ao Código existente, publicando as primeiras Resoluções sobre a matéria. Nesse sentido, destaca-se a Resolução 04/1966, ao tratar da criação dos 10 (dez) Conselhos Regionais, no artigo 10 – sobre as duas comissões permanentes do CRB:

- a) Tomada de Contas.
- b) Comissão de Ética Profissional, constituída por 3 (três) Conselheiros efetivos, sem cargo na Diretoria e presidida pelo 1º Secretário, encarregado de estudar e dar parecer sobre os assuntos referentes à ética dos que exercem atividades em Biblioteconomia e Documentação.

Especificamente, a Resolução de número 5/1966 sobre Ética, que substancia as normas dos deveres profissionais do Bibliotecário, representa o primeiro código, assim estruturado:

Art. 1º. O bibliotecário deve preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana.

Art. 2º. O bibliotecário deve, acima de tudo, capacitar-se de que a sua profissão não se exerça num círculo restrito de interesses pessoais, mas constituir um elemento substancial da Comunidade.

Art. 3º. Aplicará, o bibliotecário, todo zelo e diligência e os recursos de seu saber, em prol do progresso da profissão e bom nome da instituição onde sirva.

Art. 4º. Os deveres do bibliotecário compreendem a defesa dos direitos e interesses que lhe são confiados, o prestígio de sua classe, a dignidade e aperfeiçoamento das instituições biblioteconômicas.

Art. 5º. O bibliotecário não se valerá de sua influência política em benefício próprio quando essa atitude comprometer o direito de um colega ou os direitos da classe em geral.

Art. 6º. Todo bibliotecário deve assumir posição vigilante no momento da feitura das leis, para preservar o caráter técnico-cultural da profissão e os interesses da classe.

**Parágrafo único:** É dever do bibliotecário, sempre que for solicitado a prestar qualquer informação que vise o interesse da classe, comunicar o fato ao CRB a que estiver filiado.

Art. 7º. O bibliotecário deve eximir-se de praticar, direta e indiretamente, ato de natureza pública ou privada capaz de comprometer a sua dignidade, o renome da produção e a fiel observância da regulamentação profissional.

Art. 8º. Havendo queixas sérias e documentadas de caráter profissional contra um colega, seja qual for o cargo ocupado, é de obrigação representá-las ao CRB através de sua Associação de Classe.

Art. 9º. São condenáveis e devem ser prescritas as discussões de caráter pessoal pela imprensa, falada e escrita.

Art. 10º. Não deve, o bibliotecário, apontar falhas da formação profissional ou associativa brasileira em Congressos ou Reuniões Internacionais, deixando para fazê-lo em suas Associações de Classe, em Reuniões e Congressos Nacionais.

Art. 11º. Declinará, o bibliotecário, do mandato para o qual tenha sido eleito, logo que lhe sinta faltar a confiança dos seus colegas.

Art. 12º. No caso de renúncia de mandato, terá, o bibliotecário, o maior cuidado em preservar a defesa dos direitos a ele confiados e abster-se-á de declaração pública.

Art. 13º. Deve o bibliotecário levar ao conhecimento de sua Associação de Classe, com discrição e fundamentos, as transgressões das normas deste código, cabendo à Associação encaminhar o assunto à consideração do CRB, se necessário.

Art. 14º. Quando em dúvida sobre questão de ética profissional, não prevista neste código, o bibliotecário deve, antes de qualquer atitude, apresentar o caso em termos gerais à consideração de sua Associação de Classe.

Art. 15º. Caberá ao Conselho Regional de Biblioteconomia aplicar as sanções previstas no seu regulamento e recorrer, se necessário, ao Conselho Federal de Biblioteconomia.

Art. 16º. A enumeração dos preceitos expressos neste Código, não exclui outros deveres que aos bibliotecários impõem as Leis e Regulamentos que regem o País, nem os que resultem da independência, probidade, virtudes que hão de ser as inspiradoras de todos e de cada um de seus atos da vida profissional.

Art. 17º. Qualquer modificação deste Código somente será feita em Reunião Planária do CFB, em virtude de proposta de um de seus membros ou de qualquer Conselho Regional.

Art. 18º. O presente Código, aprovado em 13 de julho de 1966 entrará em vigor em todo o Território Nacional, cabendo aos Conselhos Regionais e Associações de Classe promover a sua mais ampla divulgação.

Art. 19º. Revogam-se as disposições em contrário.

São Paulo, 13 de julho de 1966.

Laura Garcia Moreno Russo, Presidente;

Alice Camargo Guarnieri, 1º. Secretario.

São 19 artigos, sendo 18 específicos. Em realidade é uma relação de deveres profissionais, alguns, inclusive, restringindo a liberdade de expressão, mas dentro do contexto de sua época.

Em 1974, o presidente do CFB, professor Murilo Bastos da Cunha, realiza novas alterações através da Resolução nº. 109/1974. Esta Resolução foi posteriormente revista e atualizada pela Resolução nº. 327/1986, que vigorou até a publicação da Resolução CFB nº. 42/2002. Porém é a que serve de base efetivamente, com normas permanentes entre as revisões, diferente da primeira Resolução em que o artigo 1º se manteve como juramento profissional. É, também, a que acrescenta o termo pessoas físicas e jurídicas que se dediquem profissionalmente à atividade bibliotecária. A Resolução 109 acrescentava em sua criação a seguinte observação:

Considerando que, com a audiência dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, chegou-se a uma conclusão lógica de dispor uma redação mais atual que permita soluções adequadas para os problemas referentes à ética profissional.

Também, a partir desta Resolução, se introduz a divisão dos capítulos em:

- Objetivos
- Deveres e proibições fundamentais
- Deveres em relação aos colegas e à classe
- Deveres em relação aos usuários

- Do procedimento no Setor Público ou Privado
- Dos honorários profissionais
- Das infrações disciplinares e penalidades
- Extensão do código
- Modificação do código
- Aplicações de sanções
- Vigência do código

## O CÓDIGO DE ÉTICA DO BIBLIOTECÁRIO

A primeira norma ética a disciplinar a atividade bibliotecária é a Resolução nº. 06/66 que, com apenas dois artigos, aprova o texto do **Juramento Profissional**, e define o principal compromisso do bibliotecário com sua profissão e com a sociedade. Apresenta o seguinte texto, o qual todo profissional deve saber de cor:

Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana.

O mais importante documento referente à questão ética do bibliotecário é a Resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia, nº. 42, de 11 de janeiro de 2002, que fixa as normas de conduta para as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades profissionais em Biblioteconomia. O código é composto de 20 (vinte) artigos, divididos em 8 (oito) seções assim nomeadas:

- Dos objetivos
- Dos deveres e obrigações
- Dos direitos
- Das proibições
- Das infrações disciplinares e penalidades
- Da aplicação de sanções
- Dos honorários profissionais
- Das disposições gerais

Os objetivos determinam a finalidade do código. Os deveres e obrigações referem-se às responsabilidades do profissional para com a categoria, os pares e as instituições e pessoas beneficiadas pelo exercício de sua atividade. Nestes tópicos, convém destacar itens como:

- dignificar através dos seus atos a profissão, tendo em vista a elevação moral, ética e profissional da classe;
- respeitar as atividades de seus colegas e de outros profissionais;

- conhecer a legislação que rege o exercício profissional da Biblioteconomia, assim como as suas alterações, quando ocorrerem, cumprindo-a corretamente e, colaborando para o seu aperfeiçoamento, combater o exercício ilegal da profissão;
- citar seu número de registro no respectivo Conselho Regional, após sua assinatura em documentos referentes ao exercício profissional.

Na seção dos deveres, dar ênfase à responsabilidade do Bibliotecário em dedicar-se à sua própria atualização profissional contínua.

Em relação aos direitos do profissional bibliotecário (seção III), encontram-se itens referentes ao direito de exercer a sua atividade com dignidade. Cumpre salientar como exemplos os incisos:

- (b) apontar falhas nos regulamentos e normas das instituições em que trabalha, quando as julgar indignas do exercício profissional, devendo, neste caso, dirigir-se aos órgãos competentes, em particular, ao Conselho Regional.
- (d) defender e ser defendido pelo órgão de classe, se ofendido em sua dignidade profissional.

O código lista em um artigo (art.12) as proibições colocadas ao bibliotecário no exercício da atividade. Neste tópico, como ilustração pode-se destacar:

- (b) nomear ou contribuir para que se nomeiem pessoas sem habilitação profissional para cargos privativos de bibliotecário, ou indicar nomes de pessoas sem registro nos CRB;
- (f) utilizar a influência política em benefício próprio;
- (j) permitir a utilização de seu nome e de seu registro a qualquer instituição pública ou privada onde não exerça, pessoal ou efetivamente, função inerente à profissão.

Nesta seção, a preocupação é com a imagem da profissão projetada junto à sociedade. Na seção cinco, listam-se as penalidades aplicadas aos profissionais diante das infrações disciplinares. As penalidades aplicadas são:

- advertência reservada;
- censura pública;
- suspensão do registro profissional pelo prazo de até três anos;
- cassação do exercício profissional com apreensão de carteira profissional;
- multa de 1 a 50 (cinquenta) vezes o valor atualizado da anuidade.

As penalidades determinadas no código também estão relacionadas à relação do profissional com o Conselho no que se refere ao registro profissional e ao pagamento anual da licença de exercício da profissão. Assim, o código não só aborda as relações do profissional com a sociedade, mas com o órgão de classe responsável pela fiscalização de seu exercício e pela sua atualização continuada.

A seção seis refere-se à operacionalização das seções do código. A seção sétima, enfoca os honorários profissionais. Neste sentido saliente-se o art. 17:

O bibliotecário deve exigir justa remuneração por seu trabalho, levando em conta as responsabilidades assumidas, o grau de dificuldade no

desenvolvimento e efetivação do trabalho, bem como o tempo de serviço dedicado, sendo-lhe livre firmar acordos sobre honorários e salário.

Porém não se fixa nenhuma orientação de parâmetros para valores de honorários ou salários, até mesmo não determina aos Conselhos formalizar algum tipo de acompanhamento que permita subsidiar estimativas de valores. Observa-se, porém, que os Conselhos não têm prerrogativa de Sindicatos.

A seção oitava apresenta as disposições gerais, na qual consta que, qualquer modificação do Código somente poderá ser efetuada pelo CFB, nos termos das disposições legais, ouvidos os CRB.

Muito embora o código seja composto de 20 artigos, em realidade as normas são apenas 18 artigos. Mesmo assim, poucos bibliotecários e estudantes de biblioteconomia conhecem integralmente os artigos ou a Resolução Ética.

Uma crítica que se faz ao código é o seu caráter generalista, podendo ser aplicado a qualquer profissão. Pode ser considerado um manual de bom comportamento, orientando como proceder na vida profissional e na sociedade. Mesmo assim, é o instrumento legal a reger a vida profissional do bibliotecário (SOUZA, 1997).

Outra norma ética, merecedora de citação, é a Resolução nº. 152/76, que dispunha sobre normas de conduta do bibliotecário quando na atividade de supervisão de estágio de alunos de biblioteconomia.

Essa resolução era direcionada tanto aos Professores Coordenadores de Estágio, quanto para os bibliotecários designados, nas diversas bibliotecas, para supervisionar os estagiários de Biblioteconomia. O objetivo da norma era que as práticas discentes fossem supervisionadas e que as implicações éticas da atividade profissional e das responsabilidades sociais da categoria e do profissional, em particular, fossem do conhecimento do estudante. Assim, ao ofertar estágios aos estudantes de Biblioteconomia, os profissionais teriam a corresponsabilidade de orientar sobre a postura ética no desempenho das atividades realizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As futuras atualizações do Código de Ética devem ser ajustadas ao novo cenário de colaboração, interação, comunicação entre os profissionais.

Porém, o estudo nunca estará esgotado em relação à sua atualização. A existência e evolução das práticas-teóricas biblioteconômicas determinarão o quanto esse instrumento será fundamental para estabilizar o exercício profissional junto à dinâmica das necessidades sociais e às novas responsabilidades advindas das mudanças do universo informacional.

## REFERÊNCIAS

CONSELHO Federal de Biblioteconomia. **Código de Ética Profissional do Bibliotecário**. Disponível em: <http://www.cfb.org.br>. Acesso em: 3 ago.de 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 6/1966**. Disponível em: <http://www.cfb.org.br>. Acesso em: 3 ago. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 109/1974.** Disponível em: <http://www.cfb.org.br>. Acesso em: 3 ago.de 2014.

SOUZA, Sebastião. **O CFB e a Ética Profissional.** Brasília: CFB, 1997.

VALENTIM, Martim L. P. Ética Profissional na Área de Ciência da Informação. In: \_\_\_ **Atuação Profissional na Área de Informação.** São Paulo: Polis, 2004. (Coleção Palavra-Chave, 14)\

## ANEXO D

### **Seminário Estadual de Bibliotecas Públicas e Escolares e Ética Profissional: espaço de discursos e práticas no Maranhão**

**Maria de Fátima Almeida Braga**

**Leoneide Maria Brito Martins**

#### **1 INTRODUÇÃO**

O panorama nacional em relação à problemática da ausência de bibliotecas nos municípios brasileiros, em particular no Maranhão, suscitou em profissionais da biblioteconomia a necessidade de planejar um movimento que resultasse na provocação de um amplo debate em torno da Lei nº. 12.244 de 2010, que visa à universalização das bibliotecas escolares no Brasil até 2020. Havia, também, aliada a esta questão, outro aspecto motivador e este se deu em razão das grandes dificuldades enfrentadas pela 11ª gestão do CRB-13 (triênio 2012/2014), quando a presidente do CRB-13, Silvelene da Silva Evangelista, administrava o órgão de forma solitária e sem o apoio necessário dos conselheiros e da classe bibliotecária maranhense, embora tenha contado com poucas exceções, no momento em que demandava a participação de algum conselheiro.

Por outro lado, do término da 11ª gestão do CRB-13 estava se aproximando, não havia no horizonte qualquer manifestação de interesse da classe em concorrer ao pleito. Caso isso ocorresse, somado às dificuldades financeiras, administrativas, fiscalizatórias e o atraso de suas obrigações frente ao Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), havia forte iminência de o CRB-13 ser rebaixado à categoria de Delegacia. Nessa situação, houve a necessidade de se provocar uma mobilização da categoria bibliotecária com o intuito de provocar o surgimento de candidaturas para concorrer às eleições da nova gestão para o triênio 2015/2017.

Nesse contexto de dificuldades, e consciente de que quem tem o problema deve também ter a solução, a então presidente do CRB-13, Silvelene Evangelista, solicitou uma reunião com a chefe do Departamento de Biblioteconomia (DEBIB), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Profa. Dra. Aldinar Martins Bottentuit e com a conselheira federal, Profa. Dra. Maria de Fátima Almeida Braga, representante do Maranhão junto ao CFB, que acataram a solicitação. Nessa reunião, no mês de junho de 2014, ela expôs suas preocupações e apresentou a ideia de realizar um seminário, em conjunto com o DEBIB/UFMA, com o intuito de congrega a classe e discutir questões reais em torno das bibliotecas públicas e escolares, além de ser uma oportunidade de mobilização para formar uma chapa para concorrer às eleições do CRB-13 para o triênio 2015/2017.

O Departamento de Biblioteconomia da UFMA abraçou a causa e convocou outros professores para desenvolver o projeto. Formou-se, então, a comissão que iria organizar o evento, composta pela presidente do CRB-13, Silvelene Evangelista, e pelas professoras do Departamento de Biblioteconomia da UFMA, Maria de Fátima Almeida Braga, Aldinar Martins Bottentuit, Leoneide Maria Brito Martins, Maria Mary Ferreira e Maria Cléa Nunes.

Após as primeiras reuniões, deliberou-se que era fundamental e estratégico ampliar o alcance do evento, estabelecido com caráter de seminário e assim foi constituído o "Seminário Estadual de Bibliotecas Públicas e Escolares e Ética Profissional", promovido em parceria entre o Conselho Regional de Biblioteconomia – 13ª Região, a Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão (APB-MA) e o Departamento de Biblioteconomia da UFMA, a ser realizado no período de 11 a 12 de setembro de 2014.

A justificativa para a realização do evento fundamentava-se primeiramente devido à necessidade de retomar o debate em torno da realidade e atual situação das bibliotecas públicas e escolares no Estado do Maranhão e das políticas públicas em desenvolvimento, assim como atualizar o debate em torno da Lei nº. 12.224/2010, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, e sua relação com o Plano Nacional de Educação (PNE), e, também, do Projeto de Lei nº. 3.737/2012, que dispõe sobre o princípio de universalização das bibliotecas públicas no Brasil.

Contudo, a pauta abrangia outro aspecto importante, como o de congregar a categoria de bibliotecários para um debate em torno da revitalização dos organismos de classe no Maranhão e do exercício profissional bibliotecário, considerando a necessidade de compor chapas para concorrer às próximas eleições para a 12ª gestão do CRB-13 e para a Associação Profissional de Bibliotecários do Maranhão (APB-MA). Quanto à importância do eixo temático sobre Ética Profissional no seminário, este passou a ser considerado não apenas oportuno, mas adequado em relação aos objetivos pretendidos.

O evento foi realizado no Auditório da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais da UFMA na Cidade Universitária do Campus I de Bacanga em São Luís/MA, no período de 11 a 12 de setembro de 2014. A abertura oficial contou com as presenças das presidentes do CFB, Regina Céli de Sousa, e a do CRB-13, Silvelene da Silva Evangelista, da Chefe do DEBIB da UFMA, Profa. Dra. Aldinar Martins Bottentuit, da representante do Reitor da UFMA, Profa. Cenivalva Miranda de Sousa Teixeira, do Secretário Municipal de Educação, Prof. Geraldo Castro Sobrinho e do Diretor do Centro de Ciências Sociais da UFMA, Prof. Dr. César Augusto Castro.



**Fotografia 1: Mesa de Abertura do Seminário**

Fonte: RODRIGUES, 2014

Após a cerimônia de abertura do Seminário, na manhã do dia 11 de setembro, realizou-se a mesa-redonda sobre o tema “Políticas Públicas de Bibliotecas Escolares no Maranhão”, apresentando-se uma visão diagnóstica em torno da situação das bibliotecas escolares e quais as políticas implantadas ou em desenvolvimento no Estado do Maranhão. Os convidados palestrantes foram a Profa. Dra. Eliane Lourdes da Silva Moro, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(FABICO/UFRGS), e Conselheira do CFB, o Prof. Geraldo Castro Sobrinho, Secretário Municipal de Educação de São Luís, tendo como mediadora a Profa. Dra. Maria de Fátima Almeida Braga, do DEBIB/UFMA. Ressalte-se que, para essa mesa foi convidado, também, o Secretário de Estado de Educação, Danilo de Jesus Vieira Furtado, que não compareceu e nem enviou representante.



**Fotografia 2: Mesa redonda sobre bibliotecas escolares**

Fonte: RODRIGUES, 2014

Antes de iniciar sua conferência, intitulada “Bibliotecas Escolares e Públicas Abertas e Acessíveis Para Todos!”, a professora Eliane Moro declarou-se emocionada e feliz pelo convite, ressaltando o grande carinho que nutre pelo Maranhão. Nessa temática, o enfoque da professora Eliane Moro foi voltado para o importante papel social e o desempenho das bibliotecas que, ao longo da sua história, abrigam o legado do conhecimento da humanidade, entretanto, elas não se limitam somente a essa função, uma vez que atualmente são consideradas “[...] espaços ideais para o acesso e manuseio cotidiano dos livros, além da prática de leitura, e contribuem, portanto, de forma expressiva para o desenvolvimento do gosto e da capacidade de leitura [...]”<sup>17</sup>.

“O brasileiro gosta de ler!”, desmistificou Eliane Moro. Dentre as questões abordadas, a professora apresentou dados do Programa Todos Pela Educação, em que 72,5% das escolas brasileiras funcionam sem bibliotecas. Segundo ela, esse dado é preocupante, pois, na sua concepção, o brasileiro gosta de ler, mas não tem as oportunidades para exercer o direito de ler, pelas dificuldades de acesso ao livro e à literatura de qualidade. Essa estatística reforça ainda mais a necessidade de ampliarmos o debate em torno da aplicabilidade da Lei nº. 12.224, de 24 de maio de 2014, ao estabelecer que todas as instituições de ensino, públicas e privadas, de todos os sistemas de ensino do País terão bibliotecas até 2020. Eliane Moro apresentou também os dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), 2003, em relação aos alunos da 4ª série (atual 5º ano), constatando que os benefícios de uma biblioteca só podem ser evidentes quando há maior proficiência em leitura por até 25% dos alunos da escola que fazem uso dela; esse número aumenta quando mais de 75% dos alunos a utilizam regularmente.<sup>18</sup> Confrontando com dados das

<sup>17</sup> ECOFUTURO.

<sup>18</sup> Dados do SAEB 2003 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - para alunos da 4ª série (atual

bibliotecas públicas, a professora questionou como isso é possível se atualmente 152 municípios brasileiros não têm bibliotecas e, dos que as têm, apenas 24% funcionam à noite. Desse total, somente 12% funcionam aos sábados<sup>19</sup>. Segundo a professora, “[...] a biblioteca pública está aberta para ninguém, ela só funciona no horário que o estudante está na escola e o profissional no trabalho, como ele terá acesso assim?”

Ressaltou que o Plano Nacional de Educação (PNE), em sua Meta 7.17 que trata do aprendizado adequado na idade certa, tem como objetivo dotar todas as escolas públicas de Educação Básica com acesso ao usuário com necessidades especiais, incluindo aí acesso também às bibliotecas, ao uso de tecnologias que ampliem o conhecimento a bens culturais, hoje acessíveis a uma restrita camada da população, dentre outros aspectos inerentes ao bom andamento de uma escola que se pretende com qualidade.

Ainda segundo Moro, sua perspectiva sobre a biblioteca escolar, nesse século XXI, é de uma biblioteca que pulsa vida, é descoberta, alegria, prazer. Para ela, imaginar uma biblioteca sem o burburinho de seus leitores, repletos de sonhos, expectativas, desejos é pensar em biblioteca como depósito, mausoléu como era concebida em outros tempos atrás, quando a biblioteca constituía-se num local de silêncio, quase um templo sagrado. (MORO; ESTABEL, 2003).

Nesse século XXI, a *WEB* pode ser uma grande aliada da biblioteca escolar, uma vez que os efeitos do uso da informação compartilhada entre educadores, bibliotecários e alunos podem encaminhar para uma rede integrada de comunicação, permitindo o estabelecimento de novas relações entre os indivíduos e a sociedade (MORO; ESTABEL, 2004). A professora destacou também que bibliotecários, professores e alunos devem atuar como produtores de informação construída cooperativamente, e, portanto, passam a fazer parte da rede social que possibilita novas aprendizagens e interconexões no próprio espaço da biblioteca escolar. A responsabilidade sobre a biblioteca escolar cabe às autoridades locais, regionais e nacionais, logo deve ser apoiada em políticas e legislação específicas. Sendo ela parte integrante do processo educativo, tem a missão de promover serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios. Cabe à biblioteca escolar desenvolver estratégia em longo prazo, com vistas ao desenvolvimento de competências de leitura e escrita, fortalecendo a educação e contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural.

Nesse contexto, Eliane Moro reafirma que o bibliotecário é o profissional qualificado, responsável pelo planejamento e pela gestão da biblioteca escolar e deve dispor de uma equipe adequada, para atuar em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e em sintonia com bibliotecas públicas e outras instituições. Citou também algumas funções do bibliotecário que atua em biblioteca escolar, a saber: promover ações culturais para que a biblioteca seja um espaço de promoção e estímulo à leitura; ser o mediador entre o livro, o texto e o leitor; a família, os professores e o bibliotecário devem ser partícipes nas ações de leitura implementadas na escola; ser um parceiro constante nas políticas de leitura.

Eliane Moro apresentou dados de projetos mobilizadores das bibliotecas escolares e públicas como: o Seminário de Bibliotecas Escolares e Públicas e Ética Profissional, promovido pelo Sistema CFB/CRB, o Fórum Gaúcho pela Melhoria de Bibliotecas Escolares e Públicas e seus desdobramentos promovidos pelo CRB-10 em parceria com a UFRGS, o

---

5º ano).

19 Fundação Getúlio Vargas e MinC.

Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Câmpus Porto Alegre, entre outras instituições. Ressalta que o Aprendiz do Século XXI deve ter competências múltiplas, digital, visual, textual e tecnológica, às quais devem ser somadas à capacitação informacional para acessar, interpretar, selecionar e utilizar a informação de forma ética e criativa. A aquisição dessas competências possibilitará ao aprendiz enfrentar novas situações e desafios num mundo de mudanças tão rápidas e impactantes como o atual.

E finalizou sua palestra destacando que: “Quando a porta da biblioteca fecha, ela priva o cidadão do direito à informação e à leitura. E o mais triste é quando ela se fecha para uma comunidade, pois um povo que não tem acesso à informação vai perdendo os seus objetivos e significados de vida.” (MORO; ESTABEL, 2009).

Em continuidade à Mesa-Redonda sobre o tema “Políticas Públicas de Bibliotecas Escolares no Maranhão”, o Secretário Municipal de Educação, professor Geraldo Castro Sobrinho, traçou um panorama da realidade da rede municipal de ensino e apresentou as ações em desenvolvimento e previstas para execução pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Na oportunidade, o titular da pasta de Educação reafirmou a determinação do prefeito, Edivaldo Holanda Júnior, em garantir que, em São Luís, nenhuma escola será construída sem biblioteca. Para ele, há uma estreita relação entre o uso das bibliotecas escolares e o bom desempenho dos estudantes e, como educadores, entendemos a imensa importância do profissional da área de Biblioteconomia para gerir esse ambiente de descobertas e expansão do conhecimento, afirmou Geraldo Castro.

Geraldo Castro aproveitou o evento para anunciar a abertura de concurso público para preenchimento de 106 (cento e seis) vagas para bibliotecários, com vistas a atender a demanda da rede municipal de bibliotecas. Destacou a criação do sistema de bibliotecas escolares do município e a necessidade de articulação da SEMED com os órgãos de classe, a UFMA, com a participação do DEBIB, para realizar algumas ações em parceria como: organização do concurso, capacitação de gestores das bibliotecas, dinamização dos espaços de leitura e elaboração de diagnósticos. Assumiu ainda o compromisso com a elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PMLLB), em parceria com a Fundação Municipal de Cultura de São Luís (FunC) e Secretaria de Planejamento, bem como a promoção de capacitação de mediadores e elaboração de projetos culturais.

O secretário Geraldo Castro Sobrinho, relembrou, em sua fala, o estigma de algumas bibliotecas, enquanto locais de silêncio, pois intimida alguns leitores, uma vez que o silêncio significa não falar e o não falar acaba soando como não pensar. Esse imaginário coletivo que está se criando precisa ser avaliado, alertou o Secretário e concluiu sua exposição, colocando-se à disposição da plenária para o debate coletivo.

No turno vespertino do dia 11/09/2015, aconteceu a segunda Mesa-Redonda sobre o tema “Políticas de Bibliotecas Públicas no Maranhão”, que foi contemplada com as palestras da Profa. Dra. Maria Mary Ferreira, do DEBIB/UFMA e do Prof. Dr. Francisco Gonçalves, do Departamento de Comunicação da UFMA, e Presidente da FunC, tendo como mediadora a Profa. Dra. Aldinar Martins Bottentuit, do DEBIB da UFMA. Ressalte-se que a Secretária de Estado de Cultura, a Sra. Olga Maria Lenza Simão foi convidada para participar da referida mesa, visto que a Biblioteca Pública Benedito Leite é vinculada à sua Secretaria, mas a Secretária não compareceu e nem se fez representar, embora um *e-mail* enviado no dia anterior comunicava que ela seria representada pela então diretora da Biblioteca Pública Benedito Leite, o que não aconteceu.



**Fotografia 3: Mesa redonda sobre bibliotecas públicas**

Fonte: RODRIGUES, 2014

A palestra da Profa. Dra. Mary Ferreira, do Departamento de Biblioteconomia da UFMA, foi muito significativa e contextualizada, uma vez que apresentou de forma crítica uma discussão profunda sobre o sentido das políticas públicas no Brasil e no Maranhão, apontando as contradições do Estado Brasileiro no reconhecimento dos direitos de cidadania dos brasileiros, em especial, do direito à informação. A professora definiu políticas públicas como “mecanismos para promover mudanças nas condições de vida da população. Vistos também como intervenções do Estado frente às demandas sociais que têm como princípio norteador a promoção da igualdade, da equidade e da justiça social”.

Pensar as políticas públicas no campo das bibliotecas públicas, leitura e informação no atual contexto, subentende-se pensar não só o Brasil em toda a sua diversidade e contradições, mas também pensar o processo de construção da democracia e da cidadania dos brasileiros que emerge a partir de vários fatores entre os quais o acesso à informação, vista como bem social, que dá à população a capacidade de se constituir como sujeito à medida que o acesso é facilitado e garantido pelo Estado.

Segundo Mary Ferreira, a necessidade de mudanças com as quais o País vem se debruçando, desde os movimentos revolucionários que buscavam na república a saída do colonialismo, se insere na luta pela liberdade de expressão e na luta pela melhoria da educação e da cultura. Naquele momento histórico, a necessidade de informação se faz presente pelas iniciativas de setores da sociedade que viam na constituição das bibliotecas públicas uma forma de criar canais de acesso à informação e ao conhecimento à população. Esses primeiros movimentos são considerados mecanismos para socializar o livro, num tempo em que biblioteca e livro ainda eram privilégios de poucos.

O acesso à informação, ao longo da constituição do Estado Brasileiro, vem sendo garantido pelas bibliotecas públicas e pelas bibliotecas escolares de instituições públicas. É um direito historicamente conquistado pela sociedade, consolidado pela Constituição de 1988, em seu artigo 5º, quando o País avançou na construção dos direitos sociais, exigidos pelo povo brasileiro, após um longo período ditatorial. Nos últimos vinte anos, houve avanços significativos, principalmente no governo de Lula/Dilma, quando as bibliotecas públicas e os programas de leitura adquirem maior expressão e maiores investimentos

de recursos públicos para efetivá-los. Ao refletir sobre o Maranhão, Mary Ferreira enfatizou que criar uma política pública para as bibliotecas públicas no Maranhão compreende ações consubstanciadas a acessos a todos os tipos de bens culturais e que tais bens sejam dispostos numa perspectiva mais ampla, democrática e descentralizada.

A professora subsidiou sua análise a partir de indicadores sociais, que mostram que, no Estado do Maranhão, ainda se convive com dados que envergonham a nação e que precisam ser superados, por meio de políticas mais efetivas. Para Mary Ferreira, “os indicadores sociais são instrumentos para medir o grau de desenvolvimento de uma população, para pensar e refletir sobre os problemas que afetam o Estado e as cidades”. Nesse contexto, a professora apresentou vários dados consubstanciados em estatísticas nacionais entre os quais:

- a) o Maranhão é o segundo Estado do Nordeste brasileiro em dimensão geográfica;
- b) sua extensão territorial é de 331.983,293 Km<sup>2</sup>; e, sem dúvida, é um dos fatores que dificultam seu desenvolvimento regional (o Estado de São Paulo, por exemplo, tem 248.209.426 Km<sup>2</sup>);
- c) as distâncias entre São Luís e Imperatriz, Açailândia, Balsas, por exemplo, é de mais de 12 horas de viagem de ônibus;
- d) atualmente, a população do Maranhão está estimada em 6.714.314 hab. (2012), sendo que 41% dos maranhenses vivem na zona rural e 59% se deslocaram para a zona urbana;
- e) é um Estado que tem na sua composição 217 municípios, divididos em 18 microrregiões, mas apenas 5,6% da população têm acesso à rede de internet/inclusão digital;
- f) o Maranhão é o Estado com o maior déficit habitacional relativo do País. Apresenta um índice de 38,1% que equivale ao número de imóveis existentes, dividido pelo de moradias necessárias para suprir a demanda da população. (FGV, 2007); mas tal déficit vem sendo amenizado pelo Programa Federal “Minha Casa Minha Vida”;
- g) em termos de IDH, o Maranhão é um dos Estados mais pobres do Brasil, com um índice de 0,683, comparável ao Brasil no início dos anos 1980. Só fica atrás do Estado de Alagoas;
- h) o IDH entre uma cidade e outra também difere. Enquanto em Imperatriz é de 0,72, no Município de Vargem Grande é de 0,54, bem próximo dos índices dos Municípios de Passagem Franca e Buriti;
- i) quando comparados com cidades como Florianópolis e Porto Alegre com índices de 0,87 e 0,86 respectivamente, observa-se que a esperança de vida dos maranhenses é muito inferior;
- j) o Maranhão é o Estado que tem proporcionalmente a maior concentração de pessoas em condições de extrema de pobreza. (IBGE, 2012), possui, portanto, o maior número de crianças analfabetas no País, entre oito e nove anos de idade. Quase 40% das crianças do Estado, nessa faixa etária, não sabem ler e escrever, enquanto que a média nacional é de 11,5 por cento. (IBGE, 2010);
- k) são 19,03% de analfabetos, fora os funcionais – aqueles que conseguem ler, no entanto, não entendem o contexto;
- l) a escolaridade das famílias maranhenses é baixíssima, 62,82% não concluíram o ensino fundamental. Apenas 5,37% concluíram o ensino médio e menos de 1% está cursando ou já possui algum curso superior. (PROJETO RONDON, 2010). Analfabetos

funcionais são, segundo a UNESCO, aqueles que não conseguiram ultrapassar a 4ª série, momento em que se consolida o processo de alfabetização;

- m) a situação pouco foi alterada em virtude das políticas de inclusão serem lentas e descontínuas.

Na visão de Mary Ferreira, esses indicadores resultam do modelo de desenvolvimento implantado no Maranhão, que dificulta a transformação desta realidade social. Dentre os problemas apontados por Mary Ferreira, que impedem as mudanças da realidade social, cultural, política, econômica e educacional no Maranhão, destacam-se:

- a) a falta de políticas públicas de educação e de cultura que garanta infraestrutura de educação adequada e suficiente para atender às demandas sociais;
- b) a falta de investimentos na agricultura e no apoio aos pequenos produtores;
- c) a ausência de planejamentos participativos que leve em conta as questões regionais e os planos e projetos já iniciados nos municípios;
- d) a falta de uma política de desenvolvimento pautada nas riquezas naturais de cada Região;
- e) a dificuldade de alternância no poder, o que resultou no domínio político de um único grupo durante décadas;
- f) a ausência de espaços de cultura que minimizem as distâncias sociais e as dificuldades de acesso aos bens culturais, em geral centralizados nos grandes centros dos Estados e do País.

A professora Mary Ferreira ressaltou que, para pensar as políticas públicas de bibliotecas, é necessária uma discussão ampla e profunda a partir de quatro momentos históricos:

1º debate – A contraposição entre estado democrático e estado liberal - para entender como o Brasil foi constituindo-se como Estado Nação e como foi implementando estruturas que pudessem garantir os direitos sociais. Neste ponto é importante lembrar que, entre os direitos sociais, se incluem os direitos culturais, conquistas da sociedade pós-guerra e que ainda não se efetivaram em nossa sociedade, haja vista o aparelhamento da cultura e a forma como esta tem sido manipulada pelos governos. Vale aqui destacar as iniciativas do Governo de Getúlio Vargas e João Goulart. Getúlio cria o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão que foi responsável por um projeto ousado de implantação de Bibliotecas Públicas Municipais em todos os Estados Brasileiros.

2º debate – O retrocesso que o Brasil vivenciou com a ditadura militar – período que promoveu um grande atraso na constituição de uma consciência nacional. Há a interrupção de um projeto de nação, com fechamento de bibliotecas e censura aos livros.

3º debate – O Processo de redemocratização do Brasil – a sociedade se mobiliza. As organizações sociais passam a ser repensadas e o Estado redesenha um novo (velho) projeto neoliberal. Na área de políticas culturais, registram-se a extinção do INL e a criação do Departamento Nacional do Livro (DNL), durante o governo do Presidente Collor de Melo. No período de Fernando Henrique Cardoso, marcado pela implantação e consolidação do estado neoliberal, os poderes da Biblioteca Nacional apenas se ampliam, mas houve um sufocamento do projeto das Bibliotecas Municipais.

4º debate – A era Lula/Dilma e o redesenho da constituição de um Estado de Direito – A sociedade se mobiliza em torno do projeto do PT que, depois de quatro tentativas, elege o

Presidente Lula, em 2002. Um novo projeto começa e a ser delineado e implementado. As políticas de cultura são pensadas a partir do “Programa Mais Cultura”, tendo como base uma pesquisa nacional na qual foram definidas diretrizes e linhas de ação que redimensionaram o projeto de bibliotecas, até então pensado no Brasil. Inserido no “Mais Cultura”, se articula o “Programa Livro Aberto”, responsável pela política de Bibliotecas no País.

Quanto à situação das bibliotecas públicas no Maranhão, a professora Mary Ferreira apresentou um quadro demonstrativo que sintetiza as ações ou a inexistência de ações em cada governo, a saber:

	<b>GOVERNO DO MARANHÃO</b>	<b>AÇÕES</b>
1966/1971	José Sarney	
1971/1976	Pedro Neiva Santana	
1976/1979	Oswaldo Nunes Freire	
1979/1982	João Castelo	Implantou um amplo programa de bibliotecas municipais tendo Simone Macieira à frente do projeto
1982/1983	Ivar Saldanha	
1983/1987	Luiz Rocha	dos 125 municípios 108 possuíam bibliotecas
1987/1990	Epitácio Cafeteira	Desestruturou o sistema de bibliotecas; implantou 4 bibliotecas em São Luís; ampliou a Biblioteca Pública Benedito Leite – Seção Escolar
1990/1991	João Alberto	
1991/1994	Edson Lobão	Iniciou o projeto “Farol da Educação”
1994/1998	Roseana Sarney	Deu continuidade ao Projeto dos Faróis
1998/2001	Roseana Sarney	Fechamento e extinção das bibliotecas municipais em grande parte dos municípios
2002/2006	José Reinaldo	Pouco investiu em bibliotecas
2007/2008	Jackson Lago	Implantou o Programa “Livro Aberto” – em 2007, 25 bibliotecas foram implantadas; em 2008/2009, mais 50 foram conveniadas; ampliou o acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)
2009/2010	Roseana Sarney	Deu continuidade ao Programa “Livro Aberto” - reformou a BPBL
2011/2014	Roseana Sarney	Decadência dos Faróis da Educação com o fechamento em vários bairros de São Luís e municípios

**Quadro 1: Ações governamentais no âmbito das bibliotecas públicas no Maranhão**

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

O “Programa Livro Aberto”, implantado no Maranhão em 2007, favoreceu a criação de bibliotecas em 24 municípios maranhenses que careciam desse tipo de investimento, a saber: São Pedro dos Crentes, Formosa da Serra Negra, Santana do Maranhão, Capinzal do Norte, Colinas, Porto Rico do Maranhão, Amapá do Maranhão, Maranhãozinho, Milagres do Maranhão, Senador La Roque, Feira Nova do Maranhão, Centro Novo do Maranhão, São Domingos do Azeitão, Arame, Centro do Guilherme, Miranda do Maranhão, Raposa,

São João do Carú, Igarapé do Meio, Buriti Bravo, Penalva, Gov. Luiz Rocha, Santo Amaro, Turilândia.

Com base em indicadores da Fundação Getúlio Vargas, a professora apresentou algumas análises em relação ao funcionamento das bibliotecas implantadas pelo “Programa Livro Aberto”, destacando: quais as ações implementadas pelo Estado para melhorar o funcionamento das bibliotecas; frequência à biblioteca e programação cultural; qual o acervo das bibliotecas municipais; e quem atua nessas bibliotecas (inclusive, o fato de que o Estado não realiza concurso público há vários anos para bibliotecários).

Nas suas considerações finais, a palestrante relatou que, após 15 anos, praticamente todos os 217 municípios maranhenses tiveram bibliotecas implantadas, porém alertou que muitas dessas bibliotecas, implantadas em 2007, atualmente encontram-se fechadas, demonstrando que, no Maranhão, as políticas públicas, em geral, são constituídas pela descontinuidade, portanto, precisam ser repensadas a partir de novas perspectivas que incluam ações contínuas na sociedade, de modo a garantir o desenvolvimento das bibliotecas públicas e o direito de acesso aos bens culturais, dentre eles o livro.

Ao final de sua palestra, Mary Ferreira considerou pertinente que, no período próximo às eleições de outubro/2014, para o Governo do Estado, composição dos deputados para a Assembleia Legislativa e o Congresso Nacional, a classe de bibliotecários refletisse criticamente alguns pontos como: O que se espera de um governo? Quais os projetos que estão em discussão neste momento pelos dois candidatos ao governo do Estado do Maranhão? O que cada um representa e quais suas propostas para a cultura e para as bibliotecas?

Para Mary Ferreira: “É hora de a classe bibliotecária fazer suas escolhas e se engajar no projeto que considera mais importante para a sociedade e para as bibliotecas”.

Da palestra do presidente da FunC, o professor Francisco Gonçalves, do Departamento de Comunicação Social da UFMA, foi possível extrair algumas contribuições importantes. Dentre elas, destaca-se a contextualização em torno do sentido sobre o que é Cultura, o que são Políticas Públicas de Cultura e qual o papel das Agências Culturais.

Afirmou que, na cidade de São Luís, sob a responsabilidade do poder público municipal, não existem ainda políticas públicas de cultura que contemplem os diferentes segmentos culturais da sociedade, pois o que existe é uma agenda cultural em torno de temas e manifestações culturais, pautadas na cultura popular, que constitui a marca identitária da cidade de São Luís.

Portanto, segundo Gonçalves, agenda cultural divulga e valoriza apenas alguns aspectos e setores da cultura, mas não representa a identidade cultural da cidade num sentido amplo. E frisou que em São Luís, esta se desenvolve em torno basicamente do carnaval de rua – período pré-carnaval e período momesco (bandas e desfiles das escolas e blocos tradicionais) e dos festejos juninos (arraiais tradicionais com apresentações de bumba-meu-boi, tambor de crioula, quadrilhas e outras manifestações folclóricas, e uma rica gastronomia regional).

A Fundação Municipal de Cultura (FunC) deveria ser produtora de políticas culturais e não gestora de políticas culturais, como tem atuado ao longo de sua história, afirmou o professor Francisco Gonçalves.

Durante a sua gestão na FunC, o professor afirmou que tem realizado um grande esforço, em conjunto com sua equipe técnica, de sistematizar o processo de elaboração dos mecanismos legais que possam garantir a formulação e implementação de políticas públicas de cultura para o município de São Luís.

Destacou as principais ações de sua gestão, tais como: elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC) com as diretrizes para atender os próximos vinte anos; proposta de criação do Fundo Municipal de Cultura com base na Lei Municipal de Incentivo à Cultura; proposta de decreto para regulamentação da contratação de serviços artísticos; proposta de criação do Sistema Municipal de Cultura; e, a proposta de projeto de lei para criação da Secretaria Municipal de Cultura.

O professor Francisco Gonçalves ressaltou sobre a proposta de institucionalização do Sistema Municipal de Cultura, que integrará diferentes agências culturais, como museu, teatro, biblioteca, cinema, laboratório e centro de formação artística, dentre outras.

Nessa proposta, está prevista a criação de um Sistema Municipal de Informações Culturais, a partir de uma rede de bibliotecas, em que serão criadas outras bibliotecas públicas em bairros estratégicos de São Luís, com base em estudos socioeconômicos e urbanísticos das comunidades.

Na sua concepção, a biblioteca pública municipal deve atuar como um espaço cultural, portanto, é necessário descentralizar e ampliar suas ações, possibilitando-lhe uma maior visibilidade na sociedade.

Encerrou sua palestra, destacando a Feira de Livros de São Luís (Felis), que será a oitava edição no ano de 2014, como uma ação cultural de grande relevância para a sociedade ludovicense e maranhense, sob a gestão da FunC em parceria com várias instituições públicas e privadas. A Feira de Livros tem alcançado um crescimento gradativo a cada ano, uma vez que atinge grande número da população e envolve diferentes segmentos sociais.

Por fim, ressaltou que, na perspectiva de sua gestão voltada para a descentralização cultural, a participação dos bibliotecários, professores e alunos do Curso de Biblioteconomia da UFMA tem sido de grande importância, tendo como coordenadora geral da Feira de Livros de São Luís uma bibliotecária competente, Rita Oliveira, diretora da Biblioteca Pública Municipal José Sarney, a qual foi chamada pelo presidente da FunC para apresentar uma síntese do projeto e da programação da 8ª Felis, a se realizar no período de 31 de outubro a 9 de novembro de 2014.

O segundo dia do evento, 12/09/2014, iniciou-se com a mesa redonda: "Organismos de Classe no Maranhão: Articulação e Mobilização". Estavam programadas para essa mesa, as palestras da Profa. Dra. Silvane Magali Nascimento, do Departamento de Serviço Social/UFMA e das Bibliotecárias Rita Maria Oliveira Teixeira, Diretora da Biblioteca Pública Municipal José Sarney, e Silvelene da Silva Evangelista, Presidente do CRB-13. Quanto à Profa. Silvane Magali esta não compareceu ao evento programado e tampouco se fez representar. Como mediador da mesa, destaca-se a participação do Me. Carlos Wellington Martins, bibliotecário do Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB) da UFMA e também representante da APB-MA.



**Fotografia 4: Mesa redonda sobre entidades de classe**

Fonte: RODRIGUES, 2014

A bibliotecária Silvelene Evangelista, então Presidente do CRB-13, iniciou sua palestra chamando atenção sobre a necessidade de organização de órgãos de classe, a exemplo dos Conselhos e Ordens, e os benefícios que eles trazem para a sociedade, ao evitar o mau exercício profissional ou o exercício ilegal da profissão.

Enfatizou que os conselhos de fiscalização profissional são pessoas jurídicas com identidade própria, direitos e deveres e, como autarquias, têm autonomia e são criados por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria, para executar atividades típicas da Administração Pública, com gestão administrativa e financeira descentralizada.

Apresentou graficamente o Sistema CFB/CRB, com seus 14 Regionais, fazendo uma ligeira incursão sobre a missão, os valores, os objetivos e a política do Sistema. Destacou, então que a missão do Sistema CFB/CRB é promover a difusão da Biblioteconomia e a valorização da profissão do Bibliotecário em benefício da sociedade. Como valores, enfatizou o comprometimento com a ética e a cidadania, respeito à diversidade social e cultural, a transparência nas ações e responsabilidade social. Chamou atenção para os objetivos do Sistema, uma vez que este se traduz em orientar, disciplinar e fiscalizar a profissão de bibliotecário, primando pela fiel observância dos princípios éticos e contribuindo para o desenvolvimento da Biblioteconomia; e, como política, compartilhar informações e melhores práticas para otimização das ações do sistema em busca da excelência dos resultados.

Apresentou a estrutura do CRB-13 seu órgão deliberativo (Plenário), seus órgãos executivo-deliberativos (Diretoria, Delegacias e Microrregiões) e os órgãos de apoio técnico e fiscalização (consultorias, grupos de trabalho, comissões permanentes e temporárias e bibliotecário fiscal). Apresentou ainda as funções de cada um dos órgãos que compõem sua estrutura organizacional.

A Presidente do CRB-13 deu ênfase especial ao papel dos conselheiros, reafirmando que é uma atividade de extrema relevância para a profissão e conseqüentemente para a sociedade. Aproveitando o ensejo, informou sobre a proximidade das eleições para conselheiro, conclamando todos para que se motivassem a concorrer a uma vaga de conselheiro e, assim, assegurar a realização das eleições e a continuidade da entidade, visto que a não realização das eleições ensejaria sérios riscos de transformar o CRB-13 em Delegacia.

Em seguida informou do que se constitui a receita da entidade e suas obrigações para seu pleno funcionamento. Aproveitando o ensejo, apresentou o quantitativo dos Profissionais inscritos, de quem são cobradas as anuidades, principal fonte da receita do CRB-13, e as dificuldades enfrentadas pela instituição, visto que este órgão conta com 730 bibliotecários inscritos, dos quais 480 encontram-se ativos e, destes, somente 250 encontram-se adimplentes com suas obrigações e 230 inadimplentes, pouco menos da metade. Essa situação coloca em risco a situação financeira do CRB-3 e, conseqüentemente, sua sobrevivência.

Por fim, apresentou as ações realizadas pelo CRB-13, durante sua gestão, fazendo-se representar em diversas ocasiões e movimentos sociais que exigiram sua participação, na função de presidente da entidade.

O tema da segunda palestra abordou os Organismos de Classe e foi proferida pela bibliotecária Rita Maria Oliveira Teixeira, Diretora da Biblioteca Pública Municipal José Sarney.

Com o título "Movimento Associativo Bibliotecário no Maranhão: resgate histórico da Associação dos Profissionais Bibliotecários do Maranhão – APB/MA", Rita Oliveira apresentou os principais resultados de sua pesquisa de conclusão do curso de graduação em Biblioteconomia da UFMA, realizada em 2002.

Em sua fala, mencionou a história do movimento associativo bibliotecário no Brasil, destacou que a primeira proposta para a criação de uma Associação que agregasse os bibliotecários partiu do bibliotecário americano Melvil Dewey, um dos criadores da American Library Association (ALA), fundada em 1876, na cidade de Filadélfia, com o objetivo de disseminar e implantar serviços de bibliotecas e a Biblioteconomia no mundo com padrões profissionais, conforme depoimento de César Castro, em entrevista realizada no dia 27 de setembro de 2002, quando relatou sobre a sua gestão na presidência da APB-MA.

Enfatizou que no Brasil, o movimento se inicia com a fundação da Associação Paulista de Bibliotecários (APB) em 1938 e citando Almeida Júnior (1977, p.121), diz que a criação da APB não representa somente a criação de uma entidade, na realidade ela se constitui no início do movimento associativo da classe bibliotecária no Brasil.

Demonstrou quantitativamente que até 2002 existiam 27 associações de Bibliotecários filiados à Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários Brasileiros (FEBAB), entretanto, à época somente 17 estavam em funcionamento.

Com a expansão das associações, e com a promoção sistemática dos Congressos de Bibliotecários, foi idealizada a criação de uma Federação para congregar as Associações Profissionais e coordenar e as reivindicações da classe. Em 1959, nasce a FEBAB.

Quanto à criação da Associação Profissional de Bibliotecários do Maranhão (APB/MA), Rita Oliveira baseou-se em informações prestadas pela ex-presidente Simone Macieira, sobre o fato de que o movimento associativo, na realidade, teve como principal objetivo criar no Maranhão, num futuro próximo, o Conselho Regional de Biblioteconomia, visto que a classe estava insatisfeita com o CRB-3, Regional do Ceará, que agregava também os estados do Piauí e do Maranhão, devido aos altos valores das anuidades cobradas aos bibliotecários maranhenses. Em seguida, ela narrou a trajetória da APB/MA, desde sua criação, ocorrida em 1972, até o ano de 2002, período limite de sua pesquisa.

A APB-MA foi criada em 22 de junho de 1972, com uma diretoria provisória, tendo como presidente o bibliotecário e professor Rubem Rodrigues Ferro. Dessa data até a posse da primeira diretoria propriamente dita, em 23 de março de 1973, nenhum avanço foi feito para o funcionamento da APB/MA.

Na gestão da primeira diretoria, sob a presidência da bibliotecária Anaiza Caminha Gaspar, a instituição ganhou seu primeiro estatuto e um plano de trabalho com duas linhas de ação: na primeira haveria divulgação e valorização profissional e, a segunda promoveria oportunidades de crescimento profissional, mediante a realização de eventos e cursos.

A APB/MA, em sua segunda diretoria, teve como presidente a bibliotecária Simone Lucília Andrade Macieira, que desenvolveu um trabalho de sensibilização e fiscalização nas escolas a fim de identificar a existência de bibliotecas, como estavam estruturadas e se o funcionamento estava de acordo com o que determinava a lei. Aquelas que estavam fora dos padrões estabelecidos ou onde inexistiam bibliotecas eram denunciadas ao Conselho Estadual de Educação, medidas essas que surtiram grande efeito, no que diz respeito à regularização das atividades e contratação de bibliotecários.

Na terceira gestão, presidida pela bibliotecária Nair Ramos Dias, foram criados Grupos de Trabalhos (GTs) para atuar em várias frentes, como o Grupo de Conscientização e Desenvolvimento Profissional, que tinha como missão conscientizar o profissional no que diz respeito à Associação e seu papel; o Grupo de Integração Social, com o objetivo de promover encontros e festas a fim de proporcionar a socialização da classe, culminando com a realização do Primeiro Bibliochoopp, Sorvete Dançante, dentre outros eventos; e o Grupo de Estruturação Interna, responsável pela administração, funcionamento e estruturação da Associação. Surgiram depois os Grupos de Estudos em Bibliotecas Públicas, Universitárias, Agrícolas e Infantis.

A bibliotecária e professora Maria Mary Ferreira, eleita quarta presidente, teve sua atuação marcada por movimentos junto à classe política com vistas a conquistar o direito de indicar nome para a direção da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). Na luta por melhores condições de funcionamento para a BPBL, em várias ocasiões houve denúncias à sociedade sobre a situação da Biblioteca. Como consequência, a presidente Mary Ferreira sofreu retaliações, sendo, inclusive, impedida de adentrar no recinto da Biblioteca, onde funcionava a APB/MA.

Um marco da 5ª gestão, que teve o bibliotecário Moisés da Costa e Silva como presidente foi a elaboração do documento encaminhado à Constituinte Estadual, contendo propostas em benefício da categoria e das instituições fomentadoras da informação como: Bibliotecas Públicas, Bibliotecas Universitárias e Bibliotecas Especializadas.

Na 6ª diretoria, sob a presidência da bibliotecária Aurora da Graça Almeida e, posteriormente, César Augusto Castro, este promoveu a realização do VIII Encontro de Bibliotecários do Estado do Maranhão (ENBEMA), que agregou não só o pessoal da Associação e do Conselho, como também da Biblioteca Pública e outras instituições.

A bibliotecária e professora Leoneide Maria Brito Martins ocupou a 7ª gestão e uma de suas conquistas foi, sem dúvida, a articulação e realização de cursos de extensão, no sentido de qualificar a categoria. Tal iniciativa deveu-se ao fato das grandes dificuldades enfrentadas pelos profissionais maranhenses em participar dos cursos oferecidos, principalmente, pela localização geográfica do Maranhão, distante dos grandes centros de pesquisas profissionais.

Por ocasião do XVIII CBBB, em São Luís-MA, Simone Lucília Andrade Macieira assumiu a 8ª gestão da APB-MA e vivenciou o desafio de articular, coordenar e organizar tal evento. À época, ela fazia parte da gestão do CRB-13, na qualidade de presidente, mas atendeu aos anseios da classe e se desligou do Conselho para se candidatar às eleições da APB-MA que estavam próximas. A exigência se deu pelo fato de que a realização dos CBBB é de responsabilidade das Associações de Classe e da FEBAB, com isto o CRB-13 não poderia estar à frente da organização do evento, embora tenha apoiado a sua realização.

A bibliotecária Silvelene da Silva Evangelista presidiu a APB-MA durante a 9ª e a 10ª gestões e enfrentou grandes dificuldades. Logo no seu primeiro mandato, foi surpreendida com a notícia, transmitida pela Diretora da Biblioteca Pública Benedito Leite, Rosa Maria Ferreira Lima, de que, a partir de então, a Associação não poderia continuar funcionando na Biblioteca, como era desde sua fundação. Foi então necessário alugar uma sala no Centro, mas como os recursos financeiros da APB-MA não eram suficientes para arcar com as despesas, a instituição passou a funcionar na sala do CRB-13, na Casa do Trabalhador. A grande realização da 10ª Diretoria foi a reformulação e atualização do Estatuto, como também a constituição e reorganização da Associação – esta já era uma discussão na diretoria anterior, cujas mudanças só vieram ocorrer nessa gestão.

Ao concluir a primeira parte de sua palestra, Rita Oliveira afirmou que o movimento associativo nasceu através da consciência de trabalhadores que reuniram forças para a criação das entidades de classe profissionais e tinham como missão a defesa de uma categoria profissional junto à sociedade. Embora algumas entidades não se envolvam numa luta maior da sociedade por transformações estruturais, limitando-se somente a interesses da categoria profissional, é inquestionável o papel que as mesmas representam para no despertar político de muitos dirigentes. Nesse sentido, os eventos realizados, os tipos de curso e o grau de envolvimento com outros segmentos da sociedade deram o tom dessa maior ou menor articulação política nas diversas diretorias da APB-MA, desde a sua fundação, no ano de 1972, até hoje, passados 30 anos.

Após apresentar a história da APB-MA, a bibliotecária Rita Oliveira referiu-se à problemática da criação do Sindicato dos Bibliotecários do Estado do Maranhão, fundado em 12 de novembro de 2003, uma ideia que, até o momento, ainda não deu certo, dado o pouco interesse da classe bibliotecária e também pela desmobilização social e política.

## **5 MESA REDONDA: “ÉTICA PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DO/A PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO/A”**

No segundo e último dia do Seminário, em 12 de setembro de 2014, foi realizada a mesa-redonda sobre “Ética Profissional e Valorização do Profissional Bibliotecário”, com participação do bibliotecário da Câmara dos Deputados, Cristian José Oliveira Santos e da Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), Regina Céli de Sousa. A mesa foi mediada pela Profa. Dra. Leoneide Maria Brito Martins, do Departamento de Biblioteconomia da UFMA.



**Fotografia 5: Mesa Redonda sobre ética profissional**

Fonte: RODRIGUES, 2014

A presidente do CFB iniciou sua palestra informando ao público que, além do CFB, outras instituições representam a classe bibliotecária no Brasil, destacando a Febab, Abecin, Abrainfo, Ancib e outras associações e sindicatos profissionais espalhados pelos diversos estados brasileiros. Evidenciou primeiramente o orgulho que a classe bibliotecária deve ter, por pertencer a uma profissão que está entre as 28 (vinte e oito) profissões regulamentadas no Brasil, o que deve ser motivo de orgulho para a classe.

Informou que o Sistema CFB/CRB conta com 14 conselhos regionais para atender 5.564 municípios e administrar 34.700 profissionais inscritos, dos quais somente 19.000 estão ativos. Fez referência especial ao Maranhão, composto por 217 municípios, oitavo maior em extensão territorial e décimo estado mais populoso do País, se comparado aos demais estados brasileiros, conta apenas com um curso de Biblioteconomia e 730 profissionais inscritos no CRB-13, dos quais 480 estão ativos, mas somente 250 estão adimplentes.

A presidente do CFB demonstrou ter grande visão sobre a profissão de bibliotecário ao sinalizar, para a classe, um vasto campo de opção de empresas e instituições em que o bibliotecário pode atuar, destacando entre elas as empresas privadas, órgãos públicos, cujo acesso se dá por meio de concurso público, entidades de classe, associações. Aproveitando a presença de inúmeros alunos do Curso de Biblioteconomia da UFMA, apresentou um quadro contendo as atribuições do bibliotecário, o que muito contribuiu para o melhor entendimento dos futuros bacharéis sobre o fazer bibliotecário e a escolha de sua especialidade. Dentre as atribuições, Regina Céli destaca:

- a) o ensino de Biblioteconomia
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação;
- c) administração e direção de bibliotecas;
- d) a organização e direção dos serviços de documentação;
- e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência;
- f) demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais, ou municipais;
- g) padronização dos serviços técnicos de biblioteconomia;
- h) inspeção, sob o ponto de vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro das bibliotecas;
- i) publicidade sobre material bibliográfico e atividades da biblioteca;
- j) planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de bibliotecas;
- l) organização de congresso, seminários, concursos e exposições nacionais ou estrangeiras, relativas a Biblioteconomia e Documentação ou representação oficial em tais certames.

Regina Céli destacou um ponto bastante discutido durante o Seminário, a Lei 12.244/2010, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no País, alertando para a necessidade de as instituições obedecerem ao disposto na lei sobre a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis 4.084 de 30/06/1962 e Lei 9.674 de 25/06/1998 (Art.3º). Entretanto, para que isso aconteça, é preciso mobilização e propostas dos bibliotecários em cada Estado, decorrentes de participação ativa nos fóruns institucionais, nos movimentos sociais, nos partidos políticos, entre outros. Caso contrário, nada irá acontecer, alertou a palestrante.

Regina Céli informou, ainda, que o CFB está plenamente engajado nessa questão, por meio de ações como: criação da Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas (janeiro/2013), a qual vem desenvolvendo um trabalho intenso nessas áreas. Logo que foi criada, a comissão tratou de realizar um levantamento de dados junto às Secretarias de Estados da Educação, Secretarias Municipais de Educação e Institutos Federais das capitais dos Estados sobre o número de bibliotecas existentes no País, na rede pública estadual e municipal, para atender a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O levantamento contemplou também o número de bibliotecários atuando nas instituições.

Outra ação importante da Comissão trata-se da realização dos Seminários Regionais sobre Bibliotecas Escolares e Públicas, com o apoio de Escolas de Biblioteconomia, Conselhos Regionais de Biblioteconomia - CRB, Associações de Bibliotecários, Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP) e Coordenações Estaduais de Bibliotecas Escolares das Secretarias de Estado de Educação. As cidades sedes dos seminários regionais foram: da região norte, Manaus/AM (maio 2014); da região nordeste, Maceió/AL (setembro 2014); da região sul, Florianópolis/SC (outubro 2014) e da região sudeste, Belo Horizonte/MG (novembro 2014). O ciclo se encerrará com o Seminário Nacional de Bibliotecas Escolares e Públicas, a ser realizado em Goiânia/GO em abril de 2015. O Sistema CFB/CRB também está trabalhando na elaboração de um documento contendo recomendações sobre políticas públicas em bibliotecas escolares e bibliotecas públicas, instalação de fóruns estaduais, no mínimo um em cada Estado.

Outras ações, de acordo com Regina Céli, estão sendo programadas, algumas já implementadas pela Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas, e destacou, dentre elas: o desenvolvimento da formação continuada do bibliotecário, com atuação profissional em biblioteca escolar e biblioteca pública, a ser realizada em parceria com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB); incentivar e acompanhar a oferta de disciplinas sobre Bibliotecas Escolares e Bibliotecas Públicas nos Cursos de Biblioteconomia; incentivar a oferta de disciplinas e/ou cursos de extensão em Bibliotecas Escolares e Bibliotecas Públicas (modalidade EAD), em interação com as Escolas de Biblioteconomia que já oferecem disciplinas nessas áreas. O CFB, por meio de sua Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas, vem orientando e incentivando os CRB a colaborarem na elaboração de projetos de lei no âmbito das bibliotecas escolares e bibliotecas públicas de suas jurisdições.

Ao público presente no Seminário, a palestrante informou que o CFB vem acompanhando de perto os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, apresentando sugestões que representem os anseios da categoria e da sociedade, de modo a serem incorporadas nos textos legais. Destacou o PL 3727/2012, que trata da universalização das bibliotecas públicas, onde o CFB entende que o referido projeto é de grande relevância para a sociedade, o que permitirá ao cidadão o acesso às fontes de informação e serviços providos pelas bibliotecas públicas, além do que incentivará a leitura, base de uma sociedade desenvolvida. Destacou também o PLC 6038/2013 que regulamenta o exercício da atividade profissional de Técnico em Biblioteconomia, o qual muito contribuirá para o

trabalho do bibliotecário, visto que os técnicos qualificados irão colaborar nos serviços auxiliares, o que possibilitará aos bibliotecários maior tempo para dedicarem-se ao gerenciamento, elaboração de produtos e serviços de informação.

Por fim, a presidente do CFB fez uma breve reflexão a respeito do conceito de ética, sua necessidade e importância para a categoria e, para concluir, falou sobre o Código de Ética Profissional do Bibliotecário e as várias modificações introduzidas, desde sua criação em 1966 até a última versão aprovada em 2002.

Em continuidade à programação do dia 12 de setembro de 2014, o palestrante Cristian José Oliveira Santos, bibliotecário da Câmara dos Deputados, iniciou sua exposição com questionamentos conceituais sobre ética no mundo atual. E indagou: O que é ética? Qual modelo de ética podemos adotar nos espaços da biblioteca? Carecemos de uma nova ética? É importante falar de ética na Biblioteconomia? Após chamar atenção da plateia sobre um dos aspectos mais importantes em qualquer profissão, ele respondeu que a ética implica num conjunto de boas práticas, instituído a partir de um Código de Ética que apresenta os princípios que norteiam uma comunidade. Ressaltou que, diante das contínuas transformações da sociedade, os indivíduos se confrontam com o que denominou de “dilemas e confrontos éticos”.

Para ele, “Ser ético”, dentre outros sentidos, significa ponderação, reflexão, discernimento. É fundamental que o indivíduo possa construir uma reflexão a respeito de si mesmo, em relação aos outros e ao mundo que o cerca. A finalidade da ética é viver bem, é produzir deleite. Assim, a ética é a prática da virtude, da temperança, é conviver com a diferença.

Destacou que o Código de Ética é circunstancial, é temporal, portanto, permite ser atualizado.

Em relação ao espaço da biblioteca, ressaltou que esta deve preocupar-se com a construção do sujeito e que não se pode considerar dois modelos de ética, um dentro da biblioteca e outro fora da biblioteca. A preocupação deve ser em menor proporção com acervos grandiosos ou volumosos e focar mais em acervos qualitativos. “É preciso pensar a biblioteca como espaço de transgressão”, afirmou Cristian Santos.

Além da questão ética, muito bem discutida pelo palestrante, este também questionou sobre o que é legítimo e ilegítimo no uso da biblioteca, apresentando várias reflexões críticas acerca do papel da biblioteca na sociedade.

Abordou, para efeito de finalização de sua palestra, sobre um ponto estratégico e problemático, que é a “Imagem do Profissional Bibliotecário”, apontando para a questão da baixa estima do bibliotecário, que resulta principalmente dos baixos salários e da pouca divulgação da profissão e dos campos de atuação profissional. Concluiu destacando a importância de se realizar nacionalmente uma ampla campanha publicitária em favor da profissão, divulgando nas diferentes mídias os profissionais de sucesso, os bibliotecários de sucesso.

O Seminário Estadual de Bibliotecas Públicas e Escolares e Ética Profissional, em São Luís – MA, promovido em conjunto pelo Conselho Regional de Biblioteconomia – 13ª Região, Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão (APB-MA) e Departamento de Biblioteconomia da UFMA, no período de 11 a 12 de setembro de 2014, foi um evento de grande repercussão social e política, pois permitiu a reunião, o diálogo e a integração entre gestores públicos, professores do Curso de Biblioteconomia da UFMA, alunos de graduação em Biblioteconomia, profissionais bibliotecários experientes, profissionais bibliotecários recém-formados e palestrantes convidados de

outras Instituições do País, em torno da reflexão crítica de temáticas pontuais e reais relacionadas às áreas de Bibliotecas Escolares, Bibliotecas Públicas e Ética Profissional.

Por outro lado, a realização desse evento possibilitou uma mobilização da classe bibliotecária maranhense no sentido da necessidade e conscientização de revitalizar os órgãos de classe e compor chapas para as eleições de conselheiros do CRB-13 (gestão 2015/2017) e da nova diretoria da APB-MA.

Os resultados alcançados confirmam a importância do desenvolvimento de ações integradas, em coparticipação, por meio de ações coletivas, envolvendo diferentes segmentos da sociedade, como universidade, curso de Biblioteconomia, organismos de classe, Instituições públicas estaduais e municipais e sociedade civil.

O Seminário também teve um caráter político, uma vez que, durante o debate, foram surgindo várias proposições, em função das temáticas e das problemáticas regionais e locais acerca da situação das bibliotecas escolares e públicas e das práticas bibliotecárias. Dentre as proposições, destacam-se:

- a) promoção de uma ampla campanha de divulgação da profissão e de valorização do profissional bibliotecário;
- b) realização de concurso público para bibliotecário(a)s pelo Secretário Municipal de Educação, Geraldo Castro Sobrinho, com previsão de mais de 100 (cem) vagas;
- c) mobilização dos órgãos de classe para lutar pela realização de concurso público para bibliotecário(a)s no âmbito do governo do Estado; SEMED;
- d) proposta de criação do sistema de bibliotecas escolares do município;
- e) articulação entre os órgãos de classe, a UFMA (DEBIB) e a SEMED para realizar algumas ações em parceria: organização do concurso público; capacitação de gestores das bibliotecas; dinamização dos espaços de leitura; elaboração de diagnósticos;
- f) compromisso do Departamento de Biblioteconomia da UFMA com a elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PMLLB), em parceria com a SEMED, FunC e Secretaria de Planejamento;
- g) parceria do DEBIB com a FunC na promoção da capacitação de mediadores e elaboração de projetos culturais;
- h) compromisso da FunC na criação de mais duas bibliotecas públicas municipais em São Luís;
- i) compromisso assumido pela FunC de criação de uma biblioteca municipal que irá funcionar no prédio na Fonte do Ribeirão, atual sede da FunC;
- j) participação da categoria e dos representantes dos órgãos de classe em espaços democráticos de decisão para realizar reivindicações e inserir pautas da categoria (câmara, assembleias, conselhos e fóruns);
- k) compromisso assumido pelo Presidente da FunC, Francisco Gonçalves, na proposta de estruturação do sistema municipal de bibliotecas públicas e comunitárias em parceria com as bibliotecas escolares e comunitárias;
- l) articulação entre as ações voltadas para a integração entre bibliotecas, arquivos e museus;

- m) criação de representação do conselho estudantil de Biblioteconomia para integrar ações em conjunto com os organismos de classe;
- n) estruturação de listas provisórias de nomes para compor chapa para o CRB-13 e a APB-MA;

Considera-se, finalmente, que os objetivos do Seminário foram claros, bem definidos, tanto é que proporcionou engajamento e troca de experiências. No dia do encerramento, a comissão que organizou toda a logística do evento brindou aqueles que se fizeram presentes com lançamento de livros, exposição de produção monográfica do curso de Biblioteconomia da UFMA nas áreas de bibliotecas públicas e escolares no Maranhão e atividade cultural, acompanhado de coquetel aos participantes, que externaram suas impressões positivas acerca da realização do evento.



**Fotografia 6: Lançamento de livros**

Fonte: RODRIGUES, 2014

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1977.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE BIBLIOTECAS. **Parâmetros para o Aprendiz do Século 21**. Disponível em: <[http://www.maxpressnet.com.br/e/arbeit/aprendiz\\_seculo21\\_10-11-10.pdf](http://www.maxpressnet.com.br/e/arbeit/aprendiz_seculo21_10-11-10.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2014.

MORO, Eliane L. da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. **O Encantamento da Leitura e a Magia da Biblioteca Escolar**. Educação em Revista, v. 7, n.40, out. 2003.

MORO, Eliane L. da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil; BEHR, Ariel. Gestão em Bibliotecas. In: ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane L. da Silva. **Biblioteca: conhecimentos e práticas**. Porto Alegre: Penso, 2014. P.32-37.

## ANEXO E

### Ética e estruturação social: a cidadania em perspectiva

**Prof. Dra. Socorro Jatobá**  
**Departamento de Filosofia - UFAM**

A ética, como todos sabemos, não é uma questão de especialistas. Todos nós, a cada dia, lidamos com situações que exigem de nós posicionamento, escolhas, julgamentos, deliberações que, por sua vez, envolvem um vocabulário muito específico quase sempre centrado em polaridades: bem e mal, certo e errado, belo e feio, correto e incorreto, moral e ou amoral e imoral. Termos como esses são costumeiramente empregados em situações que vão das mais corriqueiras às pesquisas acadêmicas sobre o tema, isto é, sobre ética. Todos eles nos revelam algo importante, característico da reflexão ética: trata-se de pensar, refletir, julgar, compreender, enfim, as ações humanas. Não apenas agimos, mas avaliamos nossas ações e as dos outros, e as transformamos em objeto de reflexão. Perguntamo-nos como agir, o que fazer, entre outras. O vocabulário é quase específico e característico. As reflexões sobre o bem e o mal são reflexões sobre a vida humana, seu sentido, sua necessidade de justificar-se e de estabelecer princípios, de fazer escolhas, entre outras. Aspiramos, com frequência, definir princípios universais como norteadores ou mesmo reguladores de nossas práticas. Mas, esbarramos em considerações sobre a determinação cultural de certas práticas que envolvem perspectivas culturais plurais e nos vemos diante do embaraço de pensar se é possível determinar princípios universais. Ou seja, somos obrigados a constatar a existência de diferentes maneiras de viver uma vida ética. Entretanto, mesmo que constatemos a diversidade, e até mesmo por isso, não deixamos de considerar a ética como uma necessidade.

Quando incluímos na discussão ética a questão da cidadania, os aspectos sociais, os termos se ampliam e não podemos deixar de incluir outros dois pares: justo e injusto. Assim, o vocabulário moral tem por núcleo formular termos imperativos que sinalizam o que deve ser feito e o que deve ser evitado e, dessa forma, exprime os deveres que devemos seguir e as interdições que devemos consentir. O consentimento é parte importante, sobretudo porque, a despeito dos nossos esforços de reflexão e atuação racional, o campo moral é, por definição, aberto, o que quer dizer que nem todas as nossas ações podem ser racionalmente explicadas. Os procedimentos morais requerem, sempre, justificações que se tornam possível pelo constante exercício da razão de modo a permitir ao agente moral a justificação de suas ações tanto para si como para o outro. Nesse sentido, toda ação ética é uma ação que tem por finalidade a consideração do outro. O outro, portanto, é aquele a quem devemos extrema consideração e a ética pode ser pensada como um altruísmo, uma forma de agir que se fundamenta sobre a consideração da existência do outro e sobre como essa consideração deve definir a relação do agente moral consigo mesmo e com o outro. Por isso, há necessidade de justificação racional dos preceitos e procedimentos morais e tal exercício é a base de todo procedimento moral. Não há ação moral sem que o agente possa justificá-la racionalmente.

Como observa Monique Canto-Sperber (2003; x) " a reflexão sobre o agir humano coloca em jogo uma compreensão das situações, uma orientação das deliberações, uma seleção das condutas e dos modos de avaliação que só podem ser esclarecidas e enriquecidas pelas fontes de análises, de ferramentas, de casos típicos e de argumentos que há mais de dois mil anos vêm sendo elaborados pela filosofia moral ou das tradições religiosas e literárias que aí se incorporam." Se mencionamos esta consideração de Canto-Sperber, não é com o propósito de fazer uma apresentação, mesmo que resumida, de uma longa tradição filosófica e seu percurso reflexivo em termos éticos. Nosso propósito é destacar

os termos da questão para nos determos sobre nosso tema específico, ética e cidadania. Para tanto, não operaremos com a clássica distinção entre ética e moral; vamos empregá-los como termos sinônimos ainda que não ignoremos que ética e moral podem ter aplicações diferentes, uma vez que a ética designa os aspectos que refletem sobre a felicidade e, nesse sentido, incide sobre aspectos concretos da vida prática, enquanto o termo moral nomeia a dimensão histórica e conceitual da reflexão sobre a ação humana. (CANTO-SPERBER, 2003, X).

Os homens exercem suas ações nos espaços públicos e privados. As relações que estabelecem, entre si e com a cidade, nem sempre são da mesma ordem ou estão em acordo. O estatuto legal e político do membro da cidade é o que define a noção de cidadania. Embora o defina, realiza-se de diferentes maneiras. Na Antiguidade Clássica, a cidadania era, ao mesmo tempo, um fato social e político e um ideal de vida. Procurava-se integrar as virtudes pessoais aos interesses públicos. Assim como a filosofia, o teatro, a cidade, a política, também a cidadania é uma invenção grega. O homem da cidade-estado grega compreendia-se, fundamentalmente, como membro de uma comunidade e a cidadania exprimia-se por um sentimento de pertencimento que o definia e conferia a ele uma identidade que o situava diante dos seus pares, mas, também, diante do outro, o estrangeiro. A cidadania compreendia o exercício de um conjunto articulado de deveres e direitos para com a cidade, para com a família (espaço da privacidade), para consigo. Assim, o *ethos* político estava permeado por um conjunto de princípios e preceitos que só faziam sentido se fossem estritamente considerados os laços sociais que vinculavam todos os cidadãos entre si. Pode-se observar, como o fazemos, que a cidadania era restrita a um grupo socialmente determinado, os homens. Estes constituíam um grupo de privilegiados, posto que apenas eles eram *politai*, isto é, cidadão, e somente eles conduziam e falavam nas Assembleias; votavam e eram votados e tinham acesso, de acordo com a idade e os recursos, aos mais diversos e importantes cargos que eram renovados anualmente. Entretanto, isto não significava, ao contrário do que pensamos, a exclusão das mulheres do corpo social. O fato de gerarem os cidadãos e participarem de todos os serviços religiosos as diferenciava das estrangeiras e das escravas. Assim, as mulheres, especialmente as filhas de cidadãos, tinham uma função social aparentemente restrita, mas importante. Responsáveis pela condução e administração da *oikia* (casa) parte do *oikos*, termo mais amplo que designava a casa, a terra, tudo e todos aqueles que constituíam esse domínio, cabia às mulheres, segundo Xenofonte, (*Econômico*, VII, 10, X) administrar as provisões, supervisionar os escravos e organizar a casa. Embora se considere o *oikos*, o espaço privado por excelência e tal consideração naturalmente conduza a uma separação entre *pólis* e *oikos*, na verdade, as relações entre a *pólis* e o *oikos* eram mais estreitas do que parece à primeira vista. A relação entre a casa e a cidade, entre o espaço privado e o espaço público, eram quase de complementaridade. Ainda que a casa fosse o espaço das mulheres, espaço por excelência da vida privada, mantinha fortes laços de solidariedade com a *pólis* e podemos dizer que o indivíduo estava para o *oikos* como o cidadão para a *pólis*, ou seja, no âmbito da *pólis* age como cidadãos, isto é, participam do governo, frequentam e falam nas assembleias, exercem cargos civis e militares, elegem e são eleitos, no âmbito do *oikos*, atuam como membro de uma determinada família e, nessa condição, defendem seus interesses particulares, cumprindo seus deveres para com todos aqueles que, a seu lado, constituem e fundamentam o *oikos* como o espaço privado, o espaço do exercício da ação individual. Entretanto, devemos ter o cuidado de não formar uma visão idílica desse momento da civilização grega. Havia tensões internas e externas de tal ordem que culminou em uma enorme guerra civil, a chamada Guerra do Peloponeso.

Entretanto, a despeito dos problemas e dificuldades, eles, de fato, experimentaram, mais do que criaram, o fenômeno da cidadania do qual nos ocupamos no presente trabalho. Na

contemporaneidade, o conceito ganhou contornos bem dramáticos, sobretudo no Brasil. Trata-se de discutir, inclusive, para além do campo conceitual, se temos, na prática, uma atuação cidadã. Diferente do caso grego e desde o advento da modernidade, houve uma verdadeira subversão do ideal de cidadania. O individualismo, progressivamente, num processo aparentemente irreversível, substituiu o ideal coletivo e o conceito de cidadania, hoje, sofreu tantas transformações que não mais podemos dissociá-lo da emergência do conceito de sujeito e no sentido forte do termo, ou seja, em franca oposição ao ideal de coletividade. Nesse sentido, pensar as relações entre cidadania, ética e sociedade, envolve uma reflexão sobre o lugar que ocupa o indivíduo no contexto social e como estabelecer laços de solidariedade moral entre o indivíduo e a coletividade. Trata-se hoje, portanto, de pensar como proteger o interesse dos indivíduos e sua privacidade das interferências do estado e de todos os outros membros da sociedade. Inverteram-se, portanto, os termos do problema. Ao invertê-los, parece que estamos, assim, opondo o indivíduo à sociedade e ao estado e também que quebramos os laços de solidariedade entre o indivíduo e sua comunidade de tal forma que se torna difícil definir o estatuto da cidadania como o sentimento de pertencimento como o fazíamos no quadro grego antigo. Existe um hiato, quase abissal entre o indivíduo e a sociedade que o circunda e à qual pertence. A ambiguidade caracteriza as relações de solidariedade, portanto, as relações morais também são subvertidas de tal modo que parecem incompatíveis. Quando o indivíduo e seus interesses afirmam-se como o núcleo do problema, os princípios e suas aspirações universais são postos em xeque. Será possível conciliar interesses particulares e integrá-los aos interesses coletivos? A crise da cidadania é caracterizada, sobretudo, pelo declínio dos valores cívicos e da própria civilidade. Quando o horizonte de cada um é privilegiado, o conflito entre todos é consequência inevitável.

Assim, hoje, retoma-se o conceito de comunidade a fim de tentarmos restabelecer laços mais sólidos entre o bem comum e os interesses individuais para pensar uma solução para conflitos de crenças de ideologia e ação. Para tanto, princípios e valores éticos devem ser considerados a partir de uma racionalização das relações em perspectiva ampla, porém objetiva e subjetivamente consideradas. O renascimento do conceito de comunidade amplia a ótica de abordagem das diferenças. As concepções modernas de sociedade consideravam esta como uma forma de integração na qual os indivíduos, os sujeitos sociais uniam-se uns aos outros pela consideração aos direitos comuns que partilhavam. A retomada da concepção de comunidade na contemporaneidade opera com um núcleo mínimo de vínculo, qual seja aquele que sugere a existência de laços positivos quaisquer, a serem firmados em consideração às diferenças de gênero, de cultura e de etnia por exemplo. Portanto, do ponto de vista da reflexão filosófica sobre a moralidade, a noção de comunidade serve, principalmente, para estabelecer e enfatizar um determinado número de valores comuns capazes de estreitar os laços entre os indivíduos e entre eles e a comunidade em que se reconhecem como parte e a partir da qual definem suas identidades. Só assim pode haver uma inclinação à partilha, ao compartilhamento de valores e princípios que vigorem no horizonte de todos como uma memória do que têm em comum e lhes possibilite defender a si e aos valores que todos compartilham, de modo a preservar suas particularidades individuais sem grande comprometimento dos deveres e direitos comuns. Tal concepção indica uma tentativa de reduzir ao mínimo as diferenças de modo a constituir uma identidade social mais próxima possível da identidade cívica e social. A cidadania, desse modo, alia-se a um forte componente ético com vistas à preservação e ao respeito à alteridade. A unidade seria constituída, assim, como um tipo de relevância concedida à identidade, numa tentativa sempre renovada de reduzir o múltiplo ao uno a fim de garantir a verdade, a justiça e o bem. Embora a multiplicidade dos outros se oponha a uma possível unidade do mesmo, a procura pela universalidade garantiria a compreensão de uma totalidade objetiva na qual, efetivamente, pode nascer um equilíbrio entre a singularidade individual e aquilo

que todos os indivíduos possuem em comum. Assim, deve-se pensar, portanto, se a universalidade, em ética, deve ser realizada a partir do Eu ou a partir do outro.

Se considerarmos, como o fizemos acima, que toda ética é altruísta por princípio e definição, devemos precisar que tipo de ética é mais adequada à tentativa de equilíbrio entre o Eu e o outro. Seja enquanto Eu social, seja enquanto Eu individual e a consideração pelo outro em suas múltiplas e diferentes manifestações. A experiência da temporalidade, afirma-se, dessa forma, como a estrutura básica da existência e o tempo deixa de ser uma mera categoria e transforma-se no modo a partir do qual o ser humano existe e constrói uma consciência de si e uma consciência do outro, numa dialética a partir da qual ele conhece a si, ao outro, ao mundo, à sua comunidade, à sua sociedade e à sua consciência do bom e do mau, do adequado e inadequado, do certo e do errado. O sujeito, portanto, deixa de ser uma entidade pronta e acabada porque sua subjetividade supõe e envolve uma objetividade que consiste na articulação entre o mesmo e o outro num processo que só a morte finaliza e conclui. O indivíduo passa, assim, a ser definido pelos laços comunitários e a comunidade pela reunião de indivíduos movidos por vínculos institucionais, morais e jurídicos próprios da vida social.

Porém, como não pode deixar de ser, é preciso pensar que isto não é uma utopia mas uma possibilidade real ainda que estejam em disputa, sempre, diferentes visões sobre a natureza do bem, do mal e do belo no que diz respeito às ações e julgamentos morais. Nesse sentido, gostaríamos de nos debruçar, rapidamente, sobre duas perspectivas éticas. Uma, privilegia o ato moral e discute sua natureza; a outra, privilegia o agente moral. A primeira, presente tanto entre os utilitaristas quanto nos deontologistas, atribui ao ato, à prática moral em si, um peso maior de modo que toda avaliação moral é uma avaliação dos atos morais e tem por objetivo investigar os princípios que o sustentam e regem a fim de determinar as regras que o orientam, que norteiam as escolhas e possibilitam um conjunto de deliberações de ordem ética, além de considerarem suas implicações na formulação dos juízos morais e nas avaliações dos atos que executamos. Assim, Kant, Jeremy Bentham e Stuart Mill, por diferentes análises e procedimentos, podem ser considerados representativos dessa concepção. Não temos tempo aqui de expor suas concepções e análises características e tampouco precisamos suas diferenças internas. Pretendemos, tão somente, apresentá-los como exemplares de certo olhar ético, qual seja, o que privilegia a ação e não o sujeito ou agente que a pratica. A outra concepção ética importante, chamada de ética das virtudes privilegia não o ato ou ação executada, mas o sujeito da ação, isto é o agente. Portanto, o que se põe em questão não é o ato em si, mas o caráter do agente que o executa. Aristóteles está na origem dessa concepção e ofereceu a nomenclatura e o arsenal conceitual que a caracteriza como ética das virtudes. Segundo essa perspectiva, as circunstâncias e diferenças culturais devem ser levadas em conta de tal modo que não pode haver regras previamente estabelecidas. Assim, o refinamento moral do agente é condição necessária para a ação ética adequada. A cada circunstância, ele deve ponderar e pesar razões a fim de bem deliberar sobre o melhor a fazer diante da situação dada. Na ausência de regras morais rígidas, impõe-se a educação da sensibilidade moral e o processo de educação moral é imprescindível para que o agente moral adquira e aprimore a faculdade de julgar o melhor a ser feito em cada situação. Por isso, é particularista e salienta a necessidade de considerar as diferenças de toda ordem ao emitir juízos morais. Considera que as situações morais não são passíveis de determinação e generalizações. Somente no interior das relações humanas, considerando-se a particularidade das individualidades e das coletividades, é possível considerar o melhor a fazer. O outro e o mesmo estabelecem relações e estas relações são compreendidas como condição para melhor definir o ato moral. Assim, a integridade do agente moral é o que o conduz diante das circunstâncias e dos acasos e vicissitudes da vida pessoal, social, cultural e política e essa integridade do sujeito moral é a condição do agir moral. O modo íntegro da ação do agente, diante de uma determinada circunstância, definirá

sua conduta moral e, ao mesmo tempo, oferecerá as condições e os critérios de avaliação da mesma.

Essa perspectiva ética tem o mérito de considerar a amizade como o princípio da moralidade. Enquanto para os utilitaristas e consequencialistas a amizade é um fator de risco, porque pode implicar em parcialidade, para a ética das virtudes, a amizade é aquilo mesmo que nos possibilita, desde o princípio, reconhecer o outro como um amigo e, nesse sentido, a despeito de tantas diferenças individuais, culturais, políticas, entre outras, colocá-lo sempre no horizonte de suas ações. Como disse Aristóteles, o amigo é um *outro eu* no sentido de fazer-me ver a mim mesmo nele e assim ser uma espécie de extensão de mim embora esteja fora de mim. Eu o reconheço como um outro e quero o seu bem. Os limites estão dados: o amigo é um outro eu que, de algum modo, é uma mesmice. Uma vez que são poucos os que consideramos amigos, é necessário distinguir o amigo do inimigo e, de algum modo, considerar um amplo campo de possibilidades envolvendo as relações de amizade como uma instância ética fundamental. Como, então, é possível considerá-la como uma categoria ética? Porque ela é a instância fundadora do ato moral, na medida em que possibilita, de imediato, o reconhecimento do outro como um outro eu e, nesse sentido, impõe a consideração pelo outro ao imiscuir a figura do outro no interior do Eu. Além disso, a amizade supõe reciprocidade e esta noção é fundamental nas articulações de relações éticas. Envolve abnegação e superação de interesses pessoais e supõe, também, a possibilidade de pensar de diferentes modos, a força do Bem, ou seja, quer pensemos o bem como soberano, quer o consideremos frágil, ele não sai do horizonte especulativo e ilumina a experiência prática como fonte paradigmática de todo princípio e valor ético. Como bem observa Zingano (2013:47), “a relação moral em última instância funda-se em amor naturalmente estabelecido que, disciplinado pela consciência e reciprocidade da amizade, passou a reconhecer o outro como tal sob a forma de altruísmo”.

Portanto, colocar a cidadania em perspectiva é colocarmo-nos nós mesmos em perspectiva a fim de melhor pensarmos quem somos, o que queremos, o que podemos fazer e o que, de fato, fazemos. A problemática relação do cidadão com a cidade, com sua sociedade, com a determinação ou simples consideração dos elementos que a envolvem, está sempre aberta às múltiplas possibilidades de abordagem que incidem sobre questões sempre presentes e que devemos nos obrigar a considerá-las de modo a diminuir seus efeitos e impactos sobre os atos que praticamos e os ideais que colocamos no horizonte de nossas vidas, para melhorar nossas relações pessoais e exercer nossa cidadania de modo amplo e consciente. Tal tarefa não é fácil, mas um grande poeta, Rainer Maria Rilke, há muito nos conclamou a amar as coisas difíceis e Platão, muito antes dele, já havia nos advertido, em sua *República*, que o Belo é difícil.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

PLATÃO. **A República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Edição Calouste Gulbenkian, 1994.

SPERBER, Monique Canto. **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**. Vol. I. Tradução Ana Maria Ribeiro-Althoff, Magda França Lopes, Maria Vitória Kessler de Sá Brito e

Paulo Neves. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

SILVA, Franklin Leopoldo. **O Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ZINGANO, Marco. **As Virtudes Morais**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

## ANEXO F

### Tolerância ou Solidariedade? Uma possibilidade ética para as Bibliotecas Brasileiras

Cristian Santos<sup>20</sup>

Assim que recebi o convite para ministrar essa palestra, fui tomado por um misto de alegria e medo. Explico-me: a ética pertence ao conjunto de assuntos que soa familiar a maior parte dos brasileiros. De fato, estou certo de que todos aqui presentes já tenham recorrido a esse verbete para qualificar um amigo ou, quem sabe, a si próprio, reportando-se a um ato ou a um conjunto de comportamentos socialmente apreciável. O não estranhamento em relação ao tema me deixa, portanto, numa situação confortável, pelo menos aparentemente. O que me deixou preocupado é que a ética, no curso dos séculos, além de ter sofrido mudanças radicais, com inclusões e cortes em seu escopo, passou a ser frequentemente encarada como um conjunto de boas práticas. É em razão disso que escutamos e reproduzimos frases como: “Minha chefe é super ética, por isso perdeu o posto de diretora da biblioteca”; “Todo político brasileiro é antiético”. Por mais que seja difícil estabelecer marcos identitários do que vem a ser “super ética” e “antiético”, tais afirmações, ainda que carecendo de ponderação, costumam ser perfeitamente compreendidas por nossos interlocutores. Ao evocar o alto nível ético da chefe demitida, por exemplo, reporta-se, provavelmente, ao seu firme caráter de não permitir que um agrônomo exerça o posto de chefe do setor de referência da biblioteca, ainda que inexista na sua empresa qualquer ato normativo que impeça tal ato. E, quanto ao político, não é difícil imaginar um gama de comportamentos que, ainda não sendo tipificados no Código Penal, são inescrupulosos, levando-o a ser classificado como sujeito antiético, não é mesmo?

Estamos, portanto, frente a um assunto tão próximo, tão nosso, mas que, por sua complexidade, jamais foi pacificado, o que, provavelmente, nunca ocorra. Entretanto, isso não nos impede de discutirmos a respeito da ética no espaço de nossas bibliotecas. Primeiro, é importante observar que a ética está presente em todas as nossas práticas. Desde a seleção de documentos à contratação de um novo bibliotecário de referência, somos confrontados com dilemas éticos, em maior ou menor grau. Portanto, longe de ser, simplesmente, uma área espinhosa da Filosofia, restrita a pesquisadores, a ética nos acompanha, inclusive dentro da biblioteca. Se aceitarmos isso, já damos um passo importante. Segundo, é fundamental admitir que todos os bibliotecários brasileiros são éticos. Como? Sim, defendo que somos éticos, o que não é resultado, evidentemente, de nossa piedade religiosa, ou da incidência dos raios de sol em nossa cabeça. Os bibliotecários são éticos por serem capazes de ponderar uma realidade e tomar decisões. Todo sujeito em condições de avaliar e julgar é ético. Portanto, excluindo situações muito particulares, não me parece que o problema a ser enfrentado seja definir quem é e quem não é ético a partir da aplicação de princípios morais.

Ao afirmar, categoricamente, que todos os bibliotecários são éticos, não estou afirmando que compartilhamos os mesmos valores. Explico-me: ainda que tenhamos um Código de Ética que tem por fim nortear, minimamente, a nossa prática profissional, muitos aqui podem rechaçá-lo, seja por alguma razão ideológica, seja por desconhecê-lo. Já no exercício profissional, podemos adotar posturas distintas, embora exercendo as mesmas

---

20 É pós-doutorando em História na Casa de Rui Barbosa, doutor em Literatura e Práticas Sociais, mestre em Ciência da Informação, graduado em Biblioteconomia, Tradução, Filosofia e Letras (Língua e Literatura Francesas). Além de bibliotecário da Câmara dos Deputados, é docente e tradutor, tendo apresentado trabalhos científicos na Argentina, Brasil, Finlândia, Noruega e Estônia. E-mail: crijol@gmail.com

atividades. De fato, ao optar por princípios éticos singulares, a conduta se destoará. Ressalto, mais uma vez, que não pretendo defender uma ética naturalmente boa, caída do céu e revelada pelas forças cósmicas a um grupo seletivo de bibliotecários iluminados.

A ética é prática reflexiva. Ponto. Logo, todos somos éticos, exceto aqueles classificados pelos médicos como “portadores de demência”. A ética entra em campo quando somos incitados a tomar uma decisão, desde a escolha da gravata para um jantar com a família do namorado, ao modo de se dirigir ao chefe para pedir aumento salarial. Portanto, a ética não pode ser simplesmente concebida como o conjunto de comportamento adequado aos costumes e leis. Não podemos denunciar como antiético o bibliotecário que questionar a validade de determinado artigo do Código de Ética, ainda que todos os seus colegas de seção sequer tenham cogitado problematizar a respeito.

É evidente que a ética, no curso dos séculos, foi concebida de formas diversas. Afinal de contas, diante de um momento de crise, que nos impõe escolher, a resposta que o sujeito apresenta dependerá do fim último que se pretenda dar ao movimento ético. Platão, por exemplo, acredita que a vida do homem deve ser configurada em função da busca do Sumo Bem, o que justificaria conduzir uma vida ascética, pautada na prática das virtudes. Ao praticar a *dike* (justiça), a *fronesis* (prudência), a *andreia* (fortaleza), a *sofrosine* (temperança), o homem imita o cosmos, que tem por Deus como medida de todas as coisas. E um de vocês pode vir a me perguntar: o que isso tem a ver com a ética nas bibliotecas? Até o Medievo, os acervos bibliográficos eram formados e geridos a partir da perspectiva grega de virtude. O fim último das bibliotecas era conduzir o homem a *contemplatio*. Portanto, havia um movimento natural de rechaço a tudo aquilo que não contribuísse com o objetivo em questão. Recordam-se de Calímaco? Perdeu o cargo de diretor da biblioteca de Alexandria por ter decidido incorporar no acervo literatura, chamada de textos pagãos. Sabemos, de fato, que nem toda escolha ética produz benefícios para quem a pratica.

Portanto, se há diversas modalidades de ética, qual a mais adequada? Eu penso ser essa uma questão de grande relevância. Talvez ela esteja associada a outras: Como vão indo as nossas bibliotecas no campo moral? Precisamos discutir ética na Biblioteconomia? Carecemos de uma nova ética? Alguém aqui pode me dizer, categoricamente, que “tudo vai muito bem, obrigado”. Na última terça-feira, o Correio Braziliense publicou uma matéria apresentando diversos programas de fomento à leitura no Distrito Federal; evocando o quadro assustador – o brasileiro lê, em média, quatro livros por ano –, o jornalista dourou a pílula, outorgando uma natureza salvífica a essas práticas, normalmente levadas a cabo por gente de fora dos muros da Biblioteconomia. A figura da biblioteca sequer foi mencionada no texto. Entretanto, me causou contentamento o comentário de um dos leitores da matéria, que afirmou o seguinte: “Considerando o péssimo estado das principais bibliotecas no DF, tem mais é que louvar atitudes como essas.” Sim, diante do descaso das autoridades, aplaudamos os programas gambiarras que tendem a ser vendidos pela imprensa como solução para os problemas de acesso à leitura no País. E aí nos deparamos com uma pergunta mais profunda: por que as bibliotecas brasileiras são ruins, ou alguém acredita que nossas bibliotecas funcionam bem? Será que o Estado calamitoso de nossas bibliotecas tem algum vínculo com uma crise de cidadania?

Já deve ter ficado claro para vocês que há, da minha parte, uma tentativa de aproximar a cidadania da educação, esta compreendida em seu sentido mais amplo. Não se trata de uma atitude arbitrária da minha parte, nem tampouco original. Ainda que, em processo de construção, a cidadania é um dos fundamentos de nossa Constituição Federal, estabelecendo, ainda, que o Estado e a família compartilham a competência de oferecer educação que garanta a todos preparar-se para o exercício da cidadania (art. 205). Portanto, a efetividade da cidadania se dá por meio de um processo, de um itinerário formativo envolvendo a aparelhagem

estatal e o núcleo familiar. E aqui não podemos fugir ao desafio de definir o que vem a ser "cidadania" e "educação". A partir daí, poderemos discutir a respeito da pretensa existência de relação entre biblioteca e cidadania.

Pergunto a vocês: o que é cidadania? O que significa, na contemporaneidade, ser cidadão? A etimologia da palavra pode nos ajudar, minimamente, a enfrentar essa empreitada: "Cidadania", do latim *civitas*, significa "cidade". Entre os gregos antigos, o lexema evocava a condição do indivíduo que pertencia a uma comunidade politicamente articulada. Pertencer à *polis* significava, basicamente, compartilhar direitos e obrigações. Em seu famoso ensaio intitulado *Cidadania, Classe Social e Status*, o sociólogo britânico Thomas Marshall (1967, p. 76) define cidadania como "um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade". Para Marshall, a cidadania só é plena se o indivíduo gozar dos direitos civis (liberdade individual, liberdade de expressão e ao direito de propriedade, bem como de recorrer à justiça em caso de atentado contra esses mesmo direitos), dos direitos políticos (participação efetiva no processo político, seja como eleitor ou eleito) e dos direitos sociais (ligados ao mínimo de bem estar econômico e social). Marshall é duramente criticado por alguns pensadores, como Turner (1990), por ter atribuído aos direitos sociais a mesma condição das duas primeiras modalidades de direitos, tratando de forma indiscriminada, segundo eles, os direitos naturais dos históricos. Não entrarei no mérito. O importante para nós, nesse momento, é reconhecer que os direitos sociais, chamados de "direitos de segunda geração" (MARSHALL, 1967, p. 63-64) estão intimamente associados à educação e a uma gama de serviços de cunho social, o que evidente, inclui a biblioteca.

Também nos interessa ressaltar que a ONU incluiu os direitos sociais no grupo dos "direitos humanos", inclusive o acesso à informação. A Carta Magna se dirige nessa mesma linha, ao assegurar "a todos o acesso à informação [...]". (art. 5º, XIV). Ainda que a figura da biblioteca sequer seja mencionada na Carta Magna, sabemos que ela tem uma relação com a democracia do Estado liberal. Entretanto, é necessário esclarecer um ponto que considero muito importante: as políticas do livro e da leitura são relativamente recentes. Elas, de fato, vão se desenvolver no processo de amadurecimento do Estado Liberal. Antes dos oitocentos, a biblioteca assumia o papel de guardiã da tradição, comprometida em preservar acervos que garantissem o funcionamento da máquina burocrática e, ao mesmo tempo, atuando como reflexo incontestado da legitimidade do poder. Desse modo, não se pode tratar como manifestação de "política pública" e "perspectiva educacional da leitura" a majestosa biblioteca de Assurbanipal, na Nínive do século VI a. C. ou a coleção numismática do Papa Inocêncio III. Esse conservadorismo vai se arrefecendo a partir do século XIX, quando as estruturas de poder sofrerão questionamentos, perdendo parcela da plausibilidade e permitindo um rearranjo social. A imprensa e a dessacralização da palavra perpetrada pela Reforma, no século XVI, a educação escolar dos pobres e a definição liberal de biblioteca pública e universal proposta por Gabriel Naudé no século XVII, bem como a educação escolar obrigatória pós-revolução francesa no século posterior, culminarão na declaração da leitura e seus domínios como competência estatal.

A Revolução Industrial, desejosa de obter farta mão de obra qualificada, e os liberais franceses, ao fomentar entre as classes operárias o desejo pela educação, acabaram elevando a biblioteca a uma condição de entidade formativa. Nesse contexto favorável, surgem nos Estados Unidos, em 1859, as primeiras "bibliotecas liberais", forjadas a partir de políticas públicas e financiadas com dinheiro de impostos. A pretensão do Estado é dupla: promover certas competências associadas à escrita, garantindo operários hábeis para as indústrias, e facilitar o acesso a obras literárias de valor moral, afastando esses mesmos trabalhadores de leituras nocivas, o que se reportava, particularmente, a livros de teor marxista ou anarquista.

A representação social do bibliotecário – e que, curiosamente ainda vigora entre nós, – esteve associada a essa perspectiva de agente de formação, pago pelo Estado para exercer, particularmente, a missão de separar, por meio de estratégias relativamente requintadas, o salutar e o perigoso, garantindo, desse modo, que todo cidadão tivesse acesso a uma leitura adequada, segundo critérios previamente estabelecidos pelas políticas públicas ou por atos emanados delas. Que técnicas são essas das quais nos valem para erigir bibliotecas destinadas a formar bons cidadãos? Refiro-me a todo o arcabouço biblioteconômico criado a partir da segunda metade dos oitocentos, como os sistemas classificatórios, as normas de inquirição aplicadas no balcão de referência, os manuais de sugestões de livros moralmente saudáveis e o *index* de obras perniciosas.

Todas essas medidas pedagógicas levadas a cabo por bibliotecários, professores, agentes públicos e outros experts em cidadania são respostas diretas a uma determinada política pública. De fato, toda política pública, enquanto “conjunto de ações de governo”, tem por fim “produzir efeitos específicos” (LYNN). O que não podemos negar é que tais medidas no contexto dos países anglo-saxões tiveram efeitos considerados altamente positivos, como a redução do analfabetismo, o atendimento a certos grupos sociais historicamente vulneráveis, como os negros nas colônias do Sul dos Estados Unidos, e a promoção de certos direitos civis e políticos.

Fazendo uma leitura do Brasil na contemporaneidade, observamos que tais mecânicas não produziram frutos tão abundantes. Ainda que tenhamos progredido em certos campos, ocupamos, lamentavelmente, a 85ª posição no ranking mundial de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Uma das três variáveis do IDH está intimamente associada ao nosso métier, qual seja, o acesso ao conhecimento. Isso justifica, substancialmente, o porquê de apresentarmos indicadores sociais piores que dos nossos vizinhos, como a Argentina, o Uruguai, a Venezuela e o Peru, bem como outros países latino-americanos, como a Costa Rica, o México, e Cuba (NAÇÕES UNIDAS, 2014).

Apesar de ser editada no Brasil a metade dos livros do continente, os analfabetos, incluindo os “funcionais”, totalizam 33 milhões. Embora o Brasil tenha cultivado a biblioteca pública nos moldes iluministas, desde 5 de fevereiro de 1881 – criada em Salvador por solicitação de um dono de engenho –, só passamos a ter serviços bibliotecários 31 anos depois. Quanto à nossa primeira política do livro, ela só se deflagrou em 1937, com a criação do Instituto Nacional do Livro. Dos dados acima apontados, podemos concluir que as bibliotecas brasileiras foram extremamente marcadas pelo culto à tradição destra, canhestra, encarnada na figura da biblioteca enquanto espaço preenchido por acervos e pela letargia, desprovido de qualquer serviço de atendimento. A percepção de biblioteca em nosso País se revelou, desde sua origem, atrelada à ideia de *locus*, de espaço, de territorialidade destinada a conservar a tradição. Ainda que, via de regra, todos possam ter acesso aos seus umbrais, trata-se de território movediço para alguns e temerosamente agrado, em certos casos, para todos.

Essa incapacidade dos bibliotecários brasileiros firmarem um diálogo honesto com a nação me parece incontestável. Afinal de contas, como negar sérios problemas com a Biblioteconomia, ao sabermos do rechaço explícito do cidadão com nosso espaço de trabalho milimetricamente planejado não sei para que e para quem? Ainda que Marshall reconheça os direitos sociais como fundamentais para o pleno exercício da cidadania, a ONU defenda o direito à informação como direitos humanos e a Constituição Federal de nosso País ressalte o papel da educação, as bibliotecas perderam espaço. Abramos as planilhas do *Pesquisa Retrato da Leitura no Brasil (2012)* e sofram. Talvez a dor coletiva nos salve do inferno da letargia.

As bibliotecas brasileiras toleram. Toleram que pobres entrem em suas dependências, que doidos usem seu banheiro, que desempregados leiam seus jornais, que gays encontrem, com sorte, algum livro que os afete. Trata-se de uma tolerância fria e arrogante.

Homofobia, desemprego, analfabetismo, violência contra a mulher são temática alheias ao nosso mundo tão neutro. Os livros estão lá, mudos. Que os usuários recorram aos deuses.

Nas semanas que antecederam a Copa do Mundo, manifestações pipocaram por todo o País. As críticas não gravitaram em torno do torneio em si, mas dos gastos dispendiosos para a construção dos estádios, agravadas pelo rechaço à velha e poderosa corrupção que assola o nosso País desde os tempos do Tratado de Tordesilhas. Acompanhei com muita atenção os confrontos nas ruas e nas redes sociais, bem como a tentativa do porta-voz do Planalto, o Ministro comunista de voz mansa, de vender ao mundo a imagem de um Brasil multicultural e ordeiro. Durante os confrontos, uma imagem me deixou particularmente impressionado e, admito, satisfeito: a fachada de uma biblioteca sendo apedrejada por jovens mascarados.

De repente, como num passe de mágica, uma biblioteca, com seu acervo meticulosamente classificado, como tantas outras, acondicionado em um prédio cinzento e sem graça no centro da cidade, como tantas outras, provavelmente gerenciada por bibliotecários pouco afeitos à política, como a maioria de nós, se converte em inimigo declarado de certos grupos sociais. Fiquei tão comovido com a cena que acabei entornando a caneca de cevada no meu sofá. Não era para menos; pareceu-me que, de repente, como num passe de mágica, um pequeno grupo de cidadãos, ridicularmente classificado pela mídia como “baderneiros” e “marginais”, despertaram para o grande engodo em que a biblioteca moderna se edificou.

E que falácia é essa que, estranhamente, continuamos a alimentar nos últimos duzentos anos? Parece-me óbvio que há uma insistência de nossa parte em vendermos ao mundo que as atividades por nós realizadas são construídas a partir dos ideais de neutralidade e objetividade (DICK, 1995). E, partindo da validade desses princípios tão válidos como uma nota de 3 reais, a biblioteca se vislumbra como instituição predestinada à eternidade, bastião da verdade universal.

Parece-me correto admitir que a Biblioteconomia brasileira padece de uma crise profunda, crise que se desdobra em dois aspectos. O primeiro, a retração de significados da biblioteca para a população brasileira. Algum colega mais inflamado pode afirmar que as nossas bibliotecas jamais tiveram representação simbólica. Respeito, mas discordo de tal leitura. A biblioteca brasileira foi, num passado recente, espaço do encontro, do confronto, do novo, do inacabado. A psicanalista Anna Mautner, num pequeno ensaio, ressalta de forma veemente o papel outrora exercido por nossas bibliotecas na formação efetiva de cidadãos:

Já houve tempos em que a biblioteca exerceu a função de espaço para constituição de cidadania. Lá os jovens se encontravam, trocavam ideias e se informavam, na condição mais igualitária possível. [...] Era nos saguões e no entorno das bibliotecas que se falava de música, cinema e teatro -difundindo posições e opiniões. Conversar em volta da estátua do saguão da Biblioteca Municipal de São Paulo era fazer parte de uma geração, de uma turma: era uma identidade. Os entornos de biblioteca que conheci poderiam hoje se chamar de shopping center de ideias e de bons hábitos cultura.

Anna Mautner levanta uma série de questões interessantes em torno da perda de relevância das bibliotecas brasileiras nas últimas décadas. Lamento informar aos presentes que nenhuma das perguntas é acompanhada por uma resposta clara e incisiva. De todo modo, com a intenção de provocá-los e para servir como elemento norteador de nosso debate, apresento duas delas: 1ª) “Qual será o problema das bibliotecas que são inauguradas em série pelos governos, mas parecem não desabrochar?”; 2ª) “Será que funcionam de forma

insatisfatória porque são pouco frequentadas ou são pouco frequentadas porque funcionam de forma insatisfatória?”. Por trás dessas interrogações que, talvez, possam parecer ingênuas, típicas de usuários que ignoram o emaranhado complexo de técnicas e estratégias envolvendo a nossa profissão secular, há uma tríplice problematização que me parece muito pertinente na contemporaneidade.

Primeiro, interroga-se a respeito da criação maciça de bibliotecas pelo País que, simplesmente, não vingam. Como diria Cazuzu, nossas bibliotecas são “sementes mal plantadas que já nascem com cara de abortadas.” Por que isso acontece? Parece-me que a questão está intimamente associada ao culto permissivo da descontinuidade das políticas públicas no Brasil, fortemente associadas ao espírito partidarista que impera em nossas estruturas de governo, bem como a equívocos relacionados aos atributos da biblioteca, aos modos de exercício da prática da leitura e, finalmente, à incapacidade de gerir as diferenças regionais de nosso País continental.

Penso, ainda, que os burocratas engomados e encerrados em seus gabinetes erigem bibliotecas presos a dois conceitos malditos, execráveis. Quais são eles? Ora, ou a biblioteca é encarada como a coleção de itens bibliográficos dispostos de forma organizada ou é reduzida ao prédio. É assim que reza o Dicionário Michaelis: “Biblioteca: 1 Coleção de livros, dispostos ordenadamente. 3 Edifício público ou particular onde se instalam grandes coleções de livros destinados à leitura de frequentadores ou sócios.” Esse reducionismo espacial ou objetual nega a complexidade da biblioteca e nos torna vulneráveis. Afinal de contas, se biblioteca se restringe ao prédio ou a um conjunto de livros, como acusar os tecnocratas de perseguição se o espaço físico e os objetos que lhe atribuem identidade são preservados? A perda de funções comissionadas, a extinção de vagas e a nossa redução no organograma da entidade não nos permitiria incriminar, nem tampouco acusar ninguém de *persona non grata*. Semana passada uma amiga bibliotecária lamentava a situação de abandono das bibliotecas dos Ministérios, na Esplanada, em Brasília: as que não foram fechadas estão se reduzindo a salinhas minúsculas com três corredores de estantes. Aos poucos, elas foram desaparecendo, dando lugar a salas de reuniões e a escritórios. O Estado valora o discurso da unanimidade e, nesse contexto, a biblioteca não se sustenta enquanto espaço formativo. A ideia é que o ganho por ela outorgado ao Estado moderno é minúsculo, o que não justificaria investimentos vultosos em pessoal e equipamentos.

Nosso desconforto não está desprovido de sentido. A perda de espaço no mercado simbólico não pode estar dissociado do abandono por parte do Estado em relação a nossa área. Bourdieu (1998, p. 8) é categórico a esse respeito: “Uma das razões maiores do desespero de todas essas pessoas está no fato de que o Estado se retirou, ou está se retirando, de certo número de setores da vida social que eram sua incumbência e pelos quais era responsável.” O fechamento da Biblioteca Demonstrativa de Brasília, uma das poucas bibliotecas públicas da capital federal, reflete o alheamento estatal com a temática. Bibliotecários e usuários estiveram lá, abraçaram-na e se depararam com a frieza do governo. Esse descalço estatal encoberto por uma tênue camada de respeito às instituições culturais – todo gestor que se preze reverbera o discurso secular de que adora livros e ama a profissão de bibliotecário – se desdobra em dois movimentos junto ao povo. Primeiro, a biblioteca continua ocupando, no imaginário popular um espaço importante, mas no cotidiano ela é conscientemente ignorada. Essa postura dúbia foi quantificada pelo Retratos da Leitura no Brasil: se 64% dos entrevistados concordam, plenamente, com a sentença de que “Ler bastante pode fazer uma pessoa ‘vencer na vida’ e melhorar a sua situação socioeconômica”, 47% não se intimidaram em admitir desconhecer qualquer indivíduo que tenha “vencido na vida” por ter frequentado uma biblioteca.

A segunda pergunta parece mais impactante: nossas bibliotecas são ruins porque não são frequentadas, ou não são frequentadas porque são ruins? Espero que nenhum presente

defenda a tese de que os brasileiros adoram transitar por entre as estantes de nossas bibliotecas. Essa percepção seria esdrúxula, ou, no mínimo, ingênua. Sabemos, por meio dos dados coletados pelo Instituto Pró-Livro, que o brasileiro, em seu tempo livre, lê cada vez menos. De fato, a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil constatou uma redução de 8% da prática de leitura entre as edições de 2007 e 2011. O que também pode ser relevante é saber o que faz o brasileiro para deleitar-se quando está fora do espaço de trabalho. A pesquisa é incisiva nesse sentido: cada vez mais ele opta em assistir televisão, em reunir com amigos e familiares, em assistir vídeos e DVD e em navegar na *Internet*.

Parece-me, portanto, que o esvaziamento de nossas bibliotecas pode estar associado ao reordenamento valorativo de produtos culturais, o que também revela certa incapacidade da nossa parte de criarmos uma imagem da biblioteca enquanto espaço por excelência destinado ao consumo desses tipos de produtos, inclusive de forma associativa. Observamos, de fato, que a diversão do brasileiro está intimamente associada ao agrupamento, ao coletivo, e a biblioteca, tradicionalmente, se configurou enquanto espaço individual, do culto devotado ao silêncio. Já não se trata, portanto, de reservar parcela do nosso orçamento anual para a compra de multimídias, mas de estabelecer novos modos de operacionalização dessas novas mídias. Também não me refiro à instalação de equipamentos ou ao treinamento de profissionais para operar essas tecnologias. As mudanças destinadas a ganhar mercado se vinculam, fundamentalmente, a uma nova concepção de biblioteca que extrapola a discussão a respeito das novas alternativas de formatos de documentos, mas ao estabelecimento de ações políticas em defesa de nossas bibliotecas. Estamos perdendo o jogo e não podemos ficar paralisados vendo o bonde passar. É possível, sim, tomarmos medidas que salvaguardem o papel da biblioteca enquanto instrumento efetivo de construção da cidadania.

Penso que a primeira medida é reconhecer o grave quadro identitário em que nos encontramos. A Biblioteconomia sempre esteve muito atrelada à tradição, às fontes com os seus dizeres inequívocos, às listas de autoridades com sua verdades, ao poder atrelado e consagrado pelo conhecimento, ao capital financeiro e simbólico. Todas as nossas técnicas de representação do conhecimento estão prontas e são absurdamente pretenciosas, esquadrinhadoras, totalizantes. Somos os principais herdeiros da Modernidade, que sempre atuou dentro da perspectiva do homogêneo, do regular. O bibliotecário moderno não sabe lidar fora do consenso. Ele foi ensinado a atuar de tal modo que todas as diferenças individuais e coletivas se reduzam a taxonomias. Não há espaço para a dúvida. Ainda que, de tempos em tempos, recorramos a um novo instrumental que, gradativamente, vai rompendo nossas resistências ao se revelar plausível e, portanto, legítimo - o que não deixa de causar dor de cabeça em bibliotecários mais conservadores -, sempre voltamos para o locus original. Somos eternos reféns da certeza prometida pela condição moderna. Estamos acostumados a uma doce escravidão, a uma autonomia mentirosa. Qual o nosso maior engodo? A neutralidade, com certeza! Prestamos tanto culto à ideia de verdade única que acreditamos, piamente, que o crescimento exponencial do conhecimento diminuiria. Minha proposta? Rechacemos a imparcialidade e todos os engodos dela derivados. Desse modo, o vazio poderá ser preenchido com cheiros, cores, sexos e trejeitos. De repente, espaços físicos e psíquicos pasteurizados se converterão em bibliotecas.

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Cap.2, p.17-45

BANCO MUNDIAL. **Brasil: aspectos gerais**. Disponível em: < <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

DICK, A. L. Library and Information Science as a Social Science: neutral and normative conceptions. **Library Quarterly**, v. 65, p. 216-235, April 1995.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NAÇÕES UNIDAS. 2014. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14\\_summary\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14_summary_pt.pdf)> Acesso em: 3 ago. 2014.

NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do. **Direito à Informação e Direitos Sociais no Contexto do Capitalismo Contemporâneo**. Dissertação de Mestrado em Política Social Universidade Federal do Espírito Santo. 2007. Programa De pós-graduação em política social.

SEVERINO, A. J. **Filosofia da Educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.

TURNER, Bryan S. Postmodern culture/modern citizens. In.: STEENBERGEN, Bart van (ed.). **The condition of citizenship**. London: SAGE Publications, 1994. P.153-168

## ANEXO G

### Aspectos éticos da profissão de Bibliotecário

Prof. Dr. Raimundo Martins de Lima<sup>21</sup>

#### Considerações preliminares:

A Biblioteconomia é uma disciplina que constitui o grupo das Ciências Sociais Aplicadas, vínculo que não só impõe uma relação de interdependência das instituições e serviços que a praticam junto aos setores da sociedade, como também dá sentido e significado às suas existências. Aspectos estruturais e operacionais que sugerem a observação de um conjunto de procedimentos e atitudes considerados adequados para que as expectativas acerca da oferta e da prestação de bons serviços de informação sejam objetivadas.

No Brasil, a profissão de Bibliotecário foi criada em 1962 por meio da Lei nº. 4.084/62, sendo regulamentada por meio do Decreto nº. 56.725/65 quatro anos mais tarde. Ato que lhe asseguraram o status de curso superior e deram aos seus egressos o direito ao exercício profissional nas bibliotecas de todas as tipologias e nos centros de documentação e, ao mesmo tempo, definiram a base legal para que a sociedade pudesse exigir a criação e o bom funcionamento de bibliotecas e tivesse a quem recorrer contra os maus serviços bibliotecários.

Respeitam-se posições em contrário, mas aqui no Brasil foram esses dois atos que possibilitaram o surgimento de uma série de entidades profissionais com naturezas e responsabilidades técnicas, políticas e sociais distintas, mas de práticas interdependentes. Grupo integrado pelos cursos de Biblioteconomia (instituições de ensino superior responsáveis pela formação dos bibliotecários); pelos conselhos federal e regionais de Biblioteconomia (autarquias de direito público responsáveis pela orientação e fiscalização do exercício da profissão de Bibliotecário em todo território nacional); pelas bibliotecas de todas as tipologias (serviços de informação, cultura e educação, sejam tradicionais ou não, responsáveis pela mediação da informação junto à sociedade); as associações e a federação de instituições e bibliotecários (sociedades civis de direito privado responsáveis pela promoção do desenvolvimento da profissão de Bibliotecário no Brasil, por meio de eventos técnicos); e os sindicatos de bibliotecários (sociedade civil de direito privado, responsáveis pela mediação das relações de trabalho).

A profissão de Bibliotecário tem um componente ético na medida em que o seu exercício na sociedade tem relação direta com o atendimento das necessidades e demandas dos seus membros (pessoas físicas e jurídicas). Por isso, de um lado, projeta a existência de serviços de informação organizados de acordo com os perfis institucional, do público alvo e dos usuários, implicando formação e desenvolvimento de acervos orientados por essas peculiaridades; e, de outro, projeta o atendimento das necessidades e demandas informacionais desse conjunto de pessoas.

Procedimentos tais que implicam obediência a certas condutas humanas e profissionais para que esses atendimentos sejam processados com a eficácia desejada. Aspectos que se harmonizam com o disposto no Art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), na medida em que este estabelece que

---

21 Professor Adjunto do Departamento de Arquivologia e Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Conselheiro do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), onde coordena a Comissão de Ética Profissional (CEP) e a Comissão de Licitação, além de ser membro da Comissão de Bibliotecas Públicas e Escolares (CBPE).

Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica no direito de não ser censurado pelas suas opiniões, e o de procurar, receber, sem considerações de fronteiras, as informações e as ideias, por qualquer meio de comunicação.

Todas as entidades acima destacadas têm responsabilidades distintas neste contexto, mas nesta oportunidade vamos destacar apenas os órgãos que constituem o Sistema CFB/CFB. Vamos a eles.

## **Legislação que regulamenta a profissão de Bibliotecário no Brasil:**

A legislação que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário no Brasil contempla os dispositivos da Constituição Federal de 1988 aplicáveis a todas as vinte e oito profissões regulamentadas e não só a nossa – “[...] é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (Art. 5º, Inciso XIII, do Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos) – até os da Lei nº. 4.084/1962; do Decreto nº. 56.725/1965; da Lei nº. 9.674/1998 que foram aprovados especialmente para esse fim.

Em virtude das peculiaridades do setor legislativo brasileiro, da década de sessenta, os dispositivos da Lei nº. 4.084/1962 só tiveram efetividade depois da aprovação do Decreto nº. 56.725/1965, que a regulamentou. Por isso, para evitar repetições, com relação à regulamentação que abrange o período de 30 de junho de 1962 a 24 de junho de 1998, apenas os dispositivos do supracitado Decreto serão destacados.

Um dos aspectos que esses dispositivos definem alude aos profissionais que podem ou não exercer a profissão de Bibliotecário no Brasil, em qualquer de seus ramos. Tal prerrogativa é reservada aos bacharéis formados pelos cursos brasileiros de Biblioteconomia, mas também estendida aos outros profissionais que atendessem aos requisitos seguintes:

A profissão de Bibliotecário será exercida, exclusivamente, pelos:

I. bacharéis em Biblioteconomia, possuidores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas ou oficialmente reconhecidas;

II. bibliotecários diplomados por escolas estrangeiras, reconhecidas pelas Leis do País de origem, cujos diplomas tenham sido revalida dos no Brasil, de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Único – Não poderão exercer a profissão de Bibliotecário os diplomados por escolas cujos estudos hajam sido feitos através de correspondência, cursos intensivos, cursos de férias, seminários, entre outras (Art. 3º, do Decreto nº. 56.725/1965).

Outro aspecto contempla as atribuições dos bibliotecários, definindo que lhes cabe a organização, a direção e a execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas, bem como de empresas particulares, concernentes às matérias e atividades abaixo destacadas:

I. o ensino das disciplinas específicas de Biblioteconomia;

II. a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação;

III. administração e direção de bibliotecas;

IV. organização e direção dos serviços de documentação;

V. execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros ou preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência. (Art. 8º do Decreto nº. 56.725/1965).

Por certo que esses aspectos acima destacados são relevantes, mas um dos dispositivos mais significativos é o que definiu o ato bibliotecário. Sua profundidade e pertinência podem ser observadas pelo texto abaixo:

A profissão de Bibliotecário, observadas as condições previstas neste Regulamento, se exerce na órbita pública e na órbita privada por meio de estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, sinopses, resumos, bibliografias sobre assuntos compreendidos no seu campo profissional, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão, direção, execução ou assistência nos trabalhos relativos às atividades biblioteconômicas, bibliográficas e documentológicas, em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por outros meios que objetivarem, tecnicamente, o desenvolvimento das bibliotecas e centros de documentação. (Art. 5º do Decreto nº. 56.725/1965).

Já a Lei nº. 9.674/1998, em virtude dos problemas de concepção e dos vetos que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, interpôs ao sancionar o texto final, pouco acrescentou à legislação vigente. Vetos decorrentes da ideia recorrentemente defendida ao longo de todo o texto de que a *informação registrada* devia ser objeto de trabalho exclusivo da profissão de Bibliotecário.

Esses vetos foram tão decisivos que esta lei ficou conhecida como a Lei dos vetos. Diante disto, esvaziada de sentido e significado práticos, o único dispositivo que talvez tenha representado uma novidade foi a criminalização do exercício ilegal da profissão de Bibliotecário.

Observe-se, pelo texto abaixo, que tais infrações foram incluídas no grupo das contravenções penais:

As pessoas não habilitadas que exercerem a profissão regulamentada nesta Lei estão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Contravenções Penais e ao pagamento de multa, a ser definida pelo Conselho Federal. (Art. 46 da Lei nº. 9.674/1998).

Por fim, temos as resoluções do CFB que, parametrizadas pelos dispositivos da legislação que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário no Brasil, também procuram de forma complementar orientar esse exercício.

Como é grande o número de resoluções existente, vamos destacar aqui só a Resolução CFB nº. 033/2001, que dispõe sobre a parte procedimental do processo fiscalizatório realizado pelos Conselhos Regionais Biblioteconomia (CRB) junto às pessoas físicas e jurídicas, inclusive definindo as penalidades correspondentes às infrações, e a Resolução CFB nº. 042/2002, que dispõe sobre o Código de Ética do Bibliotecário brasileiro, mas que o concebe como um conjunto de normas de conduta relacionadas aos colegas e à classe, que atualmente tem função mais prescritiva e punitiva que orientadora.

## **Algumas observações sobre o vigente Código de Ética do Bibliotecário brasileiro:**

Pelo menos dois aspectos ficam bastante evidentes quando se reflete sobre a concepção e a estruturação do vigente Código de Ética do Bibliotecário brasileiro: o primeiro diz respeito à sua natureza prescritiva e punitiva e o segundo ao conflito entre infrações civis e profissionais.

Note-se que os seus dispositivos são omissos em relação ao ato bibliotecário que o Art. 5º. do Decreto nº. 56.725/1965 define e nem conceituam o objeto desse ato, no caso a informação, ou esclarecem que o desenvolvimento da sociedade brasileira é a sua principal objetivação, limitando-se a prescrever condutas e a apresentar as penalidades correspondentes.

Além disto, ao reunir as infrações civis e profissionais em um só grupo, acaba igualando as condutas do bibliotecário no cotidiano da sua vida civil às condutas do bibliotecário no exercício da sua profissão, viés que materializa uma impropriedade. Isto porque, se a aplicabilidade do Código de Ética de Bibliotecário está limitada ao exercício profissional, as infrações fora desse exercício estão sujeitas às regulações do Código Civil brasileiro. O texto abaixo permite essa compreensão:

Os deveres do profissional de Biblioteconomia compreendem, além do exercício de suas atividades:

a) dignificar, através dos seus atos, a profissão, tendo em vista a elevação moral, ética e profissional da classe (Art. 2º, alínea "a", da Resolução CFB nº. 042/2002).

Estas são as observações que me pareceram pertinentes apresentar e refletir sobre esse tema. Obrigado.

## ANEXO H

### O Bibliotecário Lobista

**Cristian Santos<sup>22</sup>**

Gostaria de agradecer, primeiramente, o convite feito pela nossa querida presidenta, Regina Coeli, para conduzir esta reflexão em torno da ação política do bibliotecário que atua como conselheiro. Esclareço que não se trata de uma palestra, mas de uma reflexão que, embora breve, se investe de um tom fundamentalmente pretensioso, destinada a causar certo incômodo.

Admito que fui ousado ao levantar uma tese que pode, no mínimo, soar estranha para alguns presentes. Defenderei, nessa manhã, que a atividade lobista representa um ganho considerável na efetivação das bibliotecas enquanto espaços por excelência de formação da cidadania. Em outras palavras, acredito que, ao adotar um modo todo particular de lidar com as instâncias políticas formais, o bibliotecário conselheiro alçará a profissão a um *status* de maior visibilidade, garantindo, desse modo, a ampliação de benefícios a toda a nossa categoria.

Mas o que vem a ser lobista? É o sujeito que, ao participar de uma organização, toma para si a atividade de influenciar, explícita ou implicitamente, as decisões do poder público, em favor de interesses privados<sup>23</sup>. Ainda que as páginas policiais dos jornais brasileiros ilustrem, com certa frequência, lobistas recorrendo ao suborno e à chantagem para alcançarem o fim desejado, trata-se de uma atividade profissional relevante a ponto de tramitar na Câmara dos Deputados uma proposição destinada a regulamentá-la. O lobista é definido no texto do Projeto de Lei n<sup>o</sup>. 1.202/2007<sup>24</sup> como

o indivíduo, profissional liberal ou não, a empresa, a associação ou entidade não-governamental de qualquer natureza que atue por meio de pressão dirigida a agente público, seu cônjuge ou companheiro ou sobre qualquer de seus parentes, colaterais ou afins até o segundo grau, com o objetivo de lograr a tomada de decisão administrativa ou legislativa favorável ao grupo de interesse que representa, ou contrária ao interesse de terceiros, quando conveniente ao grupo de interesse que representa.

Portanto, a expressão poderia abarcar, tranquilamente, os Conselhos Federal e Regionais, bem como os bibliotecários designados para exercer tal ofício no âmbito dos órgãos de classe.

Devidamente redimida a figura do lobista, também creio ser importante firmar uma distinção entre a ação política do bibliotecário e a atividade levada a cabo pelo bibliotecário conselheiro. Ainda que tenha se esquecido de participar das últimas eleições para o CRB, ou mesmo se negue a questionar a presença criminoso de um historiador no posto de diretor

---

22 É pós-doutorando em História na Casa de Rui Barbosa, doutor em Literatura e Práticas Sociais, mestre em Ciência da Informação, graduado em Biblioteconomia, Tradução, Filosofia e Letras (Língua e Literatura Francesas). Além de bibliotecário da Câmara dos Deputados, é docente e tradutor, tendo apresentado trabalhos científicos na Argentina, Brasil, Finlândia, Noruega e Estônia. E-mail: crijol@gmail.com

23 CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de; FALCÃO, Leonor Peçanha. Ciência política: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2004.

24 BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n<sup>o</sup>. 1.202, de 30 de maio de 2007. Disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=353631>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

da biblioteca pública onde atua, todo bibliotecário exerce a política. Descaso e covardia são práticas políticas tanto quanto a atuação de um colega que reprova formas de discriminação social ou de gênero no balcão de referência. O não agir só se dá porque o Estado garante ao cidadão certa margem de liberdade em não se envolver em determinadas celeumas, seja na esfera pública ou privada.

De fato, a política está associada à leitura que fazemos de nossa vida e do modo com que nos relacionamos com o outro. Nesse sentido, somos afetados, diariamente, por processos políticos, não é verdade? Ainda que a redução de 30% do orçamento destinado à aquisição de material bibliográfico não dê enxaquecas ao indivíduo, é provável que ele fique incomodado em saber que a empresa planeja reduzir gastos, começando pelo corte de postos de trabalho. Talvez o medo de perder o emprego o leve a produzir um relatório minucioso, explicitando o impacto positivo da biblioteca na atividade-fim da instituição. Mas, admito, não é impossível nos depararmos com um bibliotecário tão conformado, meio lunático, que opte em permanecer involucrado em sua seção, munido de sua caneca de café, esperançoso de que ali permanecerá até a aposentadoria, no verão de 2023. Ainda assim, o bibliotecário acovardado está exercendo política, pois acabou firmando uma relação com outros atores a partir do estabelecimento de prioridades e interesses que lhes foram oferecidos. Portanto, trata-se de decisões tomadas a partir de um conjunto limitado de possibilidades inseridas em um cenário eminentemente político, ou seja, coletivo.

Mas estamos tentando discutir a respeito da atividade política em um sentido mais estrito, não é verdade? Sabemos que a política, em seu sentido etimológico, evoca todas as decisões tomadas em função da *polis*, a cidade-Estado grega. Um acontecimento pessoal se reveste de um significado eminentemente político quando observo que ele não é isolado, exclusivamente meu, mas é um fenômeno caracterizado pela não singularidade, algo que se repete e que afeta outros sujeitos além de mim. O bibliotecário de Codó, em sua bibliotecazinha de 90 metros, pode ser levado a concluir que o conjunto de problemas que o deixa estressado, levando-o a ranger os dentes e a perder a libido, é similar ao da maioria dos seus colegas bibliotecários lá da Avenida Paulista. Trata-se de um processo complexo: ao me relacionar com o outro, concluo que o meu problema, o meu incômodo, a minha dor é compartilhada. A personalidade do fato é substituída pelo coletivo. E aqui aparece a figura do bibliotecário conselheiro.

O mito de o bibliotecário isolado bater na porta do gabinete do Deputado fulaninho em busca de melhorias para a sua biblioteca tende a produzir angústia provocada pelas promessas não cumpridas. Bonavides<sup>25</sup> afirma que os mitos liberais do cidadão soberano e da vontade geral foram substituídos pelos partidos políticos e pelos grupos de pressão. Como ainda ninguém teve a brilhante ideia de criar o PBB (Partido dos Bibliotecários Brasileiros), resta-nos atuar como grupo de pressão, correto?

E a pergunta que vos faço é: podemos afirmar, categoricamente, que o conselho é grupo de pressão, sabendo que este se define “[...] pelo exercício de influência sobre o poder político para obtenção eventual de uma determinada medida de governo que lhe favoreça os interesses”?<sup>26</sup> Eu penso que a pressão que exercemos em instâncias políticas é sofrivelmente tacaña. Acredito que ainda continuamos sendo um grupo de interesse, com bom nível de organização e de mobilidade entre os pares, mas sem influência nas esferas do poder institucionalizado. Entretanto, como bem ressaltou Bonavides,<sup>27</sup> todo grupo de

25 BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

26 BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. P. 427.

27 BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

interesse é um grupo de pressão em potencial, o que em si pode nos encher de esperança, não é mesmo?

Duas medidas podem nos ajudar nessa empreitada. A primeira delas é estabelecer, claramente, o fim ao qual o grupo de pressão se destina. Enquanto entidade profissional liberal, o grupo de pressão tem por fim garantir vantagens materiais. Ainda que no contato com os atores políticos possamos defender um modelo de biblioteca em detrimento de outro, ou um plano formativo polêmico para os bibliotecários, a fala de um conselheiro não pode ser gerida em torno de um plano moral e ideológico que possa fragilizar a classe bibliotecária, ainda que tenha uma pretensão altruísta. Não me parece razoável, por exemplo, que o Conselho Federal defenda um programa do governo federal destinado a criar bibliotecas em bairros periféricos nas capitais brasileiras se a figura do bibliotecário é sequer mencionada no seu texto-base.

A mala do livro, as bibliotecas nas paradas de ônibus e estações de metrô, bem como o açougue-biblioteca, existentes em Brasília, podem servir de estímulo à leitura e, em certos casos, em um primeiro contato quase mágico ou miraculoso com o universo da literatura, mas todas essas propostas não devem fomentar, sob hipótese alguma, a ruptura entre os produtos e serviços de informação e a figura do Bacharel em Biblioteconomia. Portanto, merece nosso elogio e admiração toda práxis que contemple o bibliotecário como peça-chave na promoção da prática de leitura e na gestão de acervos bibliográficos. Nesse mesmo sentido, todo discurso que contemple a biblioteca como instância autônoma do bibliotecário, deverá ser veemente rechaçado, pelo bem da imagem do profissional e do usuário.

A segunda medida é levar em conta o modo com que o grupo de pressão se organiza, o que envolve, basicamente, dois quesitos: o primeiro, a qualidade dos seus membros; o segundo, os instrumentos de ação. Recentemente estive em Fortaleza e em São Luís a convite dos Conselhos Regionais das respectivas regiões; fiquei impressionado diante da dificuldade em constituir uma única chapa para as próximas eleições. Estou convencido de que o problema é generalizado, não se restringindo ao nordeste, o que denota uma apatia por parte dos colegas brasileiros em atuarem institucionalmente pelo bem da categoria. Esse quadro pouco favorável exige, por parte dos Conselhos, a adoção de medidas que atraiam membros qualificados ou socialmente afetados por causas coletivas. Nesse sentido, palestras e debates são estratégias poderosas destinadas a sequestrar a classe profissional, retirando os seus membros definitivamente do *hades*, ressaltando, particularmente que suas reclamações mais correntes – os baixos salários e o pouco reconhecimento social – são resultantes da apatia galopante que impera em nosso meio.

Ainda em relação ao corpo de *experts*, parece-me importante que os conselheiros de cada região manifestem certo nível de conformidade discursiva, resultado do próprio compartilhamento de interesses, fazendo, desse modo, com que as ações de pressão resultem em vitória. É lamentável observar que, em algumas situações, o êxito nas demandas não é alcançado pela existência de crises internas intermináveis entre os conselheiros. É óbvio que não estou me reportando a certo nível de contradição entre os conselheiros quanto a medidas a serem adotadas na condução dos diversos trabalhos, mas certa tensão que pode ameaçar os interesses daqueles que eles representam.

Tratemos, agora, embora rapidamente, dos instrumentos de ação. O conselheiro tem um papel importante que, penso eu, extrapola a mera representação formal da classe. Ele deve ser um lobista, atuando junto a cinco grupos, a saber: a opinião pública; os partidos; os órgãos legislativos; o governo; e a imprensa. Ganhar o apoio do público é um processo extremamente complicado, mas de enorme relevância para dar plausibilidade à intenção do grupo. Não tenho dúvida de que temos tarefa árdua a ser cumprida. A figura

do bibliotecário é praticamente invisível no inconsciente coletivo do brasileiro e penso eu que isso esteja associado ao pouco impacto que nossos produtos e serviços têm na vida do cidadão, da dona de casa, do operário, do pai de família, do idoso.

Ontem estive na clínica de um cirurgião plástico e a bela recepcionista, ao preencher meu prontuário, manifestou surpresa ao escutar que estava diante de um bibliotecário. Ela arregalou os olhos com se estivesse diante de um escriba egípcio. É engraçado que ninguém questione a imperiosa relevância do médico no hospital e do engenheiro civil no prédio em construção. Não sei o porquê, mas temos que iniciar em nosso País um projeto destinado a reconfigurar a biblioteca enquanto espaço gerido, exclusivamente, por *experts*. E como isso se dá? Oferecendo produtos e serviços especializados que garantam benefícios as pessoas.

Concomitantemente a esse trabalho de base, poderemos propagandear os nossos objetivos recorrendo às mídias. Isso é extremamente complicado já que ainda paira entre nós um espírito de autobenevolência. Os conselhos podem convencer os colegas de que, apesar das peculiaridades socioculturais de nosso País, as realidades de nossas bibliotecas são muito próximas, o que a meu ver, se explica em razão de vigorar entre os brasileiros uma imagem simbólica absurdamente negativa da biblioteca.

Refletir coletivamente a respeito dos nossos calos é uma tarefa árdua. Afinal de contas, corremos o risco de reproduzir uma tese equivocada a esse respeito, de que apenas uma pequena parcela de nossas bibliotecas vai mal. Se é verdade que muitas sofrem com orçamentos ridículos, praticamente todas as bibliotecas brasileiras carecem de políticas sérias, sejam em relação às suas atividades técnicas, tidas como tradicionais (aquisição, seleção, atendimento do usuário), seja quanto à “venda” de sua imagem junto ao mercado de bens simbólicos. É importante gritar que perdemos um espaço significativo nas últimas décadas, já que, nos últimos anos, os brasileiros têm se mostrado renitentes em frequentar nossas bibliotecas pouco atrativas, optando em ficar em casa assistindo TV e DVD.

É tarefa dos conselhos incomodar a classe, apresentando um diagnóstico desnudado de nossas bibliotecas, sem incorrer em meias palavras ou sofismas. Ainda que devamos dedicar parcela de nossa atenção aos novos suportes e mídias, bem como às tecnologias que alteraram o nosso modo de tratar a massa documental, sinto uma enorme lacuna nos congressos de nossa área em relação a comunicações que problematizem a gênese e os desdobramentos da insignificância das bibliotecas na malha social. Admitindo a crise que paira sobre as nossas cabeças e acervos, e sabendo que a biblioteca é, como bem ressaltou Jacob<sup>28</sup>, “um designio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de leitura, de escrita e de interpretação”, devemos nos questionar: temos um projeto de biblioteca para o Brasil, ou continuaremos sangrando, perdendo orçamento, usuário, prédio, acervo e capital intelectual? Investiremos nossas fichas em bibliotecas escolares, procurando efetivar a Lei 12.244/2010? Se tivermos um projeto, que tal divulgá-lo junto à opinião pública?

Quanto a pressionar os partidos, isso se dá de forma individualizada. Entretanto, aqui não se trata do “bibliotecário mártir”, com a pastinha debaixo do braço, batendo de porta em porta nos gabinetes do Anexo IV da Câmara. O lobista, membro do conselho, apresenta sua demanda ao político, entregando a ele um material de qualidade que comprove a relevância do pleito e o impacto salutar que terá para a sociedade, bem como para a figura do agente público. O impacto da pressão pode ser substancialmente maximizado se for previamente acompanhado de um esquadramento prévio dos parlamentares que atuam

---

28 JACOB, Cristian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Cristian (Dir.) O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. P. 10.

nas áreas da educação e da cultura. É evidente que esse contato com os políticos, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, só pode ser feito a partir de um trabalho minucioso de identificação desses atores. E como se faz isso? Primeiro, identificando o perfil de cada um, tanto acadêmico quanto profissional. Posteriormente, é importante identificar a sua base de apoio e suas propostas apresentadas no período da candidatura. Além disso, pode ser frutuoso pontuar quem são os sujeitos mais influentes em cada partido, bem como se a legenda pertence à base aliada do governo. Esse esquadramento pode resultar numa espécie de bases de dados constituída por partidos e políticos possivelmente sensíveis à nossa causa. É importante observar que mesmos agentes políticos que não se reelegeram podem cooperar com as nossas demandas, já que, não raramente, ocupam cargos em outras esferas públicas, exercendo, em certos casos, influência no Parlamento e nas assembleias legislativas.

O lobista bibliotecário também deverá atuar junto aos órgãos legislativos, as chamadas comissões parlamentares. Por apreciarem temáticas especializadas e por serem constituídas por um número muito reduzido de membros, acredito que essas comissões deveriam ser consideradas como verdadeiras portas de acesso para a aprovação de nossas demandas. Como afirmou Bonavides<sup>29</sup>, "a sorte das leis, onde o parlamento ainda legisla se decide menos no plenário do que nas comissões técnicas de cada câmara." De fato, os membros de tais comissões tem enorme interesse em apresentar ou aprovar matérias ligadas às áreas de sua pauta, visibilizando, desse modo, junto ao eleitor sua atuação ousada. Além disso, merece acrescentar que diversos desafios e propostas de nossa classe podem ser discutidos por parlamentares e especialistas em audiências públicas. Creio que esse é um ponto que merecia mais ousadia, sugerindo temas, tanto no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, quanto nas assembleias legislativas dos estados.

A prática lobista junto ao governo, por sua vez, costuma exigir de nossa parte uma grossa camada de protetor solar e muita água na garrafinha. Normalmente ela se desdobra numa série de manifestações corpo-a-corpo destinadas a denunciar a morosidade das autoridades públicas quanto ao cumprimento da legislação ou a liberação de orçamentos destinados à construção e à manutenção de bibliotecas. As passeatas de rua, os buzinaços, o fechamento de vias, a distribuição de panfletos explicativos e os abaixo-assinados podem servir como estratégias de pressão, à medida que põe à vista da população a ingerência do governo. Entretanto, para que essas medidas alcancem os fins esperados, é fundamental recorrer a táticas, sem esquecer-se do quesito "perseverança". De fato, e improvável que trinta minutos de palavras de ordem proferidas por bibliotecários enfurecidos na portaria do Ministério da Educação sensibilize o coração do Ministro.

E, finalmente, a pressão deve ser exercida junto à imprensa. Não podemos subestimar a influência da mídia, o chamado quarto poder no Brasil. Podemos atuar de dois modos: primeiro, influenciar a população por meio da publicidade, o que em nosso caso se torna espinhoso, já que somos pobres. De todo modo, devemos recorrer a ela em datas oportunas, como no dia do bibliotecário, ou em projetos destinados a refrescar a memória do governo a respeito do cumprimento de leis em vigor ou compromissos firmados pelo Executivo. Outro meio mais em conta é recorrer aos jornais e revistas de grande circulação no País. E isso só se dá firmando amizades, o que exige boa dose de paciência e um toque de diplomacia.

Agradeço o convite!

---

29 BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. P. 423.

## ANEXO I

### **Código de Ética do Bibliotecário: caminhos para uma construção democrática**

**Francisco das Chagas de Souza**  
**Departamento de Ciência da Informação (UFSC)**

Quero iniciar esta exposição observando os termos mais significativos colocados em seu título: caminhos, construção e democracia. Isso me permite apreciar que há, na parte inicial do título, a menção a um artefato (o Código de Ética do Bibliotecário brasileiro) escorado na ideia do inacabamento, ao considerar que sua construção depende de prática democrática. Penso que o inacabamento de algo, essencialmente, representa o que aparentemente melhor traduz a vida individual e social.

De outro lado, caminho é sempre o que se pode abrir nos muros reais ou imaginários que se colocam à nossa frente. Mesmo quando fisicamente existam caminhos construídos por outrem para os utilizarmos, quando nele ingressamos, e todas as vezes que nele ingressamos para a caminhada, não sabemos como a faremos: se seguros ou não; se lépidos ou não; se conscientes do que surgirá nos momentos seguintes ou não. Provavelmente, nunca nos colocamos diante do caminho com a mesma segurança que revelamos após tê-los percorrido. Quer dizer, então, que caminhos seguros são passados e carregados de sentido para quem ao final da jornada já está seguro de que os trilhou. Não haverá, certamente, o retorno ao mesmo caminho, pois, em cada caminhada, o caminho é novo, com todos os desafios possíveis. Cada momento que se segue a qualquer jornada serão novas as revelações que se nos manifestam.

Assim, trilhar o caminho é um processo construtivo a exigir que nossas competências e habilidades sejam colocadas em tensão, a fim de que o tempo e espaço existentes, como condicionantes desse processo, sejam dominados por nossas forças, restritas aos nossos limites. Construir como um processo de disposição de partes, segundo critério lógico, ou de acordo com projeto, está sujeito ao pensamento que antecipa um potencial de resultado, e este é melhor quando feito sob um regime de ação democrática. A democracia, como pensada por Sócrates, e descrita na República, de Platão, é o governo da liberdade dos indivíduos. É o governo em que todos têm a igualdade como o princípio fundamental de sua ação. Logo, uma construção democrática é uma ação desenvolvida por iguais em um ambiente de liberdade.

Quero, ainda, interpretar o título desta exposição, isto é, “Código de Ética do Bibliotecário: caminhos para uma construção democrática” como uma rememoração das circunstâncias, contexto ou mesmo caminho que foi empregado no final dos anos de 1950 para que os bibliotecários à época, com liberdade de movimentação fossem buscar onde possível, ideias de como dar forma à Febab e instituir o primeiro Código de Ética do Bibliotecário brasileiro.

Laura Russo, primeira presidente da Febab e primeira presidente do CFB concedeu entrevista à Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (da Febab), v. 17, n. 1/2, p. 93-97, jan/jul. 1984(p.94-96) na qual diz do caminho novo que foi empregado para dar forma mais ampla à construção institucional da Biblioteconomia Brasileira, então pensada como a consolidação, articulada pela Febab, de uma estrutura composta por uma rede de entidades representativas da profissão no Brasil (as associações regionais, que eram 6 em 1954). Em seus próprios termos, ela disse:

Estando em Madrid, [...] recebemos do então presidente da APB uma cre-

dencial para representar os bibliotecários paulistas na 24ª. Sessão Anual da IFLA que se realizou em [...] outubro de 1957. A partir daquela data, começamos a estudar a estrutura e atividades da IFLA, visando à preparação de uma tese, que seria apresentada ao II CBBBD. Se fosse aprovada, seria fundada a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários. Voltamos ao Brasil em 1958 e nos integramos ao grupo dos Bibliotecários paulistas, que tentavam conseguir a inclusão do Bibliotecário no Quadro dos Profissionais Liberais, exigência primeira para a regulamentação profissional, segundo o [...] Deputado Rogê Ferreira. [...] Em 4 de dezembro de 1958, fomos ao Rio de Janeiro [...] Pela manhã fomos à Câmara Federal para entregar o texto do Anteprojeto de regulamentação profissional, ao Deputado Rogê Ferreira. No período da tarde, daquele mesmo dia, tivemos a [...] emoção de vê-lo apresentar no plenário o projeto de número 4.770/58, que passou a ser seguido por ele e por todos os bibliotecários brasileiros. [...] Nesse fim de jornada, nosso patrono foi o Deputado Almino Affonso, cuja atuação foi decisiva para a aprovação final e até a promulgação da Lei 4.084, em 30 de junho de 1962.

Em dezembro do mesmo ano, apresentamos ao Ministério do Trabalho o anteprojeto de decreto para regulamentar a Lei. Ele foi retido pelo DASP, durante 2 anos, custando muito sacrifício a sua retirada daquele órgão, isto acontecendo, graças ao bom relacionamento que o Dr. Rogê Ferreira mantinha, ainda, com elementos do Ministério do Trabalho.

Depreendo do texto recém citado que, naquela época, havia liberdade de movimentação, dando guarida ao esforço para a construção desejada de uma categoria profissional. Mas algumas ideias e apoios externos foram componentes acrescentados, sob a forma de um caminho precedente (a IFLA), de outro caminho (o Congresso brasileiro), de parceiros no caminho (Deputado Rogê Ferreira) e de obstáculos (o DASP).

Simultaneamente aos esforços realizados para a obtenção da sanção da lei de regulamentação da profissão, foi se constituindo um novo caminho, traduzido em um conjunto de ações que deram origem à Febab a qual se somava ao já existente CBBBD. Na medida em que o projeto de lei tramitava, foi fundada a Febab em 1959 tendo sua primeira diretoria eleita em 1961; foi redigida a proposta de currículo mínimo para o Curso de Bacharelado em Biblioteconomia; foi implantado oficialmente o Bacharelado em Biblioteconomia no Brasil. Evidentemente, também foi se constituindo mais um caminho, o da elaboração do Código de Ética. Em seu processo de construção, verifica-se a discussão no fórum que reunia todos os bibliotecários à altura, isto é, o CBBBD. Em 1961, no III CBBBD, Laura Russo apresentou a comunicação intitulada "Deontologia e ética profissional"; em 1963, no IV CBBBD, Voline Cardim apresentou a comunicação intitulada "Ética profissional; nova sugestão para os currículos das Escolas de Biblioteconomia e Documentação"; nesse mesmo evento, Laura Russo apresentou a comunicação intitulada "Código de ética do Bibliotecário Brasileiro". César Castro em seu estudo "História da Biblioteconomia brasileira" ressalta que o anteprojeto do Código de Ética do Bibliotecário brasileiro foi analisado pelas associações profissionais a fim de poder incorporar o pensamento de toda a categoria. Nesse sentido, a Febab enviou cópia do mesmo para todas as associações, escolas/cursos de Biblioteconomia e para alguns bibliotecários a fim de receber contribuições ao texto (p. 190-191). Em seguida, ainda segundo César Castro, o anteprojeto, já com várias contribuições, foi levado, em janeiro de 1962, à discussão na Assembleia Anual da Febab e em 1963 teve sua primeira aprovação por ocasião do IV CBBBD (p. 192). Essa foi então a trajetória de construção do Código, num espaço e tempo em que a participação dos bibliotecários era desejada e provocada, respeitando-se o princípio democrático da liberdade, com o reconhecimento da igualdade dos bibliotecários de então. Esse Código

ficou sob a gestão da Febab que o repassou ao âmbito do CFB, tão logo a regulamentação da Lei 4.084/62 foi efetivada pelo Decreto 56.725/65.

De outra forma, interpreto o título desta exposição, isto é, “Código de Ética do Bibliotecário: caminhos para uma construção democrática” como um desejo atual de uma diretoria que ora comanda o Conselho no sentido de provocar a possível repetição do processo que foi realizado pela atuação integrada do CBBB e Febab, leito da construção democrática da primeira forma do Código de Ética. Logo após a implantação do CFB, já em 1966, o Código, ao ser recebido para sua gestão, sofreu a primeira modificação; depois em 1974; mais tarde em 1986 e a última modificação no texto ainda vigente é a de 2002. Todas essas mudanças sofridas pelo Código, já realizadas no âmbito do CFB, padeceram de um processo cuja realização excluiu a condução democrática nos moldes aparentemente postos em prática na construção da sua primeira versão, de 1963. Tal circunstância, independentemente da ideologia que mobiliza as pessoas que participam da gestão, se subordina à ideologia totalitária que formata, desde sua origem, os Conselhos Profissionais no Brasil. Os Conselhos Profissionais, excluído o da OAB, por serem vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego, fruto de legislação que tem origem no primeiro governo de Vargas, pelo decreto 19.433, de 26 de novembro de 1930, reforçada pelo Decreto-Lei 968, de 13 de outubro de 1969, adensado pela Lei 6.036, de 1. de maio de 1974 e mantendo-se configurado pelo decreto 81.663, de 16 de maio de 1978, reproduzem um quadro jurídico anterior à Constituição hoje vigente no País, que é de 1988. Por esse provável motivo, mantém estratégias de presença social assemelhadas à de entidades existentes no estado fascista, nazista e bolchevique, a se considerar a compreensão de Hannah Arendt sobre o ordenamento dos Estados politicamente totalitários que, diante da atual Constituição brasileira, compõem um modelo que está superado em seu propósito.

Esse contexto legal de sustentação dos Conselhos, já vencido politicamente, por força dos movimentos populares dos anos 1970 e 1980, ainda é o espelho em que se miram a maioria dos Códigos de Ética dessas entidades para-governamentais. Uma expressão dessa postura, em relação ao Código de Ética do Bibliotecário, está expressa na forma como, em sua redação, se preveem as condições de sua modificação. Em vez de estar aberto para a apreciação e contribuição de todos os bibliotecários atuantes no Brasil, no que toca à iniciativa das proposições, ele, ao contrário, está fechado a isso. Na redação da RESOLUÇÃO CFB nº. 327/86, de 20 de agosto de 1986, a qual “aprova o Código de Ética Profissional do Bibliotecário”, vigente até o ano de 2002, se encontra em sua seção VIII (Modificação do Código), artigo 18, que “Qualquer modificação deste Código somente pode ser feita pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, mediante proposta de Conselho Regional ou de Conselheiro Federal”. Na redação da RESOLUÇÃO CFB nº. 42, de 11 de janeiro de 2002, a qual dispõe sobre o Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia em vigor, se encontra em sua seção VIII (Das disposições gerais), artigo 19, que “Qualquer modificação deste Código somente poderá ser efetuada pelo CFB, nos termos das disposições legais, ouvidos os CRB”. Essa disposição, instituída pelos dirigentes dessa organização paraestatal, ou seja, o Conselho Federal de Biblioteconomia, limita aos conselheiros federais ou regionais a condução ou a iniciativa do processo modificatório. Isso aponta para uma ruptura do que foi o clima de construção democrática da versão inicial desse Código dada de 1959 a 1963.

Não disponho de informação mais detalhada sobre os fundamentos de discursos divergentes ou de inconformidade situacional que certas lideranças bibliotecárias manifestaram ao longo do tempo, a começar por Laura Russo. Ela, conforme César Castro (p. 184-185), se sentia cansada, magoada, desiludida nos anos 1964-1965 com o pouco reconhecimento que recebia em relação a todo o esforço que liderou para a conquista da legislação profissional. Mas, isso talvez possa ser indício de uma modalidade de atuação

que o CFB, por sua origem social e política totalitária, tenha desencadeado, a despeito do que pessoalmente as pessoas acreditem que estão construindo.

Cecília Andreotti Atienza, entrevistada pela Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, cujo teor foi publicado no v. 13, n. 1/2, p. 85-93, jan/jun. 1980 (p.90-91), ao ser indagada sobre a atuação em conselho de classe. responde:

A - Que mensagem você teria para transmitir aos bibliotecários sobre o trabalho e a atuação de um Representante no Conselho de Classe? Respondeu:

Em 1972, fui eleita para integrar o CFB, onde permaneci durante seis longos anos. Apesar de ter sido uma experiência interessante, pois, de um lado, tive a oportunidade de oferecer inúmeros trabalhos para serem discutidos, modificados e aprovados, após a devida discussão por um Plenário consciente; por outro lado, ofereceu-me a oportunidade de conviver com colegas de todo o Brasil, muitos deles com uma bagagem profissional relevante. Apesar de todos esses fatos, que acrescentam valores em nossa experiência profissional, também houve o seu lado crucial. Unindo esses dois aspectos e juntando uma boa dose de otimismo e coragem, trouxe como resultado uma lição de aprendizado que não se ensina nas escolas (por melhor que seja apresentada). Acredito que os problemas desagradáveis advieram pela falta de maturidade profissional da maioria dos elementos da classe bibliotecária.

B - Você poderia fundamentar objetivamente essa sua afirmação? Ela respondeu: Justifico essa hipótese citando como exemplo o que ocorreu quando da tentativa de modificação da Lei 4.084/62. O CFB, como todos os profissionais bibliotecários conscientes, vem sentindo, há muitos anos, a necessidade de se modificar a nossa Lei, pois ela deixou de atender aos objetivos principais da profissão, em decorrência do desenvolvimento. Na minha opinião, acho que devem ser combatidos os hábitos arraigados da classe, como o de tecer críticas indiscriminadas que, por motivos ideológicos, ou falho conhecimento do assunto, se fazem aleatoriamente; já é tempo de superarmos uma das notas características das culturas subdesenvolvidas, que consiste numa atitude hipercrítica, levado ao extremo patológico de autoflagelação. O que interessa, nos assuntos mais delicados, é a análise objetiva e serena dos fatos, a começar por suas raízes históricas.

O que me parece destacável, nessa longa resposta, está no trecho em que ela afirma: "O CFB, como todos os profissionais bibliotecários conscientes" e no trecho de arremate: "O que interessa, nos assuntos mais delicados, é a análise objetiva e serena dos fatos, a começar por suas raízes históricas".

Ora, direi, que significa CFB e bibliotecários conscientes? Aqui estão expressos, creio, de maneira a se interpretar como pessoas. O Conselho, um órgão para-governamental, intruso na categoria profissional, é tão pessoa de sentimento quanto o são todos os bibliotecários e que sente, como o sentem os bibliotecários, a necessidade modificar a lei já tida como envelhecida entre 1972 e 1978, quando Atienza esteve na diretoria do CFB. Mas o que é essa Lei senão a explicitação muito densa do que é o Conselho que, por sua vez, é parte da herança do que Vargas melhor apropriou do estado totalitário europeu: um órgão centralista, opressor dos próprios filiados, até por ser Estado, sem que seus sustentadores econômicos, mas também políticos, os bibliotecários nele registrados, só o tomem por isso, ou seja, que ele existe para impor regras, normas e taxas sobre cada um e seus pares, que as aceitam numa espécie de masoquismo. E, ainda, nessa resposta de Atienza, qual seria o sentido possível para o trecho "O que interessa, nos assuntos mais

delicados, é a análise objetiva e serena dos fatos, a começar por suas raízes históricas?” Que são “assuntos mais delicados?” E o que seriam “suas raízes históricas”. Na época em que foi afirmado isso dizia respeito a que contexto? Ao contexto da ditadura militar então vigente? Para esse trecho, cabem algumas interpretações que podem restar para outro debate.

Evidentemente, como essas, há muitas questões que perpassam a história da institucionalização profissionalista da prática bibliotecária brasileira. Uma prática muito carregada de limitações autoimpostas, já preventivamente, para passar-se ao largo de compromissos políticos mais populares. Um código de ética como o ora existente, claramente distante do contexto da afirmação livre e igualitária de compromisso das pessoas que compõem a categoria bibliotecária, formatado como um documento legal, bem distante de código de ética ou de conduta com o do modelo textual elaborado pelos bibliotecários dos Estados Unidos da América, ou Suíça, ou Itália, ou Armênia, dentre outros, não representa o jeito livre e igualitário como as pessoas afirmariam sua responsabilidade adultamente, reflexivamente, assertivamente. Se, cada vez mais, a forma verbal pela qual se assume os compromissos pessoais individuais tem o caráter declaratório, por que não poderá ser a forma que também se deve empregar para a modelagem ou expressão dos compromissos profissionais de indivíduos coletivos? Apesar de mudanças culturais mais identificadas aos grupos populacionais locais, as profissões são grupos internacionalizados em seus propósitos e isso há de ser referência para a ação de seus membros.

A realidade da internacionalização vem mostrando que os códigos de orientação da atuação dos grupos ocupacionais aos poucos vêm deixando de ser expressos normativamente. Aos poucos vêm perdendo sua veia deontológica e se assumem como códigos de conduta ou códigos de boas práticas, ainda quando mantêm o nome código de ética. Também, passam a expor compromissos respaldados na Declaração Universal de Direitos Humanos. Além disso, passam a reconhecer que o público atendido por um grupo profissional não é um público único e que também os profissionais não são um profissional único. Isso é fruto, certamente, da influência da cientificização de procedimentos de trabalho, que contribui para a segmentação das práticas profissionais tradicionais em muitas práticas. Não percebo que um único código de ética pode mais responder a todos os dilemas de conduta que as práticas realizadas por uma categoria profissional impõem. Bibliotecários de distintas especialidades tendem a ter dilemas que resultam das relações particulares que se desenrolam em sua interação com usuários, empregadores e sociedade. No ano de 2010, por exemplo, nos EEUU, a Association for Library and Information Science Education (ALISE) criou as **Ethical Guidelines for Library and Information Science Educators**; no ano de 2012, a IFLA criou seu código, depois de 85 anos que permaneceu sem esse instrumento. Ao que parece, todas as iniciativas de teor caminham no sentido da produção de textos declaratórios de compromissos e não de textos normativos que se impõem a potenciais indisciplinados e negligentes. A tendência é de rompimento de um ciclo de infantilização ou submissão que os códigos deontológicos, apropriados pelo pensamento totalitário, não mais conseguem impor.

Para concluir, entendo que a busca pela construção de um código por via democrática implica em certas atitudes que as pessoas que constituem a atual diretoria do CFB podem decidir tomar, pensar sobre elas, envolver a Febab, a Ancib, a Abecin, a Abrainfo e outras entidades que considerem convenientes, de modo que os ideais de liberdade e igualdade, sugeridos no título desta palestra, se transformem em prática real.

## REFERÊNCIAS

ALISE. Disponível em: [http://www.alise.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=31](http://www.alise.org/index.php?option=com_content&view=article&id=31)

ARENDETT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 2000.

IFLA. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portuguese-codeofethicsfull.pdf>

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

## ANEXO J

### O Bibliotecário Parresiasta: ética e poder na gestão de bibliotecas

Cristian Santos<sup>30</sup>

#### Introdução

Mesmo correndo o risco de ser taxado de bairrista, creio que o fato mais importante para a Biblioteconomia brasileira em 2013 ocorreu bem pertinho de casa, lá em Brasília. Não me refiro à aprovação de nenhuma proposição legislativa importante para as nossas bibliotecas. Também não conseguimos convencer a Presidenta Dilma a participar da mesa de abertura do Dia do Bibliotecário, evento comumente sediado a poucos metros de seu gabinete.

O grande feito do ano passado ocorreu fora do perímetro da Esplanada dos Ministérios, longe dos ousados edifícios de Niemeyer e dos jardins paradisíacos de Burle Marx. Nosso cenário é a Papuda, complexo penitenciário cinzento, distante a quinze quilômetros da Praça dos Três Poderes. O protagonista da história é um mineiro de 57 anos, nascido em Passa-Quatro, chamado carinhosamente de Zé pelos companheiros. Na condição de bibliotecário brasileiro, agradeço do fundo do meu coração ao ex-Ministro Chefe da Casa Civil pelo bem que fez à Biblioteconomia.

Afinal de contas, Zé Dirceu, ao pretender ocupar o posto de gestor da biblioteca de um dos mais importantes escritórios jurídicos do País, acabou nos prestando um serviço enorme. Sua segunda tentativa de passar o dia fora da prisão – na primeira ele cobiçou o cargo de gerente de um hotel –, foi exaustivamente noticiada pelos meios de comunicação social, incluindo as redes sociais. Como num passe de mágica, uma profissão de existência ignorada pela maioria da população brasileira ganha as manchetes dos principais jornais do País. Isso não seria motivo suficiente para agradecermos ao Zé?

É verdade que a publicidade inesperada e gratuita acabou reproduzindo discursos curiosos e equivocados a nosso respeito. Dentre esses, o que mais me surpreendeu foi o Sr. Gerardo Grossi, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral e dono do escritório de advocacia, lamentando o fato de ter que submeter o seu culto amigo petista a exercer atividades simplórias na sua bagunçada biblioteca de dois mil livros. O ilustre senhor reverbera uma ideia de que, insistentemente, povoam o imaginário do povo brasileiro: as atividades envolvidas na administração de uma biblioteca são tão desprovidas de complexidade a ponto de permitir que todo sujeito as execute com maestria. Em suma, tudo na biblioteca é encarado de forma tão simplória que qualquer Zé Ninguém pode cumpri-las bem.

Essa proposta de emprego flagrantemente ilegal e ironicamente encabeçada por um *expert* do Direito, amargou a boca de muitos colegas. De todo modo, penso que podemos nos beneficiar com o caso. Na verdade, acho que já colhemos dois frutos bem doces a respeito. O primeiro foi termos nos tornado visíveis à sociedade brasileira; alguns presidentes dos conselhos foram entrevistados, apresentando, não apenas, os motivos legais pelos quais o apenado não poderia exercer a profissão de bibliotecário, mas evidenciando as sérias

---

<sup>30</sup> É pós-doutorando em História na Casa de Rui Barbosa, doutor em Literatura e Práticas Sociais, mestre em Ciência da Informação, graduado em Biblioteconomia, Tradução, Filosofia e Letras (Língua e Literatura Francesas). Além de bibliotecário da Câmara dos Deputados, é docente e tradutor, tendo apresentado trabalhos científicos na Argentina, Brasil, Finlândia, Noruega e Estônia. E-mail: krijol@gmail.com

implicações de tal contratação para a qualidade do serviço de qualquer escritório advocatício, inclusive o do Escritório Grossi Paiva Advogados. O segundo fruto foi uma certa mobilização proveniente de fora dos muros dos órgãos de classe em torno da matéria. Não nos parece notável que o tradicional espírito de alheamento que paira sobre a categoria profissional tenha sido exorcizado, permitindo a insurgência de vozes?

Tivemos a oportunidade de experienciar algo importante: nenhuma profissão se sustenta, exclusivamente, por um ato normativo de reserva de mercado. Na verdade, creio e espero que o nosso incômodo proveniente do caso José Dirceu não seja resultante do mero descumprimento da Lei n. 9674/1998, que estabelece ser privativo dos portadores de diploma de Bacharel em Biblioteconomia o exercício da profissão de bibliotecário. Ainda que as medidas adotadas pelos órgãos de classe tenham sido adequadas e necessárias, me parecem insuficientes para sanar o problema. Sabe por quê? Porque não estamos tratando de uma mera invasão de nosso monopólio laboral. Essa leitura me parece ingênua, já que reduz a questão à simples expulsão do invasor em nosso território; ora, o cerne do conflito não está em permitir ou não permitir que um cidadão sem a formação acadêmica exigida exerça a Biblioteconomia. Se alguns colegas aqui presentes pensam assim, sugiro que voltem à tranquilidade reinante de suas bibliotecas, já que a atuação exemplar do Conselho Federal e dos conselhos regionais impediu tamanho disparate.

O que vos proponho, nesta noite celebrativa, é abandonar a perspectiva focada na reserva de mercado e na capacidade fiscalizatória dos órgãos de classe. Afinal de contas, seria um equívoco acreditar que os discursos produzidos pelo Dr. Grossi e pela mídia a nosso respeito e a respeito da entidade em que atuamos gravitem em torno de questões jurídicas e normativas. Adotar tal atitude, além de reducionista, me parece irresponsável, transferindo para os conselhos regionais uma responsabilidade de todos nós.

O convite que vos faço é nos debruçarmos, primeiramente, sobre o discurso do Dr. Grossi, procurando extrair das suas entrelinhas verdades forjadas em torno do universo da biblioteca. A partir daí, procuraremos estabelecer uma relação entre essas falas e a biblioteca na modernidade, projetada como espaço destinado a formar cidadãos úteis por meio da docilização de seus corpos e almas. Ao comprovarmos a insustentabilidade desse modelo de unidade de informação, sugeriremos a adoção da *parrhesía*, modelo ético grego, como possibilidade de reconfiguração.

A proposta é desafiadora porque corremos um grande risco de perdermos o foco e convertermos toda a fala produzida em torno desse caso numa questão interna, em queixumes contra o Conselho, ou, quem sabe, contra alguma categoria de usuário, seja pobre ou burguês, que não saberia valorar o importante papel dos bibliotecários brasileiros na gestão das unidades de informação. Ao invés de impropérios disparatados contra colegas e usuários, podemos atribuir a real dimensão do problema respondendo a duas perguntas: 1) A tentativa de José Dirceu ser bibliotecário, ainda que frustrada, evidencia a vulnerabilidade da Biblioteconomia brasileira, profissão regulamentada em lei desde a década de 1960. Como associar essa fragilidade ao modelo de gestão de bibliotecas iniciado no século XIX e até hoje vigente em nosso País? 2) Seria possível estabelecer uma nova concepção de Biblioteconomia que, ao contemplar as particularidades da sociedade contemporânea, cognominada "sociedade pós-moderna", reconfigurasse, consequentemente, a figura do bibliotecário?

Em virtude da estreita relação entre escrita e poder, a biblioteca se revelou, no curso dos séculos, como entidade conservadora, comprometida com a tradição. Ela foi erigida e mantida como "instrumento simbólico" destinado a conhecer e, ao mesmo tempo, construir o mundo objetivo (BOURDIEU, 1992). A partir do esquadrihamento prévio dos múltiplos saberes e da legitimação de alguns tipos em detrimento de outros, estabelece-se

uma estrutura epistemológica que reflete a ordem de poder em vigor. Mas o que vem a ser poder? Foucault (2008, p. 4) o define como “[...] um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter – mesmo que não o consigam – justamente o poder.” Portanto, a biblioteca, nascendo do poder, funciona em consonância com esse mesmo poder, sustentando-o por meio da legitimação da ordem das coisas.

E como o poder é exercido pela biblioteca? De forma simbólica, erigindo uma realidade firmada em uma ordem gnosiológica, tornando o mundo logicamente plausível e homogêneo, destituído de arbitrariedade (BOURDIEU, 1989). Portanto, a biblioteca não é mero substrato, mas fundamento do mesmo poder que lhe deu origem. Em outras palavras, além de sustentada, é sustentáculo do poder político. As bibliotecas gregas na Antiguidade, por exemplo, ainda que avessas à adoção de práticas de difusão da leitura, serviram como elemento evocador da grandeza e da estabilidade do governo.

O que estou afirmando é que, historicamente, a biblioteca se assujeitou a um modo de governar. De fato, da coleção de tabuinhas de argila do rei Assurbanipal no século VII a. C. aos complexos e generalistas sistemas taxonômicos norte-americanos e europeus do final dos oitocentos, a biblioteca vai se descortinando, ainda que sob matizes diversos, como substrato de um poder institucionalizado e, ao mesmo tempo, como entidade ressoadora desse mesmo poder. Portanto, ela se ocupará de reproduzir em seus acervos, em seus produtos e serviços, e mesmo em seu modo de lidar com usuários, essa mesma lógica de poder pela qual foi criada.

Entretanto, se a biblioteca se revelou assujeitada a esse poder em todo o seu percurso histórico, procurando construir instrumentos totalizantes e homogeneizadores, a estrutura gnosiológica que serviu de fundamento não foi a mesma. Peço a vocês um pouco de paciência para trilharmos um percurso do pensamento ocidental proposto pelo filósofo francês Michel Foucault. Por mais árido que isso possa parecer, creio ser importante, já que a partir da identificação das particularidades das três fases propostas por Foucault (1999), a saber, Renascença, Época Clássica e Modernidade, poderemos esquadriñar o projeto de biblioteca que se instaurou no Ocidente ao final dos oitocentos, e no Brasil nas primeiras décadas do século posterior e que, penso eu, está morto, embora parcialmente desenterrado.

Faço um esclarecimento: nossa intenção aqui não é estabelecer um julgamento em relação a projetos de bibliotecas na história, valorando um modelo em detrimento de outros, mas, simplesmente, entender “[...] como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si mesmos verdadeiros e nem falsos” (FOUCAULT, 1979, p. 7). Observaremos que o pensamento no Ocidente foi sendo forjado, basicamente, por meio da ereção de sistemas taxonômicos gradativamente aprimorados ou, simplesmente, substituídos por outros considerados mais plausíveis. Apresentarei de forma panorâmica a concepção de conhecimento na Renascença e no Classicismo, me detendo na Modernidade. Eu penso que parcela significativa de nossos problemas começaram por lá, ao final do século XVIII.

O mundo renascentista foi concebido como um codex a ser decifrado, não podendo ser atribuído qualquer valor científico a essa afirmação. Koyré (1982) chega a concluir que esse foi um dos períodos mais descompromissados com a razão. A assertiva está associada ao fato de que o conhecimento no século XVI se restringiu ao processo de interpretar um texto, reduzindo o “cientista” a mero comentarista. É em razão disso que Foucault é categórico em afirmar que o saber deste período se condenou a conhecer a mesma coisa.

Além disso, a supervalorização da arte, com suas possibilidades inesgotáveis, reflete a primazia da imaginação sobre a razão. A credulidade do homem renascentista em relação à intervenção do sobrenatural é resultante do abandono da perspectiva aristotélica de

um cosmos bem ordenado. Não havendo uma ordem física ou metafísica sustentando os seres, tudo passa a ser plenamente possível. Desse modo, o homem divide seu espaço com uma infinidade de seres possíveis, erigindo o conhecimento por meio da similitude, ou seja, por um processo de aproximação, de identificação de semelhança, em que todas as coisas, tanto da terra como as do céu se revelam intimamente associadas, como bem ressaltou Foucault (1999, p. 25):

O mundo enrolava-se sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos mirando-se nas estrelas e a erva envolvendo nas suas hastes os segredos que serviam ao homem. A pintura imitava o espaço. E a representação – fosse ela festa ou saber – se dava como repetição: teatro da vida ou espelho do mundo, tal era o título de toda linguagem, sua maneira de anunciar-se e de formular seu direito de falar.

É nesse sentido que Koyré (1982, p. 48) afirma: “se se desejasse resumir em uma frase a mentalidade da Renascença, eu proporia a fórmula: tudo é possível”. Não por acaso, obras de magia são o gênero literário mais consumido nesse período. Se os livros vão sendo elaborados a partir da similitude entre imaginações e crenças, num processo infinito de aproximação, as bibliotecas, nesse período, nada mais farão que coletar materiais dos mais diversos lugares que permitam aos “sábios” conhecer as coisas por meio da identificação de sinais comuns entre elas. Portanto, prima-se pela reunião de acervos enormes e construção de catálogos, mas os sistemas de classificação simplesmente não existem, já que carecemos de uma ordem epistêmica que reduzisse as possibilidades de construção gnosiológica. Parece-me que a ideia do Dr. Grossi de possuir uma pequena biblioteca bem arrumadinha, jeitosamente encadernada, tem sua origem aqui. Seria bem estranho que alguém hoje, em sua consciência designasse de biblioteca a coleção do Ministro aposentado do TST.

O Classicismo, por sua vez, surgido no século XVII, “[...] marca o desaparecimento das velhas crenças supersticiosas ou mágicas e a entrada da natureza na ordem científica” (FOUCAULT, 1999, p. 75). Vai sendo criada, a partir de então, uma multiplicidade de nomenclaturas destinadas a taxonomizar os reinos dos seres vivos. Ao invés de rebuscamento, a linguagem prima pela objetividade, e o cartesianismo, por sua natureza extensiva, reconhece a indefinição das coisas, negando, ao mesmo tempo, sua infinidade. A partir de então, tudo é passível de enumeração e esquadrinhamento. O conhecimento clássico se vincula, exatamente, à capacidade de medir, de ordenar: “[...] conhecer nada mais é do que decifrar a Natureza, expor a sua infinita e imperturbável regularidade. É dela dar um quadro, o mais completo possível.” (TERNES, 2003, p. 28).

Ainda que o Classicismo seja profundamente marcado pelo mecanicismo, em que “astros, pedras ou seres, todos os corpos estão submetidos às mesmas leis do movimento” (JACOB, 1983, p. 38), os sistemas classificatórios privilegiarão em registrar as linhas, superfícies, formas e relevos das ciências naturais, sendo o homem concebido como mais um tipo dentro da etiqueta “seres vivos”. O grande feito do Classicismo para a Biblioteconomia foi “[...] o de pousar pela primeira vez um olhar minucioso sobre as coisas e de transcrever, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis” (FOUCAULT, 1999, p. 179). A *Encyclopédie*, por exemplo, primou pela seleção e hierarquização das fontes, como bem destacou Diderot: “Não é suficiente reunir sem escolher, e amontoar sem ordem e sem gosto.” É evidente que todo esse processo cíclico estava atrelado a um regime de verdade.

Finalmente na Modernidade, o homem se converte em medida de todas as coisas, passando a ser sujeito e, ao mesmo tempo, objeto do seu próprio conhecimento. O seu ingresso, enquanto pilar de todo o discurso, exigiu uma reordenação de todas as taxonomias

concernentes aos seres vivos, motivada pela criação de novos saberes. Afinal de contas, a “analítica de finitude do homem”, ou se preferirmos, a descoberta de sua finitude, permitiu que o corpo fosse dissecado. Em outras palavras, o corpo se tornou a sede da sabedoria e, em torno dele, surgiram diversas áreas do saber.

Levando em conta a natureza hermenêutica da Modernidade, a biblioteca surgiu como *locus* de tradições hermenêuticas, não apenas em relação ao processo de desenvolvimento do acervo, mas quanto à criação dos catálogos, à elaboração de linguagens documentárias e ao tipo de serviço de referência adotado. Desaparece, de uma vez por todas, a *máthêsis*, projeto de ciência universal que serviria de suporte para todas as ciências e, em seu lugar, aparece a ciência e, juntamente com ela, o que Foucault (1997, p. 77) designou de “sociedade disciplinar”.

É muito importante compreender esse ponto porque a biblioteca participou ativamente desse processo. Todas as técnicas de engenharia e os seus *experts* nos reportam a uma concepção idealizada de corpo. À medida que o indivíduo não corresponde às exigências de verdades estabelecidas por domínios de saberes, seja por razões genéticas ou adquiridas, técnicas de disciplinamento deverão incidir sobre ele, garantindo, desse modo, obter a tão esperada “docilidade corpórea” (FOUCAULT, 1975).

A Modernidade pode ser encarada como um movimento comprometido com uma “arte do corpo”, não mais preocupada em conter sua rebeldia orgânica, como tantos outros procedimentos disciplinares instaurados no curso dos séculos, tais como a escravidão, a domesticidade e a vassalagem (FOUCAULT, 1975). Mas, então, o que significa docilizar um corpo na Modernidade? Significa torná-lo saudável e produtivo. Instituições e disciplinas, como a biblioteca e a escola, serão criadas ou reconfiguradas para formar cidadão assujeitados e úteis:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente ao aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil, e inversamente. Formam-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos, exercitados, corpos ‘dóceis’ (FOUCAULT, 1975, p. 119).

Portanto, a biblioteca, a partir do século XIX, foi se configurando a partir e em função de um modelo de indivíduo, não demonstrando qualquer atitude revoltosa em relação ao projeto utilitário de indivíduo e de sociedade perpetrado por correntes de pensamento então em voga. De fato, os bibliotecários e intelectuais em geral, do século XIX, foram grandes entusiastas dos estudos sociológicos e biológicos de Comte, Darwin e Spencer. A filosofia utilitarista de Auguste Comte (1902, t. 1, p. 252, tradução nossa), destinada a fornecer “a todas as questões, tanto intelectuais quanto sociais, respostas sempre decisivas e plenamente concordantes, de modo a poder dirigir a conduta privada e pública”, teve enorme penetração nos países do Ocidente. Como não enxergar no sistema de classificação bibliográfica, produzido por Dewey, marcas profundas da positividade, dessa pretensão de tudo conhecer e hierarquizar em prol de uma sociedade ordenada e progressista?

A biblioteca moderna atuará como uma “forma de poder” destinada a otimizar as aptidões dos indivíduos, inserindo-os no aparelho produtivo: “[...] investir nos indivíduos, situá-los onde eles são mais úteis, formá-los para que tenham esta ou aquela capacidade [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 75). E como a subordinação da biblioteca ao projeto de modernidade se

manifestou? Tomando para si o lema “ordem e progresso”, se configurará de tal modo que funcione como entidade preservacionista do *nomos*, ou seja, da “ordem estabelecida” (BERGER, 1985, p. 32).

Todas as técnicas e os discursos perpetrados pela Biblioteconomia moderna são desdobramentos de uma política geral de verdades. Espero que ainda se recordem como se tornaram intensas, ao final do século XVIII, as tentativas de controle do conhecimento registrado. Já não estamos mais tratando de meras listas de obras, mas de um verdadeiro projeto de mapeamento e hierarquização de verdades. Os produtos e serviços bibliotecários, bem como a mecânica de produção, se revelam assujeitadas às aspirações dos domínios científicos em relação ao corpo. A biblioteca tomará para si a missão de colaborar com as ciências modernas na produção de um corpo são. Ela terá um papel importante nesse sentido, pois funcionará como estrutura de apoio.

Acabamos tomando como ideal um tipo de sujeito a ser formado por meio da incidência de nossos sistemas simbólicos disciplinares. A parafernália instrumental que criamos – códigos de catalogação, sistemas classificatórios e taxonômicos, linguagens de indexação, políticas de desenvolvimento de coleção, restrições de acesso ao acervo e estratégias de atendimento no balcão de referência –, tudo isso está em função de um projeto, de nascer um sujeito bem ordenado, psíquica e fisicamente equilibrado. E alguém pode me perguntar: e qual o problema de a Biblioteca tomar para si a missão de formar bons cidadãos? Primeiro porque subordinar-se a um projeto político de sujeito adequado implica em esvaziar de sentido a multiplicidade de modos de configuração da pessoa humana, bem como deslegitimando diversas estratégias de forjatura do *ethos*, ou seja, da sociedade.

Ao se firmar como entidade destinada a criar tipos dóceis e úteis, ou seja, sujeitos, ou se preferirmos, “bons cidadãos”, bibliotecários mapearam, preliminarmente, indivíduos e grupos, e estabeleceram fronteiras muito claras entre os que serão bem-vindos e os que permanecerão do lado de fora. A interrogação que se colocou é simples: quem é detentor de condições mínimas para ser passível de conformar-se ao projeto de sujeito útil e socialmente integrado? Negros, gays e mulheres, particularmente, agonizarão com nossas políticas de gestão. Li, recentemente, na *Folha*, o testemunho de um senhor negro norte-americano, contando seu pavor por ter que enfrentar, na década de 1950, o olhar gélido e desconfiado do bibliotecário de referência ao tomar emprestado com a carteirinha do patrão um livro de teor comunista. E o que falar da experiência de Virginia Woolf ao se deparar com verbetes e remissivas sexistas nas gavetas do catálogo da Universidade de Oxford, em que bibliotecários associaram a figura da mulher à servidão? Nunca me esquecerei da jovem lésbica na fila do empréstimo, humilhada por sussurros e risos de canto de boca pela capa depravada do livro, segundo os critérios morais da bibliotecária.

Para esses tipos enfermiços, desviantes contumazes, portadores de pruridos na pele e na alma, nada resta a fazer senão mantê-los bem longe das instituições sérias, pelo bem da coletividade. E como tivemos sucesso em nossa empreitada? Invisibilizando-os, seja por meio da adoção de medidas radicais, como a restrição do acesso ao prédio da biblioteca, seja desenvolvendo produtos e serviços que, por meio da técnica do silenciamento, jamais atenderão suas demandas.

Alguém pode me questionar: “Está certo, um dia as coisas se deram desse modo, mas hoje nossas bibliotecas se adequaram a um novo tempo, tendo abandonado todas essas técnicas de poder.” Desculpe, mas não estou de acordo. O mito da neutralidade ideológica me assusta e causa prejuízos à maior parte da população brasileira. O fato de não hastearmos a bandeira nazista e de não queimarmos livros subversivos na Praça da Liberdade não nos transforma em bons moços.

Se é verdade que nenhum bibliotecário, em sã consciência, seria imbecil a ponto de impedir o acesso de uma criança negra ou um jovem homossexual em suas dependências, continuamos a adotar técnicas de silenciamento, embora recorrendo a outras formas de intervenção, algumas de modo inconsciente. Digo "inconsciente" para não parecer grosseiro, pois, sinceramente, acredito que a ideia de transformar a biblioteca em espaço dialógico pode levar alguns colegas mais sensíveis a crises de espasmos. Não quero, sinceramente, que ninguém passe mal a ponto de ter que passar o dia 12 de março sob observação médica. O fato é que as bibliotecas brasileiras ainda se revelam excludentes. Alguém duvida disso?

Como negar que o modelo com que temos nos apegado fracassou? A terceira edição da pesquisa *Retrato da Leitura no Brasil*, coordenada pelo Instituto Pró-Livro, constatou que 76% dos entrevistados não frequentam a biblioteca, embora 67% saibam da existência de uma delas próxima ao seu bairro ou ao seu lugar de trabalho.

E por que não a frequentam? Um colega aqui presente e de espírito mais inflamado pode justificar esse diagnóstico tão ruim pelo fato dos governos federal, estadual e municipal não adotarem medidas efetivas, inclusive na esfera orçamentária, para otimizarem as bibliotecas como espaços de cidadania. Apesar de concordar que o valor de 187 milhões de reais destinado à construção de prisões poderia ser muito bem gasto em políticas de leitura, os entrevistados não apontaram a letargia do Estado para justificar seu desinteresse em frequentar bibliotecas.

E agora fico imaginando um bibliotecário levantando seu dedo para defender uma tese antiga que, teimosamente, renasce das cinzas, como uma fênix: "Se sabem da biblioteca e rejeitam nossos serviços, nada podemos fazer." Discordo! Podemos estabelecer um novo modo de lidar com os de fora, com os marginais, os que não conseguiram chegar ao centro da cidade e da sociedade, que não entendem nossos códigos, nosso modo de dispor o acervo, nossa linguagem de referência em código, nosso modo de empacotar produtos de informação.

Precisamos de uma ética para sobrevivermos. Uma ética que possa ser construída a partir de uma relação de verdade. Proponho a vocês, nessa noite, discutirmos a respeito da *parrhesía*. Não se assustem com o termo, e nem me deixem aqui sozinho falando para as paredes, achando que vou transformar essa noite maravilhosa numa chatice sem tamanho. Apesar de o assunto não ser raso, a coragem de enfrentá-lo pode trazer bons resultados, servindo como uma chave hermenêutica capaz de reconfigurar nossa biblioteca a partir de um novo modo de relacionar-se com o outro.

Vou apresentar a origem do termo e seus significados, sem pretensão de ser exaustivo. Seguidamente tentarei aplicar o termo ao campo da Biblioteconomia. O lexema grego *parrhesia* foi usado, primeiramente, pelo poeta trágico Eurípedes (480-406 a. C.), designando o "falar francamente", ou seja, reportando-se ao ato de proferir a verdade a quem quer que seja. Dentro dessa perspectiva, o conhecimento se origina pelo movimento de dizer ao outro a verdade.

E a partir daqui levantaremos algumas questões: Primeira, por que o parresiasta se ocupa em disseminar a verdade? Ora, porque ele é possuidor de uma qualidade moral desprovida de qualquer interesse pessoal. Ele não ganha dinheiro, não almeja coroa de louros ou qualquer outra espécie de honrarias. Segunda, o que o interlocutor ganha ao ouvir o parresiasta? Ele experimenta a conversão, ou seja, uma mudança de mentalidade ou, se preferirmos, de direção. Só se muda de mentalidade quem se convenceu de que determinados elementos que até hoje eram tidos por importantes perderam sentido. Vejam: a partir desse ato de descarregar-se dos fardos de sistemas estruturantes alicerçados em modelos, que me converto em um sujeito autônomo. E agora faço outra pergunta: como me submeter a esse processo purgativo? Compreendendo o meu presente. E como posso

compreender o meu presente? Lendo-o a partir de um projeto futuro? Não, mas identificando o que me foi apresentado hoje de diferente em relação ao ontem. Se a coisa de outrora já não preserva as mesmas características no momento presente, concluirei que as estruturas de realidade que nos são apresentadas como universais e obrigatórias são contingenciais e arbitrárias, podendo, a partir daí, me livrar de todas elas.

A *parrhesia* introduz o homem no que Foucault (2005, p. 337) designou por Luzes. Que Luzes são essas? Trata-se de “[...] um certo estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso da razão.” E por que alguém se submeteria ao governo de outro? Por mais estranho que possa aparecer, nos submetemos ao domínio de outro para nos tornarmos autônomos, livres. E quem é esse a quem nos submetemos? É o parresiasta que, ao contrário do sábio, preocupado em dizer o que são as coisas desvinculadas das contingências, “[...] coloca-se em questão, coloca-se frente aos indivíduos e às situações para dizer o que eles são na realidade, dizer aos indivíduos a verdade deles mesmos que se esconde aos seus próprios olhos.” O parresiasta não tem a pretensão de persuadir ou de ensinar, mas de expor a verdade ao outro por meio da opinião, do julgamento. Trata-se de um processo de desconstrução. É por isso que Foucault (2011, p. 29) reconhece que “o discurso revolucionário, quando assume a forma de uma crítica à sociedade existente, desempenha o papel de discurso parresíaco”.

E como isso se dá? Por meio da desnaturalização, o sujeito parresiasta reduz, drasticamente, a incidência de políticas de verdade em seu cotidiano. A *parrhesia*, enquanto prática libertadora, se recusa a apresentar um código de ética universal, reconhecendo uma multiplicidade de itinerários para se formar um sujeito ético. Vejamos a enorme diferença do que nos foi proposto pela modernidade, com suas aspirações disciplinares, normativas e profiláticas. Portanto, a *parrhesia* pode se converter num poderoso instrumento de construção de novas políticas de verdade, inclusive no âmbito das bibliotecas.

E alguém pode me perguntar: “E que diabos vem ser a verdade?” Afinal de contas, como construir e gerir bibliotecas em torno do conceito de veracidade se não sabemos, preliminarmente, do que se trata? Pois bem, meus caros, nesse momento, vou optar em dizer o que é inverdade, recorrendo, sempre, ao pensamento de Foucault. Primeiro, a pretensa neutralidade dos métodos científicos em descrever seus objetos foi um engodo. Nesse aspecto merece ressaltar a subserviência da Biblioteconomia em reproduzir a busca da imparcialidade em seus métodos e instrumentos. Segundo, a verdade não pode estar submetida a uma perspectiva meramente utilitária do conhecimento. E, também, quanto a isso, a biblioteca se revelou subserviente ao projeto modernista, outorgando legitimidade a determinado conhecimento em função de sua real eficácia na docilização de corpos e almas. Essa relação entre Biblioteconomia e verdade sempre se revelou muito estreita e complexa. Ainda que não tenhamos tempo para analisar, detidamente, a biblioteca à luz da “história do pensamento” proposta por Foucault, podemos estabelecer, ainda que de forma panorâmica, relações entre saber, poder e ética em nosso campo profissional.

A ética, para Foucault, nada mais é que um modo de relacionamento do indivíduo consigo mesmo. Ora, o indivíduo só pode se relacionar consigo mesmo sendo indivíduo. Mas o que a Modernidade fez conosco? Tirou-nos a individualidade, convertendo-nos em ovelhas, submetidas ao pastor, seja esse compreendido como a Igreja, o Estado, a escola e, porque não, a biblioteca com suas técnicas de homogeneização. É em razão disso que Foucault (2008, p. 32) conclui: “O homem ocidental [...] aprendeu durante milênios a se considerar uma ovelha entre as ovelhas.” A ética passa pelo enfrentamento dessa realidade. E qual o caminho para romper com o poder pastoral, fugindo dos redes estabelecidos e nos tornando senhor de nossa própria história? Por meio da *parrhesia*, que não é pensada em função de uma vida futura, nem pela descoberta de uma identidade natural, mas, a partir de um problema concreto que se nos apresenta, nos permitindo criar novos modos

de vida. Trata-se de um movimento reflexivo que não pode ser confundido com verdades normatizadas, como uma lei ou um código de comportamento. A ética não tem por finalidade convencer o sujeito a agir de um modo determinado em função da presença e primazia da metafísica ou da lei natural.

Como ressaltou Foucault, “não se trata de descobrir uma verdade no sujeito [...]. Trata-se, ao contrário, de armar o sujeito de uma verdade que ele não conhecia e que não residia nele.” E que verdade é essa ignorada pelo sujeito e que deve ser proclamada por sobre os telhados? De que ele é ovelha, ou seja, é portador de uma identidade previamente estabelecida por alguém ou algo, ou se preferirmos, de que ele é um assujeitado. A palavra “sujeito” em Foucault (1995, p. 235) se reporta ao resultado de um processo de subordinação perpetrado por entidades na Modernidade: “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autocohecimento.” A verdade, de certo modo, está em recusar a ser hoje o que fomos ontem, num processo criativo incessante.

Nesse sentido, o bibliotecário pode tomar para si a missão de contribuir para que sujeitos se convertam em indivíduos. Essa é uma missão de todo intelectual específico, grupo no qual o bibliotecário se insere, já que está ligado a um domínio, a um lugar e a um conjunto de exigências políticas. Ademais, a prática do bibliotecário está intimamente atrelada ao que Foucault (1979, p. 13) designou como uma especificidade do intelectual, a saber, “[...] da política de verdade nas sociedades contemporâneas.”

Como isso pode se dar? Proponho aqui um singelo itinerário que poderá nos ajudar em nossa reflexão. Penso que a primeira medida a ser adotada – usei o termo “medida” porque bibliotecários tendem a ser cartesianos – é nunca mais, ainda que sob tortura, pretender dar uma resposta à pergunta proposta por Kant: “O que somos?”. Penso ser essa a decisão mais dolorosa, já que fomos ensinados, desde os tempos de faculdade, que é missão do bibliotecário formar crianças educadas por meio de leituras saudáveis e bons cidadãos. Mesmo as bibliotecas públicas, concebidas, frequentemente, como instituições representativas da efetivação dos direitos sociais nos Estados Liberais, são resultante de um projeto eminentemente conservador. De fato, a burguesia europeia, carecendo de mão de obra qualificada para atuar nas fábricas, cria, em meados de 1850, as primeiras bibliotecas destinadas, primordialmente, a instruir as massas incultas e, também, afastá-las de literaturas nocivas. Nesse sentido, os bibliotecários se esmeraram em garantir educação e lazer saudável aos seus usuários em formação.

E por que adotamos esses discursos? Como apresentei no início da minha fala, a biblioteca nasceu à sombra de poderes e verdades instituídos. Foi assim no século XVII, com a forjatura do Estado Liberal, e também mais tarde, nos oitocentos, com a ciência e seu projeto positivista de elaborar um discurso de verdade. O problema dessas mecânicas de convencimento é a gênese autoritária, sua pretensão de tudo saber, negando outorgar legitimidade a novos modos de vida.

Enfim, ao invés de apregoarmos um modelo de assujeitado, passaremos a valorar a alteridade, recusando o que somos até hoje, num ciclo contínuo. Tomar essa decisão terá impactos profundos em todos os setores da biblioteca, desde a política de desenvolvimento de coleções ao atendimento de usuários ou grupos de comunidades que são marginalizados ou ignorados por nos parecerem estranhos e inadequados a frequentar o “templo do saber”. Darei um exemplo a esse respeito: ainda hoje, o coração de nossas bibliotecas continua sendo o acervo, que vai crescendo a partir de critérios como precisão e imparcialidade. Esse tipo de discurso de verdade me parece um equívoco, porque parte do princípio de que fontes deverão ser diligentemente selecionadas em virtude de seu comprometimento com um modelo de sociedade e de indivíduo, anulando ou, no mínimo,

reduzindo, drasticamente, a possibilidade de fissurar projetos totalitários destinados a anular nosso eu por meio da uniformização dos comportamentos.

A segunda medida, intimamente associada à primeira, é reconhecer que o conhecimento científico não passa de um modo possível de comunicar a verdade, e que nem todo saber é caracterizado pelo caráter utilitário. Vejamos o que diz Foucault a respeito (2007, p. 84):

É preciso compreender a ciência como somente um dos regimes possíveis de verdade e que existem outros modos de ligar o indivíduo à manifestação do verdadeiro por outras artes, com outras formas de ligação, com outras obrigações e outros efeitos além desses definidos na ciência, pela autoindexação do verdadeiro.

As bibliotecas brasileiras permanecem atreladas à perspectiva de que o conhecimento é caracterizado por sua utilidade. Defendo que as unidades de informação deixem de ser úteis, pelo menos dentro da perspectiva a que estamos atrelados, ou seja, que os acervos deixem de ser a coluna dorsal das verdades erigidas por nossas bibliotecas. Isso significa, por exemplo, deixar de respeitar os marcos instaurados em relação a espaços culturais (museus, arquivos e bibliotecas) e a tipos documentais (itens monográficos, fundos documentais e peças de museu). Trata-se, nesse sentido, de redescobrir o papel dos centros culturais surgidos no País, a partir de 1982, com o Centro Cultural de São Paulo, inspirado no Centro Georges Pompidou.

Sob essa mesma ótica, deixaríamos de cultivar a cultura do silêncio (FREIRE), assentada nos mitos da educação neutra, da objetividade científica e da superioridade do Estado e das elites com seus projetos políticos direcionados aos pobres e “incultos”. O que se propõe é converter a biblioteca em espaço de barulho, não mais centrado no acervo, mas nas trocas simbólicas entre seus atores. Nesse sentido, os produtos e serviços devem fomentar a relação, estimulando os usuários a opinarem. Fico assustado quando bibliotecários não permitem que usuários façam comentários em seus catálogos públicos *online*, impedindo-os de realimentarem o ciclo da informação.

É evidente que não estou propondo que bibliotecários passem a defender um projeto político-partidário destinado a converter usuários em comunistas venezuelanos ou em ativistas do *Femmen*. O que se pretende é que a biblioteca desloque o seu olhar do acervo como fonte de toda verdade e reconheça o diálogo como o canal por excelência na sua construção como espaço de troca de saberes.

É incontestável o fracasso das bibliotecas públicas e, mesmo escolares, que investiram suas energias em atender finalidades relativas à educação formal. Os dados do *Retrato da Leitura no Brasil* revelam que os mesmos brasileiros que consomem o seu tempo livre assistindo TV, ouvindo música e descansando, enxergam a biblioteca como espaço de estudo e pesquisa, sendo que o lazer ocupa a sétima posição no ranking. Podemos afirmar que a biblioteca concebida como acervo morreu; resta-nos enterrar o cadáver. E não adianta permanecer junto ao corpo, tecendo preces saudosistas e maldizendo o mundo pela perda. A defunta não fez amigos em vida. Estamos sozinhos nesse velório.

A pergunta a ser feita é: “O que está acontecendo conosco enquanto profissionais? O que é este mundo, esta época, este momento preciso em que vivemos?”. Acredito que a biblioteca brasileira ocupa uma baixíssima posição na escala de valores pela nossa teimosia em continuar atuando como uma mecânica desumana robótica, destinada a plasmar sujeitos. É escandaloso saber que 33% dos brasileiros, segundo o *Retrato da Leitura do Brasil*, afirmaram que jamais frequentariam uma biblioteca, independentemente das medidas que poderiam ser tomadas por seus gestores. O que ocorreu no curso dos anos

para que se enraizasse no espírito do brasileiro esse espírito de absoluto desinteresse pelo nosso ambiente de trabalho?

Para mudar esse quadro, é necessário que o bibliotecário seja detentor de uma sensibilidade dialógica, ou seja, um olhar centrado sobre as coisas, procurando identificar arbitrariedade e circunstancialidades nas verdades. O bibliotecário parresiasta se investe de um contrapoder, rebelando-se contra todo o conjunto de técnicas discursivas que categorizam o indivíduo e o torna refém de uma identidade. Ele não se compromete em formar cidadãos, mas em construir, em parceria com o usuário, um espaço destinado ao confronto, ao inacabado. Nesse contexto, o bibliotecário se revela um agente capaz de fomentar no âmbito da biblioteca uma semente de revolução, de resistência a políticas que ignorem o direito de ser diferente, de ser indivíduo, de ser um "não sujeito". É evidente que o bibliotecário que entende a ética como prática da liberdade pode sofrer muito por abrir a biblioteca a vozes até então emudecidas, legitimando modos de vida considerados até então imorais, patológicos ou pecaminosos. Afinal de contas, estamos inseridos dentro de estruturas de poderes. Para finalizar minha fala, e desejando esclarecer essa questão, recorro à sinceridade de Foucault (1994, p. 727, tradução nossa):

Eu creio que não seja possível existirem sociedades sem relações de poder, se as entendermos como estratégias pelas quais os indivíduos tentam conduzir, determinar a conduta dos outros. O problema não é tentar dissolvê-las na utopia de uma comunicação perfeitamente transparente, mas de criar [...] o êthos, a prática de si, que permitirão, em seus jogos de poder, funcionar com o mínimo possível de dominação.

Espero que minha fala lhes tenha afetado de algum modo no sentido de vislumbrar na discussão ética, particularmente em relação ao conceito de parrhesia, uma possibilidade concreta de enfrentamento esperançoso frente aos desafios de nossas bibliotecas. Obrigado!

## REFERÊNCIAS

BERGER, P. L. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

COMTE, A. **Lettres à Divers**. Paris: Fonds Typographique de l'Exécution Testamentaire d'Auguste Comte, 1902. t. 1.

FOUCAULT, M. **A Coragem da Verdade**: o governo de si e dos outros: curso dado no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard; 1994.

\_\_\_\_\_. Do governo dos vivos. **Verve**: Revista do Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos de Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 12, 2007.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. O que são as luzes? In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e poder. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma Trajetória Filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

KOYRÉ, A. **Estudos de História do Pensamento Científico**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.

## ANEXO K

### A Biblioteca Moralizada

Cristian Santos<sup>31</sup>

Agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui em Goiânia, fechando esse ciclo de discussões a respeito do impacto da ética na profissão. Para alguns sou considerado uma voz polêmica no âmbito da Biblioteconomia brasileira. Talvez o tom duro e, em certos casos, ácido, esteja associado ao meu incômodo frente ao excesso de tecnicismo que ainda consome a maior parte da energia dos colegas. É curioso observar que, embora relegada à marginalidade no capital simbólico, parcela substancial dos trabalhos apresentados em congressos e eventos da área continua gravitando em torno de técnicas e de processos, o que evidencia fidelidade ao conceito de biblioteca estabelecido pelo Aurélio ou a Wikipedia. Reduzir a Biblioteconomia a estratégias destinadas a gerir acervos é de uma pobreza intelectual tremenda. Não apenas rechaço essa perspectiva, como acredito que a crise pela qual nossas bibliotecas passam se associam à relação deleitosamente opressora que estabelecemos com essa definição.

Recentemente, por ocasião do dia do bibliotecário, uma colega de Brasília me pediu que elaborasse um ensaio para ser publicado no jornal de sua instituição. Embora tenha me deixado livre quanto ao tema, ressaltou que não queria nada especulativo, mas algo prático e pontual, que pudesse ser aplicado imediatamente. Mirando seus olhos, lancei uma interrogação: "Já ouviu falar em dentista prático? Trata-se do sujeito que, embora sem formação universitária, extrai e obtura dentes. Desculpe, mas não sou bibliotecário prático." Saí vitorioso: entreguei um texto teoricamente denso e, espero eu, com uma aplicação reflexiva. Compartilho esse "causo" pela fala da colega expressar uma estratégia recorrente entre os bibliotecários brasileiros de negar validade à discussão filosófica em suas atividades. Acredito que a Filosofia é campo fértil e salutar; a palavra salutar, do latim, significa salvação. Precisamos ser salvos? Penso que sim. Quem nos ameaça? O ostracismo. Admitamos: por não existirmos, sequer causamos pavor ou antipatia. Ontem discutíamos a respeito das estratégias discursivas destinadas a valorar a profissão. E aí sempre surge a ideia mais antiga e insistente de todas elas, que seria rebatizar os bibliotecários com o nome de "cientista da informação". Bobagem. A medida não nos beneficiaria. Afinal de contas, qual a necessidade de desconstruir aquilo que não foi construído? A problematização é fenômeno que sequela, simplesmente, o que já foi objeto de ereção por parte de uma comunidade. Estou sendo desesperançoso? Nada disso. Tramita no Senado um projeto de lei de autoria do Senador Cristovam Buarque destinado a responder algo importante: O que vem a ser, de fato, uma biblioteca? A partir do estabelecimento do *locus*, poderemos, quem sabe, ocupar parcela do cenário cultural perdido.

Nesta manhã, tenho duas pretensões: a primeira, definir o que vem a ser ética; acho isso fundamental porque reina entre nós o equívoco de encarar a ética como um conjunto de atitudes louváveis ou moralmente adequadas. Não se trata disso. Confundir ética com bom comportamento tornaria chato o nosso papo. Deus me guarde de me converter num Silas Malafaia! A ética é aquilo que dá plausibilidade ao *modus vivendi*. A decisão de uma pessoa em roubar o Banco Central tem um viés ético; numa manhã cinza e chuvosa, ele

---

31 É pós-doutorando em História na Casa de Rui Barbosa, doutor em Literatura e Práticas Sociais, mestre em Ciência da Informação, graduado em Biblioteconomia, Tradução, Filosofia e Letras (Língua e Literatura Francesas). Além de bibliotecário da Câmara dos Deputados, é docente e tradutor, tendo apresentado trabalhos científicos na Argentina, Brasil, Finlândia, Noruega e Estônia. E-mail: crijol@gmail.com

para e reflete: "Poxa, estou desempregado, cheio de dívidas e sem um centavo para comprar um litro de leite. Vou roubar o cofre do Banco Central." Saibam que esse comportamento pode ser encarado como ético. De fato, os gregos entendem a ética como ato reflexivo. Foucault ressalta que a ética é aquilo que dá sentido, que enche de plenitude a vida daquele que pondera, independentemente disso representar uma aceitação dócil ao conjunto normativo.

A segunda concepção de ética, que é a que pretendo desenvolver, é a proposta pelo sociólogo polonês chamado Zygmunt Bauman, que afirma o seguinte: o homem, desde os seus primeiros anos de vida, se defronta com situações que o levam a escolher entre o bem e o mal. Bauman não estabelece qualquer vínculo entre a natureza benéfica ou maléfica de uma ação a partir da existência de uma lei. Portanto, podemos definir as categorias "bem" e "mal" da forma mais ampla possível. Ele parte da constatação de que, no curso de sua existência, o homem se defronta com situações angustiantes, resultantes da sua própria ambivalência. Motivado por esse desconforto, ele reflete, avalia e toma uma decisão. Bauman chegar a reconhecer a religião como fenômeno social destinado a reduzir esta condição ambivalente, já que objetiva redimir o homem de seus equívocos. De fato, o padre ou o pastor, frente a uma decisão errada tomada por você, te diz: "Coragem rapaz, eu te perdôo, mas não peques mais."

Bauman afirma que, no Ocidente, a partir do século XIX, com a Revolução Francesa, a moral, até então monopolizada pela Igreja, é realocada para o Estado. A partir daí, a Filosofia investirá em estratégias discursivas destinadas a reduzir a arbitrariedade dos conceitos de bondade e maldade, outorgando maior precisão a esse corpo axiológico. Isso se dará por meio da positivação. O Estado afirma ao cidadão: "Olha, quem diz o que é bom ou mal, lícito ou ilícito é a lei." Aqui no Brasil, por exemplo, só é crime aquilo que é tipificado no Código Penal. Há uma transferência da esfera religiosa para a burocracia estatal. Investe-se na ideia de que a ética é aquilo que é lógico, que é apreensível por meio da razão.

Definir de forma adequada e precisa diversas categorias de comportamentos louváveis ou reprováveis é uma das ações primeiras dos saberes que foram sendo erigidos nos oitocentos. A Psicologia, o Direito Penal e a Sociologia nascem, exatamente, como saberes destinados a legitimar uma nova ordem forjada na racionalidade. O século XIX é um período muito importante para nós, bibliotecários. Afinal de contas, a Modernidade e a Biblioteconomia surgem juntas. É o século em que se firma e se constrói uma percepção de homem passível de ser esquadrinhado, fruto da descoberta de sua finitude e da morte da transcendência. Nos oitocentos, a interrogação a respeito da natureza humana se intensificou, buscando instaurar uma ordem social a partir do mapeamento de predicados naturais ao indivíduo. Interrogou-se: "O que é o homem moderno?" E os saberes, aliado aos poderes, responderam: "É um homem que tem um corpo dócil e útil". Michel Foucault afirma que o século XIX é um século dos saberes. O exercício do poder na Modernidade se deu por meio da ereção de saberes. Em outras palavras, o saber especializado é base de qualquer prática de poder.

A Biblioteconomia, com seus sistemas classificatórios, nasce nesse período, como desdobramento de um modelo de homem. Trata-se de um projeto destinado a erigir um indivíduo perfeito, em função de uma sociedade pautada na razão. O projeto de homem, portanto, se vincula, a uma concepção de ordem social, ambas intimamente associadas a um sistema de saberes; Medicina e Sociologia alinhavadas. Deseja-se um corpo, um corpo que reflita em seus músculos, sangue, ossos, pele, cheiro e movimentos uma plena consonância com o estabelecido pelos saberes. O que define esse corpo harmônico? Virilidade, heterossexualidade e racionalidade. A partir do estabelecimento dos predicados de sanidade, os tipos anormais são firmados. Que anormais são esses? Os loucos, por exemplo. Pessoas psiquicamente afetadas, embora sempre tenham existido, são taxonomizadas

pelo seu nível de utilidade a partir dos oitocentos. Se temos nas cortes européias a figura do bobo da corte, um funcionário do rei destinado a produzir riso, será arquitetada nos oitocentos uma parafernália destinada a controlar, finalmente, o corpo do louco. Os hospícios surgem dessa pretensão de docilizar tipos insubordinados, corpos declaradamente inúteis ao mercado. O pederasta também será patologizado a partir da constatação de sua incompletude e ineficiência. A expressão heterossexualidade é forjada e, a partir daí, surge a figura do pervertido, aquele que tem seu corpo classificado pela ausência de atributos. O louco, como o gay, é definido pela defecção; ele é “não ser”. Esse processo classificatório não findou. Em muitos países, diversos atores – médicos, religiosos, operadores do Direito – disputam, energicamente, o corpo do pedófilo. Afinal de contas, quem é esse tipo não assujeitado? Trata-se de um doente, um criminoso ou um pecador imundo? Ele deve ir para prisão ou para um hospital? Ninguém sabe muito bem o que se fazer com um pedófilo. Ele é um tipo indesejado, como os corpos femininos nos oitocentos. Até meados do século XIX, mulheres que não tivessem relações sexuais até os quinze, dezesseis anos, eram medicadas como tipos potencialmente enfermos, devendo tomar banhos mornos, evitar carne vermelha e certos temperos até serem pedidas em casamento.

O que isso nos afeta? A Biblioteconomia surge no meio desse emaranhado de discussões comprometidas com esse modelo de homem são útil, dócil. De certo modo, as técnicas biblioteconômicas refletem e reproduzem a preocupação da Modernidade em erigir esse corpo perfeito, indefectível. As primeiras bibliotecas buscavam evitar que os trabalhadores se rebelassem contra o regime. Como isso se realizava? Os bibliotecários tinham um papel social importante, de selecionar bem as fontes, não permitindo que esses operários que trabalhavam 14 horas por dia em fábricas inglesas, – muitos faleciam sob as máquinas, vítimas da fome e do cansaço – tivessem acesso, por exemplo, à literatura marxista e anarquista. Afastando-os de textos perigosos, os bibliotecários prestavam culto ao Deus cristão e submissão ao monarca. Além disso, não ignoremos o horror dos pudicos bibliotecários frente ao *Corcunda de Notre Dame* ou a *Madame Bovary*, considerados textos sensuais. Uma boa biblioteca seria aquela que possui um acervo fomentador das virtudes. Sabemos que até recentemente, a CDD tratava a homossexualidade, como desvio psiquiátrico. Estranho, não? Alimentamo-nos, ainda, dos códex éticos, das leis e das taxonomias morais. A biblioteconomia se alimentou disso no curso dos séculos. O problema é que nosso comprometimento com esses sistemas de verdade firmados na Modernidade deixou de atrair muita gente.

As pessoas não se mostram mais tão mais gratas à biblioteca. As bibliotecas não atendem as demandas dos sujeitos. A ideia de você trabalhar com modelos, com tipos ideais de usuários e, portanto, de demandas, é um equívoco. Demos um tiro em nosso pé. Bauman afirma que o período da ética fracassou. Agora, o que nos resta? Resta-nos, primeiro, reconhecer o fracasso. Vim a Goiânia discutir o nosso fracasso. Defendo a tese que a Biblioteconomia fracassou. Minha intenção é, justamente, criar uma fissura no espírito coletivo, desconstruir nossas certezas e, quem sabe, apresentar algumas possibilidades. Não pretendo causar depressão em nenhum de vocês.

Um dos paradigmas mais retrógrados, mais inadequados, é associar a biblioteca a acervo. Problema seríssimo. Como pensar a biblioteca dentro de uma perspectiva de deleite? O usuário brasileiro não vincula a biblioteca ao prazer. A leitura, no âmbito da biblioteca, está sempre atrelada ao estudo e à pesquisa. Biblioteca é um projeto aberto, que deve criar tensão pela impossibilidade de não atender a todos os sujeitos. Embora tenhamos aprendido isso na graduação, temos dificuldade em aplicar essa perspectiva em nosso cotidiano. As perguntas a serem feitas, como tentativa de diagnóstico, poderiam ser: “Você atende a quem?”; “Todos?”; “Mas quem é todos aqui?”; “Serve à comunidade?”; “Quem é a comunidade?”; “Prostitutas que fazem ponto ali na esquina são atendidas?”; “Você atende os camponeses que passam em frente à biblioteca depois de voltarem dos canaviais?” O usuário no Brasil se

converteu num espectro, um tipo fantasmagórico. É o usuário de Auguste Comte, com sua percepção universalista e arrogante de que todos tem acesso à biblioteca.

Afinal de contas, sua biblioteca foi pensada para quem? Se ela foi pensada para todos, você cai no vazio. É muito importante que você defina sua biblioteca, o que implica em estabelecer o espaço de coisas e atores em sua configuração. E aqui enfrentamos alguns dilemas que ainda imperam nas escolas de Biblioteconomia, supervalorando as coisas – processos e técnicas – em detrimento das pessoas. Nossa mediocridade brota da zona de conforto em optar por máquinas e mecânicas ao invés do enfrentamento da subjetividade humana. Somos excelentes entre os catálogos e medíocres entre os homens. A palavra medíocre, do latim, significa médio. É o sujeito que realiza eficazmente seu trabalho, processa bem, indexa que é uma beleza e sabe usar o vocabulário controlado impecavelmente. É o profissional que responde pelos acervos, pela biblioteca como serviço, que se preocupa em elaborar um regulamento sem furos, que decide o horário de abertura e fechamento, que se ocupa da limpeza do balcão de empréstimos e dos equipamentos envolvidos na operação. Hoje, há uma preocupação enorme em desenvolver *softwares*. Isso tudo é muito importante, mas não responde a um problema concreto: somos ignorados, e isso se que reflete em nosso contracheque. Nosso salário é reflexo de um processo de “invisibilização” de nossa figura. Porque nossas atividades, além de técnicas, são exercidas silenciosamente, sem envolver qualquer rito litúrgico, como ocorre com os médicos e juristas. A perspectiva que o usuário, que o cidadão comum tem, é de que qualquer um pode realizar eficazmente o que fazemos.

Apresento a vocês seis perguntas: 1ª) O brasileiro lê pouco?; 2ª) Quem é o leitor brasileiro?; 3ª) O brasileiro ignora o valor da leitura?; 4ª) O brasileiro ignora o valor da biblioteca?; 5ª) O brasileiro odeia o bibliotecário (antecipo que deveriam odiar, mas eles não nos conhecem. Não se tem como odiar algo desconhecido)?; 6ª) Como atrair o brasileiro para a biblioteca? Bem, analisaremos os números coletados pelo *Retratos da Leitura no Brasil* (2011). Fiquei impressionado com a ausência de estudos realizados por bibliotecário em torno dessa pesquisa. O silêncio produziu barulho interno. O que nós temos de concreto em relação a nossa imagem profissional e as nossas bibliotecas é este estudo. Não existe outra pesquisa mais atual a esse respeito.

Vamos aos dados: os brasileiros lêem, apenas, 4 livros por ano, tendo aumentado o índice não leitores. Quem lê mais? As mulheres consomem mais livros que os homens. Houve, também, um crescimento considerável de leitores na região nordeste, talvez impulsionado pelas políticas sociais na área da educação. Brasileiros de 5 até 17 anos, ou seja, em idade escolar, o que nos leva a associar a leitura à obrigatoriedade curricular, dissociando-a, comumente, do deleite. E quem lê menos? Os mais velhos. Quem estuda lê mais? Sim, os que frequentaram a universidade acabam lendo mais que os brasileiros que terminaram a quarta série. A renda influencia? Sim, quem ganha mais lê mais. Isso é interessante porque reflete, parcialmente, o alto custo do livro no País. É bom ressaltar que parcela substancial dos beneficiados pelo *vale-cultura*, programa financiado pelo Ministério da Cultura, optaram em adquirir livros ao invés de CDs e DVDs, por exemplo.

Outra questão importante: O que faz o brasileiro em seu tempo ocioso? Ele assiste TV e vídeos, escuta música, descansa e se reúne com os amigos. Percebemos que o deleite se vincula às novas mídias e a troca dialógica. O objeto “livro” está descartado do campo do prazer. Isso se justifica, provavelmente, pelo fato de a biblioteca ter se erigido como espaço meditativo, como *locus* caracterizado pela ausência do barulho, pelo desprezo ao intercâmbio discursivo. Ela se converteu em templo. Particularmente, detesto frases como “bibliotecário, o sacerdote do saber”, pois restringe a biblioteca a um projeto particular, negando sua natureza subjetiva.

Continuemos a analisar os dados: a leitura é considerada importante para o brasileiro? Ele foi categórico: "Olha, leitura serve para três coisas: para a vida, para a profissão e para a faculdade." Mas, que diabo significa ser útil para a vida? A pesquisa não foi clara a esse respeito. De todo modo, percebemos que a leitura se investe de um caráter utilitário, dirigida a resolver um problema profissional ou educacional.

Outra pergunta interessante foi: "A leitura ajuda a vencer na vida?" 64% dos entrevistados disseram que sim. Isso é impressionante. Somente 3% discordaram, evidenciando a percepção compartilhada pela nação de que a leitura se vincula ao sucesso. Ironicamente, ao serem perguntados se conhecem alguém que venceu na vida, 55% dos entrevistados afirmaram que "não". A falta de referência é um grave problema. Os bibliotecários americanos são ousados nessa seara imagética, vinculando o triunfo profissional à leitura e a frequência à biblioteca.

E quanto à visibilidade da biblioteca brasileira? 67% dos entrevistados sabem da existência de sua existência em sua cidade. Isso é interessante, porque alguns procuram justificar nossos dramas com a tese de que os brasileiros ignoram a presença das bibliotecas. Bem, o fato é que a maior parte do País sabe que, naquele prédio da esquina, funciona uma biblioteca. Mas o que vem a ser uma biblioteca? Aí é outra história. De todo modo, embora não a frequente (76%), a população não a ignora, reconhecendo, inclusive, ser de fácil acesso (71%). De quem é a culpa pela não frequência? Dos usuários insensíveis e incultos? Olha, eu diria que a culpa é, majoritariamente, nossa, e os dados do *Retratos* vão comprovar.

Os frequentadores de nossas bibliotecas (24%) são constituídos, fundamentalmente, por estudantes (70%) que afirmaram ser bem atendidos (96%), que a consideram bem cuidadas (88%), que encontram tudo o que procuram (65%) e que gostam muito dela (84%). Não se sabe ao certo o que esse discurso laudatório significa, já que não possuímos um selo de qualidade. Desconfio que esse percentual de aprovação tão alto reflita o espírito desprezioso do usuário. A biblioteca é de graça, fornece água filtrada, banheiro limpo e uma poltrona razoavelmente confortável. O que mais se poderia esperar? O que a gente observa é que os brasileiros que frequentam o espaço da biblioteca estão felizes com o que lhe é oferecido. Nosso problema é com os outros 76% que, embora sabendo de sua existência, não a frequentam

Creio que uma possibilidade de análise da questão esteja em se debruçar sobre o conjunto de utilidades comumente atribuído a biblioteca. Em outras palavras, para que serve a biblioteca? O estudo e a pesquisa estão no topo da lista. O lazer, por sua vez, aparece em sétimo lugar, o que nos leva a concluir que o brasileiro não encara a biblioteca como espaço de gozo. Sejamos honestos: nossas bibliotecas não foram projetadas para provocar qualquer sensação de deleite. A espacialidade, o mobiliário e as cores refletem o universo da burocracia sisuda e imparcial. Elas são crias da feiura e da obviedade. Como sou amante do belo, evito frequentar as bibliotecas brasileiras. Prefiro a Livraria Cultura, onde me sinto inteiramente integrado ao espaço quase beatífico; os móveis são audaciosos, complementando a arquitetura, os atendentes, além de atraentes, são educadíssimos e o bolo de limão é um pecado. Afundado numa poltrona modernosa, folheio *O Caderno Rosa de Lory Lamby* e devoro, milimetricamente, os movimentos do passante, embalado pelo soul de Amy. Nunca me foi exigido silêncio. Tenho o pressentimento de que sou desafiado, continuamente, a profanar o silêncio. Rechaça-se o cânon litúrgico de nossas bibliotecas: nem silêncio, nem sistemas classificatórios intrincados, nem bibliotecários antipáticos.

Outra interrogação que nos causa curiosidade: a não participação do brasileiro em nosso espaço de atuação é resultante do desprezo ou da ignorância? Primeiro é importante ressaltar que 66% dos que vão à biblioteca são atendidos pelo bibliotecário. Contudo, é

muito provável que a maioria dos que se assim manifestaram desconhecem que o título em questão é outorgado, exclusivamente, ao bacharel em biblioteconomia. Abram os parênteses: fui diretor de uma importante biblioteca de um seminário católico, em Brasília. Alguns seminaristas que separavam e recolocavam material bibliográfico nas estantes se autointitulavam de "bibliotecários". Convoquei uma reunião com o decano. Minha exigência? Que eu e mais ninguém fosse chamado de bibliotecário. Demanda justa e necessária. Nessa linha, decretei que todos os discursos orais e escritos atribuindo o título em questão a estudantes e a outros profissionais fossem eliminados. Triunfei. Não se tratou de um exagero ou bobagem. A valorização da categoria principia pela construção de uma identidade. Vocês sabiam que apenas 3% dos entrevistados frequentariam a biblioteca por ter um bom bibliotecário? Por que exigiram a presença de um profissional que é, simplesmente, desconhecido?

Ontem mesmo, discutíamos a respeito dos atributos do bibliotecário e do auxiliar de biblioteca. Não se trata de mera questão terminológica. São profissionais distintos, o que exige títulos distintos. Essa medida visibilizaria as particularidades do bibliotecário, o que poderia resultar numa maior valoração coletiva de sua presença na gestão das bibliotecas.

Se as bibliotecas não são atrativas, felizmente temos leitores que, em sua maioria, preferem revistas, jornais, livros didáticos e literatura açucarada à lá Augusto Cury. Nada impede de conservarmos Dom Casmurro e Ulisses nas estantes, mas me parece razoável que o acervo expresse os anseios do público. Há bibliotecários neuróticos, que se investiram na missão de lutar contra a má literatura. Não forcemos a barra. Valorem a desregulamentação. Que Anna Karenina divida espaço com 50 Tons de Cinza. Vivemos numa "sociedade líquida" (BAUMAN, 2001), caracterizada pela velocidade vertiginosa e plasticidade do desejo. Leio, apenas, um pedaço de texto, o que me parece suficiente para matar minha fome.

Além disso, é bom observarmos que o leitor brasileiro, longe de frequentar a biblioteca, compra os seus livros, movidos pelo desejo de se atualizar culturalmente, pelo prazer ou por razões acadêmicas. Atentemos para a sua motivação: prazer, cultura. Em suma, gozo! Além disso, a biblioteca, por não primar pelo conforto e privacidade, se revela como espaço inadequado para a leitura, segundo os ouvidos.

Outro aspecto relevante é esquadriharmos a gênese da prática da leitura, ou seja, as motivações que levam alguém a ser leitor. Para a maioria, os elementos propulsores foram a figura do professor e da mãe, enquanto 68% nunca viram o pai lendo. Eu acho, também, que isso esteja associado à própria estrutura patriarcal, que impõe ao homem consumir seu dia fora de casa, exercendo seu papel de provedor. Desse modo, a mãe tende a passar mais tempo com os filhos.

Entra em questão o papel dos espaços domésticos de leitura. Desconheço famílias, sejam ricas ou pobres, que tenham dedicado algum recinto da casa para fomentar tal prática, um lugar onde as crianças possam tocar o livro, retirá-lo da estante, deitar-se com ele, colorir-lo. Esse contato com o objeto me parece positivamente sequelador. Embora os formatos digitais tenham a sua relevância, o papel garante uma posse efetiva do objeto, o que, na infância, se torna mágico.

Todos estes dados acabam nos levando a reconhecer o papel das políticas que, em si, revela escolhas. Toda biblioteca é detentora de uma perspectiva moral que precede suas práticas, quer saiba ou não. Bibliotecários conscientes produzem diagnósticos e estabelecem políticas. Isso implica fazer recortes sensíveis às demandas daqueles a quem servimos, erigindo estratégias destinadas a reavaliar, num processo contínuo, as escolhas feitas, num movimento que envolve criatividade e tensão.

Ontem, comentei a respeito de um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional tornando obrigatória a manutenção de exemplares da Bíblia nos acervos das bibliotecas públicas. A política de desenvolvimento de acervo não pode ser homogeneizada, pois reflete os anseios de uma comunidade particular. É a partir do diálogo entre bibliotecário e comunidade que se estabelece a necessidade de se adquirir determinado item bibliográfico. Portanto, não é tarefa do legislador estabelecer práticas dessa natureza, especialmente em um País caracterizado pela diversidade cultural. Bibliotecas não podem se converter em espaços proselitistas. Se for razoável que uma biblioteca possa ter bíblias para atender o anseio de parcela da comunidade, é igualmente legítimo incorporar ao acervo os quadrinhos de Tom of Finland. A questão é de natureza ontológica: a biblioteca se constitui em entidade única, inequívoca e eterna? Creio que não. A biblioteca se pauta na pluralidade. Bibliotecas.

A moral pode ser a saída para escaparmos do drama da homogeneização, o que, em outras palavras, implica reconhecer a legitimidade do outro. Trataremos disso rapidamente. A ética se associa à modernidade, a um corpo ideal, assujeitado, dócil, e a lei positivada. Interessante observar que a Modernidade teve desdobramentos terríveis com essa ideia de que existe um sujeito ideal, nada havendo fora da lei, esta exclusivamente criada pelo Estado. Bauman (1997) desvela a crise do positivismo e declara a falência do Estado que aspirou implantar uma sociedade equânime por meio do culto à razão. Esse modelo de homem equilibrado, harmonizado pelo seu assujeitamento aos saberes, fracassou. Desse modo, a figura da "biblioteca pública de todos para todos" caiu em descrédito.

Bauman (2011) acredita em um novo momento chamado de pós-modernidade. Primeiro, ele firma alguns tipos de relações que se estabelecem no momento presente: primeiro, a integração móvel, uma proximidade momentânea e indesejável, e uma separação instantânea; você está na rua, mas deseja permanecer invisível; quanto menos contato físico e visual, melhor. Segundo, a integração estacionária se trata de um ajuntamento de estranhos que em breve partirão e nunca mais se encontrarão; você tem que se confrontar com o outro, e isto te incomoda; o fato de o outro te lançar um olhar te agride. Bauman intitula estes dois modelos de relação na pós-modernidade de "estar com". É como se ele nos dissesse: "Vejam, os encontros tendem a ser inconsequentes no sentido de não deixarem um legado durável de direitos e obrigações mútuas. Vocês se confrontam, mas não se comprometem." Sua proposta é instaurar o "ser para. Ele afirma que a experiência ética se constrói por meio do outro, do confronto com o outro, e por meio da linguagem. Ora, a biblioteca é uma linguagem. O problema é que a linguagem é uma linguagem indecifrável para a grande maioria, o que a converte numa instituição estranha. O prédio é glorioso, mas sua beleza resulta em distanciamento. Trata-se de uma linguagem? Evidente, mas de estranhamento. O acesso ao rosto é o primeiro momento ético "porque o rosto me recorda minhas obrigações e me julga. Minha liberdade arbitrária lê sua vergonha nos olhos e me olham."

Quando o diferente se aproxima do balcão de referência, os canais discursivos são múltiplos. Você pode dizer: "Seja bem-vindo a nossa biblioteca." Não precisa, necessariamente, falar, porque seu acervo, seu modo de ordenar, seu mobiliário expressam compromissos já firmados. Frequentemente estas linguagens se confrontam, refletindo as incoerências de muitas delas. O que uma biblioteca sem rampa expressa? Que cadeirantes devem evitá-la: "O espaço não é pra você. Não pensamos em você."

Repetidamente, o outro se coloca frente a mim e exige uma resposta. Posso recorrer, simplesmente, ao texto legal, incorporando o tipo gélido positivista: "Desculpe, mas o regimento da biblioteca não me permite atendê-lo." É mais cômodo cerrar-me ao outro? Sim, é muito mais fácil. A Biblioteconomia sempre esteve atrelada a uma perspectiva ontológica, construindo seu arsenal de trabalho a partir das taxonomias dos entes. Ou se valora

a ética, forjada na ontologia, ou a moral. Aquele móvel instalado no hall da biblioteca com as “novas aquisições” pode refletir, simplesmente, que o orçamento tem sido bem empregado, ou expressar os recortes do acervo, evocando vozes emudecidas por outros instrumentos tão caros a nós, como os sistemas classificatórios.

Creio que podemos conjecturar caminhos frente aos dados apresentados. Uma situação com que nos deparamos é a biblioteca ser enxergada como lugar de estudo e pesquisa, dissociado do prazer. Isso exige relativizar o papel do silêncio, do respeito e da solenidade na ereção da biblioteca. Existem estratégias valorativas da construção do coletivo, como, por exemplo, home theater. Em Brasília, desconheço espaços para você assistir TV. Permitamos o barulho e o descanso. Penso que um dos elementos mais importantes de uma biblioteca pública é garantir ruídos, e que relações possam ser travadas, recorrendo, inclusive, para a sua efetivação, a espaços gourmets. Em minha última visita a Curitiba, visitei o espaço destinado pela Biblioteca Pública do Paraná para o seu café. Considero fabulosa a ideia. Também proponho investir em jardins, sacadas e outros espaços abertos. Mesmo bibliotecas pequenas podem planejar tais ambientes, estimulando o paladar. Provoquemos o senso estético. Invistamos em móveis e cores, sem cara de repartição pública. Misturemos bens culturais no ambiente da biblioteca, de vasos a quadros, fomentando a apreciação do belo.

Permitamos, sem reservas, o acesso ao universo *online*. O Centro para o Futuro das Bibliotecas, da Associação Americana de Bibliotecas, acaba de publicar um documento com cerca de duas dezenas de sugestões para as bibliotecas do mundo inteiro. Pelo menos três delas se vinculam a medidas nessa seara. Uma delas é a garantia irrestrita por parte do usuário em pesquisar o que ele bem desejar na *Internet*. Não é da conta de nenhum bibliotecário controlá-lo, impedindo-o de navegar em sites pornográficos ou pouco virtuosos. É evidente que podemos garantir, por meio de medidas simples, como uma disposição adequada dos computadores, privacidade ao usuário e não causar constrangimento a outros. Defendo que a liberdade do sujeito seja maior que o direito do controle da biblioteca. O Estado se submete, nesse sentido, à liberdade do sujeito, e há bibliotecários que querem controlar a liberdade do cidadão.

Também considero importante mapear e estabelecer parcerias com intelectuais, artistas e empresários da região onde a biblioteca se encontra. Isso é muito importante e relativamente simples, sendo potencialmente benéfica para a biblioteca, seja quanto a incorporar peças artísticas e documentos diversos ao acervo, seja visibilizando essas figuras em eventos.

Outra medida destinada a maximizar nossa imagem é estabelecer relações entre a leitura e o sucesso. Os americanos, há trinta anos, pelo menos, investiram em um plano poderoso de marketing, estabelecendo uma relação entre o sucesso de personalidades artísticas, políticas e esportivas com a prática de leitura e, particularmente, a biblioteca. No Brasil foi feita uma tentativa nesse sentido, mas começamos muito mal, escolhendo artistas sem penetração social. De todo modo, é louvável toda medida que atrele biblioteca como espaço que combina com triunfo.

Outro desafio é atender as demandas de informação, reduzindo o grau de frustração dos usuários que não encontram o que procuram. Nesse sentido, a necessidade de elaborarmos políticas de seleção e de atendimento realmente claras. O que temos observado é uma redução drástica, em todo o mundo, na aquisição de fontes de referência. É necessário reduzir o acervo de dicionários e enciclopédias, investir em literatura de prazer e exercer a arte da crítica nos balcões de referência e, nesse último caso, envolve investimento em treinamento intensivo.

Parece-me, ainda, que a associação da figura do bibliotecário à biblioteca é uma medida a ser tomada. É necessário publicizar a profissão, tanto nas escolas quanto nas mídias. O Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG) prepara alunos de Biblioteconomia para, em equipe, apresentarem o curso a alunos de nível médio. Embora ignorando o treinamento a que se submetem e o discurso que produzem, considero a ideia ótima. Afinal de contas, qual o diretor de escola que negaria acolher dois bibliotecários de sucesso para dar uma palestra de quarenta minutos sobre a profissão? Os bibliotecários neozelandeses optaram em incorporar novos significados ao profissional; em cartazes financiados pela associação de bibliotecários daquele País, uma bibliotecária, vestida de negro, portando óculos aro de tartaruga, e de coque, traz no pescoço luvas de boxe, desconstruindo a figura do bibliotecário como sujeito apático.

Além disso, como professores e mães formam o hábito de leitura, formar um exército de contadores de leitura me parece ser um investimento pertinente. Outra possibilidade era formar não só professores, mas talvez as próprias mães para contar histórias. Vi algo parecido em um projeto levado a cabo por uma biblioteca em Belo Horizonte. Isso pode garantir o futuro das bibliotecas escolares e públicas. Leitura em crise é sinônimo de biblioteca em crise, que é sinal de Biblioteconomia em crise, que é reverberação do bibliotecário ganhando mal. Percebem o ciclo? Falávamos, mais cedo, em piso salarial. Um País que não lê tem bibliotecas ruins, tem bibliotecários desprestigiados e mal remunerados. No Canadá francófono, o título de bibliotecário é atribuído a um graduado em qualquer área do saber e que cursou um mestrado em Ciência da Informação. Entretanto, para atuar em uma biblioteca escolar, é exigida a apresentação de dois mestrados. Os bibliotecários canadenses que trabalham em escolas recebem ótimos salários por demandar deles muita energia. De fato, eles atuam, diretamente, no planejamento do currículo e no ensino de parte do programa, dentro da própria biblioteca, sendo chamado de "professor-bibliotecário".

Parece-me, também, salutar, abandonar a ideia de que a utilidade da biblioteca se vincula ao estudo e à pesquisa. Biblioteca é espaço otimizador de relação, seja por meio da pesquisa coletiva, de uma conversa no jardim de inverno ou do compartilhamento de um pedaço de torta no café. Quem estabeleceu a ideia de que biblioteca é lugar para ler? Aprecie uma obra de arte, fume no gramado, deguste um cappuccino, namore e durma no hall de entrada.

Mais uma vez eu quero agradecer o Conselho Federal de Biblioteconomia pelo convite. É bacana discutirmos essas questões. Lamentavelmente nossa profissão permanece agulhada às técnicas. Bobagem. Podemos trazer todas essas questões ainda marginais, problematizá-las e tentar encontrar soluções. Embora não tenhamos nada fechado, trazemos interrogações que nos levam a debruçar sobre a realidade. Muito obrigado.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. \_\_\_\_\_. **Ética Pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Vida em Fragmentos**: sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

## ANEXO L

### **Síntese dos Resultados dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional, realizados pelo Sistema CFB/CRB**

Raimundo Martins de Lima<sup>32</sup>

#### **Introdução:**

A regulamentação de uma profissão decorre do entendimento, por parte do Estado, de que aquele fazer profissional é necessário e relevante para a estruturação da sociedade. Isto faz com que o conjunto das atividades que lhes são pertinentes e mais as variações delas decorrentes precisem ser regulamentadas e protegidas por lei federal. Mas não por razões corporativistas, vinculadas à reserva de mercado, e, sim, para garantir à sociedade a organização, a oferta e a prestação de serviços de informação, de cultura e de educação aos membros dessa mesma sociedade com a qualidade presumida.

No Brasil, a profissão de Bibliotecário foi criada em 1962 por meio da Lei nº. 4.084/62 e, quatro anos mais tarde, foi regulamentada por força do Decreto nº. 56.725/65; atos que lhe asseguraram o status de curso superior e deram aos seus bacharéis a prerrogativa do exercício profissional nas bibliotecas de todas as tipologias e centros de documentação e, ao mesmo tempo, definiram a base legal para que a sociedade se protegesse dos maus serviços bibliotecários e tivesse a quem recorrer para coibir tais desvios.

Assim, foi a regulamentação profissional que possibilitou o surgimento de um conjunto de entidades com naturezas e responsabilidades técnicas, políticas e sociais distintas, mas interdependentes. Grupo do qual fazem parte os cursos de Biblioteconomia (serviços pedagógicos de ensino superior, responsáveis pela formação dos bibliotecários em todo o território brasileiro); os conselhos federal e regionais de Biblioteconomia (autarquias de direito público, responsáveis pela orientação e fiscalização do exercício profissional em todo o território brasileiro); as bibliotecas de todas as tipologias (serviços de informação, cultura e educação, tradicionais ou não, responsáveis pela mediação de informação junto aos membros da sociedade); as associações e a federação de bibliotecários (entidades civis de direito privado, responsáveis pela socialização dos conteúdos técnico-profissionais, por meio de eventos nacionais); e os sindicatos de bibliotecários (entidades civis de direito privado, responsáveis pela mediação das relações de trabalho).

Os Seminários Regionais de Bibliotecas Públicas e Escolares e de Ética Profissional, que o Sistema CFB/CRB realizou em todas as cinco regiões brasileiras, de maio de 2014 a abril de 2015, estão inseridos no contexto dessa regulamentação. Para concebê-los, partiu-se do entendimento de que as bibliotecas não existem por si nem para si, uma vez que carregam consigo as intencionalidades e concepções ideológicas daqueles que as pensam, as criam e as fazem funcionar, materializando ações que levam a suas estruturas e seu funcionamento. Ações comprometidas com visões de mundo e de sociedade que tanto podem permitir que os seus serviços contribuam para a emancipação dos seus usuários e da sociedade, quanto para o fortalecimento de atos de regressão à barbárie.

Dois aspectos balizaram as suas realizações: a necessidade de fomentar o debate sobre as questões estruturais, funcionais e éticas das bibliotecas públicas e escolares brasileiras e a urgência do debate e da reflexão sobre os princípios que hoje orientam e disciplinam

---

32 Professor Adjunto do Curso de Biblioteconomia da UFAM e membro da 16ª. Gestão do CFB.

a conduta dos profissionais que atuam nessas bibliotecas, sejam eles bibliotecários ou não, considerando as realidades técnicas, políticas e sociais dos seus contextos, tendo em vista a elaboração de propostas de políticas públicas para as bibliotecas públicas e escolares e a reformulação do atual Código de Ética do Bibliotecário brasileiro.

A programação dos Seminários compreendeu a realização de exposições e palestras realizadas com o fim de promover reflexões sobre a relação da atuação das bibliotecas públicas e escolares brasileiras com a emancipação dos indivíduos e da sociedade e a barbárie, amparadas nos princípios da ética como base para as práticas civilizadas, o esclarecimento e as condutas profissionais altruístas, tendo em vista identificar a natureza da contribuição dada por essas bibliotecas aos indivíduos e à sociedade.<sup>33</sup>

A seguir passa-se a destacar as percepções que os Seminários realizados permitiram perceber acerca da atuação das entidades que constituem o campo de atuação da Biblioteconomia, especialmente aquelas responsáveis pela formação dos bibliotecários brasileiros, pelas atividades operacionais junto à sociedade, sobretudo as bibliotecas escolares e públicas, e pelas atividades de fiscalização do exercício da profissão de Bibliotecário no Brasil, ou seja, os Conselhos Regionais instalados nas regiões que sediaram os Seminários.

## **1 Sobre as Bibliotecas Públicas:**

### **1.1 Região Norte:**

- O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Amazonas possui 10 Bibliotecas (9 na capital e 1 em Parintins) e 4 Salas de Leituras.

A Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, que exerce a coordenação do Sistema, possui 13 bibliotecários; 4 técnicos de outras especialidades; 29 auxiliares de biblioteca; 42 estagiários; 4 auxiliares de serviços gerais; e 18 seguranças.

Além das atividades tradicionais de rotina, ainda realiza: cursos, palestras e visitas técnicas para aperfeiçoamento do quadro de pessoal; Projeto Mandaçaia (diagnóstico e doação de material bibliográfico para bibliotecas municipais fora da capital); Projeto Mania de Ler (distribuição de kit de livros, leitura dramatizada); Assessoria técnica para bibliotecas municipais fora da capital, para instalação e/ou modernização de bibliotecas.

### **1.2 Região Nordeste:**

- O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Alagoas atua nos 102 municípios do Estado: possui 1 Biblioteca Pública Estadual; 117 Bibliotecas Públicas Municipais; 79 Bibliotecas Comunitárias; e 26 Pontos de Leitura.

Além das atividades tradicionais de rotina, ainda realiza: visitas técnicas; distribuição de material bibliográfico; capacitação do quadro de pessoal; encontros profissionais e participação em projetos culturais, como o Biblioca.

---

<sup>33</sup> Emancipação conceituada com autonomia, mesmo que relativa, para pensar, elaborar e executar projetos próprios de desenvolvimento e barbárie como toda ação humana que nega ou viola direitos à informação, à cultura e à educação (Adorno, 2003). O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) acentua a relevância do pensamento desse autor: "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

- O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia possui 7 Bibliotecas Públicas Estaduais (serviços de Braille e Libras); 1 Biblioteca Virtual; e 1 Casa de cultura.

Além das atividades tradicionais de rotina, ainda realiza: ações culturais (teatro, contação de histórias, entre outras); Biblioteca Móvel; apoio à implantação e modernização de bibliotecas públicas municipais; assistência técnica; distribuição de material bibliográfico; capacitação de auxiliares de biblioteca; implantação de Espaços de Leitura em Presídios, Terreiros de Umbanda e Quilombos.

### 1.3 Região Sul:

- O Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina possui 160 bibliotecas cadastradas e destas 78% atuam sem bibliotecário; em 42% não há nenhuma informatização; em 65% o acervo é adquirido por doação; só 23% possui estrutura adequada; 62% oferece acesso à Internet; todas oferecem serviço de distribuição de livros e oficinas de capacitação.

- O Sistema de Bibliotecas Públicas do Paraná possui 399 municípios e 466 bibliotecas cadastradas, sendo 303 pertencentes ao Projeto Biblioteca Cidadã (prédios de 184 m<sup>2</sup> e 1.500 livros).

A Biblioteca Pública do Estado do Paraná possui um acervo de 603.981 volumes; 210.950 usuários cadastrados; uma frequência de 3.010 usuários/dia e cerca de 1.500 empréstimo/dia; e desenvolve os projetos de extensão: Caixa Estante (desde 1961) e Bibliopraia (cinco tendas, cada uma com uma média de 1.200 livros).

- O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul possui excelente estrutura e oferece serviços de igual qualidade, mas na apresentação não foi detalhada a sua estruturação.

### 1.4 Região Sudeste:

- A Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário de Minas Gerais é a responsável pela Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, que possui acervo de cerca de 80.000 livros e 81 assinaturas de periódicos; oferece serviços de empréstimo e consulta local e à distância, bem como serviços de extensão de Caixa Estante e Carro Biblioteca; promove a inclusão e acessibilidade a pessoas com deficiência visual, possuindo cerca de 1.600 livros impressos em braile e 700 títulos de audiolivros, além de oferecer a esse público especial acesso à Internet por meio de sintetizador de voz e lupa eletrônica para pessoas com pouca visão; as Bibliotecas Públicas Municipais de Minas Gerais abrangem um total de 779 bibliotecas, das quais 82% não possuem bibliotecários.

## 2 Sobre as Bibliotecas Escolares:

### 2.1 Região Norte:

- A Rede Pública Municipal de Educação de Manaus (SEMED) possui 425 escolas, sendo 221 com bibliotecas (13 bibliotecas polo); 44 bibliotecários; 203 auxiliares de bibliotecas (a maioria professores readaptados).

Além das atividades tradicionais de rotina, ainda realiza as seguintes atividades: Semana da Literatura Amazonense; Semana do Livro Infantil e Campanhas para Dinamização e Valorização da Biblioteca Escolar (treinamentos nas áreas de tratamento e organização); está em processo de implantação o Software Biblivre.

- A Rede Pública Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC) possui 571 escolas (225 na capital e 346 nos demais municípios), 520 com bibliotecas (213 na capital e 307 nos demais municípios); 42 bibliotecários (37 na capital) e 680 auxiliares de bibliotecas (341 na capital), a maioria professores readaptados; além das atividades tradicionais, realiza as seguintes atividades: Projeto Memória (com apoio do Banco do Brasil); Feira de Livros e está em processo a implantação do software de Gestão de Bibliotecas.

- A Rede Pública Estadual de Educação do Pará possui 1100 escolas (541 com bibliotecas, sendo 289 na capital) e 22 bibliotecários (cada um é responsável por uma Unidade Regional de Educação).

- A Rede Pública Estadual de Educação do Amapá possui 1750 escolas só na capital (273 com bibliotecas, todas sem bibliotecários).

- A Rede Pública Estadual de Educação do Tocantins possui 1803 escolas só na capital (53 com bibliotecas, todas sem bibliotecários).

## 2.2 Região Nordeste:

- O município de Maceió possui 153 escolas, sendo 58 de educação infantil e 95 de ensino fundamental; possui 3 bibliotecários e 1 professor com formação em Biblioteconomia e outros professores readaptados.

Além das atividades tradicionais de rotina, ainda realiza as seguintes atividades: Ônibus Biblioteca; encontra-se em fase de negociação a implantação do Sistema de Bibliotecas Escolares a Rede de Bibliotecas do Município de Maceió.

## 2.3 Região Sul:

- O Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares do Rio Grande do Sul possui excelente estrutura e oferece serviços de igual qualidade, mas na apresentação não foi detalhada a sua estruturação.

## 2.4 Região Sudeste:

- A Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, até 2013, possuía 189 escolas e 40 bibliotecas-polo, mas conta com poucos bibliotecários.

Além dos serviços tradicionais, ainda realiza atividades e projetos de incentivo à leitura (informatização do sistema, melhoria e dinamização do acervo, formação de pessoal, distribuição de kit literário, encontro com escritor, intervenção teatral, política de desenvolvimento do acervo).

- As Bibliotecas Escolares Municipais do Rio de Janeiro cumprem a Política Pública de Leitura e Formação de Leitores da Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro, que abarca os projetos de Ampliação e Melhoria de Acervo; Formação de Mediadores de Leitura; Estrutura e Funcionamento das Salas de Leitura e Biblioteca; e Ações Culturais de Estímulo à Leitura; essa Política Pública está sustentada por uma base legal que inclui a Lei nº. 12.244/2010 e o Decreto Municipal nº. 33.444/2011.

## 3 Sobre os Cursos de Biblioteconomia:

### 3.1 Região Norte:

- O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Amazonas (UFAM) oferece três disciplinas em sua estrutura curricular que tratam da estruturação e funcionamento das Bibliotecas Públicas e Escolares: Introdução à Biblioteconomia (4 créditos obrigatórios), Unidades e Serviços de Informação (4 créditos obrigatórios) e Leitura e Biblioteca (3 créditos optativos); o tema da ética e da regulamentação profissional são apresentados e discutidos em apenas uma unidade do conteúdo programático da disciplina Introdução à Biblioteconomia.

- O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (UFPA) não possui em sua estrutura curricular disciplinas que tratem diretamente da estruturação e funcionamento das Bibliotecas Públicas e Escolares; oferece apenas disciplinas de conteúdos transversais: Mediação e Uso da Informação (68h); Práticas em Mediação da Informação (64h); Leitura e Competência Informacional (a carga horária não foi informada); Gestão de Unidades de Informação (64h); os alunos participam de atividades de extensão e pesquisas. Em relação à ética, o Curso oferece apenas a disciplina Ética e Informação (64h).

### 3.2 Região Nordeste:

- O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) oferece, em sua estrutura curricular, a disciplina obrigatória: Unidades de Informação Públicas, Escolares e Especializadas (4 créditos) e a disciplina eletiva Biblioteca e Ação Cultural (4 créditos) e os Programas de Formação e Mediação de Leitura; o Biblioencanta e o Grupo de Pesquisa em Leitura, Biblioteca Escolar e Cidadania.

### 3.3 Região Sul:

- O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) oferece as disciplinas obrigatórias Bibliotecas Escolares (3 créditos); Bibliotecas Públicas, Comunitárias e Alternativas (2 créditos) e outras complementares optativas: Oficina de Leitura (2 créditos); História da Leitura (2 créditos); Ação Cultural (3 créditos) e Memória e Cultura (3 créditos).

- O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) não possui, em sua estrutura, curricular disciplinas obrigatórias que tratem diretamente da estruturação e funcionamento das Bibliotecas Públicas e Escolares; somente oferece as disciplinas eletivas Bibliotecas Públicas (3 créditos); Organização de Bibliotecas Escolares (3 créditos) e Ação Cultural em Biblioteca (3 créditos). Já no campo da ética oferece a disciplina obrigatória Ética em Informação (2 créditos).

- O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) oferta apenas a disciplina optativa Unidades de Informação Gerais, de 72h e 4 créditos.

- O Curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina (UDESC), com ênfase em Gestão da Informação, suprimiu, da sua estrutura curricular, em 2001 a disciplina Biblioteca Escolar, mas oferta as disciplinas: Leitura e literatura Infanto-Juvenil (3 créditos); Fundamentos em Educação (3 créditos) e Ação Cultural (3 créditos). Foi informado, durante a exposição, que há a intenção de reincluí-la na nova proposta de reformulação e que o tema tem sido objeto dos estudos e pesquisas dos professores do Curso.

- O Curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) oferece uma única disciplina obrigatória para tratar desses temas: Centros Culturais, Bibliotecas Públicas e Escolares (4 créditos) e, no caso da ética, oferta a disciplina obrigatória: Ética e Atuação do Bibliotecário (2 créditos).

### 3.4 Região Sudeste:

- O Curso de Biblioteconomia do Centro Universitário Assunção (UNIFAI) só oferece duas disciplinas obrigatórias de caráter geral: Ações Culturais em Bibliotecas (40h) e Unidades de Informação (80h).

- O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sobre esses temas, só possui disciplinas optativas de 2 créditos: Biblioteconomia Escolar; Biblioteconomia Pública; Biblioteconomia Infante-Juvenil; e Biblioteconomia e Leitura. Já, sobre o tema da ética, oferta a disciplina optativa, também de 2 créditos, Ética Profissional.

- O Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre esses temas só oferece disciplinas optativas: Gestão de Bibliotecas Escolares e Gestão de Bibliotecas Públicas. Não foi informado o total de créditos das duas disciplinas.

- O Curso de Biblioteconomia e Gestão da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de conformidade com a sua Coordenadora, não oferece disciplinas que tratem desses temas diretamente,<sup>34</sup> a despeito da existência do GEBE; o núcleo duro vem perdendo espaço para as áreas de gestão e tecnologia, com a contratação de docentes de outras áreas, que não conhecem nem têm interesse em conhecer a área de biblioteconomia; tem enfrentado dificuldades para atualizar o quadro de docentes e para contratar profissionais para as disciplinas culturais; o curso não está atuando para formar bibliotecários para as bibliotecas tradicionais, mas gestores do conhecimento.

- O Curso de Biblioteconomia das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila (FATEA), sobre esses temas, oferece as disciplinas obrigatórias: Administração de Bibliotecas Públicas e Escolares, Teoria da Ação Cultural, Ações Culturais e Processo de Leitura, e sobre a ética oferta a disciplina Ética Profissional.

- O Curso de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (FESPSP), sobre esses temas, só oferece as disciplinas Tipologia de Serviços de Informação (72h) e Mediação de Informação, da leitura e do Aprendizado (46h). Já no caso da ética, oferta a disciplina Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação (72h), e também trata de legislação profissional.

- O Curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP) não oferece disciplinas que tratem desses temas diretamente, por isso eles só são tratados na disciplina Estágio Supervisionado em Unidades de Informação (390h). Já o tema da ética integra o conteúdo programático da disciplina obrigatória Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (60h).

---

34 Há uma imprecisão nessa informação, porquanto na estrutura curricular do Curso da UFMG (2009), publicada no seu site oficial, identificam-se pelo menos cinco disciplinas tratando desse tema, todas obrigatórias: Introdução à biblioteconomia, arquivologia e museologia (60h); Cultura e informação (60h); Bibliotecas, arquivos e museus digitais (60h); Competência informacional (30h); Leitura e formação do leitor (60h); e Serviços de disseminação de informação (60h).

#### **4 Alguns destaques sinais:**

- Poucos cursos possuem, nas estruturas curriculares, disciplinas que tratem diretamente da estruturação e do funcionamento das bibliotecas públicas e escolares, bem como é baixa a oferta de disciplinas sobre a questão ética: Introdução à Biblioteconomia (UFAM); Ética e Informação (UFPA); Ética em Informação (UFRGS); Ética e Atuação do Bibliotecário (UEL); Ética Profissional (UNIRIO); Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação (FESPSP); Ética Profissional (FATEA); Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (USP); e Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (UFG).

- Ações de fiscalização centradas na questão legal: existência de profissional habilitado e adimplente nas bibliotecas, sem considerar o cumprimento das suas responsabilidades técnicas, políticas e sociais.

## ANEXO M

### Fotos dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional – Região Norte



Mesa de Abertura dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional – Manaus



Mesa de Apresentação do Painel Bibliotecas Escolares e Públicas – Manaus



Profissionais e alunos participando de Grupo de Discussão sobre estruturação e funcionamento das Bibliotecas Escolares e Públicas – Manaus



Seção de Debates do Painel Bibliotecas Escolares e Públicas – Manaus



**Mesa de Abertura do Painel Instituições Formadoras do Bibliotecário – Manaus**



**Dr. Cristian Santos e Dra. Maria do Socorro Jatobá na Plenária aguardando para proferirem as suas palestras sobre Ética**



**Seção de Debates do Painel sobre Ética Profissional**  
– Dra. Maria do Socorro Jatobá respondendo perguntas dos participantes.



**Encerramento dos Seminários Regionais de Bibliotecas  
Escolares e Públicas e de Ética Profissional – Manaus**

## ANEXO N

### Fotos dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional – Região Nordeste



Solenidade de Abertura do Evento



Autoridades que participaram Abertura do Evento



Participantes dos Seminários Maceió



Equipe de Apoio



Apresentação do Grupo Biblioencanta – UFAL



Seminário de Ética Profissional



**Participação dos Conselhos**



**Encerramento do Evento**

## ANEXO O

### Fotos dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional – Região Sul



Mesa de Abertura do Evento



Docentes, Discentes e Profissionais Participando do Evento



Membros da Comissão de Bibliotecas Escolares e Pública



Discussão dos Grupos de Trabalho



Seminário de Ética Profissional



Organizadores e Palestrantes do Evento



**Membro da Comissão de Ética Profissional**



**Discentes Participando do Evento**

## ANEXO P

### Fotos dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional – Região Sudeste



Mesa de Abertura do Evento



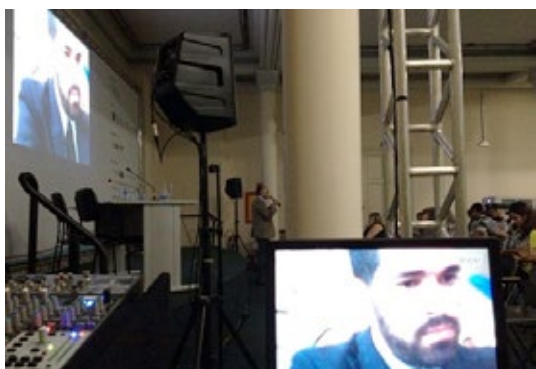
Apresentação da Programação dos Seminários



Público do Evento



Discussão sobre Bibliotecas Escolares



Palestra via Web



Palestrante, Conselheira Federal e Apoiador do Evento



**Palestrante Dr. Raimundo Martins de Lima**



**Encerramento do Evento**

## ANEXO Q

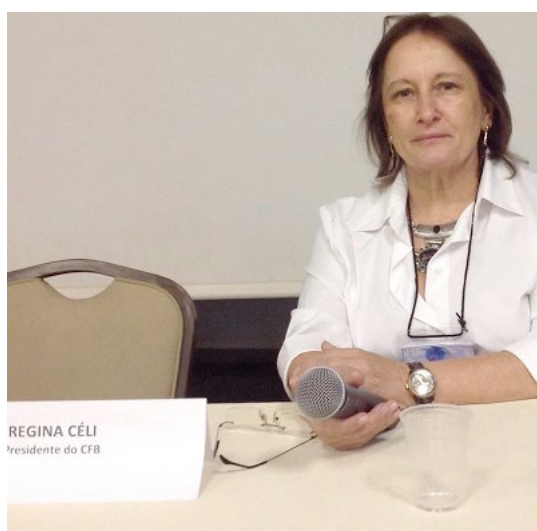
### Fotos dos Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional – Região Centro-Oeste



Mesa de Abertura



Participação do Público



Presidente do CFB



Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas



Seminário de Ética Profissional



Vice-Presidente do CFB e Representantes Institucionais



**Palestrante Dr. Raimundo Martins de Lima**



**Encerramento do Evento**





Sistema CFB / CRB  
Conselho Federal de Biblioteconomia  
Conselhos Regionais de Biblioteconomia



50 *anos*  
Sistema CFB / CRB  
1965 - 2015